



S U M Á R I O

3	Palavras prévias	Santiago Macias
5	Camponeses e mercadores no Meriterrâneo	Cláudio Torres
13	Uma pizarra visigoda com inscrição numérica encontrada em Santa Margarida (Serpa)	Catarina Tente / António M. Monge Soares
21	A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana	Paulo Almeida Fernandes
41	Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas	António Rei
51	'Abd al-Rahmân bn Marwân al-Yillîqî: un líder muladí del occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (S. IX/III)	Bruno Franco Moreno
65	Arqueología rural islámica en Huelva: la alquería de La Almagra.	Núria V. Teruel / Juan C. Carrasco / Águeda G. Rodriguez / Luis S. Hernando
105	Silos islâmicos de Caparide (Cascais): análise estrutural	Nuno Neto / Paulo Rebelo / Raquel Santos / Tiago Fontes
113	Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação	Jacinta Bugalhão / Sofia Gomes / Maria João Sousa / Deolinda Folgado Antónia González Tinturé / Marta Moreno-García / Maria Isabel Dias / Maria Isabel Prudêncio
135	A implantação medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca: dados palinológicos	Luís Sebastian / Catherine Latour-Argant Jacqueline Argant / Ana Sampaio e Castro
145	Um «anel de oração» do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca	Mário Jorge Barroca / Luís Sebastian / Ana Sampaio e Castro
159	Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas	Lídia Fernandes / António Marques / Andreia Torres
185	La grande Mosquée de Meknès: étude d'histoire, d'architecture et du mobilier	Abdeltif Elkhannar
201	A olaria quatrocentista da porta da alagoa: resultados das intervenções arqueológicas no antigo Palácio dos Sepúlvedas (Évora)	Sara Almeida / Ana Gonçalves / Felix Teichner / Tomas Schierl
215	As traçarias da fortaleza de Nossa Senhora da Luz	Margarida Ramalho / Nuno Neto
223	A talha nasará do Museu Nacional de Arte Antiga	Tânia Casimiro
237	A toponímia de origem afro/árabe da ilha de S. Tomé	Dinis Ferreira

Capa e Design Gráfico: Gil Maia
Fotografia da capa: Celeiro comunitário (agadir) na fronteira do deserto líbio (Cláudio Torres)
Fotografia da contracapa: Pátio interior na cidade líbia de Ghadamés (Cláudio Torres)
ISSN: 0872-2250
N.º de edição: 1133
Depósito legal: 66923/93
Edição: Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal
Telefone: 351 22 5074220 – Fax: 351 22 5074229
e-mail: afrontamento@mail.telepac.pt
Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda – Santa Maria da Feira
Periodicidade: Anual
Data da publicação: Fevereiro de 2008

PALAVRAS PRÉVIAS

SANTIAGO MACIAS

Quinze anos depois da sua apresentação ao público, a *Arqueologia Medieval* chega ao décimo número publicado.

Alguns colegas vaticinaram uma curta vida à revista. Como tantas outras, apostava-se então, resistiria dois ou três números, depois definharia até desaparecer. Outros ainda criticavam, de forma por vezes áspera, a indisciplina de uma revista sem normas de publicação definidas e onde se aceitavam e aceitam artigos que escapam à rigidez do falar arqueologuês.

A *Arqueologia Medieval* resistiu e consolidou-se enquanto projecto. Este número dez reflecte bem o passado da revista e faz justiça a uma tradição que se impôs. Grande parte dos nomes que surgem no índice estreiam-se na *Arqueologia Medieval*. Nem todos estarão em sintonia com a visão marcadamente política de Cláudio Torres e com o seu texto programático «Camponeses e Mercadores no Mediterrâneo». Mas todos eles contribuem para uma importante renovação das visões que hoje temos da História e da Arqueologia medievais.

A diversidade de temas marca, uma vez mais, o tom, num número em que os textos sobre a arqueologia islâmica, apenas três, são a excepção e não a regra. Destaquem-se, ainda assim, os trabalhos sobre Ibn Galib e a abordagem histórico-arqueológica ao percurso e à personalidade de Ibn Marwan al-Jilli. Salientem-se, por outro lado, os trabalhos sobre uma alcaria, sobre a produção de cerâmica e sobre os silos de Caparide. Refiram-se ainda o estudo de peças de outros períodos (vejam-se os trabalhos sobre um objecto de época visigótica de Serpa e sobre um anel em ouro do Norte de Portugal) ou a abordagem monográfica a igrejas (S. Pedro de Lourosa) ou a mesquitas (Meknes). Sem cerimónias, alargam-se latitudes e longitudes, cruza-se o estreito de Gibraltar e chega-se, com um estudo sobre toponímia, até ao Equador.

As ocupações e os vestígios da Baixa Idade Média e do período moderno merecem hoje uma atenção que seria surpreendente há duas décadas. Aí se incluem estudos sobre olaria, sobre esgrafitos e uma nova proposta sobre a conhecida e polémica talha do Museu Nacional de Arte Antiga.

Está encerrado o volume dez. O décimo primeiro está quase concluído.

A. Freitas Leal • Abdallah Fili • Abdallah Khawli • Abdelatif ElBoudjay • AbdoolKarim Vakil • Adel Sidarus • Alexandra Gaspar • Alicia Candón Morales • Amílcar Guerra • Ana Gomes • Ana Gonçalves • Ana Luísa Santos • Ana M. Ávila de Melo • Ana Raquel Silva • Ana Sofia Gomes • André Bazzana • Ángel Rodríguez Aguilera • António Borges Coelho • António Cavaleiro Paixão • António Gómez Becerra • António M. Monge Soares • António Malpica Cuello • António Marques • António Rafael Carvalho • António Rei • Artur Goulart de Melo Borges • Arturo Morales Muñiz • Carla Lopes • Carlos Fabião • Carlos Jorge Ferreira • Carmen Navarro • Carmen Trillo San José • Christophe Picard • Claire Déléry • Cláudia Umbelino • Clementino Amaro • Cristina Teté Garcia • Daniele Vannetiello • Deolinda Folgado • Eduardo Romero • Elizabeth Dinsmore • Emanuel Carvalho • Eufrasia Roselló Izquierdo • Eugénia Cunha • Eva Alcazar Hernández • Expiración García Sánchez • Fabienne Landou • Felix Teichner • Fernando Branco Correia • Francisco Hernández Carrasquilla • G. Lensch • Garnett McMillan • Glória Soler Chic • Guilherme Cardoso • Guillermo Rosselló Bordoy • Helder Chilra Abraços • Hélder Coutinho • Helena Catarino • Henrique Jorge Regalo • I. Alte da Veiga • Iaria Agostini • Iria Gonçalves • Isabel Cristina Ferreira Fernandes • J. Manuel Beltrán Pizón • J.A. López Padilla • Jacinta Bugalhão • Jacques Thiriot • James L. Boone • Jaume Oliver Bruy • João Carlos Faria • João Luís Cardoso • João Manuel Diogo • João Pais • Joaquim Boiça • Jorge Custódio • José António Riquelme Cantal • José Luís de Matos • José M. Guerreiro • José Mattoso • Juan António Souto • Juan Aurelio Perez Macias • Juana Bedia Garcia • Julio Navarro Palazon • K. Marshall • Leal da Silva • Lídia Fernandes • Lígia Rafael • Lucie Bolens • Luís Filipe Maçarico • Luís Filipe Oliveira • Luís Oliveira Fontes • M. de Fátima Abraços • M. Justino Maciel • Magda Nogueira • Magdalena Valor Piechotta • Manuel Acién Almansa • Manuel Luís Real • Manuel Passinhas da Palma • Manuela Almeida Ferreira • Manuela Barros Ferreira • Manuela Delgado • Manuela Marín • Maria de Magalhães Ramalho • Maria Filomena Lopes de Barros • Maria João Branco • Maria João Sousa • Maria João Valente • Maria José Sequeira • Maria Manuela Alves Dias • Mário Alinei • Mário Jorge Barroca • Mário Viana • Mercè Argemi Relat • Miguel López Domínguez • Miguel Rego • Miguel Telles Antunes • Miquel Barceló • Olinda Sardinha • Paulo Dordio Gomes • Paulo Pereira • Pedro Barbosa • Pedro Jiménez Castillo • Pierre Guichard • Pilar Lafuente Ibáñez • Pilar Somé Muñoz • Rafael Azuar • Rosa Varela Gomes • Rosario Huarte Cambra • Ruth Moreno Nuño • Salette da Ponte • Severino Rodrigues • Sílvio Conde • Sonia Gutiérrez Lloret • Susana Carvalho • Susana Gómez Martínez • Teresa de Castro Martínez • Teresa Júdice Gamito • Teresa Julião • Teresa Rebelo da Silva • Th. Schierl • Valentina Silva • Vicente Salvatierra Cuenca • Virgílio Lopes • Yolanda Benabat • Youssef Khiara

CAMPONESES E MERCADORES NO MEDITERRÂNEO

CLÁUDIO TORRES

No actual contexto internacional, num momento em que parece aumentar a incompreensão entre culturas diferentes, em que o chamado Ocidente parece querer impor com sobrançeria os seus modelos de civilização, é tempo de olhar mais atentamente para um passado não tão longínquo como à primeira vista pode parecer. O que está hoje a acontecer no Iraque e em geral no Médio Oriente, em que a situação continua a degradar-se, é sobretudo uma prova de incultura, em que os invasores estão desprovidos de qualquer memória histórica e portanto incapazes de perceber o local em que se encontram e as consequências, porventura irremediáveis, dos seus actos. Estamos a assistir a um embate, estupidamente desencadeado, entre duas formações civilizacionais: de um lado, formas culturais definidoras dos velhos saberes mediterrânicos e, do outro, um caldo cultural que, orgulhosamente, catalogamos como a modernidade, o progresso e a democracia. Essa postura de exacerbado autismo do Ocidente e mais concretamente da ignorante política norte-americana, pode conduzir a Europa à situação irreversível de estar a empenhar, não só o nosso relacionamento com os países do Sul, como também a cortar as amarras culturais com o nosso próprio passado. Esta guerra, este drama que se desenrola ante os nossos olhos, será um bom ponto de partida para tratarmos da memória, para abordar alguns temas da «velha Europa», como foi recentemente catalogada pelos governantes americanos e que, precisamente pelo seu passado, pela sua longa memória de muitas gentes e histórias, é, por isso mesmo, o nosso orgulho. Essa argamassa de múltiplas memórias é, afinal, o pavimento em que podemos pôr os pés em terra, em que podemos, naturalmente, olhar o outro de frente, ser olhados e aceites nas nossas assimetrias e diversidade.

Não se trata apenas do Islão, até porque, depois destes anos todos a trabalhar em Mértola em demanda dos muçulmanos, a escavar, a abrir a terra, à procura das tropas invasoras de Tarik, afinal fomos encontrar sobretudo o Mediterrâneo em toda a sua diversidade e coerência. O Islão é, de facto, indissociável das velhas civilizações que o precederam, está profundamente ligado ao nosso passado tanto quanto o está também ao nosso presente e – oxalá de uma forma criativa e benéfica – ao nosso futuro. Têm sido estes os princípios que nos têm norteado nesta longa investigação de vinte e cinco anos. Por um lado, constatar e tentar contornar as dificuldades de interpretação com que nos deparamos. Em certas ocasiões, quanto mais escavamos, menos percebemos das formas e contextos, sendo por vezes, obrigados a mudar completamente as nossas teorias iniciais. Por outro lado, vão sendo abertos novos horizontes, esbatendo-se velhas fronteiras ideológicas, como a do antes e o depois de 711, ano em que, segundo a tra-

dição historiográfica, foi iniciada a invasão islâmica da Península Ibérica. Arqueologicamente falando, este acontecimento é um não-facto.

Por outro lado, notam-se insistentes fenómenos de continuidade, contradizendo a tradicional divisão da história em fatias: depois dos Romanos, teriam vindo os Suevos, os Visigodos e depois os Árabes... Não encontramos nada disso. Pelo contrário, aqui nestas terras do Sul, estamos a constatar um encadeamento, quase sem rupturas, de um longo movimento civilizacional em que o mundo rural se mantém praticamente imutável e em que as inovações introduzidas, quase exclusivamente nos centros urbanos, se sedimentam lentamente, por vezes ao longo de séculos. Em qualquer intervenção no subsolo, registamos ruínas arquitectónicas e técnicas artesanais, recolhemos restos alimentares e recipientes que, usados ao longo de muitas gerações, atravessaram os períodos romano e islâmico, chegando muitos deles até aos nossos dias.

Olhando mais perto para o Mediterrâneo, seguimos as correntes migratórias e pendulares do Próximo Oriente sempre em demanda



Interior da Mesquita Omeia de Damasco. Neste mausoléu, e segundo uma antiga e persistente tradição, estará a cabeça de S. João Baptista.

de um Ocidente onde a tradição situava a Atlântida, um dos mitos mais perenes da antiguidade. Essa ilha de todos os sonhos, alimentada pela literatura de mistérios, onde uma sociedade opulenta se teria afogado na sua própria luxúria, pode ser localizada facilmente na grande ilha Ibérica, como era vista a península pelos navegadores vindos da costa africana. Desde que as grandes civilizações fluviais do Crescente Fértil começaram a ser consumidoras de metais trazidos pelos mercadores fenícios e cretenses, multiplicaram-se as rotas marítimas para o Ocidente. Porque, de facto, os metais, sobretudo o estanho, nunca abundaram nessas paragens. Em vários locais da zona e sobretudo em Chipre (Kupros – Kypros que em grego significa cobre) e na ilha Eubeia do Egeu, havia exploração de cobre. No entanto, o estanho necessário ao fabrico do bronze vinha do Cáucaso e da Anatólia – onde a grande quantidade e variedade de outros metais e pedras preciosas sempre alimentou sucessivos bandos armados e mesmo poderosos estados que impediam ou faziam pagar caro o acesso às suas riquezas. É sintomático que, em períodos de guerra com os hititas, quando estes travavam o acesso às jazidas caucasianas, algum do estanho utilizado nas armas de bronze do Egipto faraónico provinha da longínqua Indonésia.

Esta permanente carência de metais aguçou a procura do estanho oriundo do Ocidente, sobretudo da Península Ibérica onde é abundante nas serranias de noroeste. Entre Sevilha e Astorga ainda hoje existe um velho caminho proto-histórico conhecido por Via da Prata e que, durante vários séculos, serviu de escoamento tanto às minas de ouro como principalmente de estanho que, no seu brilho metálico, por vezes se confundia com a prata.

Também o ouro estava, desde tempos imemoriais, ligado às partes do Ocidente, nomeadamente à Península Ibérica e também aos terminais caravaneiros da costa magrebina, onde chegava depois de retirado dos leitos geológicos do rio Niger e depois de atravessado todo o Sahara. Para justificar esta riqueza metalífera das terras do Sol Posto, em todo o Levante mediterrâneo circulava a convicção de que na terra dos mortos, onde o sol penetrava nas trevas, o seu calor abrasador liquefazia os metais preciosos, fazendo-os correr como rios. Este conjunto de mitos em que se confundem os trabalhos de Hércules no Jardim das Hespérides dos pomos de ouro e a própria Atlântida, são de facto indissociáveis da realidade histórica do reino de Tartessos, localizado no baixo Guadalquivir e que durante vários séculos forneceu em metais preciosos os mercadores de Sidon, Tiro ou Creta.

Esta demanda do Ocidente está profundamente enraizada em toda a civilização mediterrânea e tem a ver com permanentes e muito antigos percursos de cabotagem ao longo da costa africana e mesmo de ilha em ilha, aproveitando o facto de haver muito poucas zonas de mar alto onde se perde de vista a costa. Este charco de rãs, como chamou Aristóteles ao Mediterrâneo, permitiu um constante encontro e caldeamento de ideias, de modos de vida, de todas as histórias e de todas as religiões.

A circulação constante nos dois sentidos permitiu também a difusão para Ocidente dos mitos e dos deuses de origem oriental. As primeiras grandes divindades agrárias provenientes do Egipto e da Suméria, combinados com o velho culto da

Deusa-Mãe protectora dos pastores da Anatólia, a que também não foram estranhas influências da teogonia induísta, tudo isto caldeado e veiculado pelos mercadores fenícios e do Mar Egeu, chegou ao Ocidente envolvido em variadas e complexas histórias de heróis e deuses.

É curioso constatar que, de um modo geral, o mundo camponês e portanto as civilizações de carácter agrário, sempre tiveram tendência para sistematizar os seus sistemas religiosos em hierarquias politeístas. O que é perfeitamente justificável pela necessidade de adaptar os variados ciclos agrários às estações do ano e apaziguar de forma diferenciada as incontroláveis forças da natureza, sempre imprevisíveis e caprichosas. Os deuses das sociedades rurais, cada um especializado na sua função, tomavam as formas mais variadas, adaptando-se aos ciclos de fertilidade da terra, para assegurar o milagre da germinação e a boa colheita. Como hoje sucede no Cristianismo popular e camponês, o seu conteúdo é afinal profundamente politeísta, com cada santo, muitas vezes no papel de divindade local ou regional, a interceder directamente, como especialista, no controlo das chuvas, na germinação das sementes, nas boas colheitas, na saúde, fertilidade e bem-estar das pessoas.

Por conseguinte, se nas sociedades camponesas, as formas religiosas parece tenderem naturalmente para um certo politeísmo, no sentido mais lato do termo, uma rápida visão histórica pelos grupos sociais tradicionalmente dedicados a actividades comerciais mostra-nos, pelo contrário, uma tendência para cultos monoteístas. De referir que as grandes religiões monoteístas – judaica, cristã e muçulmana – surgiram sempre no seio de comunidades de mercadores herdeiros dos antigos fenícios, homens de negócios de Alexandria e caravaneiros do Mar Vermelho. Aliás, é curioso que esta tendência para o monoteísmo se confunda quase sempre com visões do mundo mais abstractas, com representações simbólicas mais geometrizarantes que, de certa forma, enfrentam e contradizem a sempre tentada representação naturalista, apanágio das comunidades rurais mais alheadas das místicas intelectualizadas urbanas. Nos primeiros tempos de expansão do cristianismo, seguindo um caminho que começara a ser percorrido nos últimos tempos do Império Romano, a representação iconográfica estiliza-se ou geometriza-se, chegando mesmo algumas heresias mais radicais a enveredar por um iconoclasmo de tradição judaica que, de certa forma, anuncia a linguagem plástica do Islão nascente.

Na expansão do Cristianismo para Ocidente destacam-se nitidamente duas vias principais. Por um lado, a decisão política imposta pelo édito de Constantino e que em finais do século IV tornou o Cristianismo religião obrigatória do Império. Todos os templos de culto imperial passam a basílicas cristãs, e os grandes senhores da terra, tradicionalmente muito respeitadores dos poderes estabelecidos, convertem os oratórios familiares das suas *villae* em locais de culto cristão. Esta cristianização na Península Ibérica e noutros territórios do Ocidente afectou sobretudo as classes dirigentes, consolidando-se nos centros episcopais e nos mosteiros onde prevaleceu um certo revivalismo naturalista do Império perdido.

O outro caminho da expansão cristã, mais lento, mas talvez mais profundo, acompanhou as rotas do comércio marítimo, fundiu-se nos velhos ritos populares

dos mistérios, penetrou no seio de escravos e libertos, associou-se a outros movimentos de salvação e culto dos mortos, implantou-se solidamente nas cidades portuárias, alongando-se pelos trilhos dos mercadores e almocreves. São assimilados outros cultos já antes implantados como a devoção a Isis – Tanit no Magreb ou o Mitraísmo na Bética e Lusitânia, sendo recebidas no *panteon* cristão várias outras divindades locais que passam a integrar os atributos dos muitos santos que vão proliferando no hagiológico cada vez mais complexo das heterodoxias cristãs que povoam nessa altura todo o Mediterrâneo.

Com efeito, não houve um Cristianismo único a espalhar-se por todo o Mediterrâneo. E não me refiro sequer às múltiplas heresias que proliferavam um pouco por toda a parte. Refiro-me a grandes sistemas filosóficos que, de uma forma geral e como antes referimos, se distribuem seja pelo mundo rural e monástico, seja veiculado pelos cidadãos e comerciantes. Por exemplo, no Mediterrâneo Oriental notamos que, desde o século IV, começa a ser nítida uma certa diferença, constantemente reafirmada em todos os concílios, entre os cristãos das margens setentrionais, de uma certa forma mais ligados às capitais do Império – Roma e Bizâncio –, e os cristãos do Sul, mais dependentes de Alexandria e de todas as



Bab Sharqi (Porta do Oriente), em Damasco. Coexistência de duas grandes religiões do Livro.

outras cidades-porto onde confluíam as grandes rotas marítimas internacionais da Índia pelo Mar Vermelho e da África pelo Nilo e pela costa da Cirenaica. O cristianismo áulico bizantino, que também ditava a ortodoxia, movia-se em torno das cortes imperiais ou papais ordenando-se numa multiplicidade de personagens e intermediários. As suas cerimónias rituais eram envolvidas num brilhante e colorido naturalismo em que os modelos, apesar das diferenças de estilo, pretendiam atingir a grandiloquência do antigo Império Romano. Neste ambiente aristocrático, a corte celestial reproduzia necessariamente a terrena, num sistema hierarquizado de valores, de brocados e pedras preciosas, onde uma pirâmide de heróis e santos era encimada por uma tríade divina.

Nos meios comerciantes das cidades do Sul dominam naturalmente os valores do indivíduo que, pelo seu esforço e o do seu clã familiar, pode enriquecer e portanto ascender socialmente. A valorização individual cria também um relacionamento directo com a divindade, reforça o poder abstracto e isotérico do monoteísmo. Não é por acaso que tenha sido em Alexandria que se concentraram as últimas correntes filosóficas da Escola de Atenas com Plotino a pontificar o relacionamento directo do homem com Deus. Por outro lado, a graça divina como ligação directa do indivíduo à divindade, sem passar por intermediários nem pela estrutura hierárquica da Igreja, enquadra-se também nas mais profundas tradições do misticismo egípcio de culto solar. Aliás esta escola filosófica de Plotino, com referências indirectas à *graça divina* como raio solar, vai ainda influenciar Santo Agostinho, cujo pensamento chegou a ser considerado herético quando mais tarde o «tomismo» se impôs como doutrina oficial da Igreja.

No Império Bizantino foi uma poderosa rede de grandes mosteiros, com uma ideologia mais conservadora, a organizar a contra-ofen-

siva ao movimento iconoclasta inspirado pelas correntes mais inovadoras do sul. Estes centros monásticos, aliados e cúmplices de outros grandes senhores da terra cuja produção dependia ainda do trabalho escravo, mas onde já se pressentia o sistema feudal, são a matriz do cristianismo ortodoxo oficialmente reconhecido pela corte imperial bizantina e pela cúria romana. Desta forma, era inevitável uma profunda divisão entre estes dois mundos. Assim, o Sul mediterrâneo tenderia a organizar-se em torno de correntes fortemente monoteístas onde eram dominantes as correntes monofisitas, que defendem um só Deus absoluto e uma só natureza. Ao rejeitarem a Trindade, considerada como tríade divina, os adeptos dessa doutrina acusavam os cristãos trinitários de politeístas, acusação que curiosamente vai ser repetida uns tempos mais tarde pelos muçulmanos.

Muito antes do Islão que, mais tarde, vai oficializar esta ruptura, no seio do mundo cristão oriental as diferenças de sistema económico são potenciadas por divergências religiosas. Como é sabido, o Império Bizantino tentou de várias formas, incluindo a força armada, impor a sua ordem às cidades de Alexandria, Antioquia e Damasco, que entretanto se tinham reorganizado na igreja Monofisita. Aliás não é por acaso que tenha sido nesta zona do Mediterrâneo a surgir e a afirmar-se à nova religião muçulmana, ela também intransigentemente monoteísta e hostil à dominação imperial bizantina. Ao contrário do que ainda hoje é afirmado sobre as influências do deserto na sua génese, o Islão forma-se como uma espécie de cisma do cristianismo e judaísmo, bebendo das mesmas fontes bíblicas e difundindo-se rapidamente nas comunidades urbanas de mercadores e artesãos, onde tinha garantida a sua base de apoio. Muitas vezes para justificar a fulgurante expan-



Porta da antiga muralha islâmica de Coimbra.

são do Islão, como simples fenómeno militar, resumem-se os seguidores de Mohamad a um bando de árabes a cavalo que invade o Mediterrâneo e impõe uma nova religião. Se, de facto o cimento místico foi recolhido nos horizontes infinitos do deserto, foi sobretudo em Alexandria que foram caldeados a filosofia e os princípios teóricos de uma das maiores religiões da humanidade. Era nesta grande metrópole mercantil do delta do Nilo que nessa altura se defrontavam as grandes correntes de ideias no interior da comunidade cristã, com vantagem clara para o monofisismo que também condensava simbolicamente a resistência política ao odiado Império Romano do Oriente. Uma grande proximidade nos grandes princípios religiosos e uma mais do que evidente aliança de interesses contra Bizâncio, fez com que as convergências se transformassem em conversões. O Islão acabaria por dominar toda a região de uma forma inequívoca, uma vez que, na altura, estava não só mais adaptado à realidade, como se impunha a simplicidade da sua liturgia.

Entramos agora num plano mais concreto, decorrente de uma experiência com mais de vinte anos a investigar o passado de Mértola. De facto, esta pequena povoação foi um importante porto fluvial a 70 km do Oceano onde, antes dos bojudos galeões quinhentistas, atracava todo o tipo de barcos mercantes ou de guerra. Foi um *municipium* romano e uma importante cidade no período conturbado que se seguiu ao desmoronamento do Império. Datado da segunda metade do século VI, encontramos e continuamos a investigar um importante palácio episcopal implantado sobre uma plataforma artificial que dominava a cidade. Este conjunto baptismal de grande luxo decorativo, foi edificado num período de transição quando os reis visigóticos de Toledo se preparavam para abandonar o cristianismo ariano e

adoptar o catolicismo. Por outro lado, a presença de um baptistério numa época em que apenas um prelado podia exercer este sacramento, e dado não existir qualquer referência nos Concílios ibéricos a um bispo em Mértola, leva-nos a levantar a hipótese de esse personagem pertencer a uma comunidade cristã não-ortodoxa. A corroborar esta hipótese temos o facto de terem sido encontradas localmente algumas lápides funerárias escritas em grego e datadas dessa mesma época em que os inumados teriam sido pessoas importantes da cidade, entre os quais um presbítero e dois outros com o nome de Eutiques que, como se sabe, foi o fundador do Monofisismo. Esta conjectura, aliada à descoberta no interior do palácio episcopal de um excepcional conjunto de mosaicos com paralelos no Próximo Oriente, abrem pela primeira vez a possibilidade de esta heresia cristã se ter estendido à Península Ibérica, depois de ter exercido uma forte influência no cristianismo africano.

Esta série de descobertas levou-nos também a compreender melhor a história da religião muçulmana no Ocidente e sobretudo a ver com outros olhos a forma como se expandiu por todo o Mediterrâneo. Em vez de ficarmos apenas enrolados na história tradicional das conquistas militares, começamos a melhor compreender a rápida expansão do Islão, não só como o somatório de condições políticas e económicas favoráveis, como também e sobretudo, o facto de já nessa altura haver no terreno, certamente nas principais cidades portuárias, uma população já convertida a um cristianismo *monofisita* que, afinal, estava muito mais próximo da palavra do Profeta.

Embora a implantação do Cristianismo também tenha passado por éditos imperiais e mesmo por uma certa repressão sobre os outros cultos, seria completamente descabido explicar a expansão do cristianismo por uma conquista militar. O mesmo se pode dizer do



Interior da Grande Mesquita de Kairouan.

Islão. A religião muçulmana, última grande religião de salvação, é naturalmente a síntese de todas as religiões anteriores, tendo-se afirmado como a mais inovadora, com capacidade de incorporar todos os elementos fundamentais das religiões anteriores. É uma religião que se expandiu rapidamente nos meios urbanos porque foi sobretudo divulgada por mercados e não imposta por militares. Não podemos esquecer que um soldado ou qualquer militar olha o outro, o desconhecido, o estrangeiro, o bárbaro que não fala a sua língua, antes de tudo como um inimigo, como alguém a abater. Esse é o comportamento normal de um homem de armas, é o único comportamento para o qual foi treinado. Em contrapartida, o comerciante, na sua lógica de vida, olha o desconhecido antes de tudo como cliente. Ele precisa desse estrangeiro para lhe vender os seus produtos. Tem de comunicar, de se entender, tem de dialogar. Inevitavelmente são criadas condições para, além do intercâmbio de artefactos, haver também a veiculação de ideias e de saberes.

Este gesto de compra e venda é o fundamento de toda a civilização, alimentando os mecanismos de transmissão do conhecimento, criando as linhas de cultura essenciais, que, afinal, resumem a história do Mediterrâneo. Foi através dos portos, dos mercados, das feiras, do intercâmbio, que foi processada a síntese de culturas e saberes, que se difundiram as línguas e as religiões. É mais neste sentido e menos nas operações guerreiras que temos de perceber a expansão fulgurante do Islão ao longo dos séculos VIII, IX e X. É claro que em todas as épocas sempre houve soldados e exércitos, invasões e saques. Foram travadas muitas batalhas e numa delas certamente foi morto o rei Rodrigo. Porém esses factos, à luz de uma abordagem mais atenta, revelam-se perfeitamente secundários, se não mesmo insignificantes. São as histórias habi-

tuais da História. Agora, o fenómeno cultural e religioso da islamização, dada a sua profundidade e carga civilizacional não foi, obviamente, imposto nem pela espada, nem por nenhuma estratégia de conquista militar. Cingindo-nos aos factos arqueológicos, no período islâmico vamos encontrar por todo o sul do país, assim como em toda a Andaluzia, um tipo de casa urbana idêntica à da Tunísia, Sicília ou Líbano. Como seria de esperar, o pequeno pátio de tradição mediterrânea, difundido em época romana e adoptado em tempos muçulmanos, sofreu ligeiras adaptações, mas manteve praticamente as mesmas funções. Em época islâmica assistimos, sobretudo nos centros urbanos, a uma enorme expansão de formas de ver, de formas de habitar, de formas de sentir, e por outro, entre as comunidades camponesas, a um reforço identitário, a uma consolidação das tradições. A maioria da população rural, embora já bastante islamizada em finais do século XI, continuava a praticar o Cristianismo e a falar romance. Nas cidades a língua árabe torna-se francamente dominante. Exactamente por isso é que, em Portugal, os falares dialectais do sul são diferentes dos falares do norte. E as diferenças, resultantes da introdução de elementos moçárabes são anteriores à Reconquista do século XIII. A língua romance subsistiu nas zonas camponesas, profundamente enraizada, tal como permaneceram alguns rituais cristãos embora, muitas vezes pouco ortodoxos. Além dos grandes cultos mais ou menos oficiais, proliferavam várias heresias, grupos religiosos cristãos que, afastados do controlo episcopal e papal, enveredavam por ritos locais mais antigos ou sincréticos.



Celeiro comunitário (agadir) na fronteira do deserto líbio.

Graças também à Arqueologia, sabemos hoje que muitos dos pequenos templos rurais foram durante algum tempo compartilhados entre as comunidades muçulmana e cristã. Havia uma sabedoria natural na utilização dos espaços, não desprovida de atritos naturalmente, porém parece ter sido dominante um certo equilíbrio na convivência de comunidades de cultos diferentes.

Este espírito sobrevive, de certa forma, na Síria actual, onde é notória a convivência de comunidades cristãs e muçulmanas no mundo rural. A torre sineira e o minarete a elevar-se em bairros vizinhos. Aliás, no interior da Grande Mesquita Omíada de Damasco constantemente atravessada por grupos sunitas e xiitas, ergue-se um enorme mausoléu, tocado devotamente por todos os crentes e onde a tradição afirma estar depositada a cabeça de S. João Baptista. Este seria certamente o cenário vivido no Al-Ândalus, antes dos impérios magrebinos

Almorávida e Almóada, e era certamente a forma de viver das comunidades de judeus, cristãos e muçulmanos. A história do Mediterrâneo é afinal a história fantástica de saber olhar, de saber ver o «outro», de respeitar o diferente. É a história de uma cultura milenar onde é vital o equilíbrio hábil de tensões e de saberes. É essa inteligência e sabedoria que nos dias conturbados que vivemos, esperamos sejam entendidas e respeitadas pelos senhores do Império Americano que nos governam.



Pátio interior na cidade líbia de Ghadamés, antigo entreposto comercial entre o Mediterrâneo e a África Negra.

UMA PIZARRA VISIGODA COM INSCRIÇÃO NUMÉRICA ENCONTRADA EM SANTA MARGARIDA (Serpa)

CATARINA TENTE*

ANTÓNIO M. MONGE SOARES**

INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Santa Margarida (Serpa) é conhecido na bibliografia arqueológica, não só como uma *villa* da Época Romana (Dias e Soares, 1988-1989), mas também como um sítio de *habitat* do Bronze Final (Soares, 2005). Este último foi identificado no Inverno de 1995, por Mariana Diniz, que recolheu, próximo da Ermida de Santa Margarida (também conhecida por Paiol da Pólvora por, em tempos, ter tido essa função), numa área restrita, diverso material cerâmico em excelente estado de conservação, atribuível ao Bronze Final. Esse local, bem delimitado, do aparecimento dos vestígios do Bronze Final foi designado como núcleo 1, dado que uma prospeção cuidada da sua envolvente permitiu a descoberta de outros dois núcleos – um na vizinhança imediata da Ermida/Paiol (núcleo 2) e um outro, próximo do «monte» de Santa Margarida (núcleo 3). Os três núcleos situam-se (Fig. 1) na zona aplanada de maior cota (ca. 140 m), entre os barrancos da Carelinha e de Santa Ana, e estão separados entre si por cerca de cem a cento e cinquenta metros praticamente estéreis de vestígios atribuíveis ao Bronze Final.

Além destas ocupações atribuíveis à Época Romana e ao Bronze Final do Sudoeste, verificou-se também a existência de ocupações atribuíveis ao Neolítico Final/Calcolítico Inicial (taças carenadas muito abundantes, acompanhadas de pesos de tear em forma

de placa) e ao Calcolítico Pleno/Final (pratos de bordo «almendrado» e cerâmica campaniforme incisa) na área do núcleo 3. Por outro lado, numa área distante duas ou três dezenas de metros do núcleo 1, a sudoeste, foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos e instrumentos de pedra polida também atribuíveis ao Calcolítico. Também junto ao núcleo 1 e entre este e o 2 aparecem materiais a sugerir uma ocupação tardo-romana, enquanto que junto ao núcleo 3 surgem vestígios islâmicos. Por fim, em toda a área de Santa Margarida são identificáveis vestígios cerâmicos atribuíveis às Épocas Moderna e Contemporânea.

Apesar da dispersão espacial de todos estes contextos arqueológicos poderá afirmar-se que o sítio arqueológico de Santa Margarida, que se situa na freguesia de Santa Maria (Serpa), tem como coordenadas geográficas (de um ponto aproximadamente central) as seguintes: 37°57'57'' N; 7°37'54'' W Gr.

Foi durante uma prospeção de superfície entre os núcleos 1 e 2 e já próximo da Ermida/Paiol de Santa Margarida, a cerca de 30 m a sul

* Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia, catarina.tente@sapo.pt

** Instituto Tecnológico e Nuclear – Estrada Nacional 10, 2686-953 Sacavém; amsoares@itn.pt

desta estrutura (Fig. 2), que identificámos à superfície do terreno a placa de xisto inscrita, uma pizarra visigoda numérica, cujo estudo é o objecto desta publicação. Na vizinhança próxima ou imediata do local do achado reconhece-se um amontoado de pedras, possivelmente restos de algum edifício que aí teria existido, bem como são relativamente abundantes fragmentos de *lateres*, *tegulae* e *imbrices*, estes bastante espessos, além de um ou outro fragmento de cerâmica comum algo rolado. A ausência de *sigillata*, de cerâmica de paredes finas e de ânforas e a quantidade diminuta de cerâmica comum sugerem estar-se em presença dos restos de uma estrutura rural tardo-romana, porventura na dependência de uma estrutura maior localizada junto ao actual «monte» e sucedânea da *villa* romana já referida. Deverá ser mencionado que foi atribuída uma datação tardia aos lateres com a marca *ex officina Vincinti*, um deles encontrado precisamente no sítio de Santa Margarida, reaproveitado no «monte» (Dias e Soares, 1988-1989, p. 267). A atribuição de uma datação tardia a este *latere* resulta não só do contexto arqueológico tardio da Quinta de D. Luis (Serpa), onde apareceram vários



Figura 2 – Encosta nordeste de Santa Margarida com indicação do núcleo 1 do Bronze Final (1), da Ermida/Paiol (2) e do local de achamento da pizarra visigoda (A). Em primeiro plano, o IP 8 e o barranco de Santa Ana.

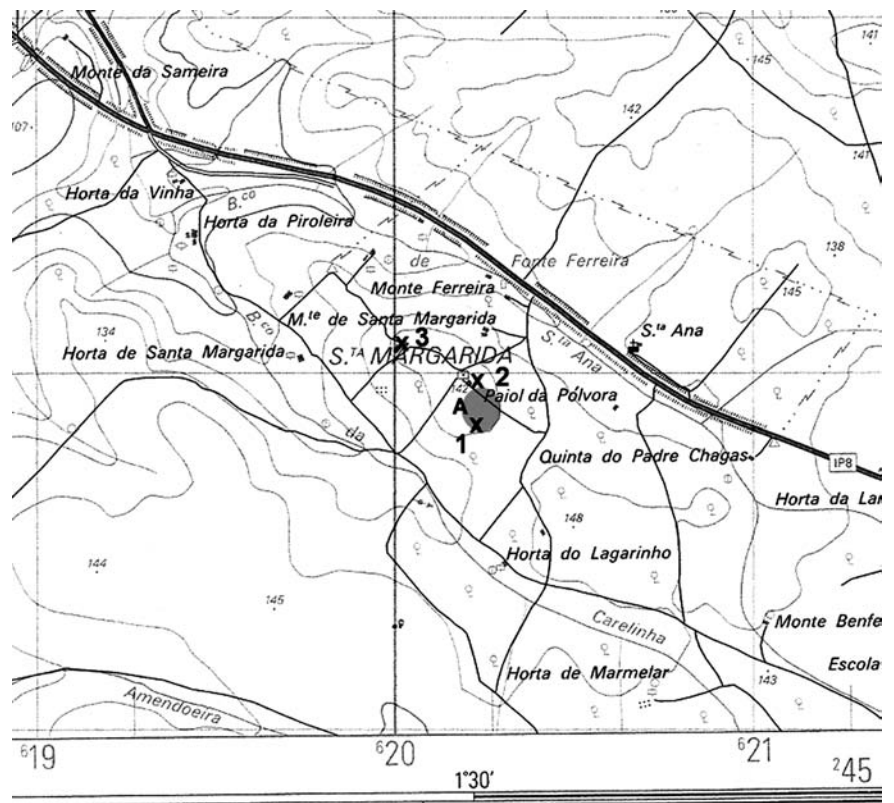


Figura 1 – Localização do sítio arqueológico de Santa Margarida, com indicação dos três núcleos do Bronze Final (1, 2, 3) e da mancha de vestígios atribuíveis ao período tardo-romano/visigótico (A). Base cartográfica: Carta Militar de Portugal, Esc. 1:25 000, Folha 522, Instituto Geográfico do Exército, 1994.

exemplares daqueles materiais, mas também dos paralelos mais próximos (procedentes de Córdova) que possuem uma saudação paleocristã (Marcos Pous, 1981) e do próprio antropónimo latino de natureza cognominal, registado, sob a forma do genitivo (*Vincinti*), nos *lateres* da região de Serpa. Geograficamente, o mais próximo *Vincintius* conhecido será o de uma inscrição funerária, datada de 556, da basílica paleocristã do Rossio do Carmo de Mértola (Dias e Torres, 1984).

DESCRIÇÃO DA PEÇA

O suporte da peça epigrafada é uma placa de xisto de tons azulados, muito provavelmente de origem local, uma vez que xistos macroscopicamente similares são vulgares no Guadiana ou na sua vizinhança, no concelho de Serpa. A placa, que se encontra fragmentada, apresenta, como medidas máximas, 14,5 cm de eixo vertical por 8,9 cm de eixo transversal e a espessura oscila entre 1,5 cm e 1 cm. É possível identificar cinco linhas de signos numéricos romanos separados por traços horizontais que definem os

campos epigrafados. A margem direita da placa parece corresponder à margem primitiva, mas já as margens primitivas esquerda, topo e base desapareceram, pelo que não se pode afirmar que a placa não continha mais linhas ou que não faltam os signos do início das linhas conservadas de maior comprimento. A placa apresenta, ainda, uma concreção castanha ferruginosa na face epigrafada, na quarta linha, por debaixo dos signos, que, no entanto, não afecta a sua leitura.

A distância entre as linhas varia entre 2,1 cm e 3,2 cm. Os números inscritos possuem um comprimento muito variável, de 0,7 cm na primeira e última linhas, mas que atinge os 1,6 cm na terceira e quinta linhas. Na primeira linha existente são apenas visíveis dois signos I, que constituem o final da linha, unidos por um traço horizontal superior. Na segunda linha é possível identificar um I, seguido de um V e de três signos I, novamente unidos, estes últimos, por um traço horizontal superior. Na terceira linha visível identifica-se parcialmente um V, encimado por um traço horizontal, ao qual se seguem quatro signos I, dois separados e os restantes unidos por um traço superior. Na quarta linha observa-se uma sequência de nove signos I, sendo os dois primeiros unidos por um traço horizontal superior, assim como o são os dois últimos da sequência. Iguamente encimado por um traço horizontal está o quinto I desta linha, mas sem que o mesmo o una a outro número. Na quinta e última linha existente na placa identifica-se mais uma sucessão de signos I, desta vez sete, estando o terceiro novamente encimado por um traço transversal, bem como estão os dois últimos signos I desta linha unidos por um outro, que se prolonga para a esquerda quase atingindo o I precedente.

Este fragmento de placa numérica apresenta a particularidade de se poderem identificar, nas cinco linhas parcialmente conservadas, pequenos traços oblíquos de incisão fina e superficial no fim de cada linha. A forma dos traços e a sua técnica de execução sugerem que seriam traços de confirmação das contagens da respectiva linha, como que um visto de cada uma. Na primeira linha o traço é bastante pequeno, não atingindo os 0,5 cm, o que contrasta com os traços incisos nas três linhas seguintes, que chegam a possuir cerca de 2 cm. Contrasta, também, por ser um traço quebrado (com o aspecto de um acento circunflexo) ao contrário dos restantes que são rectilíneos. Na quarta linha, foram incisos, mais levemente que os restantes, dois traços quase paralelos, bem como um outro traço, mais grosso e de menor dimensão, junto à parte superior do último signo inscrito, o que pode sugerir que a confirmação da contagem, admitindo a verosimilhança da interpretação anterior, poderá ter sido dupla ou tripla. Na última linha, o traço oblíquo é sobreposto por um outro mais fino que lhe é perpendicular, mas este último poderá não ter qualquer significado; provavelmente a sua existência será fortuita.

Uma das características essenciais destas inscrições em placas de xisto ou destas pizarras visigodas é a de possuírem uma sequência de linhas com caracteres numerais romanos, onde apenas estão representados os signos I, V e X. Na placa de xisto de Santa Margarida, o X está ausente e o V está representado apenas duas vezes, o que contrasta com os vinte e seis signos I inscritos neste pequeno fragmento.

Nas placas numéricas, a única operação aritmética existente parece ser a soma. Em muitos dos casos em que se conhece a totalidade da inscrição, constata-se que, geral-



Figura 3 – Fotografia da placa de xisto epigrafada de Santa Margarida.



Figura 4 – Desenho da placa de xisto de Santa Margarida (da autoria de Maria João Sousa Brum).

mente, todas as linhas têm a mesma soma, apesar de cada uma delas ter inscrita uma sequência diferente de signos (Velázquez Soriano, 1989, p. 32). A incisão dos traços oblíquos no fim de cada linha, que aparecem na placa de Santa Margarida, parece atestar também, neste caso, o seu carácter aritmético. As várias linhas visíveis nesta placa apresentam as somas «totais» de 2, 9, 9, 9 e 7. Refira-se, no entanto, que a primeira linha está muito mutilada relativamente às demais, além de que, como já foi mencionado, a margem esquerda primitiva da placa já não existe.

Outra das características comuns às placas numéricas conhecidas é a existência de traços horizontais a encimar, por vezes, os signos, quer isoladamente (apenas um signo), quer em grupo (do mesmo signo ou de signos diferentes). Ignora-se o verdadeiro significado destes traços. Para alguns autores podem tratar-se de somas parciais (Gomez-Moreno, 1966, p. 14) ou apenas têm por missão facilitar a contagem (Coelho, 1972); contudo, é impossível encontrar um padrão na sua distribuição ao longo das peças. Na placa de Santa Margarida, os traços horizontais superiores encimam, quer um signo individualmente (como acontece nas três últimas linhas, com os signos V e I), como unem dois ou três signos I. Parece-nos, por consequência, que os traços horizontais superiores terão apenas a missão de facilitar a contagem, pelo menos aqueles que aparecem a encimar um único signo, seja ele o I, o V ou o X (que não existe nesta placa de Santa Margarida).

AS PIZARRAS COM INSCRIÇÕES NUMÉRICAS NO CONTEXTO PENINSULAR E REGIONAL

A placa de xisto numérica encontrada em Santa Margarida insere-se no mundo bastante vasto de placas de xisto com inscrições de época visigoda, as designadas pizarras visigodas. O estudo mais completo realizado, até hoje, sobre as pizarras foi o efectuado por Isabel Velázquez

Soriano (1989). Ainda que se debruce preferencialmente sobre as placas de texto, esta investigadora não deixa de referir as placas numéricas e as que apresentam desenhos. Conhecem-se placas que combinam números e texto, mas a maioria dos exemplares conhecidos são exclusivos de texto ou de números, sendo estas últimas as mais numerosas (Velázquez Soriano, 1989, p. 29) Tal como apontou esta autora, é curioso verificar que nos locais onde existem mais placas de texto escasseiam as placas numéricas e vice-versa, aparecendo as de desenho, quer associadas às numéricas, quer às de texto (Velázquez Soriano, 1989, p. 29) Poderá este dado significar que as placas de texto e de número estariam preferencialmente associadas a sítios com funcionalidades económico-sociais diferentes? Sendo provável, apenas o estudo arqueológico sistemático dos respectivos contextos arqueológicos poderá lançar luz sobre esta questão.

A maioria das pizarras conhecidas provém essencialmente da área geográfica definida pelas cidades de Salamanca, Ciudad Rodrigo, Ávila e Plasencia. Os principais núcleos de proveniência das numéricas são Lerilla, com cerca de 300 fragmentos – daí que as pizarras numéricas também sejam conhecidas por pizarras tipo «Lerilla» (Díaz y Díaz, 1961; Urbina Álvarez, 2002) – e Salvatierra de Tormes, ambos situados na área de Salamanca (Velázquez Soriano, 1989). A sua distribuição parece sobrepor-se à principal mancha de necrópoles hispano-visigodas conhecidas na Península (Barroca, 1991, p. 145), o que vem reforçar a integração cultural destes documentos. Em diversas placas de texto é referida a *lex visigothorum* (Velázquez Soriano, 1989) o que uma vez mais aponta para o contexto cultural das pizarras.

Existem, todavia, ocorrências excêntricas aos núcleos de concentração na distribuição das pizarras, nomeadamente quer em Segóvia (Coca e Cerro de la Virgen del Castillo), em Valladolid (Quintanilla de Arriba) ou nas Astúrias (Carrio), em Espanha, quer no nosso país, em Braga. Desta cidade conhecem-se duas placas que terão sido encontradas na Colina de Maximinos, junto aos Balnea (Barroca, 1991, pp. 146-147). Ambas estão inscritas no anverso e reverso dos suportes e ambas são de texto, tendo sido estudadas e publicadas por Isabel Velázquez Soriano (1989, 2000). Mário Barroca publica uma outra, de cronologia incerta, identificada em Falperra (1987, p. 196; 1991, pp. 146 e 160), onde terá existido um templo paleocristão e possivelmente uma estrutura monástica alto medieval. A placa tem representada uma figura humana nimbada, que sugere ao autor duas cronologias: uma baseada na estética, quase pueril da própria figura, que se assemelha à estética enquadrável no século VII, e outra nas semelhanças que a figura tem como a iconografia moçárabe do século X. A excentricidade destas placas relativamente ao núcleo geográfico de proveniência da maioria das peças poderia ser compreendida como o resultado de um fenómeno de migrações para uma cidade onde afluiriam populações oriundas de vários contextos geográficos e culturais peninsulares (Barroca, 1991, p. 147).

No território português, para além das placas de Braga referidas, não se conhecem mais quaisquer pizarras visigodas. Existe, no entanto, a referência de que terão aparecido algumas pizarras numéricas no sítio arqueológico de Santo André Apóstolo, na freguesia de Almofala, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (Coelho, 1972, p. 276; 1994, p. 245; Maciel, 2004, p. 250). Este sítio localiza-se sobre o Rio Águeda, junto à

Capela de Santo André. Num espaço relativamente circunscrito foram identificados dois berrões (touro e porco), silhares almofadados de granito, fragmentos de colunas, fragmentos de cerâmica comum, tegulae e imbrices. Um contexto arqueológico de superfície que expressa uma ocupação romana com raízes proto-históricas e que terá sobrevivido às alterações da Baixa Antiguidade e persistido até à Alta Idade Média. O contexto arqueológico de superfície de Santo André tem, aliás, muitas semelhanças com o contexto conhecido para Santa Margarida. Também aqui se trata de um sítio com diversas ocupações, desde a pré-história à actualidade, passando pela proto-história, pela época romana e pela Alta e Baixa Idade Média.

Ao contrário das placas de Braga, as possíveis pizarras de Santo André Apóstolo poder-se-iam incluir no círculo geográfico das pizarras tipo «Lerilla», já que se encontraram numa área que faz fronteira com o principal núcleo geográfico onde foi identificada a maioria deste tipo de documentos. Não é, no entanto, o caso de Santa Margarida, que apresenta a localização mais meridional das placas conhecidas até ao momento. Como explicar esta localização? Migração de gentes do norte para áreas mais a sul? Ou uma deficiente amostragem, devido à ainda incipiente investigação dos contextos arqueológicos visigodos existentes em muitas áreas do nosso país e, mesmo, em muitas áreas de Espanha?

Cronologicamente, a maioria das peças estudadas por Isabel Velázquez Soriano integra-se nos séculos VI e VII. Atribui a mais antiga ao final do século V, início do século VI e, a mais recente (a placa encontrada nas Astúrias), datará de cerca de 750. Esta



Figura 5 – Mapa com a distribuição das pizarras visigodas no território peninsular (● – cidades actuais; ○ – espaço geográfico onde se identificaram a maioria das placas de xisto; ● – sítios onde se identificaram placas de xisto; ★ – Santa Margarida).

poderá ser explicada pela movimentação de populações do centro da Península para as terras montanhosas do Norte, na sequência da entrada dos muçulmanos em 711 (Velázquez Soriano, 1989, pp. 73-74). Uma atribuição cronológica mais precisa para as peças exclusivamente numéricas e sem contexto arqueológico é, porém, bem mais difícil, já que se desconhece o intervalo de tempo em que foram gravados numerais romanos em placas de xisto. As placas numéricas devem ter sido produzidas e utilizadas na mesma época em que o foram as de texto, estas datadas entre os séculos VI e VIII, mas é provável que as primeiras possam ter uma diacronia mais longa (Velázquez Soriano, 1989, p. 30).

Relativamente à interpretação do significado das pizarras numéricas, foram já aventadas diversas hipóteses. Para alguns autores seriam o que se poderia designar por exercícios escolares (Velázquez Soriano, 1989, p. 29); para outros seriam «livros» de contabilidade relacionados com a produção de gado e/ou de culturas agrícolas (Barroca, 1991, p. 143; Urbina Álvarez, 2002, p. 143), pagamento de censos, direitos de peagem (Barroca, 1991, p. 143); ou, ainda, anotações de jogos (Velázquez Soriano, 1989, pp. 30-31). Efectivamente, parecem reflectir actividades quotidianas, semelhantes àquelas que são vulgarmente inscritas em documentos de pergaminho.

Terão sido a vasta disponibilidade de um suporte de fácil incisão e a impossibilidade de obtenção de pergaminhos os factores que estiveram na origem da vulgarização do xisto como base para a escrita e o desenho. Note-se, aliás, que estes documentos não foram ainda identificados em grandes cidades, como a própria capital visigoda, Toledo. Pelo contrário, as placas aparecem em contextos mais ou menos ruralizados, onde o xisto predomina ou está próximo, tal como ocorre em Santa Margarida. Contudo, conhecem-se contextos em que o xisto terá sido importado, o que será, no actual território português, o caso de Braga (Barroca, 1991, p. 147).

Deverá notar-se, também, que o contexto tardio (visigodo), rural, vislumbado em Santa Margarida é acompanhado por outros da mesma época e do mesmo tipo (rural) na margem esquerda do Guadiana, designadamente no concelho de Serpa. Alguns deles já foram objecto de investigações arqueológicas e de publicações parciais ou, mais raramente, relativamente completas. Referimo-nos, por exemplo, à necrópole do Alpendre dos Lagares (Pias), com sete sepulturas de cronologia visigoda (séculos VI a VIII) (Cunha, 2001), certamente relacionadas com a ocupação dessa época da villa existente na sua vizinhança; à necrópole do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho), com três sepulturas, datadas do século VII e princípios do VIII, e associada a um possível casal agrícola (Soares *et al.*, 1997); à basílica paleocristã junto à Igreja Velha de S. Jorge, também em Vila Verde de Ficalho, construída provavelmente no final do século V ou já no século VI (*op. cit.*, p. 31), com necrópoles associadas, uma das quais forneceu uma lápide epigrafada de mármore branco pertencente à sepultura de um tal Martinus, famulus Christi, que faleceu no dia 20 de Fevereiro do ano de 626 (Dias e Soares, 1987); à capela visigoda da Herdade da Abóbada (Vila Nova de S. Bento), implantada no local onde existiu uma *villa* romana, e donde provêm uma pilastra, uma cancela e uma base de altar (?), tudo em mármore decorado em baixo-relevo (Almeida e Caeiro, 1978). Se a ruralidade envolvente destes sítios é mais que evidente, a lápide epigrafada («as letras que compõem este texto são, quer pelo cuidado do lapicida em respeitar o padrão de cada letra, quer pela uniformidade de estilo, quer, ainda, pela consonância das características particulares de cada letra com todas as outras, mais do que o resultado de um saber desenhar e gravar letras, a expressão de um alfabeto tipo, disciplinadamente reproduzido» – Dias e Soares, 1987, p. 237) e os mármore esculpidos da Herdade da Abóbada indiciam ligações a centros contemporâneos de

desenvolvimento cultural, designadamente aos do sul peninsular. A pizarra agora encontrada em Santa Margarida aponta também para outra direcção – as ligações com o centro-norte do reino hispânico visigodo.

CONCLUSÕES

A pizarra visigoda de Santa Margarida apareceu num contexto arqueológico de cariz rural, num espaço em que convivem materiais arqueológicos de superfície de diversas épocas, desde a Pré-História até à actualidade, passando pela Idade Média. É impossível, com os dados actualmente disponíveis, identificar a actividade que necessitou de esboçar em xisto uma listagem de números divididos por linhas, interligados por traços e cuja contagem era conferida linha a linha. A sua existência enquadra-se na ideia, partilhada por outros autores, de que estas placas numéricas reflectem uma actividade económica ligada ao mundo rural, quer seja à pecuária/pastorícia, quer seja às culturas agrícolas.

A presença da pizarra visigoda no sítio de Santa Margarida parece indicar que, algures entre os séculos VI e VIII, terá aí existido uma pequena comunidade, que partilha com o mundo cultural visigodo do Centro-Norte peninsular o hábito de utilizar estas placas para aí registar a contabilidade referente a alguma das actividades económicas que desenvolvia. A forma como se operava ou se operou a ligação com estes contextos visigodos tão separados no espaço é, contudo, uma questão que por ora não sabemos responder. Só o desenvolvimento de trabalhos de escavação arqueológica dos contextos onde aparecem as pizarras poderá levar à obtenção de novos dados que ajudem a compreender, não só a funcionalidade destas peças, como a sociedade que as usou, as relações que estabeleciam, as fronteiras dos seus territórios e a forma como os organizavam e exploravam.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à colega Maria João Sousa Brum o desenho da pizarra visigoda de Santa Margarida.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. e CAEIRO, J. O. (1978), «Pé-de-Altar Visigótico na Abóbada (Serpa)», *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (1977), vol. I, pp. 337-344, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- BARROCA, M. (1987), *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, dissertação para provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, policopiado, Porto.
- (1991), «As Pizarras Visigodas: a Propósito de uma Obra de I. Velásquez Soriano», *Conimbriga*, 30, pp. 139-159, Coimbra.
- COELHO, L. (1972), Breve nota sobre a «epigrafia» duma pequena placa de xisto goda, proveniente de

- Plasencia (Espanha), hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, *O Arqueólogo Português*, série III, 6, pp. 275-282, Lisboa.
- (1994), Quatro textos visigóticos da série numérica de duas piçarras da região salmantina (col. R. Daehnhardt), *Evphrosyne*, 22, pp. 245-254, Lisboa.
- CUNHA, E. (2001), Bioarqueologia em Serpa: o caso da necrópole do Alpendre dos Lagares, 40, *Conimbriga*, pp. 319-325.
- DIAS, M. M. A. e SOARES, A. M. M. (1987), O epitáfio paleocristão de *Martinus*, Vila Verde de Ficalho (Serpa), *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, 233-240, Lisboa.
- (1988-1989), *Os lateres «ex officina Vincinti»* do Sul de Portugal, *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7, pp. 263-269, Lisboa.
- DIAS, M. M. A. e TORRES, C. (1984), Inscrição Funerária de *Vincentius*, 9, pp. 10-11, n.º 38, Ficheiro Epigráfico.
- DÍAZ y DÍAZ, M. (1961), Sobre la posible data de las pizarras salmantinas con signos numéricos, *Zephyrus*, 12, pp. 234-239, Salamanca.
- GOMEZ-MORENO, M. (1966), *Documentación goda en pizarra*, Madrid: Real Academia de la Historia.
- JIMENEZ, F. (1950), Un nuevo hallazgo salmantino de pizarras epigráficas, *Zephyrus*, 1, pp. 66-68, Salamanca.
- MACIEL, M. J. (2004), Recensão bibliográfica aos documentos de época visigoda escritos em pizarra (Séculos VII-VIII) de Isabel Velázquez Soriano, *Conimbriga*, 43, pp. 249-250, Coimbra.
- SOARES, A. M. M. (2005), Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8 (1), 111-145, Lisboa.
- SOARES, A. M. M.; SANTOS, A. L. e UMBELINI, C. (1997), A necrópole paleocristã do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa), *Arqueologia Medieval*, 5, 23-33, Mértola.
- URBINA ÁLVAREZ, A. (2002), Hallazgo de dos pizarras con inscripción en el hábitat tardoantiguo del Cerro de la Virgen del Castillo (Bernardos, Segovia), *Faventia*, 24 (1), pp. 135-144, Barcelona.
- VELÁZQUEZ SORIANO, I. (1989), *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Murcia: Universidad de Murcia.
- (2000), *Documentos de época visigoda escritos em pizarra (Séculos VII-VIII)*, Madrid: Real Academia de La Historia.

IBN GHÂLIB, VIDA E OBRA

NOTAS IDENTIFICATIVAS

ANTÓNIO REI*

1. INTRODUÇÃO

Em 1955 foi editado no Egipto um manuscrito árabe relativo ao al-Andalus.

O manuscrito em causa continha uma cópia, datada do século XV, em estado fragmentário, de uma obra de cariz geográfico, da autoria de um letrado hispano-árabe então desconhecido¹.

Relativamente à geografia árabe sobre a Hispânia, ocorreram dois momentos de grande importância e significado, durante a primeira metade daquela mesma década do passado século, e que não poderemos deixar de referir.

Em primeiro lugar, em 1951, a edição portuguesa da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por Lindley Cintra, Crónica onde também surge integrado o apartado geográfico que descreve a Península Ibérica, e que recorrentemente se atribui a al-Râzî, o «Mouro Rasis» da tradição romance².

E em segundo lugar, em 1953, a tentativa de reconstituição da «Descrição de Espanha», levada a cabo por Lévi-Provençal, em texto de teor idêntico ao que surge naquele mesmo apartado existente em ambas as Crónicas romances, e portanto remetendo também para al-Râzî³.

Para este último trabalho, que veio a ganhar enorme popularidade mesmo até à actualidade, o autor utilizou, para além das fontes árabes então conhecidas⁴, ainda o testemunho da «Crónica do Mouro Rasis» editado por Pascual de Gayangos em

1852⁵, texto que hoje sabemos ser um «híbrido»⁶; e também uma cópia daquele texto editado por Lindley Cintra, atrás referido⁷.

2. PONTO DE SITUAÇÃO

Mas voltemos ao manuscrito árabe. O ms., relativamente ao seu autor, diz-nos que ele se chama «*Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib*», e dá-lhe a *nisba*⁸ genérica de «*al-Andalusî*», que, cremos, lhe terá sido atribuída pelo copista oriental, ante a escassez identificativa de que enferma o texto⁹. Ibn Ghâlib é ainda referido como «*hâfiz*», título geralmente atribuído aos que conhecem o Alcorão de memória¹⁰, mas que entre os Almóadas se aplicava também a alguns funcionários administrativos de grau elevado¹¹.

Quanto à época em que viveu, e atendendo à sua proximidade a um dos filhos de 'Abd al-Mu'min, primeiro monarca almóada, é situada na segunda metade do século XII¹².

* Bolseiro FCT/IEM – FCSH/UNL.

Lutfi 'Abd al-Badî' num estudo introdutório à edição procurou mais informações sobre aquele letrado praticamente desconhecido. Consultou Pons Boigues e Ismâ'îl Pashâ¹³.

Quanto a Pons Boigues, confundiu Ibn Ghâlib com um outro letrado, este tendo vivido no século XI, não sendo possível portanto acrescentar mais nada sobre o indivíduo em causa¹⁴.

Ismâ'îl Pashâ afirma tratar-se de «Abû 'Abd Allâh Muhammad ibn Ghâlib al-Balânsî, o Secretário de Chancelaria, o Ministro, falecido no ano de 767 h. [= 1365 d.C.]». Mas atendendo a esta data, foi logo abandonada esta informação, por não se tratar, neste caso, de um homem do século XII. Tendo Ibn Ghâlib sido fonte para Yâqût, que faleceu em 626/1229, e de Ibn Sa'îd, falecido em 685/1285, seria impossível que Ibn Ghâlib tivesse sobrevivido ao último dos dois, ainda mais oitenta anos¹⁵.

Nem Pons Boigues nem Pashâ adiantaram mais quaisquer dados atribuíveis a Ibn Ghâlib.

Quanto à obra de Ibn Ghâlib, ficamos sabendo chamar-se *Farhat al-anfus fî tâ'rîkh al-Andalus* (*Alegria das Almas na História de al-And.*)¹⁶. Tratava-se de uma vasta compilação historiográfica, antecedida por uma introdução geográfica, onde era descrita a Península Ibérica¹⁷. A parte histórica, tendo sempre como pano de fundo o palco privilegiado da Hispânia, teria o seu ponto de partida no início da Criação, e prolongar-se-ia até ao período almóada, ou seja até à época em que o próprio autor vivia¹⁸.

O manuscrito conhecido apresenta apenas matéria de natureza geográfica.

Voltando um pouco atrás, à década de 50, e ainda claramente nos ecos das publicações atrás referidas, de Lindley Cintra e de Lévi-Provençal, ambas remetendo para a sombra tutelar de al-Râzî, rapidamente foi constatada, por Emilio Garcia Gomez, a grande identidade tex-

tual que quer ao nível da estrutura quer dos conteúdos, existia entre o texto reconstituído pelo arabista francês, e o apartado geográfico presente na Crónica editada pelo professor português, por um lado; e, por outro, com o recém-editado texto árabe de Ibn Ghâlib¹⁹.

Assim, passou este último e desde aquele momento, a ser considerado o mais fidedigno seguidor de al-Râzî, e que o texto de Ibn Ghâlib, ao ser considerado o mais próximo testemunho da obra daquele, constituía a melhor peça para uma futura reconstituição do texto árabe da desaparecida obra de al-Râzî²⁰.

Apenas na década de 60, e em consequência das edições das obras geográficas de outros autores hispano-árabes, e pelo cruzamento de alguns dados, foi retomado o estudo relativo a Ibn Ghâlib e à sua obra. Foi um investigador egípcio, Husayn Mu'nîs, que viveu largo período em Espanha, e se dedicou ao estudo da geografia hispano-árabe e dos autores a ela associados, quem retomou aquele estudo.

Um capítulo numa extensa monografia que trata a geografia sobre o al-Andalus e os respectivos geógrafos, assim como o artigo presente na «*Encyclopédie de l'Islam*», são os resultados das investigações de Mu'nîs sobre Ibn Ghâlib enquanto homem e autor²¹. E apesar de não ser muito simpático para Ibn Ghâlib e de o considerar praticamente um mero copista de al-Râzî²², os seus trabalhos vieram a revelar-se importantes, pois até ao presente, sintetizam o que se sabe sobre aquele letrado hispano-árabe.

Também até recente data não se alterara a condição de subalternidade de Ibn Ghâlib relativamente a al-Râzî.

3. NOVOS DADOS SOBRE IBN GHÂLIB – A OBRA E O HOMEM

3.1. A Obra

3.1.1. *Farhat al-anfus*

No estudo que deu corpo à nossa Tese de Mestrado²³, confrontámos as notícias relativas ao ocidente peninsular, do apartado geográfico da *Crónica Geral de Espanha de 1344*²⁴, com as notícias sobre aos mesmos espaços, e que se encontram em onze obras geográficas árabes²⁵.

A conclusão mais importante da nossa investigação foi o facto de se constatar que o texto do apartado geográfico presente nas *Crónicas do Mouro Rasis e Geral de Espanha de 1344*, não tem, afinal, como matriz árabe o texto de al-Râzî, autor que trabalhou e faleceu no século X, mas sim um texto datável do século XII, que funde informações atribuíveis a al-Râzî, com outras, coevas e transmitidas por al-Bakrî, geógrafo também ele hispano-árabe mas do século XI, e, por conseguinte, impossíveis de encontrar na obra do primeiro. Assim, tudo aponta para que o texto árabe traduzido entre os finais do século XIII e inícios do XIV, para galaico-português, fosse afinal o da obra de Ibn Ghâlib²⁶.

Tendo em conta que o único testemunho árabe que conhecemos da obra de Ibn Ghâlib, é o ms. editado por 'Abd al-Badî', texto do género «manual de chancelaria»²⁷, aquilo que encontramos nos apartados geográficos das Crónicas romances faz-nos colocar a possibilidade de que o texto árabe que no século XIII chegou às mãos dos Senhores de Aboim-Portel fosse uma possível cópia da *Farhat al-anfus*, e não de um qualquer compêndio ou resumo, como acontece com este único texto árabe conhecido até ao momento²⁸. E o que nos leva nessa direcção é o facto de as notícias presentes nas Crónicas serem geralmente mais extensas do que as que figuram no texto árabe editado, independentemente do estado fragmentário de algumas notícias que figuram neste último. Quando as notícias do texto árabe se podem considerar completas ou praticamente completas, encontramos nelas passagens que, em alguns períodos, resumem extensos parágrafos, que, por vezes, ocupam páginas nos textos cronísticos²⁹.

O texto árabe encontrado pelos Aboim-Portel, muito possivelmente no Algarve, talvez mesmo em Silves, a grande cidade, e importante centro cultural do «reino do Algarve», seria, tudo leva a crer, atendendo à descrição da estrutura textual da *Farhat al-anfus*, um texto truncado. Acéfalo, faltar-lhe-iam as páginas iniciais, onde se identificaria a obra e, eventualmente, o seu autor. Uma referência a al-Râzî no início do texto encontrado, e que tem paralelos no ms. editado, terá dado origem à saga da «Crónica do Mouro Rasis»³⁰.

Se no original da *Farhat al-anfus*, a parte historiográfica iria presumivelmente até ao período almóada³¹, ao manuscrito que chegou às mãos da equipa de tradutores que trabalhavam para os Aboim-Portel, faltava toda a informação relativa às Taifas, aos Almorávidas e aos próprios Almóadas, para além de nem sequer concluir o período califal Omíada, pois o texto em causa detém-se no início do reinado de Hishâm II, sem ir mais além³².

Ainda com relação a esta obra, e de não menos importância, é o facto do paralelismo temporal entre a redacção da obra de Ibn Ghâlib e o processo de legitimação califal de Abû Ya'qûb Yûsuf, que culminou no assumir oficial do título de *Amîr al-Mu'minîn* (Príncipe dos Crentes), ambos os factos acontecidos no ano de 563/1168³³. A simultaneidade dos dois processos não terá sido, portanto, apenas uma mera coincidência, como poderemos constatar seguidamente.

3.1.2. *Ta'liq Muntaqâ*

Ibn Ghâlib foi um alto funcionário do aparelho estatal almóada, principalmente na cidade de Granada, durante o governadorado de Abû Sa'îd 'Uthmân entre 1160 e 1175³⁴, e sob as ordens directas deste último, também ele um filho de 'Abd al-Mu'min, e um dos irmãos próximos ao futuro monarca Abû Ya'qûb Yûsuf. Abû Sa'îd 'Uthmân foi um dos mais eruditos filhos de 'Abd al-Mu'min, reunindo à sua volta um largo círculo de letrados e poetas, e protegendo as manifestações culturais³⁵.

Ibn Ghâlib terá começado por ser secretário de chancelaria (*kâtib*), antes de chegar a vizir (*wazîr*)³⁶. Foi um letrado comprometido com o regime, na sua vertente de historiador e de geógrafo³⁷.

Assim, terá sido encarregado pelo próprio poder de organizar um texto que cumprisse uma tripla função:

- em primeiro lugar, procurar agilizar a administração do espaço peninsular ainda sob o domínio islâmico, através de uma sucinta e eficiente relação de factores importantes e estratégicos: para cada alfoz, a sua cidade capital, os principais povoados e fortalezas; os mais importantes itinerários e respectivas distâncias; as riquezas agrícolas, artesanais, comerciais e mineiras;
- em segundo lugar, descrever os limites espaciais máximos que o poder omíada conseguira alcançar no espaço peninsular, funcionando a descrição como uma proposta programática de reconquista islâmica, para o poder almóada;
- e, em terceiro e último, ao reunir os aspectos anteriores, de boa e justa governação à luz do Alcorão, com o da condução da guerra, fundiria os principais factores que, em conjunto, conduzem e desaguam na condição califal.

Assim surgiu este «comentário seleccionado» da *Farhat al-anfus*, pela mão do próprio autor³⁸, e que se poderá classificar tipologicamente como um texto algures entre o «manual de chancelaria» e o panegírico andalusí pró-almóada.

Abû Ya'qûb Yûsuf terá procurado assumir-se não apenas como um continuador da difusão almóada, mas também, e principalmente, como um continuador do projecto califal omíada, também pelo facto, importante e simbólico, de no ano de 563/1168, ter sido o primeiro califa proclamado, *ab initio*, em terras de al-Andalus, desde o desaparecimento do califado omíada, em 422/1031³⁹. Depois daquela data, no Islão peninsular, tal título não voltou a

ser usado, nem entre os Reis de Taifas, nem mesmo entre os Almorávidas⁴⁰.

Este novo poder deveria estender-se, através da força armada, pelo menos, até aos confins do espaço que os mesmos Omíadas tinham dominado, até ao fatídico ano de 400.

Yûsuf procurava assim legitimar-se assim como califa «andalusí», ao propor, como um projecto do seu governo, a «reconquista» islâmica de al-Andalus⁴¹, projecto esse que a ser concretizado, o tornaria muito mais famoso do que Muhammad ibn Abî 'Âmir, mais conhecido como al-Mansûr, o último grande chefe militar do período omíada, que deixara uma memória aureolada de mito⁴².

Na obra de Ibn Ghâlib a menção da riqueza das terras peninsulares, muitas das quais já então em mãos cristãs, servia não apenas para descrever um espaço passível de ser futuramente administrado, mas também, e talvez principalmente, como um incentivo à guerra pelas expectativas de futuras recompensas aos participantes na empresa guerreira⁴³.

Torna-se, portanto, fácil perceber o porquê e a importância da obra de Ibn Ghâlib em todo este projecto de legitimação califal.

Assim, o facto de a descrição do al-Andalus ser situada no ano 400 é também simbólico, pois aquele ano marcou o fim do período de maior esplendor do califado omíada, com a morte do último dos Banû 'Âmir, a dinastia de *hujjâb* iniciada pelo al-Mansûr atrás referido⁴⁴.

A imagem «daquele al-Andalus», que claramente não era o do seu tempo, o qual era já então bastante mais reduzido espacialmente, confirma-nos o lado ideológico da descrição de Ibn Ghâlib: a imagem do espaço a reconquistar, importante argumento «andalusí» e legitimador do novo califa.

Mesmo a sua obra «grande» a *Farhat al-anfus* não terá sido alheia a esta empresa de legitimação, bem antes pelo contrário. A obra dividia-se, como já vimos atrás, em duas

partes: uma parte introdutória de tipo geográfico, seguida de uma segunda parte, de carácter historiográfico.

Enquanto a primeira descreveria o espaço sacralizado e sacralizador de al-Andalus, o palco da apoteose final do califado omíada; a segunda deveria reter as memórias significativas da História peninsular, desde a Criação do ser humano até à época do próprio Ibn Ghâlib, ou seja até ao momento em que um novo califa, voltava a emergir nas terras do al-Andalus, para lhes devolver o esplendor das glórias antes alcançadas e que tinham atingido o seu auge no já referido ano 400 h./1009 d.C.

3.2. O Homem

No estudo que Hussayn Mu'nis levou a cabo na sua monografia sobre a Geografia hispano-árabe, identificou e analisou tudo o que então se conhecia sobre Ibn Ghâlib. E uma síntese daquele estudo deu corpo ao artigo presente na *Encyclopédie de l'Islam*, embora nem um nem outro tenham adiantado nada de substancial ao que surgira quando da edição do texto árabe, como já vimos atrás.

Ora acontece que encontramos alguns dados relativos a um Ibn Ghâlib que surge referido em fontes do séculos XII e XIII, sendo que as informações constantes nesses textos não são incompatíveis, nem entre si, nem com os dados que já conhecemos relativos sobre o nosso autor.

Mas ainda mais curioso, é que alguns dos dados relativos àquele «Ibn Ghâlib» são idênticos aos que surgiram referidos por Ismâ'il Pashâ, com a diferença, aliás essencial, da datação, que tornavam incompatíveis os demais dados adiantados por este último investigador⁴⁵.

Vamos pois contextualizar todos os dados agora encontrados com os que já eram conhecidos àcerca de Ibn Ghâlib, e apresentá-los como proposta de alargamento biográfico àcerca desta figura de letrado andalusí.

3.2.1. Ibn Ghâlib (al-Rusâfa, Valência, 535 h/1140 d.C? – Málaga, 573/1177)

Era natural da região de Valência, mais especificamente da povoação de al-Rusâfa, donde a última *nisba* que ostentava 'al-Rusâfi' e que terá ajudado a celebrizá-lo⁴⁶.

Aquela última *nisba*, problemáticamente escrita, terá, quanto a nós, dado origem à leitura de Yâqût, que a leu como «al-Ansârî»⁴⁷. A semelhança do esqueleto gráfico (*rasm*) de ambas as palavras possibilita tal conjectura. Yâqût é o único autor que refere Ibn Ghâlib associando-lhe tal designação.

O seu nascimento terá ocorrido cerca de 1140⁴⁸. Quando em 1161 fez parte da comitiva que foi a Algeciras receber o primeiro monarca almóada 'Abd al-Mu'min, a despeito da sua juventude, era já um letrado com a sua formação completada, sendo *hâfiz*⁴⁹ para além de já ser considerado um bom poeta e erudito⁵⁰.

A sua família, possivelmente partidária de um sistema político islâmico mais

forte, unificado e unificador, terá abandonado a região valenciana quando a instabilidade da decadência almorávida se intensificou com as fragmentações provocadas pelas chamadas «segundas taifas», já que Ibn Mardanîsh se assenhoreou de Valência em 1147⁵¹, e é possível que a família de Ibn Ghâlib se tenha vindo a radicar em Málaga nessa época, já que ele também é referido como residente nesta última cidade naquele mesmo ano de 1161⁵².

Já nesta última cidade terá decorrido a educação mais avançada de Ibn Ghâlib, e ainda bastante jovem terá começado a trabalhar no aparelho administrativo almóada. Foi secretário da chancelaria (*kâtib al-insha'*), e chegou ainda a ministro ou vizir (*wazîr*)⁵³, parecendo não restarem dúvidas de que foi um dos letrados encarregados de 'construir' ou 'reconstruir' a ideologia califal do regime almóada, sobretudo durante o reinado de Abû Ya'qûb Yûsuf.

A sua proximidade com Abû Sa'îd 'Uthmân ibn 'Abd al-Mu'min, filho do primeiro e irmão do segundo dos dinastas «unitários», e governador de Granada, terá feito dele um cortesão, letrado «*engagé*», próximo da casa reinante.

O silêncio de Ibn Sâhib al-Salâ, cronista oficial almóada da segunda metade do século XII, à cerca de Ibn Ghâlib poderá ser a marca de alguma possível animosidade existente entre estes dois homens de letras ligados ao mundo da política, pois aquele relatou a estadia em Algeciras de 'Abd al-Mu'min, sem dedicar uma letra sequer a Ibn Ghâlib⁵⁴.

Do ponto de vista da cultura era personagem de grande erudição, conhecendo-se-lhe as vertentes de historiador, de geógrafo e de poeta⁵⁵.

É possível que tenha vindo a abandonar as suas funções oficiais após a morte de Abû Sa'îd, facto que ocorreu em 1175⁵⁶, que seria o seu possível protector dentro da malha, por vezes tortuosa, da dinastia almóada⁵⁷.

Tudo parece apontar para que tenha vindo a falecer pouco tempo depois, ainda jovem, antes dos quarenta anos, na sua cidade adoptiva de Málaga, em 1177 ou 1178⁵⁸.

4. CONCLUSÕES

Relativamente à identificação do autor da *Farhat al-anfus*, temos agora bastante mais informação do que antes. Curiosamente, para além do nome já antes conhecido: «Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib»⁵⁹, as novas informações não colidem com aquelas, antes as completam, dando origem a uma nova versão mais extensa e onomasticamente mais completa da identificação deste letrado hispano-árabe.

Agora já temos uma *kunya*⁶⁰: «Abû 'Abd Allâh». Embora as novas informações não apresentem o «Ibn Ayyûb», tal facto não elimina a hipótese identificativa, pois continua a ser compatível no conjunto onomástico. Nas diferentes *nisbas*⁶¹ agora detectadas, as «al-Balânsî» e «al-Rusâfi», que indicam naturalidade, repetem-se em várias fontes; a *nisba* «al-Rifâ'i», a única que nos indica uma possível ascendência árabe, apenas a constatamos uma única vez⁶².

Se quiséssemos dar uma informação ainda mais completa da onomástica deste homem poderíamos ainda acrescentar a *nisba* «al-Malakî» atendendo ao seu lugar de residência e de óbito; e os *asmâ'u mansab*⁶³: «al-Hâfiz», pelos seus estudos alcorânicos e/ou funções administrativas; e «al-Kâtib» e «al-Wazîr», a partir dos cargos político-administrativos que exerceu.

O seu nome completo seria assim *Abû 'Abd Allâh Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib al-Rifâ'i al-Balânsî al-Rusâfi al-Malakî al-Hâfiz al-Kâtib al-Wazîr*.

Percebe-se agora que a genérica e muito pouco precisa *nisba* «al-Andalusî» que surge no manuscrito oriental do *Ta'liq Muntaqâ*, era o máximo que poderia ser acrescentado, por um copista oriental, à cerca do autor em causa, atendendo à quase inexistente informação onomástica e biográfica.

Ibn Ghâlib, um dos letrados com responsabilidades no «andalusiar» do poder califal almóada, possivelmente por encargo dos representantes daquele mesmo poder em al-Andalus, em especial Abû Sa'îd 'Uthmân governador de Granada e protector directo daquele autor, e Abû Ya'qûb Yûsuf, governador de Sevilha e o futuro califa, que acabará assumindo o quadro simbólico-ideológico que o mesmo Ibn Ghâlib ajudou a delinear. Para essa composição valeu-se, no aspecto geográfico, de informações provenientes de al-Râzî e de al-Bakrî, se não exclusivamente, quase exclusivamente.

Cópias da sua obra maior e menor terão sido enviadas para as capitais das diferentes *kûras*⁶⁴ do espaço andalusî.

Silves, também uma capital regional, e que em, pelo menos, em dois especiais períodos, a atenção do poder almóada, ainda na segunda metade do séculos VI/XII. A primeira, logo no início da sua presença na Península, devido à subsistência de elementos que continuavam a seguir os valores divulgados pelo movimento

iniciado por Ibn Qâsî, e que como tal não podiam ser aceites pelos Almóadas⁶⁵. E a segunda, já no final do século XII, quando o filho de Abû Ya'qûb Yûsuf, Ya'qûb al-Mansûr, reconquistou Silves após a primeira conquista cristã, no reinado de Sancho I⁶⁶.

Assim, talvez em Silves também tenham existido alguns exemplares da ou das obras de Ibn Ghâlib, enquanto possíveis «manuais administrativo-fiscais», e dos quais, pelo menos uma cópia da *Farhat al-anfus*, poderá ter sobrevivido até aos meados de Duzentos, tendo chegado, incompleta, às mãos dos Senhores de Aboim-Portel, e acabando por ser a matriz do texto galaico-português que inicialmente se designaria por «*Livro de Rasis*»⁶⁷ e depois acabou divulgando-se como «*Crónica do Mouro Rasis*»⁶⁸.

BIBLIOGRAFIA

Fontes árabes

Fonte primária

IBN GHÂLIB (*Farhat al-anfus*) (1955), *Nass andalusî jadîd: qit'a min Kitâb Farhat al-anfus li-bn Ghâlib(KFA)*, ed. Lutfî 'ABD AL-BADÎ', Majallat Ma'had al-MakhTûTât al-'Arabiyya (Rev. do Instituto de Manuscritos Árabes), vol. I, fasc. 2, pp. 272-310, Cairo.

Outras fontes

- AL-MAQQARÎ (1988), *Nafh al-Tîb*, ed. I. 'Abbâs, 8 vols., Dâr Sâdir, Beirute.
- AL-MARRÂKUSHÎ (1955), *Kitâb al-Mu'jib*, ed. A. HUICI MIRANDA, Tetuão.
- AL-SHAQUNDÎ (1976), *Risâla fî fadl al-Andalus*, edição e tradução de Garcia Gomez, E.: «Elogio del Islam Español», in *Andalucía contra Berberia*, pp. 43-141, Univ. de Barcelona.
- (1983), *Dhikr Bilâd al-Andalus*, edição e tradução castelhana de Luis Molina, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, II vols., Madrid: CSIC,

- IBN 'IDHÂRÎ (1953), *Al-Bayân al-Mughrib*, ed. A. Huici Miranda: *Los Almohades*, Tetuão.
- IBN SÂHIB AL-SALÂ (1969), *Al-Mann bi-l-Imâma*, ed. A. Huici Miranda, Valência: Anubar.
- IBN SA'ÎD (1964), *al-Mughrib fî hulâ-l-Maghrib*, ed. Shawqî Dayf, 2.ª ed., 2 vols., Cairo: Dâr al-Ma'arif.
- (1942), *Kitâb Râyât al-Mubarrizîn*, ed. e trad. castelhana E. Garcia Gomez: *El Libro de las Banderas de los Campeones*, Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan.
- LÉVI-PROVENÇAL (1953), Évariste, «La "Description de l'Espagne" d'Ahmad al-Râzî – Essai de reconstitution de l'original arabe et traduction française», *Al-Andalus* XVIII, pp. 51-108.
- YÂQÛT (1995), *Mu'jam al-Buldân*, 2.ª ed., 7 vols., Dâr Sâder, Beirute; trad. parc. cast. Abdel Karim, Gamal, «La España musulmana en la obra de Yâqût» in *CHI* 6 (1974; Granada); trad. parc. franc. Vandendriessche, E. e Plancke, M., «Al-Andalus dans le "Mu'gam al-Buldân" de Yâqût ar-Rûmî» in *STUDIA* 39 (1974; Lisboa), pp. 237-304.

Fontes romances

- (1971), *I Édition Critica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos D. Pedro Alfonso*, ed. CATALÁN, Diego, e ANDRES, Maria Soledad de, Madrid: Gredos.
- (1951-61), *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, ed. Luís Filipe Lindley CINTRA, III vols., Lisboa: Academia Portuguesa de História,
- (1975), *Crónica do Mouro Rasis (CMR)*, ed. pluritextual dos testemunhos castelhanos, por CATALÁN, Diego e ANDRES, Maria Soledad de, Madrid: Gredos.
- GAYANGOS, Pascual de (1852), «Memoria sobre la autenticidad de la Cronica denominada del Moro Rasis», *Memórias de la Real Academia de la História*, vol. VIII, pp. 1-100; reedit. facs.
- SEZGIN, Fuat (1993), in *Islamic Geography*, vol. 151 (*Texts and Studies on the Historical Geography and Topography of al-Andalus*, I), pp. 29-128, Frankfurt am Main: Institute for the History of Arabic-Islamic Science.

Estudos

- ARIÉ, Rachel (1984), «Espana Musulmana (siglos VIII-XV)», vol. III da *Historia de España* (dir. Manuel Tuñon de Lara), Barcelona: Labor.
- CORRIENTE, Federico (1986), *Diccionario Árabe-Español*, 2.ª ed., Madrid: I.H.-A.C.
- (1980), *Gramatica Arabe*, Madrid: I.H.-A.C.
- GARCIA GÓMEZ, Emilio (1957), «Recensão do Kitâb Farhat al-anfus (ed. L. 'Abd al-Badî')», *Al-Andalus* XXII, pp. 229-232.
- GARCIA GOMEZ, Emilio (1976), *Andalucía contra Berberia*, Univ. de Barcelona.
- GOLDZIHNER, I. (1903), «Mohammed ibn Toumert et la théologie de l'Islam dans le Maghreb, au XI^{ème} Siècle»: Introdução de *Le Livre de Mohammed ibn Toumert. Mahdi des Almohades* (ed. Luciani), Argel.
- GUICHARD, Pierre (1989), «Los nuevos musulmanes», in *Historia de España* (dir. Antonio Dominguez Ortiz) 12 vols., vol. 3: *Al-Andalus, musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, pp. 439-583, Barcelona: Ed. Planeta.
- MU'NIS, Husayn (1960-...), «Ibn Ghâlib», *Encyclopédie de l'Islam*, 2.ª ed., p. 795, Leiden: E. J. Brill.
- (1967), *Tâ'rîkh al-Jaghriyya wa-l-Jaghriyyîn fî-l-Andalus (Tâ'rîkh...)* (*História da Geografia e dos Geógrafos em al-And.*), Madrid: IEEI.
- PONS BOIGUES, Francisco (1898), *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, Madrid.
- REI, António (2002), *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, dissertação de Mestrado, policop., FCSH-Univ. Nova de Lisboa.
- «Manuscrito inédito atribuído à Crónica do Mouro Rasis, em Portugal – o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 19, pp. 235-245.

- (2001), «A memória do al-Andalus ‘âmîrî na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344», *Actas do Colóquio Internacional «Al-Mansûr ibn Abî ‘Âmir e a Península Ibérica»*, CIDEHUS/UE, no prelo.
- «O Livro de Rasis e a memória senhorial dos Aboim-Portel», *Callipole*, C. M. V. Viçosa, no prelo.
- SERRÃO, Joel (1980), *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.^a ed., Lisboa, Horizonte.
- SIDARUS, Adel (1997), «Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, pp. 247-268, Guimarães.
- SORAVIA, Bruna (1998), *Les fonctionnaires épistoliers (kuttâb al-inshâ’) en Espagne musulmane à l’époque des roitelets* (Ve. s./XI e. s.), Tese de Doutoramento, Univ. de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, policop.

NOTAS

- 1 *Nass andalusî jadîd: qit’a min Kitâb Farhat al-anfus li-bn Ghâlib* (KFA), ed. Lutfî ‘Abd Al-Badî’ (1955), Majallat Ma’had al-MakhTûTât al-‘Arabiyya (Rev. do Instituto de Manuscritos Árabes), vol. I, fasc. 2, pp. 272-310, Cairo.
- 2 *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, ed. Luís Filipe Lindley Cintra, III vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951-61, vol. II: ‘Geografia de Rasis’, pp. 39-75. V. sobre a *Crónica do Mouro Rasis (CMR)*, ed. pluritextual dos testemunhos castelhanos, por Catalán, Diego e Andres, Maria Soledad de (1975), Madrid: Gredos. O apartado geográfico decorre entre as pp. 11-117.
- 3 Lévi-Provençal, Évariste (1953), «La “Description de l’Espagne”» d’Ahmad al-Râzî – Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française, *Al-Andalus* XVIII, pp. 51-108.
- 4 V. lista bibliográfica presente naquela obra, cf. Lévi-Provençal, *ob. cit.*, p. 58.
- 5 *Idem*, p. 51 e 58-104.
- 6 O próprio Gayangos no-lo diz no estudo prévio à sua edição: «Aunque no hemos tenido a la vista ni el Códice Toledano [ms. Ca], ni el que fué de Ambrosio de Morales [ms. E], y se cree estar hoy día en la librería del Escorial, hemos disfrutado dos copias al parecer fieles y exactas, que se conservan entre los manuscritos de esta Academia, y de las cuales una que fué del marqués de Valdeflores, y está hecha sobre el Códice de Toledo, tiene al margen las variantes del de Morales». Cf. Gayangos, Pascual de (1852), «Memoria sobre la autenticidad de la Cronica denominada del Moro Rasis», *Memórias de la Real Academia de la História*, vol. VIII, pp. 1-100, p. 30; *idem, idem*, reedit. facs., Sezgin, Fuat (1993), in *Islamic Geography*, vol. 151 (*Texts and Studies on the Historical Geography and Topography of al-Andalus*, I), Frankfurt am Main, Institute for the History of Arabic-Islamic Science, pp. 29-128, p. 58. No excerto supra, o que surge entre [] é da nossa responsabilidade.
- 7 Lévi-Provençal conta-nos o seu encontro com Lindley Cintra, e das facilidades que o investigador português lhe concedeu para poder estudar e copiar o apartado geográfico da Crónica de que Cintra estava ultimando a edição. Cf. Lévi-Provençal, *ob. cit.*, pp. 52-53 e 58-104.
- 8 *Nisba*: adjectivação antropónimica árabe referente ao lugar de nascimento e/ou ao lugar de residência. Cf. Corriente, Federico (1986), *Diccionario Árabe-Español (Dae)*, 2.^a ed., Madrid, I.H.-A.C., p. 756; *idem* (1980), *Gramática Árabe*, pp. 96-97, Madrid: I.H.-A.C.
- 9 KFA, p. 276.
- 10 *Ibidem*. Cf. *Dae*, p. 169. Embora no caso presente seja permissível admitir pelo menos duas possibilidades para o termo em causa: ou que Ibn Ghâlib também terá tido aquela titulação (cf. n.º seguinte); ou que um ‘al-Kâtib’ problemáticamente escrito poderia originar ‘al-Hâfi’, atendendo a um *rasm* com semelhanças nos dois casos.
- 11 Sobre os ‘*huffâz*’ (plural de ‘*hâfiz*’), funcionários administrativos almôadas, v. Ibn âhib AL – ALÂ, *Al-Mann bi-l-Imâma* (ed. A. Huici Miranda), (1969), p. 12, n.º 2, Valência: Anubar.
- 12 KFA, p. 277; H. Mu’nis (1960-...), «Ibn Ghâlib», *Encyclopédie de l’Islam (E.I. 2)*, 2.^a ed., p. 795, Leiden: E. J. Brill.
- 13 L. ‘Abd al-Badî’ consultou Ismâ’il Pashâ, *Dhayl Kashf al-Zhunûn*, vol. II, p. 186; e F. Pons Boigues, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles (Ensayo...)*, Madrid, 1898, pp. 123-124. Cf. KFA, pp. 275, n.ºs 2 e 3.
- 14 F. Pons Boigues, «Tammâm bin Ghâlib», *ob. cit.*, pp. 124-125; L. ‘Abd al-Badî’ constata logo esse facto, no estudo que acompanha a edição, cf. KFA, pp. 275-276.
- 15 KFA, p. 275.
- 16 É este o título que aparece referido por Ibn Sa’îd, no *al-Mughrib*..., e por Al-Maqqarî, no *Nafh al-Tîb*, remetendo-o para um Ibn Ghâlib então desconhecido (cf. Garcia Gómez, Emilio, «Recensão do Kitâb Farhat al-anfus (ed. L. ‘Abd al-Badî’)», *Al-Andalus* XXII (1957), pp. 229-232). Yâqût, no *Mu’jam al-Buldân* também refere o título da obra, na entrada ‘Awra’bâ’ (de ár. vol. I, p. 330; trad. cast. Abdel Karim, Gamal, in *CHI* 6, pp. 101-102; trad. franc. Vandendriessche, E. e Plancke, M., in *STUDIA* 39, pp. 237-304, pp. 272-273. ‘Abd al-Badî’ corrigiu, a partir de al-Maqqarî, por aquele, o título, diferente, presente no manuscrito editado: *Nuzhat al-anfus fî Tâ’rîkh al-Andalus*. Cf. KFA, p. 281.
- 17 KFA, pp. 278-279.
- 18 KFA, p. 277.
- 19 Garcia Gómez, Emilio, «Recensão...», p. 230, n.ºs 1 e 231.
- 20 *Idem*, p. 230.
- 21 Mu’nis, Husayn (1967), *Tâ’rîkh al-Jagh râfiya wa-l-Jaghrafiyyîn fî-l-Andalus (Tâ’rîkh...)* (*História da Geografia e dos Geógrafos em al-And.*), Madrid: IEEI. Sobre Ibn Ghâlib: pp. 452-461, *idem*, «Ibn Ghâlib», *E.I. 2*, t. III, p. 795.
- 22 H. Mu’nis, *Tâ’rîkh*..., pp. 455-456.
- 23 Rei, António (2002), *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos (Memória...)*, dissertação de mestrado, FCSH-Univ. Nova de Lisboa, policop.
- 24 *C 1344*, ed. Luís Filipe Lindley Cintra, vol. II: ‘Geografia de Rasis’, pp. 39-75.
- 25 As notícias analisadas foram: Toledo, Chão das Bolotas, Feriz, Mérida, Beja, Santarém, Lisboa, Ocsónoba, Niebla e Sevilha. As obras geográficas utilizadas na confrontação textual foram as de: Ibn Ghâlib, Yâqût, al-Rushâtî, Ibn Sa’îd, al-‘Udhri, al-Bakrî, al-Idrîsî, al-Himyarî, al-Qazwîni, Ibn al-Shab-bât e a obra anónima *Dhikr Bilâd al-Andalus*. Cf. Rei, António, *Memória*..., pp. 17-19 e 93-132.
- 26 *Idem*, pp. 130-140.

- 27 O título *'ta'liq muntaqa'*: 'comentário seleccionado' com que se inicia o manuscrito também nos ajuda nesta conclusão: 'comentário' > organizado em função de um objectivo predeterminado: a eficiência informativa; e 'seleccionado' > extraído de uma obra mais extensa, a *Farhat al-anfus*, como aliás refere o restante do título «Comentário seleccionado da 'Alegría das Almas na História de al-And.' (*Farhat al-anfus fi Tâ'rîkh al-Andalus*)». Cf. KFA, p. 281; REI, António, *Memória...*, p. 199; *idem*, «A memória do al-Andalus 'âmîrî na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344» (*Âmirî...*), *Actas do Colóquio Internacional «Al-Mansûr ibn Abî Âmir e a Península Ibérica*», CIDEHUS/UE, no prelo.
- 28 REI, António, *Memória...*, p. 135.; *idem*, 'Amirî...', no prelo.
- 29 A notícia em que melhor se constatou esse facto de 'síntese informativa' foi a relativa a Mérida. Cf. *C 1344*, vol. II, pp. 62-64; e KFA, p. 290 e trad. parc. cast. Vallvé, Joaquin (1975), «Una descripción de España de Ibn Ghâlib», *Anuario de Filología*, pp. 369-384, p. 379, Univ. de Barcelona.
- 30 Rei, António, *Memória...*, pp. 137-138.
- 31 Cf. supra n.º 17. Sabemos também que Ibn Ghâlib se terá alongado na parte historiográfica mais do que aquilo que encontramos nas Crónicas cristãs, pois a 'síntese seleccionada' termina com um elenco, naturalmente resumido, dos monarcas Omíadas e ainda dos Hamudidas (v. KFA, pp. 308-310), os quais disputaram o califado àqueles outros, entre 1009 e 1031.
- 32 A parte relativa à história islâmica vai apenas até ao reinado do califa Hishâm II em todos os testemunhos conhecidos da *C 1344* (mss. M, E, LV, Q, U, V, L, P, Li, Ev). Cf. além do texto fixado por Gayangos (Ga) [v. supra n.º 5]; a *C 1344*, ed. Cintra (mss. L, P, Li, Ev, Q, U, V); e Catalán, Diego, e Andres, María Soledad de (1975), *Crónica del Moro Rasis (CMR)*, Madrid: Gredos (ms. Cop); e *idem* (1971), *I Edición Crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos D. Pedro Alfonso*, Madrid: Gredos (mss. M, E, Q, U, V, L, P, Li, Ev). V. ainda REI, António (2001), «Manuscrito inédito atribuído à Crónica do Mouro Rasis, em Portugal – o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa» (*Ms. LV*), *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 19, pp. 235-245.
- 33 Ibn 'Idhârî, *Al-Bayân al-Mughrib*, ed. A. Huici Miranda: *Los Almohades*, Tetuão, 1953, p. 1, n.º 1 e KFA, p. 277. Segundo MU'NIS, H., («Ibn Ghâlib», *E.I. 2*) a redacção da obra ter-se-ia prolongado até ao ano de 565/1170.
- 34 Mu'nis, H., «Ibn Ghâlib», *E.I. 2*, t. III, p. 795.
- 35 KFA, p. 277; e *Al-Mu 'jib*, p. 178.
- 36 V. infra n.º 53.
- 37 A existência de letrados como secretários (*kuttâb*, pl.de *kâtib*) nas chancelarias régias islâmicas era um facto, sendo alguns deles, paralelamente, geógrafos. V. Soravia, Bruna (1998), *Les fonctionnaires épistoliers (kuttâb al-inshâ') en Espagne musulmane à l'époque des roitelets* (Ve. s./XI e.s.), tese de doutoramento, Univ. de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, policop.; e REI, António, *Memórias...*, p. 69, n.º 62 e p. 199.
- 38 KFA, pp. 278-279; e Garcia Gomez, E., «Recensão...», p. 230.
- 39 Há também quem entenda que a natureza do califado de 'Abd al-Mu'min deve ser entendido como uma khilafat-al-mahdî, o continuador do magistério do mahdî Ibn Tumart, mais do que uma khilafat rasûl-Allâh, a representação do Mensageiro de Deus no conjunto dos muçulmanos. V. Ibn Sâhib Al-Salâ, *Al-Mann bi-l-Imâma*, ed. Huici Miranda, Valencia, 1969, p. 178: «primer califa 'Abd al-Mu'min – sucessor de al-Mahdî»; e Goldziher, I., «Mohammed ibn Toumert et la théologie de l'Islam dans le Maghreb, au XI^{ème} Siècle»: Introdução de *Le Livre de Mohammed ibn Toumert. Mahdî des Almohades* (ed. Luciani), Argel, 1903, pp. 1-102, *passim*. É, pelo menos curioso, senão significativo, que tenha sido no reinado de Abû Ya'qûb Yûsuf que se tenha operado todo um processo de legitimação califal não apenas relativo a este último monarca, que tomou o poder depondo o seu irmão mais velho, Muhammad (Ibn Sâhib Al-Salâ, *ob. cit.*, p. 54 e n.º 2 e pp. 62-63 e n.º 1), mas também relativamente à ainda recente dinastia, também ela marcada por um início islamicamente pouco canónico. Foi este monarca que, directamente, ou através de seu irmão Abû Sa'îd, encarregou Ibn Ghâlib de procurar no passado os argumentos convenientes ao seu discurso 'califal', assim como fez de Ibn Sâhib al-Salâ o cronista da sua dinastia, cujos textos procuram branquear vários aspectos relativos a Yûsuf e à sua legitimidade para governar, bem como às vertentes mais heterodoxas do poder califal que os Banû 'Abd al-Mu'min se arrogaram.
- 40 Os Reis das diferentes Taifas jamais se assumiram como califas, tendo reconhecido a autoridade teórica dos califas abássidas de Bagdad. Os únicos arremedos 'pseudocalifais' dos senhores de Taifa foi a geral assunção de *laqab/s* com sabor califal (cf. R. Arié (1984), «Espanña Musulmana (siglos VIII-XV)», vol. III da *Historia de España* (dir. Manuel Tuñón de Lara), pp. 51-52, Barcelona: Labor). Quanto aos Almorávidas, estes apenas usaram o título de '*Amîr al-Muslimîn*' (Príncipe dos Muçulmanos), tendo sempre reconhecido também a autoridade teórica dos califas de Bagdad, como última autoridade islâmica. (*Ibidem*, Pierre Guichard (1989), «Los Nuevos Musulmanes», in *História de España* [dir. Antonio Dominguez Ortiz], vol. 3: «Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)», pp. 439-583, p. 554, Barcelona: Planeta; Rei, António, '*Amirî...*', no prelo).
- 41 Abû Ya'qûb procurou cumprir aquele programa guerreiro, e pode dizer-se que essa tentativa de 'reconquista' islâmica aconteceu mesmo, tendo Abû Ya'qûb reconquistado o leste peninsular até ao ano de 1171 (cf. Ibn Sâhib Al-Salâ, *ob. cit.*, pp. 163-164), e quando estava empenhado numa acção guerreira no Gharb, acabou por falecer em consequência de um grave ferimento que sofreu durante o cerco a Santarém, em 1184 (cf. Ibn 'Idhârî, *Al-Bayân...*, pp. 82-83).
- 42 Rei, António, '*Amirî...*', *passim*, no prelo.
- 43 Uma outra obra onde foram também detectadas características tipologicamente idênticas, e coincidentemente pelo facto de ser também relativa à Península Ibérica, é a obra anónima magrebi *Dhikr Bilâd al-Andalus*, embora esta mais tardia, atribuível à segunda metade do século XIV. Cf. *Dhikr Bilâd al-Andalus*, ed. e trad. castelhana de Luis Molina, 1983, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, II vols., vol. II, pp. 303-323, Madrid: CSIC.
- 44 Rei, A., '*Amirî...*', *passim*, no prelo.
- 45 A data presente no texto que Ismâ 'îl Pashâ utilizou [767 h.] (*apud* KFA, p. 275) será proveniente de um erro de copista, que terá alterado a possível e plausível data de 576, isto atendendo às semelhanças gráficas entre aqueles dois números em árabe. Aceitando-se a possibilidade desta última data, o falecimento de Ibn Ghâlib teria afinal ocorrido uns poucos anos depois, por volta de 1180.

- 46 Desta forma surge identificado em Al-Marrâkushî, *Kitâb al-Mu'jib (al-Mu'jib...)*, ed. A. Huici Miranda, Tetuão, 1955, pp. 154-159; em IBN SA'ÎD, *Kitâb Râyât al-Mubarrizîn (Râyât...)*, ed. e trad. castelhana E. Garcia Gomez (1942), *El Libro de las Banderas de los Campeones*, pp. 84-85 (tex. ár.) e 251-252 (trad.), Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan; informações recuperadas por Garcia Gomez, Emilio (1976), *Andalucía contra Berberia*, pp. 104-105, n.º 94, Univ. de Barcelona. Exceptuando a data equivocada, todos os restantes dados existentes em Ismâ'îl Pashâ concordam com os atrás referidos.
- 47 Ao menos por três vezes, Yâqût, ao referir o autor do manuscrito que utilizou, relativo a al-Andalus, o designou como 'al-Ansârî' (v. trad. Gamal 'Abd Al-Karîm, pp. 173, n.º 15; 211, n.º 157; e 229, n.º 247).
- 48 O *Al-Mu'jib* diz não ter ainda Ibn Ghâlib completado os vinte anos quando recitou para 'Abd al-Mu'min (*ob. cit.*, p. 157), facto que ocorreu nos finais de 555/1160 (*ob. cit.*, p. 151, n.º 1).
- 49 V. *supra* n.º 10-11.
- 50 *Al-Mu'jib*, pp. 154 e 159. Como poeta conhecem-se fragmentos de poemas da sua autoria, sendo dois deles dedicados a dois jovens artesãos, um tecedor e um carpinteiro. V. Garcia Gomez, E. (ed), *Râyât...*, 251-252; Al-Shaqundî, *Risâla fî fadl al-Andalus*, ed. Garcia Gomez, E.: «Elogio del Islam Español», in *Andalucía contra Berberia*, pp. 43-141, 104-105.
- 51 Guichard, Pierre (1989), «Los nuevos musulmanes», in *Historia de España* (dir. Antonio Dominguez Ortiz) 12 vols., vol. 3: *Al-Andalus, musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, pp. 439-583, 551-554, Barcelona: Ed. Planeta.
- 52 *Al-Mu'jib*, p. 154.
- 53 *Ibidem*.
- 54 Compar as diferentes descrições da recepção a 'Abd al-Mu'min em Algeciras, em Al-Marrâkushî, *al-Mu'jib...*, pp. 151-159 e Ibn Sâhib Al-Salâ, *Al-Mann...*, pp. 25-30, em que aquele apresenta substancial notícia e este não diz coisa alguma.
- 55 *Al-Mu'jib*, pp. 154 e 159; Mu'nis, H., *E.I.* 2, t. III, p. 795; Ibn Sa'îd, *Râyât...*, ed. Garcia Gomez, E., pp. 251-252; Al-Shaqundî, *Risâla fî fadl al-Andalus*, ed. Garcia Gomez, E.: «Elogio del Islam Español», in *Andalucía contra Berberia*, pp. 43-141, pp. 104-105.
- 56 *KFA*, p. 277; Ibn Idhârî, *Al-Bayân...*, p. 26.
- 57 V. *supra* n.º 39.
- 58 Garcia Gomez, E. (ed.), *Râyât...*, p. 251; *idem*, *Andalucía contra Berberia*, p. 104, n.º 94. Sobre a possibilidade de que Ibn Ghâlib tenha falecido por volta de 1180, v. *supra* n.º 45.
- 59 *KFA*, p. 276.
- 60 Corriente, *Dae*, p. 675.
- 61 V. *supra* n.º 8.
- 62 'Abd Al-Karîm, Gamal, in Yâqût, *Chi* 6, p. 168, n.º 104.
- 63 Corriente, *Gramatica Arabe*, p. 96.
- 64 *Idem*, *Dae*, p. 676.
- 65 Sobre as causas politico-ideológicas que deram origem à trágica morte de Ibn Qasî, e posteriores desenvolvimentos politico-militares na região do Gharb al-Andalus, v. Sidarus, Adel (1997), «Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, pp. 247-268, Guimarães. Relativamente à sobrevivência de emíres regionais ligados ao movimento dos Muridûn, nomeadamente em Tavira até 563/1168, v. Ibn Sâhib Al-Salâ, *ob. cit.*, p. 134.
- 66 Factos relativos a Silves que sucederam, respectivamente, em 1189: a conquista cristã; e em 1191 a reconquista islâmica. Cf. Serrão, Joel (1980), *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.ª ed., p. 39, Lisboa: Horizonte.
- 67 Sobre a designação inicial dada à tradução galaico-portuguesa do texto árabe, v. REI, António, *Memória...*, p. 20, n.º 11; *idem*, *Ms. LV...*, p. 237, n.º 1; *idem*, «O Livro de Rasis e a memória senhorial dos Aboim-Portel», *Callipole*, C. M. V. Viçosa, no prelo.
- 68 *Ibidem*.

‘ABD AL-RAḤMÂN BN MARWÂN AL-ÛILLÎQÎ

UN LÍDER MULADÍ DEL OCCIDENTE DE AL-ANDALUS REBELDE A LOS DICTADOS DE CÓRDOBA (SIGLOS IX/III)

BRUNO FRANCO MORENO*

RESUMEN

‘Abd al-Raḥmân bn. Marwân b Yûnus, apodado *Ibn al-Ûillîqî* (el hijo del Gallego), el líder más celebre de la revuelta del Oeste de al-Andalus durante la segunda mitad del siglo IX-III. Perteneciente a una familia de nuevos musulmanes (muwallâdun) que marcharon hacia el Norte peninsular durante la conquista islámica (713), e instalados en Mérida al inicio del siglo IX, protagonizará el levantamiento muladí más violento contra el gobierno cordobés.

Después de deambular por territorio cristiano, regresará a Badajoz, asignada como residencia por el emir *Muḥammad*, en el 875/262, y concluirá con Córdoba un acuerdo que le permitirá dominar sobre un verdadero principado, extendiéndose sobre el valle del Guadiana y el sur del actual Portugal. Tuvo prácticamente las manos libres, y pudo reinar como príncipe independiente sobre su territorio hasta su muerte en 889/276.

RÉSUMÉ

‘Abd al-Raḥmân bn. Marwân b Yûnus, surnommé *Ibn al-Ûillîqî* (le fils du Galicien), le plus célèbre chef de révolte d l’Ouest d’al-Andalus dans la seconde moitié du IX^{ème}-III^{ème} siècles. Il appartenait à une famille de néo-musulmans (muwallâdun) qui s’enfuirent au Nord péninsulaire pendant la conquête Islamique de 713, et installée à Merida au début du IX^{ème}-III^{ème} siècles, il jouera le rôle principal dans plus violente soulèvement muwallâdun contre du gouvernement de Cordoue.

Après de déambuler pour les possessions chrétiennes, il rentra á Badajoz, assignée comme résidence par l’émir *Muḥammad*, en an 875/262, et conclura avec Cordoue un arrangement qui lui permettra de commander sur une véritable principauté s’étendant sur la vallée du Guadiana et le Sud du Portugal actuel. Eût pratiquement les mains libres et put régner en prince indépendant sur son territoire jusqu’à sa mort en 889/276.

* Historiador. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. Doctorando en el Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Nacional de Educación a Distancia.

1. ESTUDIO DE SU ACTUACIÓN EN LAS FUENTES HISTORIOGRÁFICAS ISLÁMICAS Y CRISTIANAS

'Abd al-Raḥmân bn. Marwân bn. Yûnus al-ÿilliqî al-Mâridî «el hijo del Gallego de Mérida» era oriundo de Mérida como indica su gentilicio, en el seno de una familia de muladíes (cristianos conversos al Islam), descendiente de una estirpe originaria de la Lusitania que huyó al noroeste peninsular en la época de la conquista de la ciudad en el 713/94. Su padre o abuelo le transmitió este apodo a sus hijos y nietos, encontrándose el hijo reflejado en la historiografía andalusí, como uno de los rebeldes más conspicuos con los que se encontraría el emirato omeya en las últimas décadas del siglo IX/III (Martínez, M. R., 1904: 56-76).

Su padre había sido *'āmil* (gobernador) de Mérida durante el primer periodo del emirato de *'Abd al-Raḥmân bn al-Hakam*, donde hallaría la muerte en el transcurso de una revuelta protagonizada por elementos muladíes, beréberes y mozárabes de la ciudad, que de común acuerdo y contrarios a la política emanada desde Córdoba, se movilizaron contra el ideario estatal cada vez más centralizado que estaba imponiendo dicho emir (Ḥayyân; 2001: 55).

Décadas más tarde, el joven *'Abd al-Raḥmân bn. Marwân* acompañado de los también muladíes, *Ibn Šâkir* y *Makḥûl Ibn 'Umâr*, incitaron a la revuelta a los habitantes de Mérida contra el emir *Muḥammad* y los intereses omeyas en el año 868/254. Ante este estado de cosas el emir partió de Córdoba con dirección a Toledo, otra ciudad levantisca, pero en el trayecto varió el rumbo hacia Mérida, circunstancia que no esperaban sus habitantes a los que asedió duramente y, destruyendo en la refriega un pilar de su famoso puente romano, obligó a sus moradores a solicitar el *amân* (rendición). Como represalia ante esta nueva insurrección protagonizada por los emeritenses – recorde-

mos que con ésta eran ya más de doce las insurrecciones en el transcurso del siglo IX/III –, el emir por medio del gobernador nombrado al efecto, *Sa'îd bn 'Abbâs al-Qurašî*, ordenó derribar la otrora inexpugnable muralla de la ciudad, no dejando más que la alcazaba para el alojamiento de los gobernadores de la *kûra* o provincia, como bien ha quedado reflejado en la historiografía islámica y en los restos materiales hallados en las excavaciones de la ciudad (Alba, 2001: 293). (En la Fig. 1 cortes equidistantes cada 20 metros realizados por las tropas emirales en la muralla situada en el área arqueológica de Morería).

«... tomó el gobierno de la ciudad *Sa'îd Ibn Šabbâd al-Qurašî*, que mandó derribar la muralla y no dejó más que la alcazaba para alojamiento de los *'āmil*es que allí fueran» (Bayân II, 100).

«En sus días fue destruida y arrasada la ciudad de Mérida, que desapareció hasta los cimientos...» (ḡikr, 1983: 157).

Una vez se hubo pactado la rendición de la ciudad, *'Abd al-Raḥmân bn. Marwân* y sus colaboradores, junto a sus familias fueron trasladados a Córdoba donde entrarían al servicio del emir en el ejército omeya (Ibn 'Iḡârî, *Bayân* II: 100).

Establecido en la capital del emirato parece que en un principio las cosas no le fueron del todo mal, según se desprende de las fuentes que no mencionan ningún incidente al respecto. Hasta que en una ocasión tuvo un enfrentamiento con el poderoso *qâ'id Hâšim bn 'Abd al-'Azîz*, el cual llegaría a humillarle delante de la tropa, profiriendo las siguientes palabras: «el perro es mejor que tú» golpeándole a continuación en el cogote (Ibn 'Iḡârî, *Bayân* II: 102). Por estos acontecimientos se puede deducir que *'Abd al-Raḥmân bn Marwân* y los suyos, al ser muladíes y no árabes



Figura 1 – Cortes producidos en la muralla por las tropas emirales en el 868/254. Área arqueológica de Morería (Mérida) (foto Miguel Alba, año 2004).

de raza, se sintieran discriminados en el seno de la administración omeya, por lo que tomaron la decisión de abandonar Córdoba y proseguir con su vida de rebeldes, regresando a la *kûra* de Mérida en el transcurso del año 874/261, donde recibirán a cientos de partidarios muladíes, mozárabes e incluso beréberes, unidos contra la aristocracia de origen árabe que les dominaba (Ibn Al-Qûṭiyya, trad., 88).

En este estado de cosas los seguidores de *Ibn Marwân* se refugiaron en algún lugar fortificado situado a mitad de trayecto entre Córdoba y Mérida, el denominado en las fuentes árabes como *ḥiṣn Ṭaly*, del que desconocemos su ubicación exacta. Pero por la descripción que el autor de la crónica hace de este pasaje, que habla de árabes y bereberes y de tres días de camino, este debía encontrarse en algún punto de la actual comarca extremeña de La Siberia o la también próxima de La Serena. Desde este punto se dedicaron a arrasarse la región y a todas aquellas *qurâ* próximas y que profesaran obediencia al emir de los creyentes. El cronista del siglo XI Ibn Ḥayyân nos ha dejado buena cuenta de ello en su *Muqtabis II*, 1973: 320-397:

«Atacaron a la gente de la obediencia del emir por todo el camino y nâhiya (región), aniquilando lo que existía. Derribaron la vigilancia del poder, los despojaron de sus monturas, vestidos y enseres. Hicieron igual entre árabes y beréberes, reuniendo para sí, en tres días, quinientos caballos, sobre los que dispusieron a sus hombres de a pie y así pudieron hacer sus asuntos. La gente tuvo miedo de ellos, se refugió en los ḥuṣûn e imploró auxilio al poder de Córdoba».

Ante esta situación el emir *Muḥammad* y el *qâ'id Hâṣim bn 'Abd al-'Azîz* salieron con el ejército hacia ellos. Parece ser que los seguidores de *'Abd al-Raḥmân bn Marwân* y muchos de los renegados del *iqlîm* de Mérida se refugiaron en el *ḥiṣn o qal'at al-Ḥanš* (Alanje), y en *Yalmâniyya* (Jorumenha, a S. O. de Badajoz en territorio portugués), con

el también rebelde muladí *Makḥûl b. 'Umâr*, al no poder refugiarse en la otrora inexpugnable capital del Guadiana por carecer de defensas tras la última rebelión sofocada en su solar.

El castillo de Alange se conserva todavía en parte, en lo más alto de un crestón cuarcítico, desde donde se divisa la comarca de Mérida de la que dista 18 km, situándose a sus pies la población actual (Fig. 2). Este estratégico lugar fue elegido por los seguidores de *'Abd al-Raḥmân bn. Marwân* y sus tres hijos *Muntasir, Marwân* y *Muḥammad* por su inexpugnabilidad. Al tener conocimiento del elevado número de combatientes que se dirigían hacia sus posiciones, pidieron ayuda a *Sa'dûn bn Gâr*, conocido por *al-Surunbâqî*, cliente y amigo de *Marwân al-ḡillîqî*, uno de los muladíes más valientes y temibles de su época según nos han transmitido los cronistas al servicio de la dinastía omeya de al-Andalus. Las fuentes nos narran que era *«astuto y sagaz, atrevido y arrogante, poseía todas las cualidades del hombre orgulloso, cuyo corazón no conocía el temor ni el miedo... Su tumba está entre el Tajo y la ciudad de Coimbra»* (Ḥayyân, *Muqtabis III*, 178).

Una vez iniciado el asedio del *ḥiṣn o qal'at al-Ḥanš* el emir vio como única táctica verdaderamente efectiva, el privarlos de agua, por lo que los sitiados se las tuvieron que ingeniar para resistir:

«Excavaron pozos en el interior de su castillo y les deparó Allâh, en ellos, agua dulce y corriente próxima a donde estaban, cuando ya habían pensando rendirse y se volvieron por ello a la oposición. Construyeron muros en los pozos, que los protegían de los ataques y levantaron sobre ellos pesados maderos revestidos de piel de vacuno. Excavaron galerías subterráneas para traer las aguas y frecuentaban aquellos pozos por aquellas galerías. Y las catapultas se balanceaban insistentemente sin dejar de lanzar de día y de noche. El emir se esforzó sobremanera para impedir la aparición del agua e incitó a



Figura 2 – Restos conservados del *ḥiṣn al-Ḥanš*, Alange (foto Ruth Bergmann, año 2005).

sus hombres a derribarlos, pero no fue posible en ninguno de los pozos cercanos a la fortaleza. Sin embargo, por los constantes ataques de la catapulta, les apresó mucha gente que perseveraron sobre su negativa y lo combatieron».

Después de tres meses de duro asedio, durante el cual los sitiados tuvieron que comerse la carne de sus propias monturas, además de pasar grandes calamidades, los seguidores de *Marwân al-ÿillîqî* solicitaron el amân, que les fue concedido de manera inmediata. A continuación el emir «le permitió que se fuera a Badajoz y se estableciera en ella; la cual era entonces una aldea» (Ibn 'Idârî, Bayân II: 105).

Ahora bien, resulta un tanto insólito que después de todo lo ocurrido, el emir tomara la resolución de concederle la *qar'ya* (alquería) de Badajoz para que se instalase, sobre todo si tenemos en cuenta que era una petición personal de *al-ÿillîqî*, principal promotor de la rebelión y abanderado de la causa muladí en el occidente andalusí ante la corte omeya. Por mucho que este esgrimiera en sus razones el abultado número de su progenie y las dificultades que ello le acarrearía para poder sobrevivir. Sin duda el emir *Muhammad I* debía mantener un alto grado de amistad con nuestro protagonista para ceder de este modo a las peticiones de quien había osado enfrentársele desde años atrás, y no conducirlo nuevamente preso a Córdoba.

En cuanto a la citada alquería, esta es la segunda vez que aparece en la historiografía árabe un conjunto de casas con el nombre de Badajoz –*Baṭalyws*–, la primera vez figuró como consecuencia de la persecución a que se vio sometido el rebelde *Maḥmûd bn 'Abd al-ÿabbâr* por las tropas del emir *'Abd al-Raḥmân II* en el año 834/219, tras los sucesos acaecidos en Mérida que dieron con el asesinato del padre de nuestro personaje, que como ya dijimos se encontraba al frente de la *kûra* de Mérida como gobernador (Ḥayyân, 2001, nota 595).

Hasta este segundo momento no volvería a citarse dicha alquería o asentamiento rural, el cual dependía de la jurisdicción administrativa de Mérida. Será a partir de esta fecha cuando *Ibn Marwân* con el consentimiento del emir, decida construir una ciudad, poblarla, e invocar el nombre del emir en las oraciones del viernes, aunque pactando como condición no pagar contribución ni obedecer los dictámenes emitidos desde Córdoba (Valdés, 1988:144).

Como hemos apuntado más arriba, que el emir *Muhammad* se plegase a las exigencias de *al-ÿillîqî* con la única salvedad, que el emplazamiento estuviera en el margen izquierdo del Guadiana para de este modo tenerlo más controlado, tendría que venir motivado por razones de peso que no pasaron desapercibidas para los cronistas de la época. Así tenemos el incremento de la oposición indigenista encontrada en la zona y la aparición de dos periodos de hambrunas durante los años 867/253 y 876/263, que como factores desestabilizadores de gran importancia estimularían sin duda la aparición de disidentes (Al-Qûṭiyya, 1926:106). Situación esta última que sería atajada en la medida de lo posible con medidas cautelares, como cuando *Ibn Marwân* mandó a su hijo *Muhammad* y treinta de los suyos como rehenes a Córdoba (Ibn Ḥayyân, 1973: 355), así como otras circunstancias que por ahora se nos escapan.

Medidas que servirían de bien poco ya que *Ibn al-ÿillîqî* no tardará en reemprender una nueva revuelta contra el poder representado por Córdoba, especialmente contra sectores de población árabes y beréberes, a los cuales expoliaba y saqueaba sin denuedo, no sin antes obtener nuevamente la ayuda del rebelde muladí procedente de Coimbra *Sa'dûn bn al-Surunbâqî*, y también con posterioridad, la del propio rey asturiano Alfonso III, siempre dispuesto a infringir los mayores quebrantos a sus vecinos del sur.

Debido a esta política, no es extraño que acudieran a cobijarse bajo sus filas muchos cristianos y muladíes de la comarca (*iqlîm*) y de la propia provincia (*kûra*), sobre todo de la *madîna* de Mérida, donde *al-ÿillîqî* debía de tener no pocos seguidores. No debemos olvidar que nuestro revoltoso personaje era muladí, y los muladíes, aunque hostiles a Córdoba, eran en su mayoría sinceros musulmanes que sólo pensaban en su propio provecho, como por otra parte también estaba sucediendo en la frontera superior (Zaragoza) con la dinastía de muladíes de los *banu Qâsi* y, no tardaría en producirse en las regiones más próximas al poder cordobés con los también muladíes *Banû Ḥafsûn*, provenientes de la *Kûra* de *Rayyâ* y *Ṭakûrunna* (Málaga).

Siguiendo con los hechos donde lo habíamos dejado, vemos como *al-ÿillîqî* y los suyos, faltando a la palabra dada al emir, deciden fortificar el pequeño núcleo urbano (*Baṭalyws*) y aliarse con el también rebelde *Sa'dûn*, a la espera de acontecimientos que no tardarían en producirse. Así en el transcurso del año 262-263/875-876 el emir envió a su hijo *al-Munḍir* con un cuerpo de ejército contra *al-ÿillîqî*, no teniendo esta otra opción que la de abandonar Badajoz y dirigirse hacia el norte. Tras cruzar la región de *Miṣṭâsa* (emplazamiento del mismo nombre de la tribu bereber) y atravesar el Tajo, buscó refugio en el *ḥiṣn Karkar* –emplazamiento ubi-

cado con asiduidad por la comunidad científica desde que lo expusiera F. Codera en Alburquerque, cercana población a Badajoz– (Codera, 1904: 33; Makki, 1973; Terrón, 1991: 67 y ss; Souto, 1995: 227). Aunque después de los últimos estudios llevados a cabo en torno al espacio geográfico donde se desarrolló la rebelión del «Gallego», podemos asegurar que este asentamiento en altura debía de encontrarse una vez se hubiera cruzado el Tajo, hacia el norte, y no hacia el sur de dicho río, sobre todo si tenemos en cuenta el lugar de Cárquere, a pocos km al Oeste de Lamego, emplazamiento que cuenta con abundantes restos materiales de época romana y visigoda (Manzano, 1991: 198 y ss; Velho, 1981: 273). También se alude por parte de estos autores al alto índice de islamización que había en la zona y al poblamiento tanto bereber como muladí que habitaba este territorio, y que podemos ubicar en la región próxima a Coimbra, entre los ríos Duero y Mondego. Es más, parece del todo lógico que nuestro personaje se refugiara en estos lugares buscando las fragosidades del terreno, bastante alejado de las bases de operaciones de los ejércitos emirales, donde según se desprende de las fuentes escritas, eran territorios bastante mal controlados por la administración central y que en poco espacio de tiempo volverían a albergar acontecimientos similares. En este escenario es donde resistiría las embestidas de las tropas afines al estado omeya sufriendo muchas pérdidas, pero fracasando las mismas en la tentativa de tomar el poblado fortificado en altura.

Como consecuencia de la inexpugnabilidad de esta fortaleza, el qâ'id del ejército *Hâšim bn 'Abd al-'Azîz*, –el mismo que humillara a *Ibn Marwân* años atrás en Córdoba delante de los visires del emir–, se encaminó hacia el *ḥiṣn Munt Šalûṭ* (*Monsalude*), en el concejo de Ferreira do Zézere, próximo al río del mismo nombre, afluente del Tajo por la derecha (Velho, M. 1981: 270 y ss), para asegurarlo ante el peligro de amenaza que representaba *Sa'dûn al-Surumbâqî*. Aunque en este aspecto hay autores que lo sitúan en la Sierra de Monsalud (Terrón, 1991: 69-70; Pérez, 1992: 292-293) no muy alejado de la capital pacense, donde se ubica el actual castillo de Nogales, pero que al estar al sur del Guadiana contradice en buena medida la lógica, al desvirtuar lo expresado en las fuentes y la anterior huída emprendida por *Ibn Marwân* hacia el norte (Muqtabis III, 361; Manzano, 1991: 194-195). Ante este estado de cosas *al-Surumbâqî*, que se hallaba en las proximidades de Coimbra, solicitó la ayuda de Alfonso III que en los últimos años había adelantado sus fronteras hasta más allá de la orilla izquierda del Duero. En ese momento el 'âmil del *ḥiṣn Munt Šalûṭ* comunicó a *Hâšim* que se presentaba una oportunidad única para apresar a *Sa'dûn*, cuando en realidad había sido éste último el que había engañado a los enviados del emir, aparentando tener pocos efectivos (Codera, 1904: 19). Las tropas del qâ'id cayeron en la trampa y fueron derrotadas en una emboscada en terreno montañoso, donde el propio *Hâšim* fue hecho prisionero y enviado a Oviedo. Este permanecería cautivo por espacio de dos años hasta que se pudo pagar su rescate, cifrado según *Ibn al-Qûṭayya* en 150.000 dinares de oro, y así poder regresar a Córdoba (Ribera, 1926: 74). Testimonio también recogido por la historiografía cristiana de la época en la Crónica Albeldense (1985: 247):

«... que presentado a Alfonso en Oviedo, al redimirse después, entregó en rehenes dos hermanos, un hijo y un sobrino, hasta que pagó el Rey cien mil sueldos de oro».

Hechos todos ellos que sin duda incitarían a la rebelión en muchas regiones de al-Andalus, especialmente en el mismo corazón del emirato.

En ese mismo año del 263/876 uno de los hijos del emir, *al-Munḍir*, se dirigió hacia Mérida, la cual había caído un año antes en manos de *Ibn Tâÿîṭ*, de la tribu bereber de los *Mašmûda*, debiendo pactar algún acuerdo entre ambos para enfrentarse a *Ibn Marwân*, el cual se vio obligado de nuevo a abandonar Badajoz, que quedó en manos del qâ'id de *al-Munḍir*, *al-Walid bn Gânim*. Parece ser que este gobernador había sido 'âmil de Sevilla, y en su breve estancia en Badajoz se encargaría de destruir las pocas edificaciones con que contaba la ciudad (Souto, 1995: 228, nota 117).

Siguiendo en este punto al historiador cordobés *Ibn Ḥayyân*, vemos como el siempre levantisco *Ibn Marwân* no tuvo otra opción que buscar refugio con los suyos en las cercanas Sierras no muy alejadas de la antigua población de Egítania, actual Idanha ha Vella, comarca que conocía perfectamente al haber estado allí refugiado con anterioridad, como ya dijimos (muqtabis II, 1973: 380).

«Salieron de allí y residieron en la región del Tajo, se hospedaron en el monte Amaya, conocido por Amâya Ibn Marwân, elevado castillo en el oriente de la ciudad de Amaya que está en ruinas y situada junto al río Sabîr, donde permaneció».

Como señala Bueno Rocha (1992: 92), Amaya se correspondería con la *Ammaia* romana, y hacia mediodía es donde se levanta el castillo de Marvão, derivado de *Marwân*, como atestiguan los textos conservados sobre estos

hechos (Fig. 3). También el río *Sabîr* de la crónica es el actual Sever en territorio portugués.

Su permanencia en este emplazamiento sería breve, pues no tardaría nuestro rebelde personaje en tener que abandonar este lugar ante el acoso a que se vería sometido por los habitantes de la zona, la mayoría de clara procedencia bereber (*Barânis*), aunque se llegaron a puntuales pactos que inmediatamente eran rotos por las tribus norteafricanas. De este tronco étnico era la tribu de los *Maşmûda*, que se había asentando en Mérida con la connivencia del poder cordobés un año antes, desplazando a los bereberes de la tribu *kûtama* establecidos con anterioridad, junto a los escasos miembros de la comunidad mozárabe y muladí que quedaban en la otrora pujante *madîna*.

Ante esta situación, y ante el continuo empuje de las tropas emirales, *al-ÿillîqî* no tuvo otra opción que la de acogerse a la protección del monarca asturiano Alfonso III, quien lo establecería en torno al año 263-4/877-8 en una fortaleza situada a N. E. de Coimbra y que las fuentes denominan como *ḥiṣn B.t.r.l.s.h. (Bitra Lusa)*, identificada con la actual Pedra da Lousa, próxima al Duero portugués (Ḥayyân, Muqtabis II, 383) y no muy alejada del ya mencionado emplazamiento de Cárquere. *Sa'dûn bn al-Surumbâqî* por su parte, se estableció en la nâhiya de Oporto, probablemente bajo la protección del monarca asturleonés Alfonso III. Ambos líderes muladíes se dedicaron durante un tiempo a devastar las regiones comprendidas entre las medinas de Coimbra y Santarem, hasta que en un enfrentamiento con Alfonso III, *Sa'dûn* debió encontrar la muerte hacia el 880/267 (Codera, 1904).

Esta manera de actuar de los rebeldes muladíes, como la del monarca asturleonés, nos ofrecen una idea de cómo de fluidas podían llegar a ser las relaciones entre las distintas comunidades de los dos reinos. Y como ha puesto de manifiesto en repetidas ocasio-



Figura 3 – Emplazamiento fortificado en altura de Marvão (Portugal) (foto del autor, año 2003).

nes E. Manzano (1991:181), se podría vislumbrar una frontera muy permeable de «lealtades imprecisas» donde no existía inconveniente en aliarse o enfrentarse, entre lo que se ha venido en denominar en cierta historiografía como «enemigos irreconciliables», ofreciéndonos en este caso un ejemplo más de lo que T. Glick (1997:295) ha definido como «la no-existencia de una oposición permanente entre el ámbito cristiano y el islámico», haciendo hincapié, por el contrario, en la existencia de una «frontera ecológica, bien diferenciada, pero en absoluto cerrada».

Resulta indudable que en la región donde se estaban desarrollando estos acontecimientos, las relaciones entre ambos reinos serían de lo más normal para la época, no sólo en el intercambio de personas e ideas, sino también en el continuo trasiego de productos manufacturados de todo tipo, como se está poniendo de manifiesto en los hallazgos cerámicos y en las influencias arquitectónicas y escultóricas del noroeste peninsular (Caballero, 2003: 171).

Mientras tanto en el resto de al-Andalus la situación para el emir *Muḥammad I* iba torciéndose inexorablemente, sobre todo en los años finales de su reinado que se prolongaría hasta el momento de su fallecimiento, acaecido en el 879-886/265-272. Si bien en la Frontera Superior (*ṭagr al-a'là*) se estaba en la vía de apaciguar la situación permitiendo a la familia de origen árabe de los *Tu'yîbîes* instalarse en las fortalezas de Daroca y *Qal'at Ayyûb* (Calatayud), para de este modo contrarrestar la actividad contraria de la dinastía muladí de los *Banu Qâsi*. Sin embargo, en el corazón mismo del emirato, iba a dar comienzo la rebelión de *Ibn Ḥafsûn*, la cual repercutirá nefastamente en la política centralizadora de los siguientes emires cordobeses.

Pasados unos años, hacia el 879-880/266, se van a desarrollar unos hechos que van a ser transmitidos documentalmente, tanto por los cronistas cristianos al servi-

cio de los monarcas asturleonese, como por los musulmanes al servicio de los omeyas. La historiografía musulmana ha cargado las tintas contra el rebelde muladí como consecuencia de los pactos mantenidos con el monarca cristiano (*‘Idārī*, Bayân II: 103):

«Se separó de la comunidad de fieles, protegió y frecuentó a los cristianos prefiriéndolos a los musulmanes».

Especialmente cuando éste atacaba territorio de la Dâr al-Islam, saqueando aldeas y puntos fortificados y dejando tras de sí un reguero de sangre y ruina.

«Más tarde nuestro rey [Alfonso III], en son de guerra contra los sarracenos, movió su ejército y entro en España en la era 919 (881). Y marchando así por la provincia de Lusitania, saqueando las plazas de los Nafza –con probabilidad el actual despoblado de Vascos–, pasando ya el río Tajo avanzó hacia los confines de Mérida; y llegando a diez millas de Mérida, pasó el río Guadiana y alcanzó el Monte Oxiferio» (Crónica Albeldense, 1985: 251-252).

Este Monte Oxiferio es también recogido en la Crónica Najerense (Estévez, 2003, nota 171), situado en nota por el autor de dicha edición en Sierra Bermeja, monte que dista alrededor de 8 km a NE de Mérida, aunque se encuentra antes de llegar al mencionado río. En la citada sierra se encuentra desde tiempo inmemorial una finca denominada de «La Encomienda del moro», dispersándose por sus alrededores un gran número de restos materiales, entre ellos ruinas de varias construcciones que los propios del lugar denominan como «de las mezquitas». Esta misma incursión del monarca Alfonso III por la Frontera Inferior (*ṭagr al-adnâ*) no pasaría desapercibida para los cronistas al servicio de la dinastía omeya, como narra Ibn Ḥayyân en su *muqtabis II* (Makkî, 1973: 396), recogido de *‘Îsâ al-Râzî*:

«En el año 266/880-881, salió Alfonso Ibn Urdûn rey de Yillîqiyya con un odioso ejército de cristianos y en él iba el prevaricador ‘Abd al-Raḥmân Ibn Marwân al-Ýillîqî, que le había solicitado asilo y hospedaje en su tierra, y querían hollar el país del Islâm. Parecía que se dirigía a Toledo, cuando atravesó el puerto segundo y el otro, cruzó el río Tajo y mandó a sus guías rectificar hacia la Kûra de Mérida, país de Ibn Marwân. Avanzó la caballería hacia el ḥiṣn Dûbal, en las cercanías de Badajoz a unas quince millas, en el que se había refugiado mucha gente del iqlîm Kala, lo asedió hasta conquistarlo, cautivó a su gente y mató a muchos musulmanes de su guarnición, Dios tenga misericordia de ellos».

Como podemos advertir por esta descripción, se hace mención de una fortificación con el apelativo de *Dûbal*, y por el contrario no hay referencia alguna al Oxiferium Montem de la historiografía asturleonese, por lo que podemos deducir que el lugar de la escaramuza se identificaría con el topónimo de Los Adobales, cerca del término de Nogales y próximo a la ciudad de Badajoz (Makkî, 1973), aunque en dicho asentamiento no hallamos encontrado restos materiales algunos de consideración.

En cuanto a la mención de dicho monte por la historiografía cristiana, todo parece indicar que el interés principal era el de citar un lugar o hito geográfico tras haber cruzado el río Guadiana, como medio de magnificar la hazaña, o cuanto menos señalarlo como un promontorio de características míticas o inolvidables. Hay que tener en cuenta que es la primera vez que un monarca asturleonés en una razzia había logrado alcanzar una distancia tan alejada de sus posesiones territoriales. No olvidemos que ya habían transcurrido cerca de doscientos años de dominio andalusí sobre estas tierras y las corrientes milenaristas sobre el fin de al-Andalus estaban marcando una impronta que se verían reflejadas en la ideología historiográfica de la cancillería Astur-leonesa. En cambio, por la otra parte hay que considerar, que los cronistas al servicio de la cancillería omeya nada describen al respecto sobre este accidente geográfico, cuando la riqueza de detalles de la historiografía musulmana era mucho más rica y pormenorizada que la cristiana, por lo que la mención de dicho emplazamiento debía ser secundario, cuando no anecdótico.

Será a partir de este momento, según narran las crónicas musulmanas, cuando se inicie la ruptura entre *al-Ýillîqî* y Alfonso III, como consecuencia de un enfrentamiento entre ambos por lo sucedido en territorio musulmán, especialmente por la matanza cometida contra miembros inocentes de la misma creencia religiosa que la de nuestro rebelde líder muladí (*muqtabis III*, Makkî: 397). A raíz de los hechos expuestos, nuestro protagonista decidirá volver a sus «dominios» y entablar nuevamente negociaciones con el poder emiral, en esta ocasión con uno de los hijos del emir *Muḥammad I* al que conocía muy bien de cuando su estancia en Córdoba, el príncipe *‘Abd Allâh*.

Transcurridos unos cuatro años desde los últimos acontecimientos acaecidos en el noroeste peninsular –de los cuales no tenemos noti-

cias de consideración en toda la región—, ahora se va a producir un suceso durante el mes de junio de 885/272, donde el príncipe ‘*Abd Allâh*, heredero al trono omeya, se dirigirá nuevamente hacia el oeste de al-Andalus contra *Ibn Marwân*. Al tener conocimiento de la proximidad de este ejército procedente de Córdoba, huyó de Badajoz, encaminándose hacia la franja más meridional de la *kûra* de Mérida. Así, ascendiendo el valle del Guadiana, buscó refugio en el monte de *al-šîrgîra* o *šîr’îra* (Acijara), que distintos autores interpretan y sitúan, como el propio nombre indica, en algún lugar invadido por las aguas del actual pantano de Cijara (Pérez, siguiendo a Terrón, 1992: cita 264 en p. 165), y no muy alejado de *Asbarraguzza* (Espinosa) en la comarca de la Serena, donde también era situado por el arabista e historiador francés Lévi-Provençal (1987:195).

En esta comarca es muy probable que encontrara también apoyo en la persona de ‘*Alî ibn Lubb*, compañero y rebelde de origen muladí, señor de la zona de Guadalupe, como señala Ibn Ḥayyân en su *muqtabis* II (Makkî, 1973: 380-1, nota 609), de la que pudo quedar el topónimo —*wad Lubb* «río de Lubb (Lobo)»—, voz de raigambre latina frecuentemente usada en al-Andalus y prolíficamente ilustrado en las fuentes árabes (al igual que se ha perpetuado el antropónimo Marvão, derivado de *Marwân*, como hemos señalado más arriba).

Con posterioridad a estos episodios nuestro protagonista regresará a Badajoz, tras el nombramiento como emir del príncipe ‘*Abd Allâh*, con el que pactará su estancia en la *madîna* no sin antes exigir una serie de prerrogativas, como la de registrar a su nombre todo lo que poseía, prometiendo a cambio lealtad y obediencia. Demandas que le fueron concedidas por el nuevo emir con tal de cerrar definitivamente este frente y centrar todos sus recursos en la insurrección que ‘*Umar Ibn Ḥafsûn* estaba desplegando en buena parte del valle del Guadalquivir.

«*Baṭalyaws ...la construyó ‘Abd al-Raḥmân bn Marwân conocido por al-Ÿillîqî con la autorización del emir ‘Abd Allâh, quien puso a su disposición un número de obreros y capital. ‘Abd al-Raḥmân comenzó por la construcción de la mezquita, de ladrillos y cal, salvo el alminar, que fue especialmente hecho en piedra, se reservó en su interior una maqşûra. También construyó una mezquita particular en el interior del ḥiṣn, y también los baños en la puerta de la ciudad. Permanecieron los obreros con él hasta que fueron edificadas un número de mezquitas. Fue levantada la muralla de Badajoz de tierra...*» (Pérez, 1992, pp: 67, nota, 84).

Testimonio que no sólo está recogido en las fuentes historiográficas (al-Ḥimyarî, edic, Maestro, M^a, 1963: 98; Ibn al-Qûṭiyya, edic, Ribera, J., 1926: 74), si no que también se ha visto refrendado por las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo en el interior de la alcazaba de Badajoz (Fig. 4), concretamente en la antigua catedral de Santa María de la See, enclavada justo encima del oratorio descrito más arriba, y que después de un detenido estudio de los restos encontrados, no ofrece lugar a dudas sobre dicho emplazamiento religioso (Valdés, 1999: 267-290).

Después de haber alcanzado tan ventajoso pacto, dejó de incordiar al poder central, y los otrora compañeros muladíes de *Ibn Marwân* también se establecieron en diferentes medinas y núcleos fortificados del occidente andalusí. Uno de sus inseparables, desde los primeros momentos de las revueltas después de más de veinte años de luchas, *Ibn Šâkir*, se instaló en el *ḥiṣn Jodar* (topónimo no identificado en el espacio geográfico objeto de este trabajo). Por su parte *Bakr b. Yaḥyâ b. Bakr* conquistaría la medina de Santa María de la región de *Ukşûnuba*, próxima a la actual Faro, reedificándola y dotándola de amplia fortaleza (Sidarus, 2001: 160-167). Estas circunstancias no tendrían como efecto el alejamiento entre ellos, sino todo lo con-



Figura 4 – Panorámica de la alcazaba de Badajoz en la actualidad, situada en el mismo solar que la primera construcción perteneciente al siglo IX (foto Edic. Extremeñas, S.A., año 1992).

trario, favorecieron el contacto permanente con *al-ÿillîqî* y con los seguidores de éste, protegiéndose mutuamente cuando la ocasión así lo requería, y teniendo como enemigo común a *'Abd al-Mâlik b. Abû al-ÿawâd* que ocupó la medina de Beja (Bâÿa) y la alcazaba de Mértola. Todos ellos tomaron como partido el de los muladíes, aunque esto no fue impedimento para que tuvieran continuos roces con el último de los líderes muladíes anteriormente citado (al-Muqtâbis III, edic. Guráieb, 1950: 172).

Por contra, los esporádicos contactos con líderes de procedencia bereber no significarían a la postre un acercamiento entre ambas comunidades, situación que motivaría sin duda, a nuestro parecer, una diferenciación clara en la elección y asentamiento practicado sobre el territorio. De modo que las tribus bereberes prefirieron asentarse en zonas de Egitania (Idanha) y Coria, así como en la propia Mérida y en

la franja más meridional del territorio emeritense. Así tenemos a los *Banû Tâÿît* de la tribu bereber de los *Maşmûda*, que procedentes de Coria se asentaron en Mérida hacia el 876/263, los *Banû Farfârin* de la tribu de los *Hawwâra*, afincados en la cercana Medellín desde finales del siglo anterior, desde donde dominaban gran parte del *Iqlîm* de la Serena y, los *Banû al-Faray* de la tribu *Miknâsa*, que poseían un extenso territorio situado entre los cursos medios de los ríos Guadiana y Tajo (Franco, 2005: 45-47).

En cambio, el dominio territorial de los rebeldes muladíes se extendía más hacia septentrión (Franco, 2004: 173), en una franja que iría de Badajoz en dirección a Coimbra, y hacia el sureste de la Extremadura actual, así como buena parte del Alentejo y franjas del Algarbe portugués (Sidarus, 2001: 165 y ss).

Por último, ya en el postrer año de vida de *Ibn Marwân al-ÿillîqî* (889/276), se producirán una serie de enfrentamientos en la *Kûra* de Sevilla, al igual que venía sucediéndose en la mayor parte de al-Andalus, que daría como resultado la insurrección de líderes árabes locales junto a conocidas tribus bereberes de la zona, lo que motivaría la respuesta tanto de los muladíes como de los cristianos. En medio de esta refriega cuyos intereses chocaban con los de Córdoba, tribus bereberes procedentes de Mérida y Medellín, se encaminaron hacia el norte de Sevilla en busca de botín, devastando los campos y aldeas, además de sumir en la ruina a muchos propietarios y provocar una total inseguridad en todo el territorio. En este estado de cosas también hizo acto de presencia *'Abd al-Rahmân b. Ibn Marwân* desde Badajoz, con un potente ejército que acampó muy cerca de Sevilla (Mora), saqueando sus inmediaciones sin encontrar a nadie que le opusiera resistencia y volviendo sobre sus pasos una vez hubo logrado su propósito (al-Muqtâbis III, Guráieb, 1953: 156-159).



Asentamientos y espacios geográficos de la revuelta de Ibn Marwân en el occidente peninsular durante el siglo IX/III mencionados en el texto.

También por esta fecha, el gran historiógrafo de origen andalusí *Ibn Jaldûn* (Machado, 1961: 347), fija el relato de cómo el líder de la causa muladí en el centro de al-Andalus, *‘Umar Ibn Ḥafṣûn*, solicitó la amistad y cooperación a *al-‘Yillîqî* para derrocar al emir *‘Abd Allâh*, acuerdo que rechazaría casi con toda seguridad como consecuencia del entendimiento al que habían llegado mutuamente no hacía mucho. Esta es la última acción realizada por el gran líder muladí del occidente peninsular antes de su fallecimiento, ocurrido casi con toda probabilidad a finales del 889/276 (Codera, 1904: 26-27).

Tras realizar las exequias por su muerte, le sucedería su hijo *‘Abd al-Raḥmân*, el cual se dedicó a masacrar bereberes de su distrito antes de caer asesinado. No obstante hay que recordar que esta dinastía de bravos dirigentes muladíes se perpetuaría en el gobierno de la medina de Badajoz hasta su conquista definitiva por al-Nâsir en el 930/318, finalizando con ello con la problemática de los últimos descendientes de las oligarquías terratenientes de origen tardorromano en todo el territorio de al-Andalus (Almansa, 2000: 436).

2. ANÁLISIS DEL PERSONAJE Y DEL MOVIMIENTO MULADÍ EN EL OCCIDENTE DE AL-ANDALUS EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO IX/III

Una vez que han sido expuestos los hechos más significativos de la vida y obra de *Ibn Marwân* recogidos de la historiografía conservada, conviene hacer un estudio de su figura y del entramado sociopolítico que le tocó vivir. Recordaremos que el movimiento que encabezara nuestro personaje en el occidente de al-Andalus, coincide en el tiempo y en el espacio con otros movimientos insurgentes que se estaban desarrollando o iban a estallar a lo largo y ancho de la geografía andalusí, en un

momento en el que el poder desarrollado por las élites políticas emirales chocaba directamente contra las pretensiones de los señores de renta, en su mayor parte convertidos al Islam. Éstos, viendo sus intereses perjudicados —en muchos casos eran minusvalorados por la élite política de origen árabe—, echaron mano de buena parte de la población descontenta por los elevados tributos que debían entregar al erario cordobés, no encontrando otra opción que la de hacer frente a la política emanada desde el poder central, como por otra parte hacía ya bastantes décadas se estaba produciendo en Mérida, ciudad que encabezaría el número de sublevaciones contra Córdoba durante la primera mitad del siglo IX en al-Andalus (Alba, Feijoo, Franco, 2005: e.p.).

Se ha querido ver en las revueltas acaecidas en buena parte de al-Andalus protagonizadas por los líderes muladíes durante la segunda mitad del siglo IX, sobre todo a raíz de las corrientes historiográficas decimonónicas de la segunda mitad del siglo, como en la desarrollada hasta mediados del pasado siglo, afirmaciones que defendían o interpretaban unos supuestos valores nacionalistas que entroncaban directamente con una primigenia herencia de la raza hispana contra todo poder establecido (Simonet, 1903; Cagigas, 1947; Sánchez Albornoz, 1956).

Nada más alejado de la realidad como ha dejado claramente expuesto Manuel Ación en su ya clásica obra sobre *‘Umar Ibn Ḥafṣûn* (1997, 2.^a edic.), donde en un estudio pormenorizado se hayan las claves para profundizar en todos los movimientos protagonizados por los señores de renta de origen romano-visigodo en el valle del Guadalquivir.

En nuestro particular repaso a las actuaciones de *Ibn Marwân al-‘Yillîqî* (86?/25?-889/276), hay que reconocer que nuestro protagonista nunca intentará erigirse en líder de ningún movimiento para suplantar al poder emiral, por contra al de *Ibn Ḥafṣûn*, aunque eso sí, premiara e incentivara a la rebelión a la comunidad muladí frente al resto de la sociedad andalusí, como hemos podido apreciar a lo largo de la exposición anterior.

El fin último que perseguía *Ibn Marwân* y sus seguidores era sin duda el de no tener que rendir cuentas al poder central; esto era seguir con las prerrogativas con las que la comunidad muladí entró a formar parte de la *dâr al-Islam*. Pero el modelo de estado cada vez más centralizado que a partir del emir *‘Abd al-Raḥmân II* se va a imponer en al-Andalus chocaba frontalmente contra las ventajas que disfrutaban estos señores locales, en su mayoría descendientes de oligarquías terratenientes romanas-visigodas.

Por otra parte no debemos olvidar que la mayor parte de la comunidad muladí no era aceptada por la aristocracia de origen árabe dentro del seno de la administración cordobesa en el poder. De este modo podemos entender como la mayor parte de los líderes muladíes que entraba a formar parte de la administración, o que osaba enfrentarse a la élite árabe, era inmediatamente injuriada y agraviada de manera pública y notoria por ésta última. Y no porque no recibieran el apoyo de la dinastía omeya en el poder, que hacía cuanto podía por introducir elementos muladíes entre sus cuadros dirigentes en las franjas fronterizas, fundamentalmente en el

ejército, para de este modo poder obtener un mayor control del territorio donde este elemento social era mayoritario.

Situación socio-política que nos puede hacer recordar los primeros momentos del Islam en oriente, al considerar la aristocracia árabe a éstos nuevos musulmanes como de inferior categoría y que motivaron en el transcurso de los siglos VII-VIII/ I-II multitud de revueltas, e incluso el fin de la dinastía omeya en Oriente (Ibn Ḥayyân, 1973: 85). Ejemplos de estos enfrentamientos son recogidos de manera clara en los discursos de alfaquíes y ulemas de raza árabe, que no muestran reparos en declarar la inferioridad de los *muwallâdun* ante los de su raza, como ha quedado reflejado en algunos pasajes de la historiografía dedicada al género autobiográfico de personas ilustres andalusíes

Así, en un pasaje estudiado por Luis Molina a un destacado jurista árabe, *Muḥammad b. 'Abd al-Salâm al-Jušanî*, éste expresa su pensamiento de forma tan elocuente que no necesita más explicación:

«Su odio hacia los muladíes y mawâlî lo demostró en una ocasión en que, habiendo tenido noticias de que unos cuantos muladíes habían sido muertos, exclamó: "han sido aniquilados y se acabó con esa ralea"» (Molina, 1994: 345).

En este momento de consolidación del estado y de la paulatina islamización y arabización de la sociedad andalusí, el autor anterior describe la situación tal y como se ha podido entrever de los hechos narrados en la primera parte de nuestro artículo (Molina, 1994: 349):

«El factor étnico parece tener gran influencia en los enfrentamientos entre árabe y muladíes a lo largo del siglo IX, éstos son frecuentes y; muchas veces, encarnizados».

Otra cuestión a tener muy en cuenta es que los muladíes, en su mayor parte, practicaban sinceramente su nueva fe en el seno de la comunidad del Islam, por tanto no hay que achacar ningún atisbo de vuelta a sus antiguas creencias religiosas, y por lo que respecta a nuestro protagonista, está fuera de cualquier planteamiento serio la hipótesis planteada por algunos investigadores de mediados del pasado siglo (Cagigas, I, 1947: 166-169) y, aún más recientes (Caballero y Arce, 1995: 195), sobre la creación de una nueva religión a medio camino entre cristianismo e Islam, al querer interpretar el siguiente pasaje de la obra de Ibn al-Qûṭiyya (Ribera, 1926: 74), como si de un alejamiento de las prácticas del Islam se tratase:

«... hicieron alianza con los politeístas (Cristianos del Norte) y produjeron dentro del Islâm graves acontecimientos...».

El autor de esta crónica se refiere sin duda a los pactos sostenidos por motivos políticos y no de índole religiosa, como se demostrará más tarde con el abandono por parte *al-ʿYilliqî* de las posesiones que tenía en territorio cristiano, como conse-

cuencia de los atropellos que las tropas de Alfonso III realizaron en la incursión por tierras del Islam descrita anteriormente. A ello hay que añadir el posterior acuerdo suscrito con el emir *'Abd Allâh* para establecerse definitivamente en Badajoz, acuerdo que incluía invocar el nombre de dicho emir en las oraciones del viernes (Picard, 2000: 47).

Otros datos que vienen a ratificar la sinceridad de las conversiones de la comunidad muladí y la progresiva islamización de sus costumbres, se recogen en los restos de carácter epigráfico que se conservan en edificios de claro origen cristiano, que convenientemente reconvertidos en oratorios musulmanes durante esta segunda mitad del siglo IX, se reparten por la propia medina de Mérida (Columnas epigrafiadas del Parador de Turismo de Mérida), como en las inmediaciones, –basílica de Casa Herrera– y, en zonas donde se desarrollan las correrías de los líderes muladíes –Milreu, en Portugal–, islamización que en su expansión abarca tanto al ámbito urbano como al rural (Barceló, 2001: 112 y ss).

El gran polígrafo cordobés del siglo XI, *Ibn Ḥazm*, buen conocedor de la sociedad andalusí como jurista y hombre de ciencia, comenta al respecto:

«Todos los *muwallâdun*, con lo numerosos que fueron, se expresaban en árabe mediante el cual recitaban el Corán, todos se convirtieron en una nación única» (Kitâb al-Fisal, 1985: V. I: 195).

Es este sentido no hay que olvidar el fuerte apoyo que esta comunidad encontraba entre los grandes propietarios, ya pertenecieran éstos al medio urbano o rural, los cuales hacían frente a las continuas arremetidas del poder omeya, en un intento desesperado por mantener el status pactado en el momento de la conquista. De este modo, nuestro líder muladí

encontrará en este brazo de la sociedad andalusí un importante apoyo (tanto humano como de medios) para desarrollar sus correrías a lo largo de una extensa franja de territorio que se extendería desde el curso medio del río Guadiana, hasta más allá del Tajo, con dirección hacia la Sierra de la Estrella, y cuando era preciso su influencia se dejaba sentir hasta el Algarbe portugués (consultar mapa). De hecho llegaron a crear casi un estado semi-independiente al poder cordobés, donde se favorecía el entendimiento entre los distintos líderes muladíes para hacer frente, en caso de peligro, a las acometidas del poder central o de las siempre levantiscas tribus bereberes.

Para finalizar esta breve semblanza de la figura de *Ibn Marwân*, sus seguidores, y la mayor parte de los movimientos insurgentes liderados por la comunidad *muwallâdun* en el seno de la sociedad andalusí durante la segunda mitad del siglo IX, e inicios de la décima centuria, habría que señalar que ésta se entiende no como una oposición ideológica de carácter religioso, sino de claro sentimiento político y social de pertenencia a la sociedad andalusí, donde lo que se buscaba era obtener y transmitir los mismos derechos que los otros musulmanes —especialmente la élite árabe—, después de su ingreso en la comunidad de los creyentes. En una comunidad, no lo olvidemos, que después de casi siglo y medio desde su entrada al Islam, todavía había grupos de poblamiento indígena que se caracterizaba por su fuerte vinculación a sociedades de tipo feudal, frente a la impuesta de orientación más mercantilista, a favor de una política más centralizada, que basa buena parte de su economía en el intercambio comercial y en el desarrollo de industrias artesanas.

Como señala M. Acién en su estudio sobre *Ibn Ḥafṣûn*, estos movimientos insurgentes protagonizados por los muladíes vinieron a representar:

«un intento de los herederos de la antigua aristocracia para conseguir la permanencia de su status en el momento en que sus derechos se vieron amenazados por la presencia del Estado y la difusión de las normas de la sociedad islámica».

Insurrecciones que a la postre fueron derrotadas e integrados sus componentes en el seno de la sociedad andalusí, donde muchos de sus miembros alcanzaron puestos de responsabilidad con la proclamación del Califato por *‘Abd al-Raḥmân III al-Nâsir* en el 929/316.

Una vez expuestos los hechos más significativos del popular personaje muladí oriundo de Mérida, recordar que la medina que le vio nacer será la gran perjudicada del movimiento que él encabezaría en todo el occidente peninsular durante el último tercio del siglo IX. De facto, la Mârida islámica después del fatídico año del 868/254, no volvería a representar el mismo papel de relevancia en el organigrama político-administrativo omeya que tuvo con anterioridad, perdiendo a raíz de los hechos mencionados la capitalidad de la Marca Inferior, y sufriendo su urbanismo un menoscabo constructivo y poblacional del que no se recuperaría en todo el periodo de tiempo que se prolongó el dominio andalusí en la península ibérica.

Por contra, la gran beneficiada será la cercana medina de Badajoz, que por ironías del destino será fundada por el propio *al-‘Yillîqî*, con la autorización de los emires cordobeses, erigiéndose a lo largo del siglo décimo en el núcleo urbano más importante de toda la región, situación que se prolongaría durante todo el espacio temporal del reino andalusí y que ha perdurado en el tiempo hasta llegar a nuestros días.

FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA

- ACIÉN ALMANSA, M. (2000), «La herencia del protofeudalismo visigodo frente a la imposición del Estado islámico», *Visigodos y Omeyas, Un debate entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media* (Luis Caballero y Pedro Mateos, edit.), anejos de AespA, XXIII, pp. 429-441, Madrid.
- (1997), *Entre el feudalismo y el Islam. ‘Umar Ibn Hafṣûn en los historiadores, en las fuentes y en la historia*, 2.ª edición, Universidad de Jaén.
- ALBA, M. (2001), «Mérida, entre la Tardoantigüedad y el Islam: datos documentados en el Área Arqueológica de Morería», *La islamización de la Extremadura romana*. Cuadernos Emeritenses, n.º 17, pp. 265-308, MNAR.
- ALBA, M., FEIJOO, S., Y FRANCO, B. (2005), «Mérida islámica (I): el proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina (S. VIII-IX)», *La Ciudad en el Occidente islámico medieval, La Ciudad andalusí*, Granada (E.P.).
- BARCELÓ, C. (2001), «Columnas arabizadas en basílicas y santuarios del occidente de al-Andalus», *La islamización de la Extremadura romana*. Cuadernos Emeritenses, n.º 17, pp. 87-137, MNAR.
- BUENO ROCHA, J. (1992), «El origen del Topónimo “Marvão”», *Ibn Maruán, Revista Cultural del Concelho de Marvão*, n.º 2, pp. 91-94.
- CABALLERO, L. (2003), «Arquitectura Tardoantigua y Alto Medieval en Extremadura», *Repertorio de Arquitectura cristiana en Extremadura*, Anejos de AEspA n.º XXIX, pp. 143-176, Mérida.
- CABALLERO, L. y ARCE, F. (1995), «El último influjo clásico en la Lusitania Extremeña. Pervivencia visigoda e innovación musulmana», *Los últimos romanos en Lusitania* (A. Velázquez-E. Cerrillo y P. Mateos, Edes), C.E. n.º 10. M.N.A.R., pp. 185-217, Mérida.

- CODERA, F. (1904), *Los Benimeruân en Mérida y Badajoz*, Revista de Aragón, 5, Zaragoza.
- (1983), *djkr bîlad al-Andalus, Una descripción anónima de al-Andalus* (edic. e trad. Luis Molina), 2 vols., Madrid.
- CAGIGAS, (DE LAS), I. (1947), *Minorías étnico-religiosas de la Edad Media Española Los mozárabes* (tomo I), I.E.A., Madrid.
- FRANCO, B. (2004), «Territorio y poblamiento en la Kûra de Mârida durante el Emirato Omeya (siglos VIII-X/II-IV)» *Espacio, Tiempo y Forma* (revista de la Facultad de Geografía e Historia de la UNED), serie III, Hª Medieval, V. 17, Estudios en Memoria del Profesor José Luis Martín Rodríguez, p. 167-184, Madrid.
- (2005), «Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (s. VIII-X)» *Arqueología y territorio medieval n.º 12-1*, p. 39-50, Jaén: Universidad de Jaén.
- GLICK, T. F. (1997), *Cristianos y musulmanes en la España Medieval*, Madrid.
- (1985), Crónicas Asturianas (Crónica de Alfonso III «Rotense y A Sebastián, Albeldense y profética»), Int. Edic. Crítica Juan Gil Fernández, trad. e notas José L. Moralejo y Ruíz de la Peña, Oviedo: Univ. de Oviedo.
- (2003), Crónica Najerense, edic. de Juan A. Estévez Sola, Madrid.
- IBN HAYYÂN, *al-Muqtabis*
- (2001), *Al-Muqtabis II-I. Crónica de los emires al Ḥakam I y Abdarraḥmân II entre los años 796 y 847*, tradução, notas e índices de Maḥmûd ‘Alî Makkî y Federico Corriente, I.E.I.O.P.
- (1973), *Al-Muqtabis II. Min anba’ ahl al-Andalus*, ed., Maḥmûd ‘Alî Makkî, Beirut.
- *Al-Muqtabis III de Ibn Ḥayyân*, Cuadernos de Historia de España XIII (1950), XIX (1953), trad. José Guráieb, Buenos Aires, pp. 157-176; 156-164.
- (1985), Ibn Ḥazm, *Kitâb Al-Fisal fi al-milal wa-l-alwa’ wa-l-nihal*, edic. Muḥammad Ibrahim Nasr & ‘Abd al-Raḥmân ‘Amira, vol. I, Beirut.
- (1963), Al-Ḥimyarî, *kitâb al-Rawḍ al-Mi’î ṭâr fi jabar al-aqtâr*, tradução castelhana de Maeso, P., Anubar, Valencia.
- (1904), Ibn ‘Idârî., *Histoire de l’Afrique et de l’Espagne (Al-Bayân al-mugrib)*, t. II, tradução e anotação por E. Fagnan, Alger.
- (1951), Al-Bayân al-mugrib (II), ed. G.S. COLIN e E. LÉVI-PROVENÇAL, Leyden.
- Ibn Jaldûn, ‘Abd al-Raḥmân b. Muhammad. *Historia de los árabes de España*, Cuadernos de Historia de España, V. 8 (345-354), tradução e estudo de Osvaldo Machado, Buenos Aires.
- (1926), *Ibn al-Qûṭiyya.: Tari’j Iftitah al-Andalus*, *Historia de la conquista de España*, edição e tradução de Ribera, J. Colección de obras árabigas de la R.A.H., Madrid.
- LEVÍ-PROVENÇAL, E. (1987), *La España musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031)*, Historia de España tomo IV, Menéndez Pidal, R., dir. e trad. de García Gómez, E., 6.ª edición, Madrid.
- MANZANO, E. (1991), *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid.
- MARTÍNEZ y MARTÍNEZ, M. R. (1904), *Historia del reino de Badajoz durante la dominación musulmana*, Badajoz.
- MOLINA, L. (1994), «Un árabe entre muladíes: Muḥammad B. ‘Abd al-Salâm al-Juṣṣanî», *Revista E.O.B.A.-VI*, Madrid.
- PÉREZ ÁLVAREZ, M. A. (1992), *Fuentes Árabes de Extremadura*, UEX., Cáceres.
- PICARD, Ch. (2000), *Le Portugal musulman (VIII-XIII S) L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris.
- SÁNCHEZ-ALBORNÓZ, C. (1974), *El Islam de España y el Occidente*, Madrid.
- SIDARUS, A. (2001), «El Alentejo durante las crisis político-sociales de los siglos IX y X» en *El Esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa Occidental. Catálogo de la exposición, Estudios*, p. 160-167, Granada.
- SIMONET, F. J. (1903), *Historia de los mozárabes de España*, reed. 1983, Madrid.
- SOUTO, J. A. (1995), «El emirato de Muḥammad I en el Bayân al-mugrib de Ibn ‘Idârî», *Anaquel de Estudios Árabes*, n.º VI, p. 209-246, Madrid.
- TERRÓN ALBARRÁN, M. (1991), *Extremadura musulmana*, Badajoz.
- VALDÉS, F. (1988), «Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz» *Castrum 3, Guerre, Fortification et habitat dans le monde Méditerranéen au moyen âge, Casa de Velázquez, Serie Archeéologie, Fasc. XII. Collection de l’ecole Française de Rome-105*, pp. 143-152.
- (1999), «La mezquita privada de ‘Abd al-Raḥmân ibn Marwan al Yilliqi en la Alcazaba de Badajoz» *CuPAUAM 25-2*, p. 267-290 Madrid.
- VELHO, M. (1981), «Ibn Marwân (Ibn al-Djilliki) e Sa’dûn Surunbâqui. A localização de Monsalude», *Proceedings of the ninth Congress of the Union Europeene d’Arabisans et Islamisans*, Leiden, pp. 270-287.

ARQUEOLOGÍA RURAL ISLÁMICA EN HUELVA

LA ALQUERÍA DE LA ALMAGRA

NÚRIA DE LA O. VIDAL TERUEL

JUAN M. CAMPOS CARRASCO

ÁGUEDA GÓMEZ RODRÍGUEZ

LUIS JAVIER SÁNCHEZ HERNANDO

RESUMEN

En este artículo se analiza la fase islámica de ocupación del asentamiento de La Almagra, yacimiento incluido en la Zona Arqueológica de Huelva, sobre el que se realizó una intervención arqueológica en el año 2002 por parte del Área de Arqueología de la Universidad de Huelva. La campaña de excavación proporcionó una completa secuencia ocupacional que arranca en época romana y se mantiene sin solución de continuidad hasta mediados del siglo XX. Dentro del registro arqueológico recuperado sobresale especialmente una potente fase medieval islámica que amortiza estructuras y materiales de época romana y que se materializa en una alquería de la que se han documentado diferentes áreas funcionales asociadas a un abundante complejo artefactual cerámico, que se completa con una exhaustiva recuperación de ecofactos cuyo análisis nos ha permitido la reconstrucción del asentamiento y su entorno a lo largo de su proceso histórico.

PALABRAS CLAVE: Arqueología islámica; Alquería; Cerámica islámica; Huelva (España)

ABSTRACT

In this work the Islamic phase of occupation of the settlement known as La Almagra is analyzed. In this site, included in the Archaeological Area of Huelva, was carried out an archaeological intervention in the year 2002 by the Area of Archaeology of the University of Huelva. The works in this site provided us an occupational

complete sequence from Roman period until the XX century. During the middle age we have registered important islamic pottery, structures and materials with roman elements reused again in islamic building –alquería–. The research of the site has been completed with an exhaustive recovery of natural elements whose analysis has allowed us the reconstruction of the establishment and its environment throughout its historical process.

KEY WORDS: Islamic archaeology; Alquería; Islamic pottery; Huelva (España).

INTRODUCCIÓN

El asentamiento de La Almagra está situado en la actualidad en la periferia del casco urbano de Huelva merced a la integración urbanística de esta zona anteriormente de carácter rural. Del mismo modo, se enclava en los actuales terrenos del campus universitario de El Carmen en su confluencia con la Avenida de Andalucía,

vía de conexión de la capital onubense con la autovía A-49 (Fig. 1; Lám. I).

Sobre este yacimiento se realizó una intervención arqueológica durante el año 2002 debido fundamentalmente a las necesidades patrimoniales derivadas del proyecto de urbanización y ajardinamiento de este lugar, que según la actual legislación derivada de la aplicación de la Zona Arqueológica de Huelva (ZAH) se contempla como Área B4, lo cual se traduce en la obligatoriedad de realizar un diagnóstico arqueológico previo ante cualquier tipo de actuación urbanística con el objeto de preservar el patrimonio arqueológico existente, bien constatado o bien potencial.

Este lugar sobre el que ya existía un diagnóstico previo mediante una prospección arqueológica superficial (López *et alii*, 2001), que en última instancia fue la que determinó su inclusión dentro de la ZAH, se interpretaba, a través de los restos observados en superficie, como un asentamiento de época romana sobre el que existía una fase de ocupación contemporánea en uso hasta mediados del siglo XX. La intervención del año 2002 ha proporcionado la ampliación de esta periodización gracias a la documentación de una potente fase medieval islámica, que paradójicamente ha sido una de las que mayor cantidad de artefactos, ecofactos y estructuras *in situ* nos ha proporcionado en comparación con el resto de las fases detectadas, que por otra parte integran una secuencia de ocupación sin solución de continuidad desde época romana hasta la actualidad (Campos, Vidal e Gómez, 2005).

En este artículo analizará la fase islámica de ocupación del asentamiento que reproduce el esquema de una alquería de la que se han documentado varias áreas funcionales: parte del área doméstica, con la exhumación parcial de la planta de una vivienda integrada por cinco habitaciones; el área industrial, con la documentación de parte de una almazara para



Figura 1 – Localización del asentamiento y áreas de excavación – Campaña 2002.

la molturación de la aceituna; numerosas áreas de vertedero dispersas por todo el asentamiento, y finalmente, y casi de modo anecdótico, se ha localizado un único enterramiento aislado con especiales características sobre el que trataremos en apartados posteriores (Fig. 2). Todo ello se ha completado con la recuperación de un abundantísimo material cerámico cuyas características se adaptan plenamente a la funcionalidad del sitio.

1. ANÁLISIS DEL REGISTRO ARQUEOLÓGICO

1.1. Las estructuras

Como hemos avanzado en la Introducción nos encontramos con cuatro tipos de estructuras fundamentales: una de carácter habitacional, una de carácter industrial,



Figura 2 – Estructuras islámicas halladas durante la intervención arqueológica.

otra de carácter funerario y finalmente un amplio conjunto de pequeñas estructuras destinadas a la acumulación de residuos procedentes de distintas actividades.

La primera de las estructuras que trataremos consiste en un complejo habitacional, cuya documentación resultó notablemente dificultosa debido a dos hechos principales: uno, el pésimo estado de conservación de los elementos arquitectónicos que integran el conjunto, reducidos básicamente a las cimentaciones como consecuencia del grado de arrasamiento del yacimiento; y dos, las dificultades que en un primer momento generaron los materiales empleados en la construcción de las mismas, ya que la tónica habitual es el reaprovechamiento de muchos materiales de filiación romana (fragmentos de téglulas, ladrillos, ímbrices e incluso sillarejos de mármol). Superadas estas dificultades y plenamente identificado el conjunto en función básicamente del material cerámico asociado y de la factura de los muros, nos encontramos ante una unidad habitacional de carácter rural, de la que se han iden-

tificado hasta el momento cinco estancias y que se caracteriza por los siguientes elementos que detallamos a continuación (Fig. 2).

La Habitación I presenta unas dimensiones de 3 m x 2'45 m. Está delimitada por las Unidades Estratigráficas Murarias 1, 16, 37 y 58 (Lám. II) y en su interior se localizan dos hogares: Unidades Estratigráficas 2 y 54 (Lám. III). Los muros presentan como tónica general estar realizados con fragmentos de material romano reutilizado (ladrillos, téglulas, etc), además de sillares de calcarenita y lajas de pizarra ensamblados con barro. La parte inferior de los mismos asienta directamente sobre el sustrato limoso, sin haberse observado huellas de trincheras para cimentaciones. La anchura media es de 0'50 m. Respecto a los hogares, todos los localizados en la intervención responden a un esquema similar: tendencia circular/elipsooidal, diámetro medio en torno a 0'40 m y delimitación mediante cantos de río que aparecen con la superficie quemada.

La Habitación II tiene unas dimensiones documentadas de 5 m x 8'50 m. Aparece delimitada por las Unidades Estratigráficas Murarias 12, 34 y 118 (Lám. IV) y en su interior se localizan tres hogares: Unidades Estratigráficas 45, 47 y 105. En esta habitación se documenta, además, una estructura (UE 127) consistente en un depósito de concreciones limosas carbonatadas de coloración anaranjada que interpretamos como un banco corrido que se adosa a los dos muros de la estancia, de manera que podría haber tenido diversas funciones: como asiento, base de alacena, e incluso para salvar el propio desnivel topográfico a modo de escalón para acceder a la estancia.

La Habitación III, cuyas medidas son 2'85 m x 2'50 m, queda delimitada por las Unidades Estratigráficas Murarias 58, 63, 37 y 1, documentándose un posible hogar en su interior (UE 71). El muro UE 63 constituye el cierre norte de la Habitación III y sirve de medianera

entre las Habitaciones III y IV, situada esta última al norte de aquélla. En su cara norte, que ya se proyecta al interior de la Habitación IV, presenta adosamiento de una estructura circular de sillares, grandes pizarras y ladrillos (UE 126), cuya funcionalidad no está asegurada, pero invita a interpretarla como de posible uso doméstico –cocina o letrina–.

La Habitación IV presenta unas medidas de 2'45 m x 1'35 m y está delimitada por las Unidades Estratigráficas Murarias 63, 67, 37 y 1 (Lám. V).

Finalmente la Habitación V tiene unas dimensiones de 4 m x 2 m. Está delimitada por las Unidades Estratigráficas Murarias 5, 83, 21, 89 y 118 (Lám. VI) y en su interior se localizan dos hogares: UUEE 114 y 123 con las mismas características que los anteriormente mencionados. El muro UE 21 se destaca por el hecho de que en su factura se emplean básicamente sillares de calcarenita, fragmentos de ladrillos y de pizarras y de que en su desarrollo longitudinal (4'55 m) se observan ciertos desajustes en la orientación que podrían responder a diferentes fases de construcción del mismo. Por su parte el muro UE 89 (5 m longitud x 0'70 m anchura x 0'30 m altura) presenta como característica especial el hecho de que entre la última hilada del mismo y la segunda media una acumulación sedimentológica, que podría ser incluso tapial, hecho que podría responder a fases diferentes en su construcción. Igualmente hay que comentar que este muro se ha construido sobre una fosa anterior (UE 92) rellena a modo de «basurero» de cascotes constructivos y materiales cerámicos, malacofaunísticos y macrofaunísticos. El muro UE 118 aparece seccionado en sus extremos este y oeste, de modo que no forma esquina con ninguna otra construcción. Junto a estos muros, existen otros dos, UUEE 112-113, que presentan como característica conformar una esquina que se localiza a una cota inferior y

justo debajo de la que forman los muros 5 y 83, de manera que podría tratarse de una fase constructiva anterior en esta zona del complejo habitacional.

Antes de adentrarnos en el análisis de materiales, técnicas constructivas y articulación/distribución de espacios, hemos de advertir que, como tónica general la construcción presenta, al menos a partir de lo poco que se ha conservado, un carácter bastante precario, ya que no se observa el empleo de buenos materiales, si bien existen algunos ejemplos en que se observa un mayor cuidado en la ejecución, sobre todo cuando de muros exteriores o de cierre se trata, caso de la UE 37 que sirve de conexión entre las Habitaciones I, III y IV. Como características básicas para todo el conjunto pueden comentarse los siguientes aspectos:

Los muros asientan directamente sobre el substrato natural, sin que se hayan observado huellas de zanjas de cimentación. La mayoría están fabricados de mampostería, alcanzando una altura no superior a los 50 cm. Se componen de piedras (básicamente pizarras, calcarenitas y cantos de río) trabadas con barro, dispuestas de forma más o menos horizontal, y combinadas con fragmentos de material de filiación romana. En cuanto a los alzados, teniendo en cuenta la tónica general empleada durante este período, y sobre todo a partir de la documentación de algunos ejemplos concretos en la capital onubense (solar de Yvonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002; 2003), en la ciudad de Saltés (Bazzana, 1990 b; Bazzana y Bedia, 1993), o en la ciudad de Niebla (Campos, Gómez y Pérez, 2006) suponemos que fueron realizados en tapial de tierra apisonada (esta hipótesis viene apoyada además por el hecho de que en los derrumbes de la estructura no se contabiliza cantidad de material constructivo suficiente como para suponer el alzado de todos los muros mediante esta técnica).

No disponemos de datos para afirmar la presencia de ventanas, aunque por lo general éstas no son muy empleadas en las construcciones domésticas islámicas; la ventilación, luz e iluminación penetra tanto de las puertas como del patio central al que comunican las diferentes estancias de la casa (sobre la articulación del conjunto trataremos en las próximas líneas).

Las techumbres de las estancias, como resulta habitual en otros lugares de la misma filiación cronocultural, se realizarían con vigas de madera colocadas de forma transversal cubiertas por una capa vegetal –ramas, juncos o retama– y barro, sobre las cuales se superpondrían las tejas de las que existen altas concentraciones en los derrumbes de la estructura. En cuanto a la cubierta de la estancia II –interpretada como patio–, la acumulación de tejas se hace especialmente abundante en los derrumbes que la cubren. En este sentido planteamos la posibilidad de que los pórticos o andenes del patio pudieran haber estado techados de forma inclinada mediante tejas apoyadas sobre unas estructuras soportadas por pilares de madera, tal y como ocurre en el yacimiento de Vascos (Izquierdo Benito, 1979 – la cubierta inclinada de los pórticos en los patios la encontramos ya desde época romana como solución para cubrir los peristilos o patios centrales porticados de las *domus* señoriales).

Respecto a la distribución interna, ésta parece organizarse a partir de un patio central en torno al cual se ubica una serie de estancias de menor tamaño. El acceso

a la vivienda resulta difícil de determinar ya que no disponemos de la planta completa al haberse perdido completamente toda la zona oeste, pero a partir de lo conservado podemos establecer algunas hipótesis, como por ejemplo una posible vía de entrada por el mencionado lado oeste que comunicaría el patio con las habitaciones I/III/IV en un mismo eje longitudinal. Por otro lado, no queda plenamente resuelta la relación del conjunto arquitectónico conservado con respecto al espacio que queda al sur de la vivienda y que encuentra cierta delimitación en un pequeño muro muy escasamente conservado (UE4/125) del que nos ha llegado apenas una hilada de ladrillos y piedras fragmentados. ¿Podría haber funcionado como patio exterior para el ganado? Respecto a esta cuestión, en algunos yacimientos de esta época, concretamente en el de Vascos (Toledo), en el patio de una de las casas del conjunto aparece una concavidad tallada en la roca que pudo servir de abrevadero para el ganado doméstico, para lavar ropa o como depósito de agua. En este sentido, cabe la posibilidad de que la pileta de *opus signinum*, cuya base se conserva en el espacio contiguo a la habitación V (UE 31), y que posiblemente es un reaprovechamiento de época romana, pudiera haber tenido los usos mencionados para el yacimiento toledano. No descartamos, sin embargo, que este espacio pudiese haber tenido también un carácter público, lo cual podría verse apoyado por la existencia de un pequeño muro transversal (UE 131) que parece unir el tramo sur del muro 1 y del muro 12 y que podría haber incomunicado en algún momento este espacio y la vivienda.

En relación con las habitaciones, éstas pudieron estar decoradas en función de fragmentos de estucos de color rojo y blanco de los que se han recuperado restos en los depósitos que cubren estas estancias, cuya funcionalidad debió ser diversa pudiendo usarse no sólo como dormitorios sino como lugar de reunión, o comedor considerándose de este modo una ampliación del patio. Del mismo modo estas estancias o alcobas parecen identificarse por la presencia de hogares en su interior, de los que pueden documentarse varios ejemplares en una misma habitación. Aunque estos hogares podrían relacionarse también con la presencia de cocinas, en el caso de La Almagra parece más probable que estos se utilizaran para calentar los ambientes, indistintamente del uso que se les diese a las habitaciones. De este modo desechamos en principio que estos hogares indiquen la presencia de cocinas, ya que, entendemos que la cocina del conjunto habitacional se encontraría precisamente en la estancia II, en el patio central, que adquiere esa funcionalidad entre otros muchos usos que puede tener en época islámica.

Los suelos de esas estancias parecen haberse cubierto con finos pavimentos de guijarros apisonados. Tan sólo en el caso de la estancia II, encontramos huellas de otro tipo de cubiertas: un fragmento de pavimento de ladrillos igualmente fragmentados y que no presenta disposición regular en el área noroeste (UE 91); otro fragmento de mortero de cal blanco en el extremo suroeste, y finalmente el propio substrato de limos arcillosos funcionando directamente como suelo. No debe resultar extraño que sea precisamente en esta zona donde se acumulen huellas de distintas pavimentaciones, ya que el gran deterioro que sufren por su uso intenso provoca

que las remodelaciones sean continuas, de ahí que las superposiciones y reparaciones en los pavimentos se sucedan.

El segundo tipo de estructuras islámicas documentadas tiene un carácter industrial, y se identifica con los restos de una almazara para la obtención de aceite. Se localiza en las cotas más altas del cerro, en la unidad de análisis de las trincheras 1/3 (Fig. 2). El conjunto queda integrado por tres elementos: una balsa (Estructura 1), el alojamiento del posible contrapeso (Estructura 2) y una estancia relacionada con los anteriores cubierta con un pavimento de mortero de cal que bien podría haber servido para el almacenaje de los utensilios, o la propia producción relacionada con esta actividad –Estructura 3–¹ (Láms. VII, VIII).

El tercer tipo de estructuras tiene carácter funerario y se localiza en la unidad de análisis de la trinchera 7. Su presencia nos ha planteado numerosas incógnitas debido a dos cuestiones fundamentales: por un lado el carácter aislado de su hallazgo (ya que no se han localizado otros elementos alusivos a la posible necrópolis del asentamiento); y por el otro, las condiciones de fragmentación que presentaba el individuo enterrado. Éste aparece en posición de decúbito supino, con la cabeza orientada hacia el sureste. El análisis antropológico ha determinado que se corresponde con un adulto joven de sexo femenino, en un estado de conservación muy fragmentario (el cráneo presenta múltiples fracturas, así como las costillas). No obstante lo que más ha sorprendido es la inexistencia de las extremidades inferiores, de modo que las piernas aparecen seccionadas casi al comienzo de las mismas. Posiblemente ello esté en relación con una fosa posterior que ha podido alterar la tumba en la búsqueda intencionada de algún elemento de valor, o bien responder a alguna acción fortuita

Para finalizar el análisis de las estructuras islámicas del yacimiento debemos hacer refe-

rencia a un conjunto de fosas de tendencia circular/elipsoidal excavadas en el sustrato del cerro que aparecen rellenas por diverso contenido (tanto artefactos constructivos y cerámicos, como ecofactos de carácter macro/micro y malacofaunístico y vegetal), que en función de su tipología y de las analíticas practicadas a los depósitos se han identificado como vertederos o basureros para el desecho de materia orgánica, que resultan habituales en contextos islámicos tanto de carácter rural como urbano. Se han documentado un total de diecinueve estructuras localizadas en todas las áreas de excavación.

1.2. El ajuar cerámico

Los materiales analizados se corresponden fundamentalmente con ajuares domésticos en los que se observa un predominio de los distintos elementos de uso cotidiano que cubren todos los servicios de una vivienda. Entre estos ajuares hay que incluir piezas destinadas al uso culinario (platos, jarras, etc.), pero también aquellos que desempeñaban otras funciones (candiles), o bien tenían una gran variedad de usos (lebrillos). Así se ha realizado la siguiente clasificación que combina varios parámetros:

- Funcionalidad: a partir de la cual se identifican los siete grupos básicos (cocina, almacenamiento/transporte/contención, mesa, uso múltiple, elementos adicionales, elementos para la iluminación y uso agrícola).
- Aspectos Morfológicos.
- Decoración.

A partir de la combinación de estos criterios se han establecido los siguientes conjuntos y series que a modo de resumen pueden

consultarse en el Cuadro 1. En las figuras que acompañan al texto se incluye tan sólo una pequeña representación del total de las piezas identificadas en cada serie cerámica, con la indicación expresa de cada uno de los tipos.

FUNCIONALIDAD	SERIE	VARIANTES	
A) COCINA	U S O D O M É S T I C O	A. 1) MARMITA A. 2) CAZUELA A. 3) AUXILIARES	Tipos I a VI Tipos I a V Cuencos de Cocina Tipos I-II Fuentes de Cocina
B) ALMACENAMIENTO TRANSPORTE Y CONSERVACIÓN		B. 1) TINAJA B. 2) JARRA/O	Tipos I a II Tipos I a V
C) MESA		C. 1) ATAIFOR C. 2) JOFAINA C. 3) JARRITO C. 4) REDOMA C. 5) VASO/TAZA	Tipos I a VI Tipos I a VII Tipos I a VIII
D) USO MÚLTIPLE	O T R O S U S O S	D. 1) ALCADAFE	Tipos I a V
E) ADICIONALES		E. 1) TAPADERA	Tipos I a IV
F) ELEMENTOS PARA LA ILUMINACIÓN		F. 1) CANDIL	
G) USO AGRÍCOLA		G. 1) ARCADUZ	

Cuadro 1 – Clasificación tipológica de la cerámica islámica del asentamiento.

A) Cocina

Las formas típicas utilizadas en la preparación de los alimentos son muy numerosas y diversas debido en parte al carácter plurifuncional de algunas de ellas, como fuentes, lebrillos, jarros, etc. Por ello, cuando hablamos de *menaje de cocina* nos estamos refiriendo a aquellas piezas destinadas a la cocción, principalmente a ollas –marmitas– y cazuelas.

A.1.) Marmitas

Las marmitas son recipientes destinados a la cocción de alimentos. Morfológicamente son formas cerradas, de base convexa y boca relativamente estrecha que

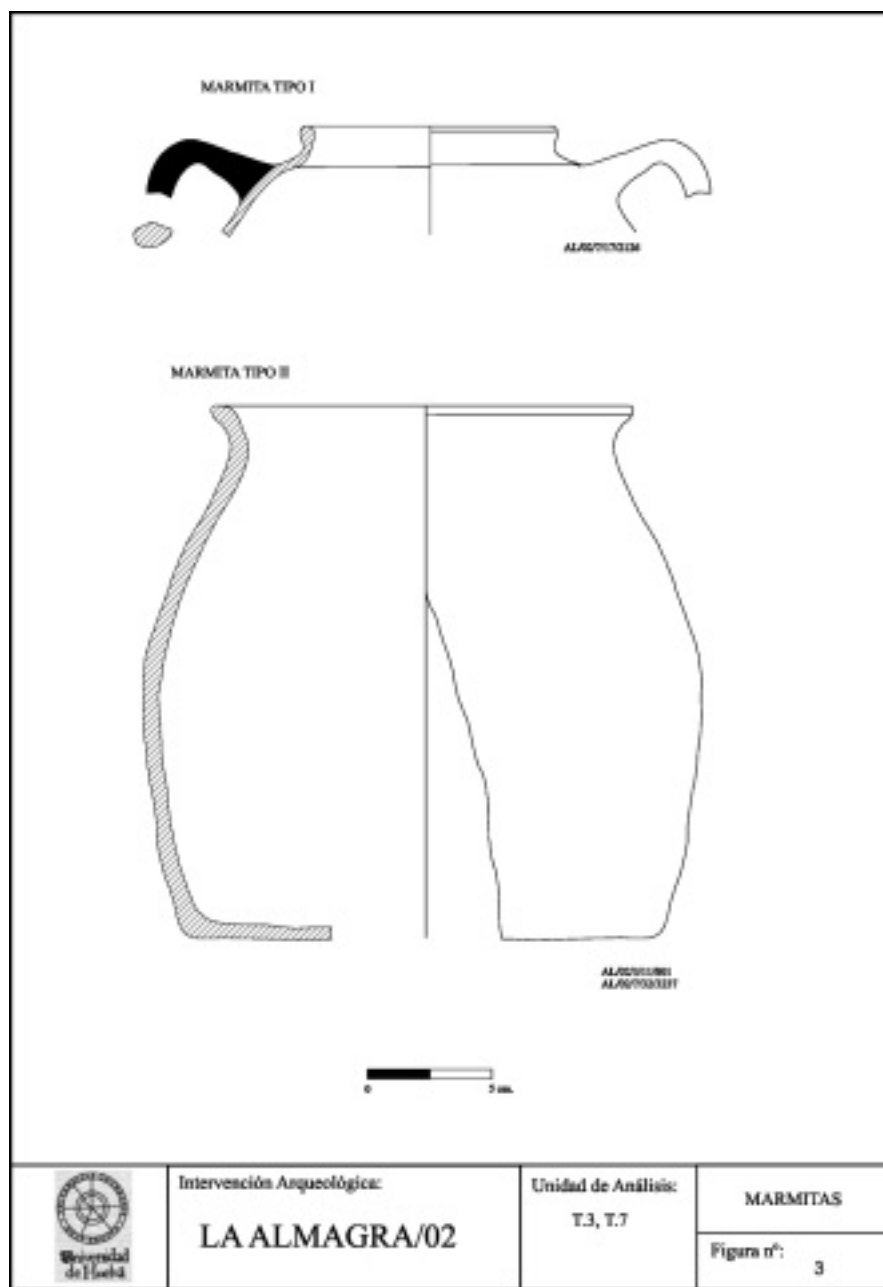


Figura 3

presentan por lo general cuerpos globulares (Huarte y Lafuente, 2002), aunque en ocasiones –como tendremos ocasión de comprobar– se documentan perfiles piri-formes, base plana y dos asas. Generalmente estos recipientes, dado su uso cotidiano, están realizados con arcillas poco decantadas que contienen desgrasantes de tipo mineral de tamaño medio y grueso. Están sometidas a cocciones gene-

ralmente reductoras, y presentan superficies ahumadas como consecuencia del contacto prolongado con el fuego. Con respecto al tratamiento de la superficie, pueden quedar sin vidriar o llevar vidrio transparente de impermeabilización en la cara interna en contacto con los alimentos.

Dentro de este grupo cerámico hemos identificado varios tipos en función de sus características morfológicas. Los paralelos inmediatos a partir de los cuales realizamos esta clasificación los encontramos en los cercanos núcleos de Niebla, Saltés y Huelva; complementariamente hemos acudido a otros estudios para establecer paralelos productivos con lugares más apartados y observar la evolución de este tipo en un arco espacial más amplio (Mértola, Cerro da Vila –Portugal–, Valencia o Bayyana –Almería–).

TIPO I (Fig. 3). Cuerpo de tendencia piri-forme. Borde corto y recto de labio biselado al exterior y paredes convexas convergentes. Este tipo lo encontramos en la cercana Niebla en el solar de Santa María (Benabat Hierro, 1997, Tipo I) y en el de Muralla Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.7), así como en Huelva capital (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, IC/00/Zanja 5/UE 62/1263) y el despoblado de Tejada la Nueva (Paterna del Campo; Vidal Teruel, 1996: TN92/6/16; TN92/TP/7), en contextos almohades que nos remiten a los siglos XII-XIII. Dentro de este tipo hemos realizado una subdivisión en función de ciertos matices formales, a partir de los cuales estimamos la presencia de dos subgrupos marcados por la presencia o ausencia de una carena en el tercio superior del cuerpo.

l.a. Con carena en tercio superior

l.b. Sin carena

TIPO II (Fig. 3). Cuello piri-forme, borde exvasado anguloso con engrosamiento interior con carena. Este tipo lo identificamos a partir de la clasificación realizada por Y. Benabat Hierro para

el solar de Santa María de Niebla, encontrando su paralelo inmediato en el Tipo VI de esta excavación que nos sitúa en momentos almohades, así como también en las Ollas Tipo II de Sevilla (Vera Reina y López Torres, 2005: 204).

TIPO III (Fig. 4). La característica fundamental de este grupo es la existencia de un borde exvasado. No obstante, a partir de esta primera identificación, hemos establecido varios subgrupos en función de la morfología del labio y del desarrollo del cuerpo. Este tipo es el más abundante de marmita de todos los documentados en la excavación, siendo especialmente numeroso en el caso de la trinchera 6. Ésta es la razón de que hayamos estimado la conveniencia de acudir a una segunda clasificación en función de ciertos matices formales.

III.a. Labio redondeado/apuntado y cuerpo piriforme

Encontramos este tipo ampliamente representado en Niebla, tanto en Santa María (Benabat Hierro, 1997, Tipo V) como en Muralla-Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001), donde se contextualiza en la Fase VI, Tipo a.1. datada en época almohade. En otros contextos se amplía esta cronología entre los siglos IX-XIII: Bayyana, (Castillo y Martínez, 1993); Montefrío (Motos Guirao, 1993), El Zambo (Gutiérrez Lloret, 1996), Carcadilla (Fuertes y González, 1994), Casinas (Cavilla y Aranda, 1990), Cuartel del Carmen, Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1999), Aroche (Pérez Macías, 1990; Fernández Gabaldón, 1990), Badajoz (Valdés Fernández, 1985) y Sevilla (Vera Reina y López Torres, 2005: 219).

III.b. Labio vuelto triangular y cuerpo globular

TIPO IV (Fig. 4). Borde ligeramente engrosado al exterior de tendencia vertical y cuello resaltado. Este tipo se nos presenta homogéneo hasta el punto de que no hemos detectado subdivisiones internas como en los casos anteriores. Al igual que en el caso del Tipo III

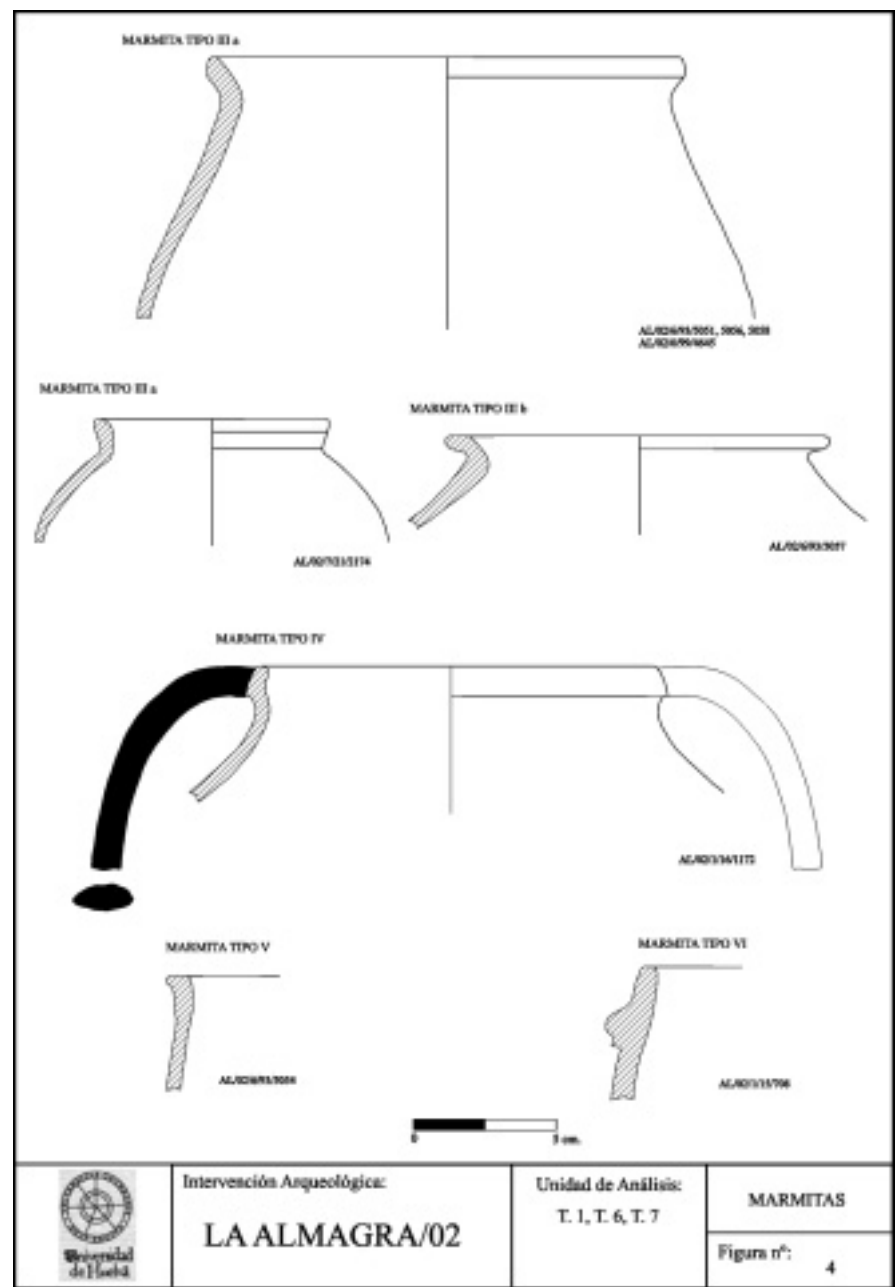


Figura 4

llama la atención su altísima representación en la trinchera 6 si comparamos su presencia en otras zonas del yacimiento. Su paralelo más inmediato lo encontramos en el estudio de Y. Benabat Hierro (1997) para el solar de Santa María 7 (Niebla), donde se clasifica como tipo V, y en el de J. M. Beltrán Pinzón para el solar de Muralla-Desembarcadero de la misma ciudad (2001) donde se documenta en la Fase V,

como tipo a.7. Su cronología es sensiblemente anterior a los tipos de marmitas anteriores, ya que en este caso su contexto nos lleva al siglo XI. Igualmente se documentan ejemplares de Huelva capital en la intervención de Ivonne Cazenave (Gómez Toscano *et alii*, 2002, IC/III/Corte G/UE 228/3768).

TIPO V (Fig. 4). Borde plano cuello recto. Hasta el momento no hemos encontrado paralelos claros para este tipo de marmita. Podría corresponderse con una producción local, propia de este asentamiento, cuya presencia se concentra exclusivamente en la trinchera 6.

TIPO VI (Fig. 4). Borde recto de labio redondeado y moldura exterior. Esta pieza encuentra paralelos inmediatos en Niebla (Benabat Hierro, 1997, Tipo VII) y Murala Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001, Tipo a.9. de la Fase VI) que nos proporcionan una cronología básicamente almohade.

A.2.) Cazuelas

Las cazuelas se corresponden con formas abiertas, de paredes bajas, que suelen utilizarse para cocciones rápidas, con fuego vivo en aceite o grasa (fritura), aunque algunos ejemplares también pueden servir para presentar los alimentos en la mesa a modo de fuentes (Huarte y Lafuente, 2002). Debido a su uso en contacto con fuego también suelen presentar las paredes exteriores ahumadas, como en el caso de las marmitas. Suelen ser de base plana y dada su funcionalidad común suelen realizarse con arcillas poco depuradas y porosas con presencia de desgrasantes de granulometría media y gruesa. En cuanto a las superficies exteriores el tratado más habitual consiste en un simple bruñido y aplicaciones de engobe de almagra, lo que les proporciona el característico brillo de tonalidad rojiza.

Las piezas documentadas en La Almagra son muy numerosas y se concentran básicamente en la trinchera 6, aunque se localizan en otras zonas como las trincheras 1 o 14. El hecho de que existen numerosas variantes en las formas de los labios de los bordes nos ha llevado a elegir como criterio clasificador la forma que presenta el perfil del cuerpo, ya que en caso contrario la sistematización sería excesivamente compleja. De este modo establecemos una diferenciación clara entre aquellas piezas con presentan carena marcada y aquellas que muestran ausencia de ésta o bien carenado suave, lo que determina la conformación de un suave perfil en S.

Junto con este primer criterio, a partir del cual se establecen los Tipos I, II y V, hemos determinado otros tipos, en función del desarrollo del cuerpo –Tipo III– o bien la presencia de algún elemento aislado como aleros asociados al borde –Tipo IV–, quedando finalmente algunos tipos como indeterminados al no haber documentado paralelos formales en los repertorios analizados.

TIPO I (Fig. 5). Este primer grupo de cazuelas se identifica claramente por la marcada carena que se observa en la parte central del cuerpo. A pesar de esta característica común, hemos optado por establecer subtipos a partir de la forma del labio, contando hasta un total de cuatro subtipos en función de este indicador. No obstante, para encuadrar cronoculturalmente este tipo podemos acudir a paralelos situados en Huelva, (Plaza Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, UUEE

227-228), Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996: TN92/4/27) Niebla (Beltrán Pinzón, 2001, Fase V, Tipos b4-b9), Saltés, Bayyana, Beja, Cerro da Vila, Setefilla y Sevilla (Vera Reina y López Torres, 2005: 133), que abarcan un arco cronológico amplio entre los siglos IX y XIII.

I.a. Borde exvasado

I.b. Borde saliente y plano

I.c. Borde redondeado

I.d. Fondo plano, pared carenada

TIPO II (Figs. 5 e 6). Este segundo tipo se caracteriza, a diferencia del anterior, por presentar una carena suave, que determina el desarrollo de un perfil en S. Esta forma presenta similitudes con algunas formas de mesa, concretamente los ataifores, de los que se diferencia únicamente por el tratamiento de la superficie. En este caso encontramos paralelos con el Grupo I de Ataifores del solar de Santa María de Niebla (Benabat Hierro, 1997) que encontramos en las UUEE 10/13/16 /17 y con el Grupo b4 de cazuelas de la Fase V de Murala-Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001). Igualmente lo encontramos denominados como «Tigela» (louça de mesa) en yacimientos portugueses, caso de los Silos 4-5 de Mértola (Macias, 1991).

II.a. Borde exvasado

II.b. Borde exvasado apuntado

II.c. Borde bífido

II.d. Borde redondeado

TIPO III (Figs. 6 e 7). Este tercer tipo viene definido por poseer un cuerpo hemisférico, del que encontramos numerosas variantes en función de la morfología del borde. Al igual que los tipos anteriores los paralelos inmediatos los seguimos encontrando en Huelva, solar de Plaza Ivonne Cazenave (Gómez Toscano *et alii*, 2002). Este tipo es el más común entre cuantos hemos recuperado en la excavación, concentrándose especialmente en la Trinchera 6, aunque también se documentan ejemplares en las trincheras 1 y 7.

III.a. Borde oblicuo con muesca interior

III.b. Borde redondeado, marcado al exterior (Ligeramente estrangulado)

III.c. Borde exvasado curvo. Existen variedades morfológicas

III.c.1. Labio redondeado o apuntado

III.c.2. Labio almendrado

III.c.3. Borde de gancho sección triangular

III.d. Borde invasado, labio redondeado

III.e. Borde bifido

TIPO IV (Fig. 7). Este tipo, del que sólo se ha documentado un ejemplar en La Almagra se caracteriza por poseer borde exvasado con alero plano y muesca ligeramente marcada en la parte interior del alero. Se encuentran paralelos con el Tipo b5 de la Fase VI de Muralla-Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001) y en la UE 246/Corte G de Ivonne Cazenave de Huelva (Gómez Toscano *et alii*, 2002, pieza 3811).

TIPO V (Fig. 7). Este tipo se define por un cuerpo troncocónico invertido y el borde engrosado al exterior con el labio plano. Se observa un desarrollo del cuerpo en perfil recto. Encontramos paralelos en Niebla, tanto en Santa María (Tipo VII de Benabat Hierro, 1997), como en Muralla-Desembarcadero (Tipo b. 5. de la Fase VI, Beltrán Pinzón, 2001, UE 6, fig 31) que nos remite a momentos almohades.

V.a. Borde engrosado y plano

V.b. Fondo plano

A.3.) Auxiliares

Bajo esta denominación se incluyen aquellos recipientes, que sin destinarse al contacto con el fuego, se utilizan como vajilla de cocina para la preparación de alimentos previamente a su cocinado. Establecemos dos grupos: el de los cuencos y el de las fuentes.

A.3.1.) Cuencos de cocina

Establecemos dos tipos en función básicamente del grueso y el desarrollo de las paredes, ya que para ambos tipos el borde es el mismo.

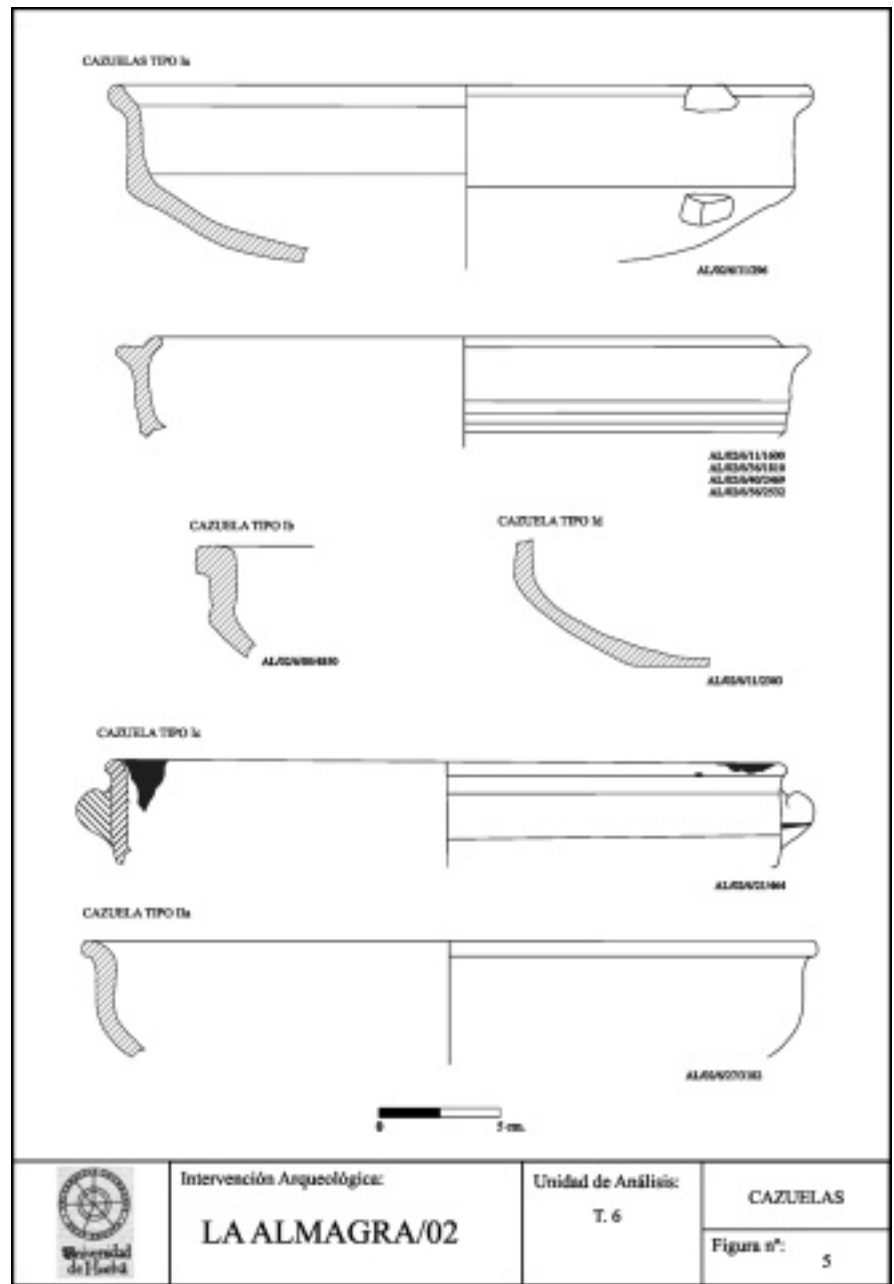


Figura 5

TIPO I (Fig. 8). Borde redondeado, paredes finas y ligeramente reentrantes. Encontramos paralelos en Huelva, Ivonne Cazenave (Gómez Toscano *et alii*, 2002: IC/III/D/172/1332), que presentan como peculiaridad trazos de pintura blanca en la superficie exterior del cuerpo.

TIPO II (Fig. 8). Borde redondeado, paredes más gruesas respecto al tipo anterior y ligeramente exvasadas.

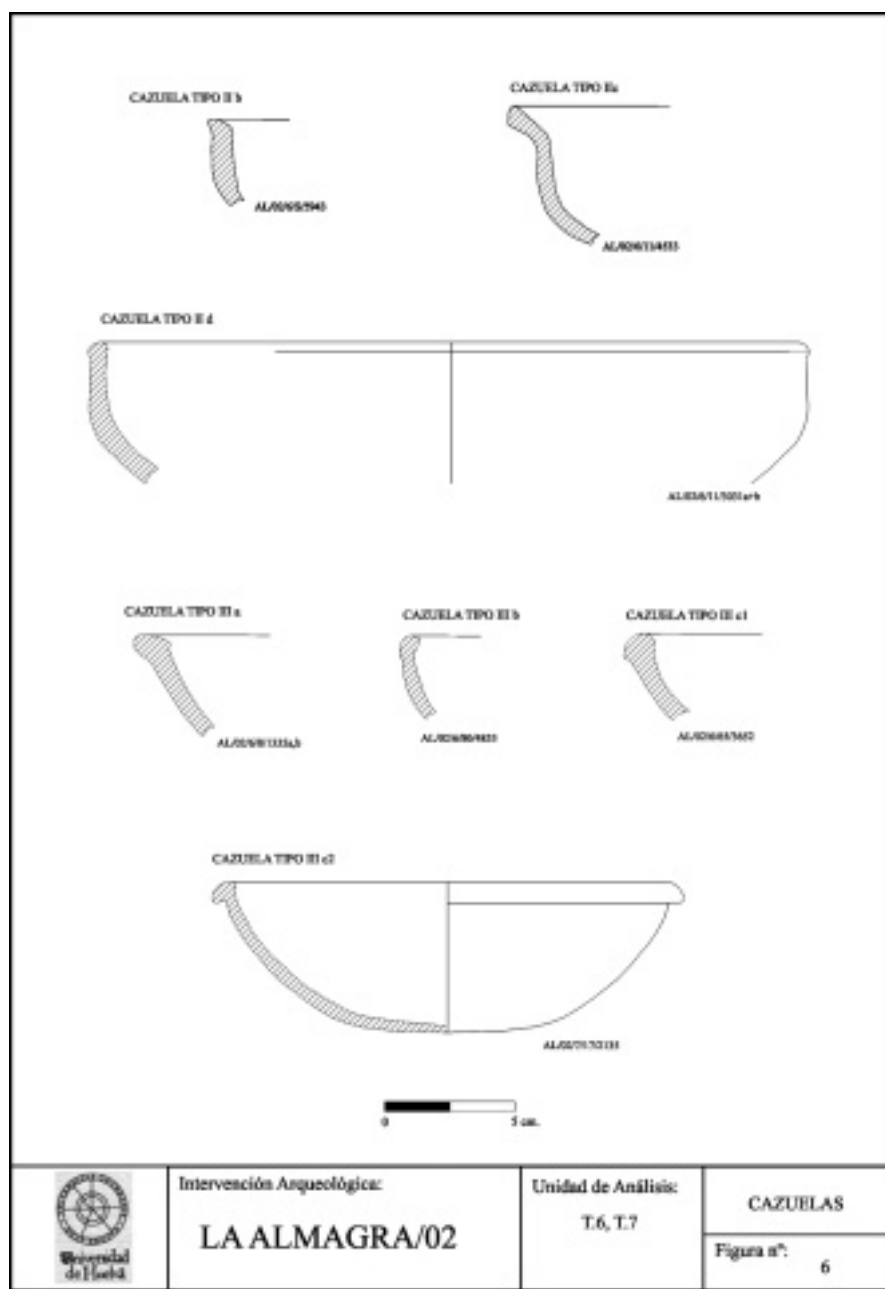


Figura 6

A.3.2.) Fuentes de cocina

Fuente de borde ligeramente almendrado y paredes reentrantes (Fig. 8), cuyo paralelo inmediato lo encontramos en Huelva, Plaza Ivonne Cazenave (Gómez Toscano *et alii*, 2002: IC/CD/172/3080) pero considerado como ataífor de forma semiesférica con la superficie interior bruñida, con paralelos a su vez en Badajoz (Valdés Fernández, 1985), El Ladrillero de Aroche (Pérez Macías, 1990), Niebla

(Benabat Hierro, 1997; Beltrán Pinzón, 2001), Casteló Velho de Alcoutim (Catarino, 1992), Mesas do Castelinho (Guerra y Fabião, 1993), y Silves (Varela Gomes, 1988). Nosotros nos decantamos por su inclusión como fuente de cocina por el tosco tratamiento de la superficie, que lo hace más indicado para su uso en este ámbito de cocina y no para el servicio de mesa.

B) ALMACENAMIENTO, TRANSPORTE Y CONSERVACIÓN

Las formas cerámicas destinadas al almacenamiento, transporte y conservación de sólidos y líquidos, al igual que las formas de cocina, suelen constituir un alto porcentaje de los ajuares domésticos de cualquier complejo habitacional. Dentro de este uso hemos identificado dos tipos de recipientes con sus correspondientes variantes: tinajas y jarros/as.

B.1.) Tinajas

Las tinajas son recipientes muy habituales en las casas islámicas. Se utilizan para guardar todo tipo de productos sólidos o líquidos: aceite, grano, legumbres, y especialmente agua. Esta circunstancia hace que su uso se prolongue durante mucho tiempo pudiéndose amortizar una pieza durante generaciones. Es por ello que resulta complejo determinar cuestiones cronológicas a partir de simples fragmentos de borde, fondo o galbo a no ser por la presencia de ciertos elementos morfológicos o decorativos que pueden aproximarnos al momento de su fabricación (Huarte y Lafuente, 2002). A pesar de esta dificultad, la existencia de estudios cerámicos a partir de conjuntos cerrados relativamente cercanos donde estas piezas han podido ser datadas por su asociación con otras más claramente encuadrables nos ha ayudado a establecer las siguientes variantes:

TIPO I (Fig. 8). Borde exvasado de labio redondeado y cuello sin diferenciar. Encontramos paralelos inmediatos en Niebla (Muralla-

-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Tipo b1) en contextos almohades.

TIPO II (Fig. 8). Borde exvasado de labio redondeado y cuello alargado y pequeña carena de conexión con el cuerpo. (Paralelos inmediatos en Ivonne Cazenave U.E. 227-228/3784).

* Fragmento de galbo decorado con cordón digitado. T.6. U.E. 93 (5085). Según las excavaciones practicadas en la catedral de Sevilla y el análisis cerámico realizado por R. Huarte y P. Lafuente (2002), a pesar de las dificultades generadas por la gran perdurabilidad de estas formas, es posible encuadrar a partir de la primera mitad del siglo XII piezas que portan decoraciones geométricas, epigráficas, y vegetales, dispuestas en bandas separadas por cordones con incisiones, excisiones o pequeñas estampillas geométricas.

B.2.) Jarros/as

Los jarros (una sola asa) y las jarras (cántaros/cantarillas; según Navarro Palazón, 1991 «jarras de acarreo»), están presentes en cualquier ajuar doméstico, ya que se utilizan para el transporte, almacenamiento y manipulación principalmente de agua, pero también de otros líquidos y algunos sólidos (Huarte y Lafuente, 2002, 408). Suelen estar realizadas en pastas beiges porosas para permitir la transpiración y es bastante frecuente la presencia de decoraciones pintadas con trazos de manganeso (negros o rojos) que componen motivos lineales o circulares poco definidos dispersos por la panza, cuello, borde y asas (Benabat y Pérez, 2004).

TIPO I (Fig. 9). Jarra de cuerpo piriforme con cuerpo acanalado, cuello de tendencia troncocónica y borde recto y engrosado al exterior. Puede portar decoración pintada con óxido de manganeso. Paralelos: Niebla (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo I; Muralla-Desem-

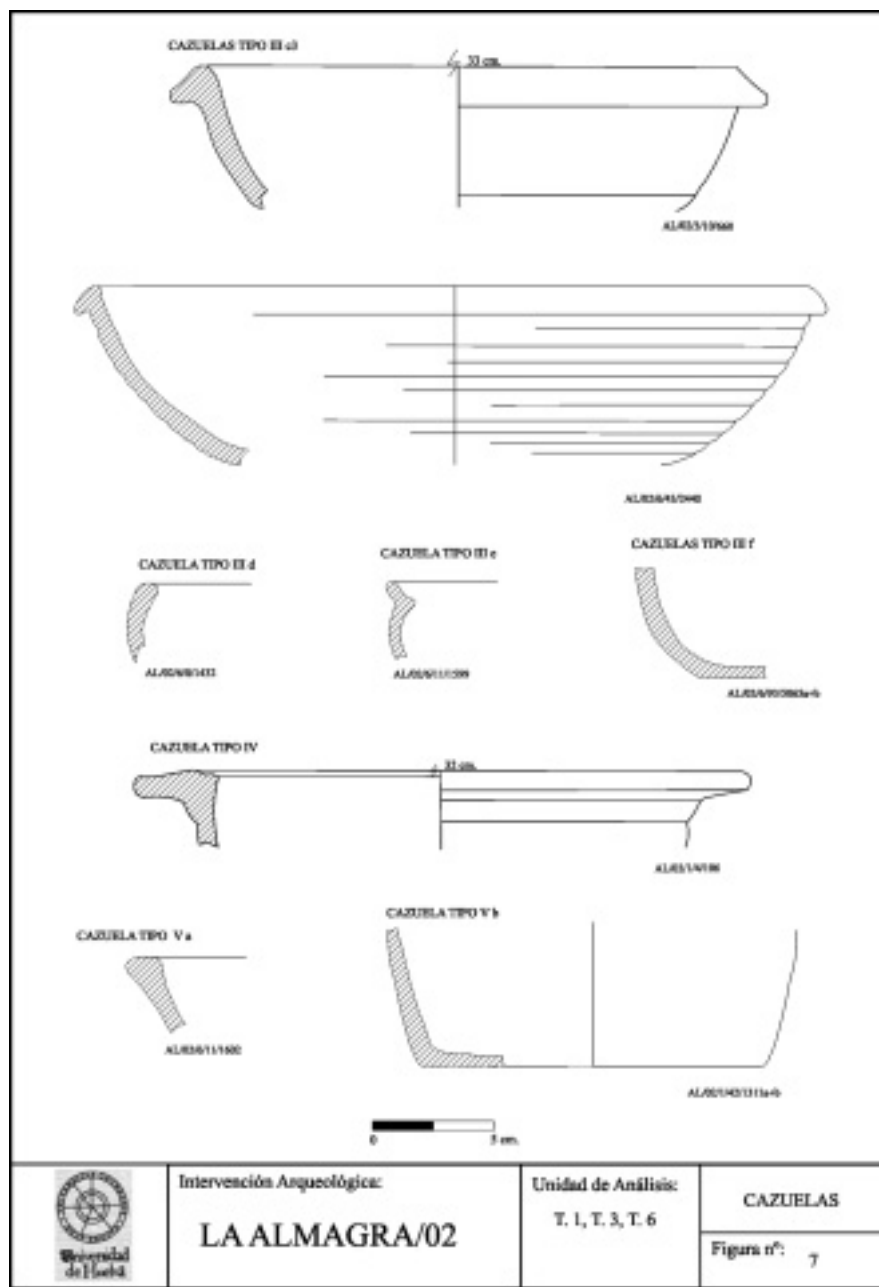


Figura 7

barcadero: Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Jarras Tipos a1-a9); Huelva (Ivonne Cazenave/ Corte G, UE 228/3886); Saltés (Bazzana y Crésier, 1989); Sevilla (Monasterio de San Clemente: Lafuente Ibáñez, 1997, fig. 41.2); Mértola (Kawli, 1993; Macias, 1996), con cronologías que oscilan entre los siglos XII y XIII.

TIPO II (Fig. 9). Jarra de borde recto y sección triangular y cuello sin decoración. Paralelos: Niebla (Santa María; Benabat Hierro, 1997, Tipo II).

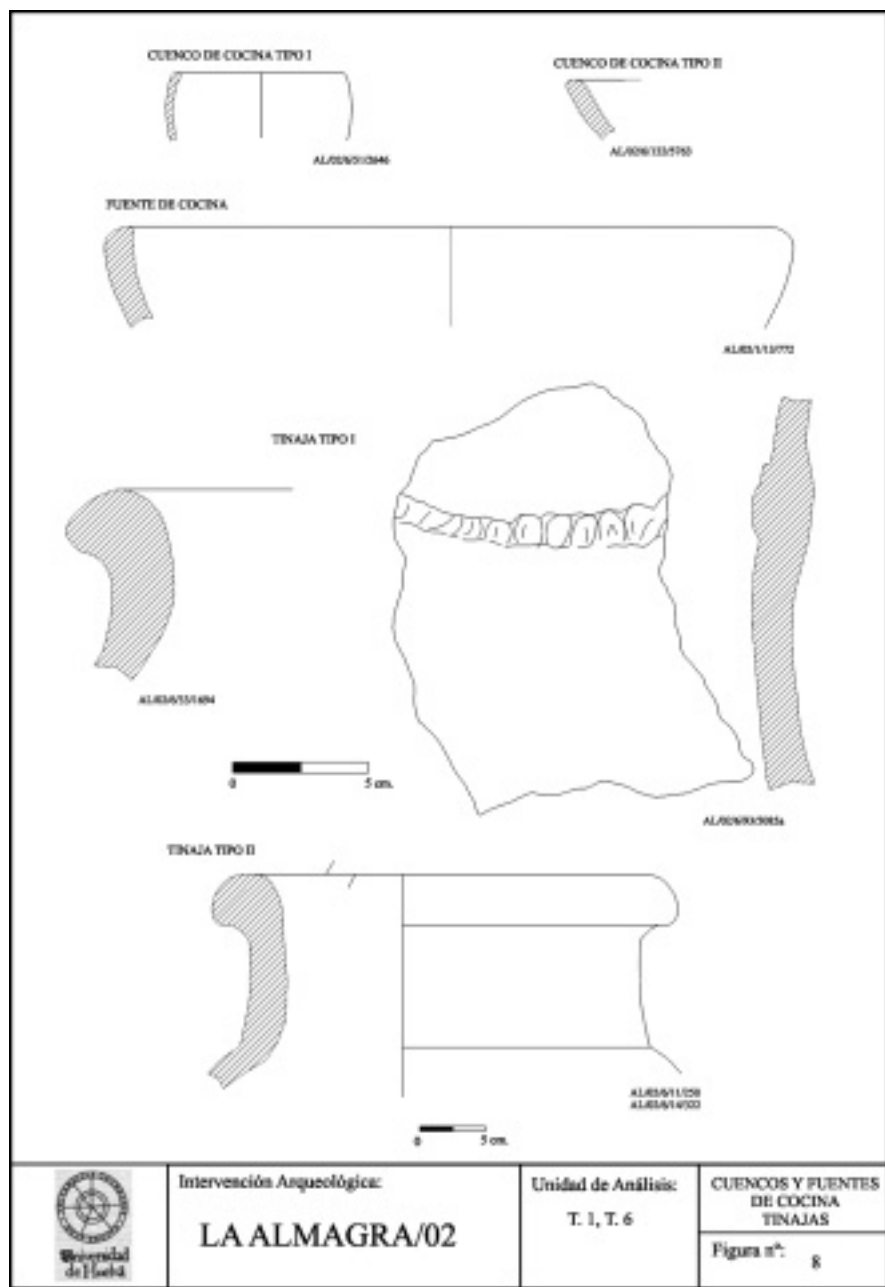


Figura 8

TIPO III (Fig. 9). Jarra de borde recto engrosado al exterior en forma triangular y decoración pintada con óxido de manganeso. Paralelos: Niebla (Santa María; Benabat Hierro, 1997, Tipo III; Muralla-Desembarcadero: Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI); Huelva (Ivonne Cazenave, Corte G, UE 228/3754).

TIPO IV (Fig. 9). Jarra de borde engrosado redondeado con pequeña muesca al interior. Paralelos: Niebla (Santa María; Benabat Hierro, 1997, Tipo V).

C) MESA

La vajilla de mesa está compuesta por todas las piezas, tanto abiertas como cerradas, utilizadas para presentar y consumir los alimentos. El consumo suele realizarse de forma colectiva, de manera que el plato principal se sirve en grandes recipientes –ataifores– de los que cada comensal va tomando pequeñas porciones generalmente con los dedos. Además se utilizan piezas más pequeñas para servir salsas y acompañamientos, y como complemento se emplean formas cerradas –botellas, redomas, jarritas, jarritos– para escanciar y consumir líquidos o contener aliños (Huarte y Lafuente, 2002, 410).

C.1.) Ataifores

Los atañores son las formas más comunes y destacables de cuantas componen la vajilla de mesa. Son platos hondos de tamaño mediano o grande destinados a la presentación y consumo de los alimentos. Respecto a esta cuestión, nosotros al igual que otros investigadores vamos a utilizar un criterio de tamaño para diferenciar los atañores (platos de diámetro igual o superior a 25 cms) de las denominadas jofainas, que presentan formas similares pero con un diámetro menor a 25 cms.

En época almohade continúan utilizándose atañores con paredes curvas muy abiertas y carena suave, que suelen llevar vedrío melado de buena calidad en ambas caras y que además en las caras internas pueden decorarse con motivos de manganeso muy elementales como líneas o manchas. Sin embargo, la pieza más representativa del momento almohade será el denominado atañor carenado, caracterizado por una base con repie anular, y paredes divergentes quebradas en el exterior. En función de algunas variantes en las paredes y en la morfología del borde hemos establecido seis tipos cuyos paralelos más inmediatos se hallan en Huelva capital y Niebla.

TIPO I (Fig. 10). Ataifor de cuerpo tronco-cónico invertido con suave carena curva y alta que da paso a un borde redondeado o ligeramente exvasado con engrosamiento leve al exterior. Paralelos: Niebla: (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo I; Muralla-Desembarcadero: Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.9); Setefilla (Kirchner i Granell, 1986), Mértola (Torres, 1987); Vascos (Izquierdo Benito, 1979); Valencia (Bazzana, 1992); Calatrava la Vieja (Tipo A 24 de Retuerce Velasco, 1998); Sevilla (Vera Reina y López Torres, 2005: 79). Cronología: siglos XI-XIII.

TIPO II (Fig. 10). Ataifor de cuerpo quebrado con marcada carena, borde recto ligeramente exvasado al exterior de sección triangular y labio plano. Paralelos: Niebla (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo III; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.6); Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996: TN96/FR/3); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Zanja 3/UE 42/1119); Badajoz (Valdés Fernández, 1985); Sevilla (Vera Reina y López Torres, 2005: 78) y Mértola (Torres, 1987).

TIPO III (Fig. 10). Ataifor hemiesférico con borde exvasado, engrosado al exterior y labio triangular. Paralelos: Niebla (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo VIII; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase V, Tipo 2.a. 5.e y Fase VI, Tipo a.3); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Corte D/UE 172/ pieza 3052).

TIPO IV (Fig. 10). Ataifor hemiesférico con borde engrosado. Se trata de un tipo que tan sólo se diferencia del anterior por el perfil del borde, por lo que los paralelos son los mismos que para el tipo III.

TIPO V (Fig. 10). Borde redondeado paredes convergentes y cuerpo semiesférico. Paralelos: Niebla (Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.2); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Zanja 3/UE 42/pieza 1139).

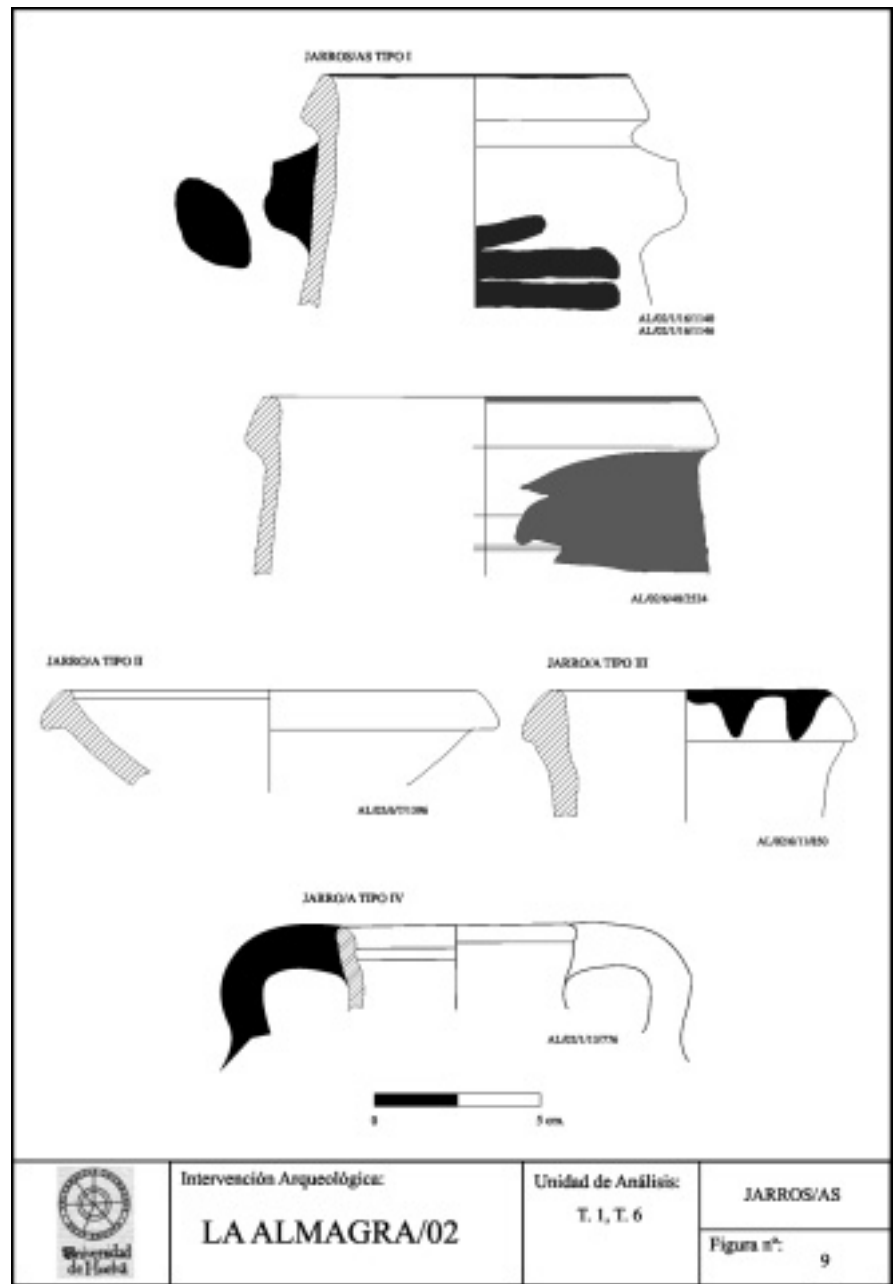


Figura 9

TIPO VI (Fig. 10). Borde y paredes rectas. Se trata de un Ataifor similar al Tipo II pero con las paredes rectas y borde con labio plano. Paralelos: Niebla (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo III; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.6); Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996: TN96/FR/3); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Zanja 3/UE 42/1119); Badajoz (Valdés Fernández, 1985) y Mértola (Torres, 1987).

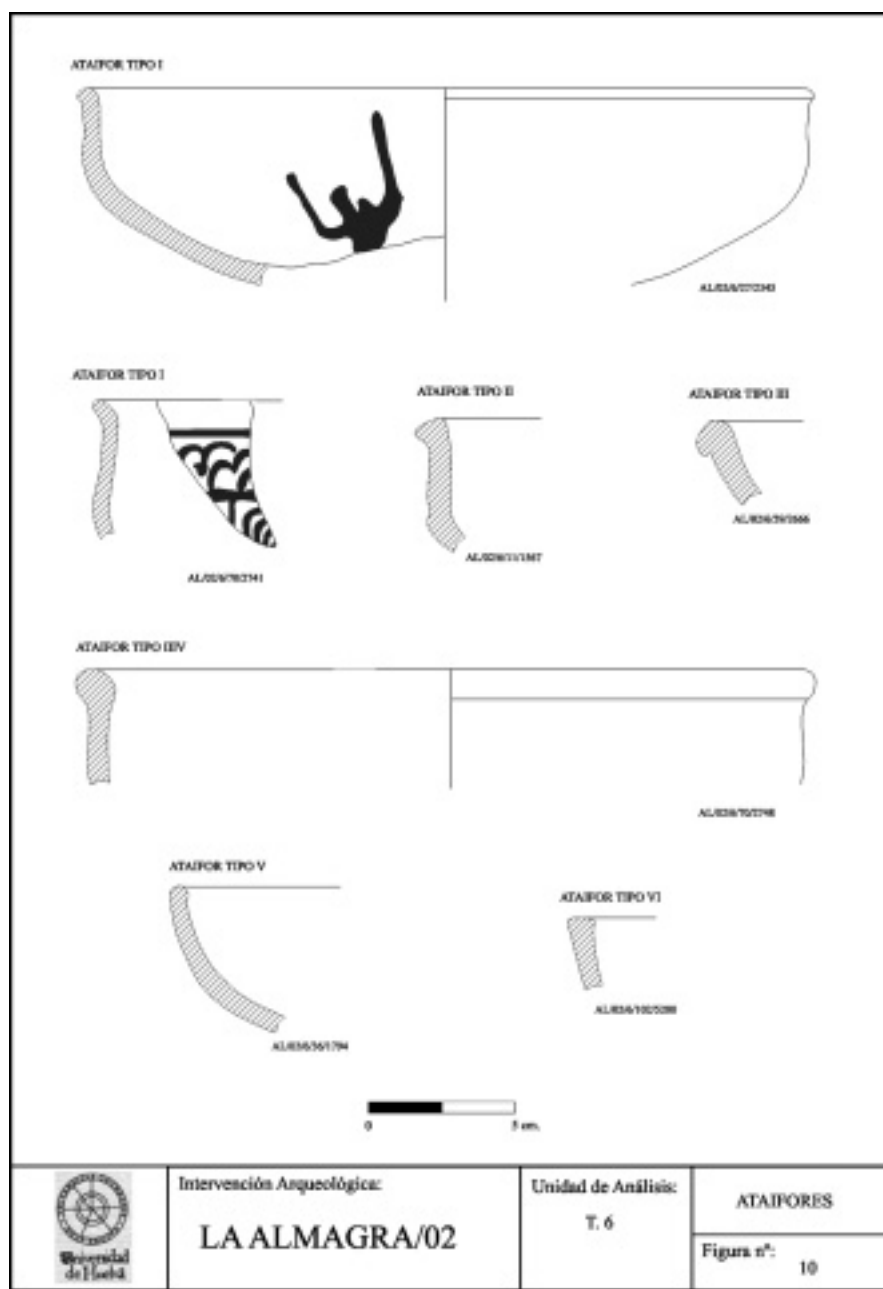


Figura 10

C.2.) Jofainas

Bajo esta denominación se incluyen aquellos platos similares morfológicamente a los atafiores pero diferenciados de aquellos por su tamaño, que consideramos menor de 25 cm. En este sentido existen clasificaciones tipológicas (Navarro Palazón, 1991) que hacen una doble distinción de estas piezas, considerando jofainas, aquellas de menos de 15 cm, y escudellas/cuencos los ejemplares situados entre 15 cm y 25 cm.

Por nuestra parte, hemos optado por mantener una clasificación única para las piezas menores de 25 cm que incluimos bajo la categoría genérica de jofaina/cuenco, y respecto a los paralelos tipológicos, éstos son los mismos de los atafiores pero con la consiguiente variación de tamaño.

TIPO I. (Fig. 11). Cuerpo troncocónico invertido con suave carena curva y alta que da paso a un borde redondeado o ligeramente exvasado con engrosamiento leve al exterior. Esta forma reproduce la de los atafiores de esta misma tipología pero con medidas sensiblemente inferiores. Paralelos: Niebla: (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo I; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.9); Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996: TN96/6/40).

TIPO II (Fig. 11). Borde triangular vertical y paredes rectas convergentes. Paralelos: Niebla: (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo II).

TIPO III (Fig. 11). Borde entrante engrosado al interior, paredes de tendencia semicircular y cuerpo de tendencia oval. Paralelos: Niebla: (Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.4); Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996: TN/92/1/22); Bayyana (Castillo y Martínez, 1993, Nivel I); Castillo de Palmela (Fernández y Carvalho, 1997). Esta forma parece más antigua que las anteriores, en opinión de J. Zozaya se hace habitual en contextos emirales y derivaría de tipos romanos tardíos (Castillo y Martínez, 1993).

TIPO IV (Fig. 11). Borde redondeado y cuerpo hemisférico. Paralelos: Niebla: (Santa María: Benabat Hierro, 1997, Tipo IX; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.1); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Zanja 6/UE 52/1343); Badajoz (Valdés Fernández, 1985); Aroche (El Ladrillero, Pérez Macías, 1990); Casteló Velho de Alcoutim (Catarino, 1992); Silves (Varela Gomes, 1988); Meseta y Algarve (Retuerce Velasco, 1998, forma A.01).

TIPO V (Fig. 11). Borde redondeado o plano y paredes curvas. Se asemeja al tipo a.1 de Muralla-Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001) y tipo IX de Santa María (Benabat Hierro, 1997). Encuentra también paralelos cercanos en Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Corte G/UE 228/pieza 3786).

TIPO VI (Fig. 11). Borde exvasado y paredes rectilíneas. Se asemeja al tipo II de Santa María (Benabat Hierro, 1997). Paralelos: Marca Media en el yacimiento de Vascos, Toledo (Izquierdo Benito, 1979); en Serpa, Portugal (Retuerce Velasco, 1986); y Shard –al-Andalus (Bazzana, 1979). Según G. Roselló Bordoy (1978) y Zozaya (1980) la producción de estos tipos podría situarse en época taifa.

TIPO VII (Fig. 11). Borde invasado y engrosado, labio plano o redondeado y paredes rectilíneas. Presenta notables similitudes con la pieza 1801 analizada en el Tipo V, diferenciándose tan sólo en el engrosamiento exterior de la parte superior del borde.

C.3.) Jarritos/as

Jarritos y jarritas son formas cerradas destinadas al servicio de líquidos en la mesa. Generalmente presentan paredes finas y pastas de color claro beige. La diferencia entre ambos radica en la presencia de una (jarrito) o dos asas (jarrito), cuestión que en el caso de La Almagra resulta casi imposible de determinar al no haberse hallado ejemplar completo alguno que nos indique tal circunstancia. Por ello hemos optado por analizar los fragmentos documentados bajo un mismo epígrafe conjunto. Dentro de estos y en función de cuestiones morfológicas y decorativos hemos destacado los siguientes tipos.

TIPO I (Fig. 12). Borde recto suavemente redondeado/apuntado, cuello largo ligeramente acampanado y pared delgada. Se desconoce el desarrollo del cuerpo al no haber documentado ningún ejemplar completo, no obstante en función de paralelos cercanos

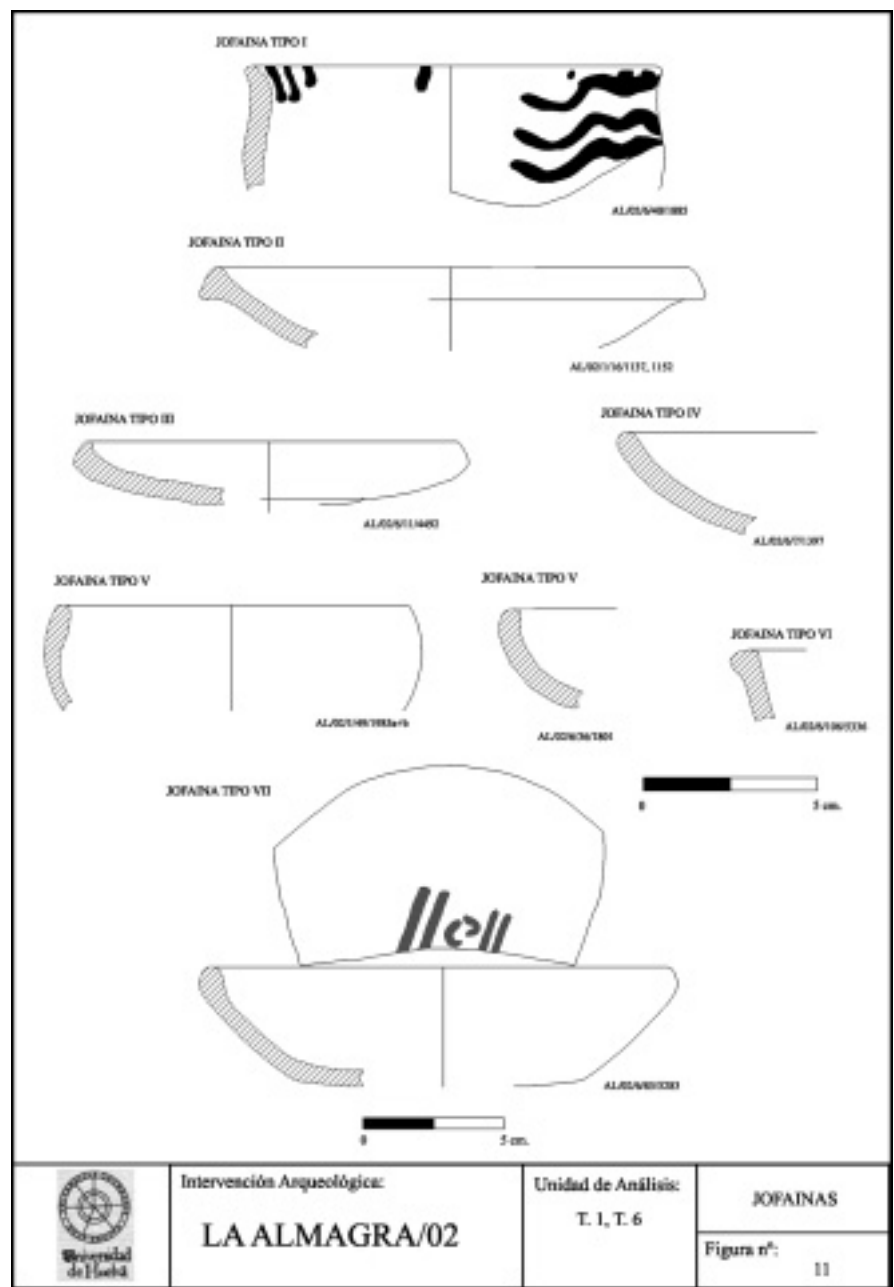


Figura 11

hallados en Niebla «Santa María, 7» (Benabat Hierro, 1997: 86. Tipo I) debe ser de tipo esférico achatado. También se encuentran ejemplares similares en Niebla, (Muralla-Desembarcadero: Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo c.3), Huelva (Ivonne Cazenave: Gómez Toscano *et alii*, 2002, Corte D/UE 172; Zanja 4/1201); Sevilla (Monasterio de San Clemente: Tabales Rodríguez, dir, 1997), Jerez de la Frontera (Montes y González, 1990) y Silves (Varela Gomes, 1988).

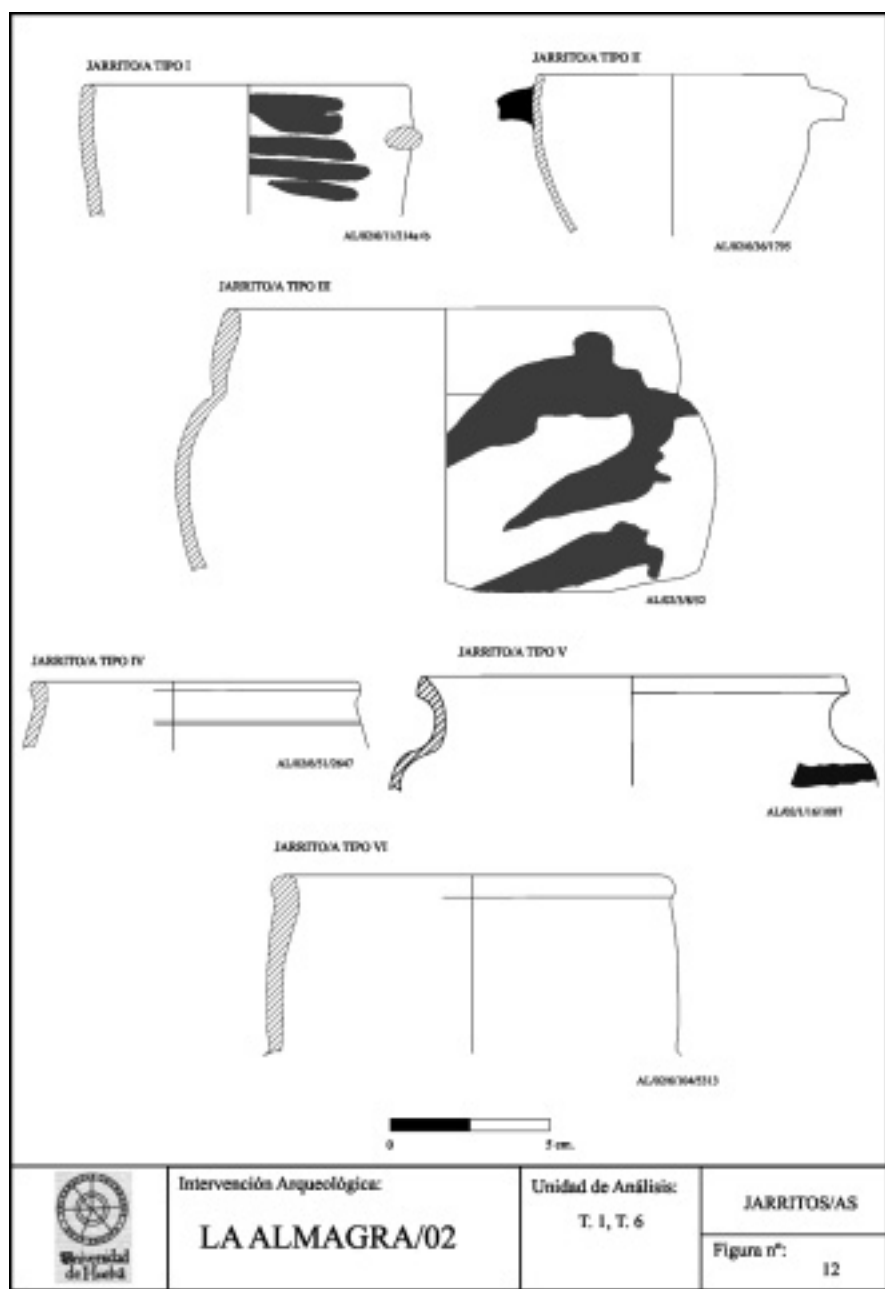


Figura 12

TIPO II (Fig. 12). Similar a Tipo I pero con cuello de tendencia cóncava y borde reentrante. Se trata de una variante del Tipo I de «Santa María, 7 de Niebla» (Benabat Hierro, 1997).

TIPO III (Fig. 12). Borde abocinado, labio redondeado, pared fina y marcada carena que da paso a un cuerpo redondeado de base plana. Es similar al Tipo III de Santa María 7 de Niebla (Benabat Hierro, 1997).

TIPO IV (Fig. 12). Borde de tendencia recta de labio engrosado al exterior. Presenta similitudes con el Tipo V de Santa María 7 de Niebla (Benabat Hierro, 1997).

TIPO V (Fig. 12). Borde ligeramente exvasado de labio triangular, cuello corto y cuerpo achatado. Este tipo se asemeja al Tipo II de Jarritos de Santa María 7 de Niebla (Benabat Hierro, 1997), donde se identifica como jarrito escanciador.

TIPO VI (Fig. 12). Borde recto redondeado/plano, cuello cilíndrico. Se advierte comienzo de carena al final del cuello. Este tipo presenta paralelos inmediatos en Niebla (Muralla-Desembarcadero: Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo d.2) y Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Corte D/UE 172, pieza 3057).

TIPO VII (Fig. 13). Borde exvasado de tendencia redondeada. Paralelos: Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, Corte G/UE 228, pieza 3912); Aroche (Fernández Gabaldón, 1990), Badajoz (Valdés Fernández, 1985).

TIPO VIII (Fig. 13). Borde vertical moldurado de labio redondeado, cuello bajo cilíndrico y cuerpo de tendencia globular. Según Cavilla (1993) este tipo es muy numeroso en todo el suroeste peninsular, convirtiéndose en una de las producciones cerámicas más típicas del período almohade. Paralelos cercanos se documentan en Niebla: (Santa María, 7, Benabat Hierro, 1997, Tipo 2 de Jarritos; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo e.2), Saltés (Bazzana y Crésier, 1989), Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1995; Tabales Rodríguez, dir, 1997), Silves (Varela Gomes, 1988) y Alcácer do Sal (Carvalho y Faria, 1993).

TIPO IX (Fig. 13). Jarrita colador. Este tipo, independiente del desarrollo formal del borde, se caracteriza por la presencia de un filtro interior. Está realizado generalmente con pastas finas y de tonalidad clara. Paralelos inmediatos se encuentran en Niebla (Santa María, 7, Benabat Hierro, 1997, Tipo II de Jarritos).

Desde el punto de vista cronológico, según R. Huarte y P. Lafuente (2002, Nota 19) el filtro en las jarritas de paredes finas desaparece a mediados del siglo XII, siendo prácticamente inexistente en ejemplares de época plenamente almohade. Dentro de este tipo incluimos dos galbos con decoración de «Cuerda Seca» procedentes de T6 (UE 11/1562 y 1563). La clasificación decorativa de estas piezas parece corresponder con el análisis realizado por J. Aguado Villalba (1983: 46) en el que identifica un vedrío verde mate con añadido de engalba que oscurece en el centro de la parte vidriada y aclara hacia sus orillas.

C.4.) Redomas/botellas

Este conjunto agrupa formas cerradas consideradas tradicionalmente como propias del servicio de mesa, pero que también se utilizan como elementos auxiliares en la cocina o bien como recipientes para almacenar todos tipo de productos tanto en el ámbito doméstico como fuera de él (Huarte y Lafuente, 2002). Aquí se incluyen las redomas, vajillas de tamaño pequeño o medio que se diferencian de otras formas cerradas por poseer un cuello largo y estrecho, que puede terminar en un angosto conducto o abrirse en una boca trilobulada y un asa que facilita su manejo. Debieron emplearse para contener y servir todo tipo de aliños, como aceite, vinagre o aguas aromatizadas (Lafuente Ibáñez, 2003), e incluso utilizarse para guardar productos químicos, cosméticos o farmacéuticos (Huarte y Lafuente, 2002, nota 16).

Se han documentado variedades tipológicas en función de la morfología del borde:

TIPO I (Fig. 13). Borde moldurado.

TIPO II (Fig. 13). Borde redondeado.

TIPO III (Fig. 13). Borde exvasado.

C.5.) Vasos/tazas

C.5.1.) Tazas. Borde exvasado y redondeado y cuerpo recto. Esta forma se caracteriza

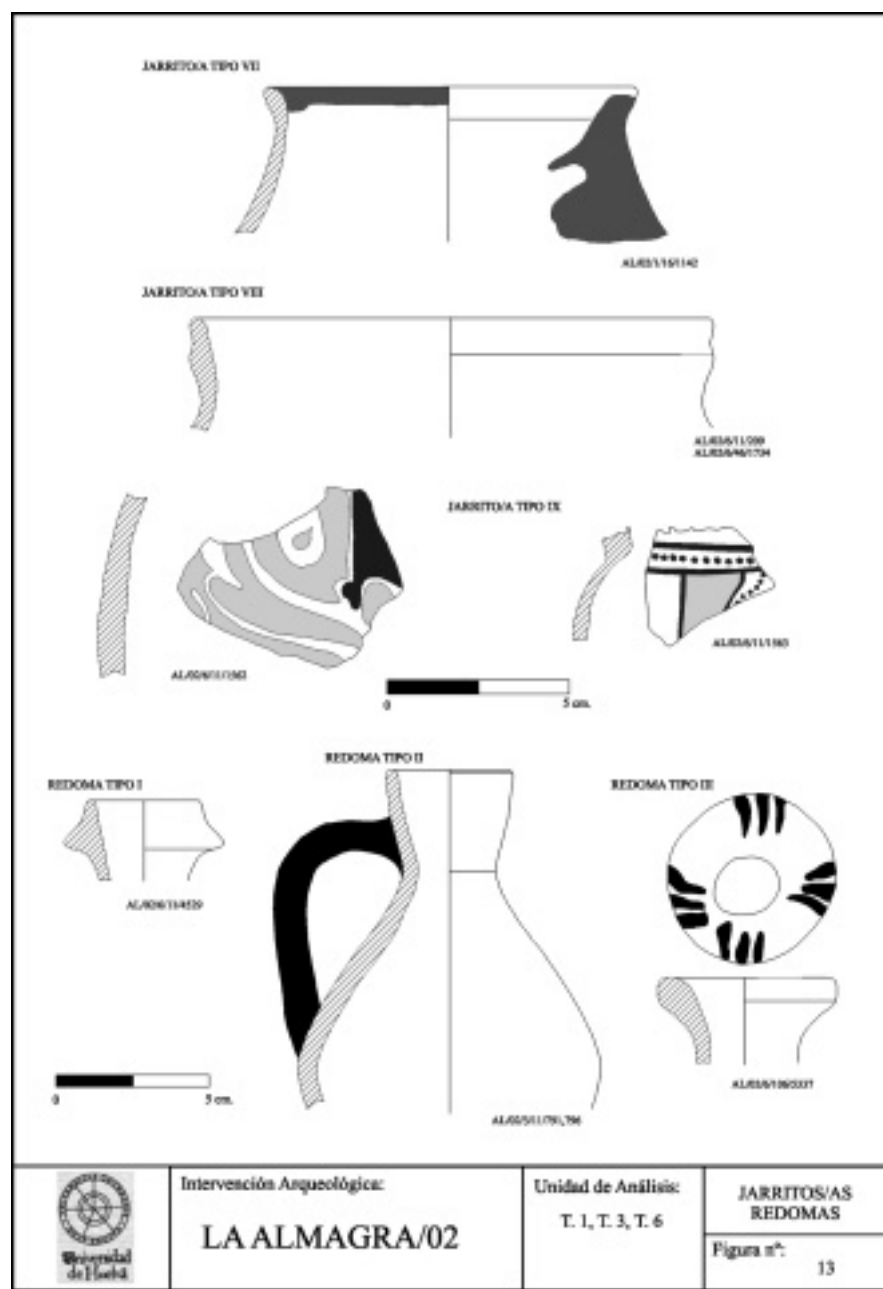


Figura 13

por ser un vaso pequeño, de una sola asa, base ligeramente convexa, paredes rectas, cuerpo cilíndrico y borde ligeramente engrosado al exterior. El paralelo más cercano se encuentra en el registro de Santa María, 7 de Niebla (Benabat Hierro, 1997, 89)

C.5.2.) Vasos (Fig. 14). Borde exvasado y redondeado, cuello estrangulado, cuerpo globular y fondo plano o pie anular. Esta forma es denominada por J. M. Beltrán Pinzón (2001, 172.) como Orcita, dentro de la Fase VI, y según éste se trata de

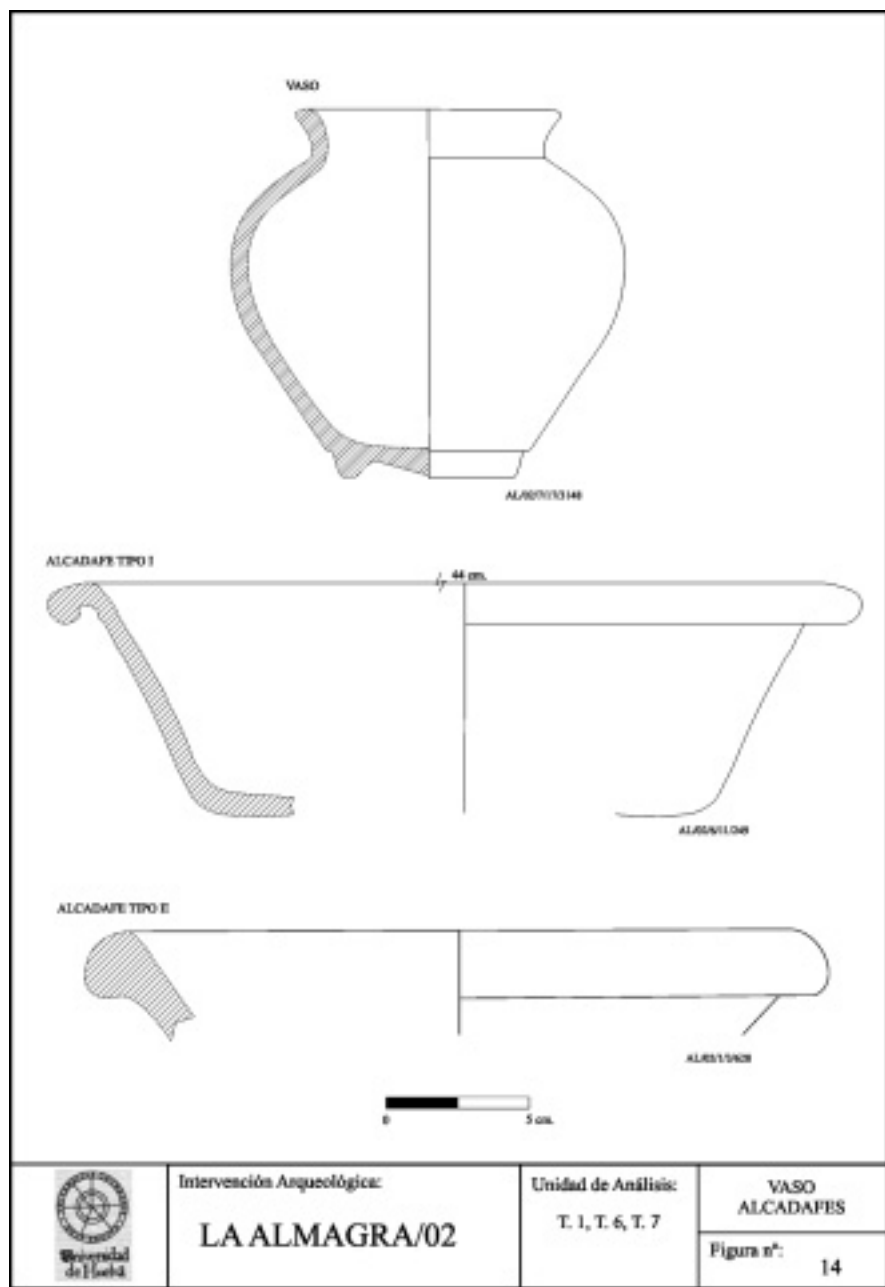


Figura 14

un recipiente destinado a presentar pequeñas cantidades de un producto (azúcar, sal, especias, miel). Es un tipo que aparece ampliamente representado por el suroeste peninsular encontrando paralelos en Saltés (Bazzana y Crésier, 1989), Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1995), o Mértola (Gomes Martínez, 1997). Respecto a su cronología es un tipo de gran perduración que se mantiene sin grandes cambios desde el siglo X hasta el siglo XIII.

D) USO MÚLTIPLE

D.1.) Alcadafes

Los alcadafes o lebrillos son grandes formas abiertas, con base plana y paredes rectas divergentes que morfológicamente adoptan la composición de un perfil troncocónico invertido. Cumplen múltiples funciones en el ámbito doméstico: preparación de alimentos, lavado de ropa o utensilios, higiene personal, etc. Sus características técnicas y morfológicas sufren pocas variaciones durante largos períodos de tiempo por lo que resulta muy difícil precisar su cronología. Habitualmente incorporan un bruñido interior uniforme (espatulado) mediante el cual se consigue su impermeabilización. Las pastas presentan tonalidades rojas, anaranjadas o marrones, y en ocasiones color gris al corte. Tipológicamente vamos a distinguir algunas variantes básicamente en función de la morfología del borde/labio.

TIPO I (Fig. 14). Reborde exterior horizontal de extremo colgante. Paralelos inmediatos: Niebla: (Santa María, 7, Benabat Hierro, 1997, Tipo I; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.3), Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, IC/Zanja 3/Pieza 40) y Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996, TN/2/24).

TIPO II (Fig. 14). Borde engrosado con reborde de sección circular o cuadrangular. Paralelos inmediatos: Niebla (Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.5); Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, IC/Corte D/UE 172/pieza 3109). Estos alcadafes resultan un tipo documentado habitualmente en yacimientos andalusíes del suroeste peninsular: Alcazaba de Badajoz (Valdés Fernández, 1985), Monasterio de San Clemente-Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1997), Jerez de la Frontera (Fernández Gabaldón, 1987), Castillo de Silves (Varela Gomes, 1988) y Vascos (Izquierdo Benito, 1979) con cronologías que van desde el siglo XI hasta la primera mitad del siglo XIII.

TIPO III (Fig. 15). Borde de sección triangular. Paralelos: Niebla: (Santa María, 7, Benabat Hierro, 1997, Tipo I; Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase VI, Tipo a.4). Su cronología se desarrolla entre el siglo XII y primera mitad del siglo XIII.

TIPO IV (Fig. 15). Borde vuelto y engrosado al exterior, con labio colgante. Paralelos: Huelva (Ivonne Cazenave, Gómez Toscano *et alii*, 2002, IC/Zanja 6/UE 52/1365) y Tejada la Nueva (Vidal Teruel, 1996, TN92/4/12).

TIPO V (Fig. 15). Borde horizontal con labio plano desarrollado al exterior. Paralelos: Niebla: (Muralla-Desembarcadero, Beltrán Pinzón, 2001, Fase V, Tipo a.2.). Se trata de un tipo documentado en época taifa en el arrabal de la Alcazaba de Badajoz (Valdés Fernández, 1985), pero también se encuentran en contextos almohades en el Castillo de Silves (Varela Gomes, 1988) y en Jerez de la Frontera (Fernández Gabaldón, 1987) con cronologías de fines del siglo XII e inicios del siglo XIII.

E) USO ADICIONAL

Los ajuares domésticos están compuestos por formas de cocina, almacenamiento, mesa o fuego, pero estas cerámicas no responden a todas las necesidades que pueden plantearse en el quehacer diario, a causa de lo cual se generan nuevos utensilios. De esta manera se recurre a elementos plurifuncionales como los alcadafes/lebrillos –analizados en el apartado anterior–, a otros elementos de uso específico –bacines o brocales–, o bien a objetos de uso complementario, como tapaderas o reposaderos, que encuentran su sentido en relación con otros objetos.

E.1.) Tapaderas

Las tapaderas son piezas, cuya misión, al igual que en la actualidad, es la de cubrir la boca de distintos recipientes, por lo que sus características técnicas y morfológicas dependen

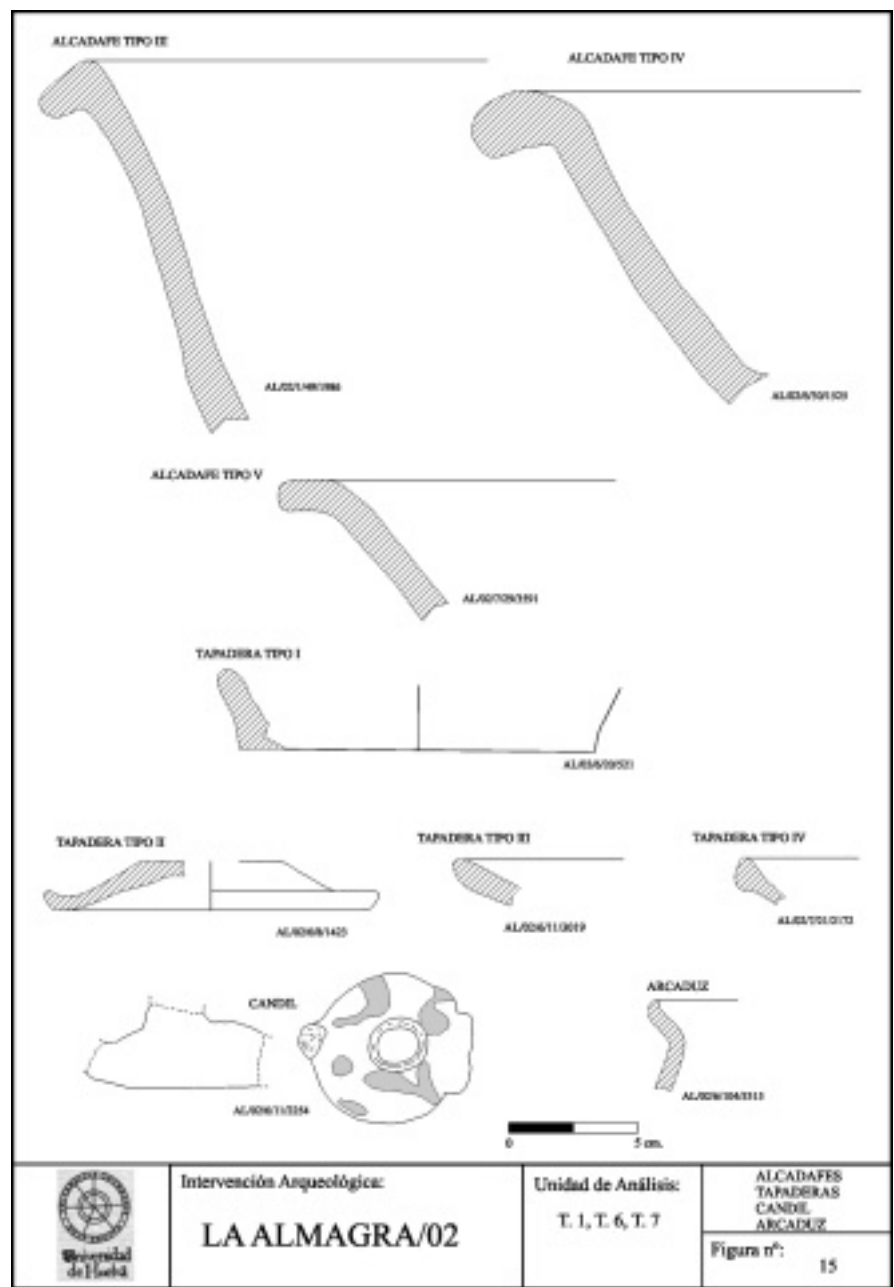


Figura 15

derán de la vasija a la que vayan destinadas (Huarte y Lafuente, 2002). Las que se han identificado en La Almagra pueden dividirse en los tipos siguientes:

TIPO I (Fig. 15). Base plana de tamaño considerable para cubrir probablemente una tinaja u otros recipientes de grandes dimensiones. Presenta similitudes con el tipo I de la sistematización de Y. Benabat Hierro (1997) para el solar de Santa María

7 de Niebla. Investigadores como G. Roselló Bordoy adjudican a estas piezas de grandes dimensiones el nombre de «discus» (Roselló Bordoy, 1991). Paralelos cercanos se documentan en Sevilla en las excavaciones de la Catedral (Huarte y Lafuente, 2002, Lám. 6).

TIPO II (Fig. 15). Base plana, pedúnculo central y cuerpo en ala. Le falta el borde pero según paralelos cercanos documentados en Niebla (Benabat Hierro, 1997, Tipo II; Beltrán Pinzón, 2001: 178, Tipo a.2, Fase VI) podría ser simple de labio redondeado o apuntado. Estas tapaderas constituyen un elemento muy difundido por todos los yacimientos andalusíes, reconociéndose en Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1999; 2003), Jerez de la Frontera (Montes y González, 1990; Fernández Gabaldón, 1987), Mértola (Lafuente Ibáñez, 1996), Alcácer do Sal (Carvalho y Faria, 1993), Silves (Varela Gomes, 1988), Murcia (Navarro Palazón, 1991) y Valencia (Bazzana, 1992) entre otros.

TIPO III (Fig. 15). Labio redondeado o plano.

TIPO IV (Fig. 15). Borde exvasado y almendrado.

F) ILUMINACIÓN

F.1.) Candiles

Los candiles son los elementos de iluminación más comunes en época islámica. En la excavación de La Almagra tan sólo se reconoce un tipo conocido como «Candil de Piquera», caracterizado por una cazoleta con asa para su transporte, gollete para alimentación y una piqueta alargada en la que se sitúa la mecha (Fig. 15). Están realizados en pastas beige y entre los fragmentos se identifica un subtipo que es el más frecuente en todo el área suroccidental de al-Andalus hasta mediados del siglo XII y su desaparición casi total que se producirá en el último cuarto del siglo XIII (Navarro Palazón, 1991), y que se caracteriza por tener la cazoleta desproporcionadamente pequeña en comparación con la piqueta que se muestra muy desarrollada, larga y facetada –recortada a cuchillo– (Huarte y Lafuente, 2002). Ejemplos tardíos de este subtipo se hallan en Sevilla, en las excavaciones del Antiguo Hospital de las Cinco Llagas –Parlamento de Andalucía– (Lafuente Ibáñez, 2003, 277). No obstante, existen ejemplos más tempranos, que pueden contextualizarse desde el período califal hasta el siglo XI o incluso inicios del XII. En este sentido estos primeros ejemplares se ajustan al tipo IV a de G. Roselló Bordoy (1978) quien lo adscribe genéricamente al período califal. Pero también se corresponden con el subtipo P.01.E de M. Retuerce Velasco (1998) con cronologías de la segunda mitad del siglo X y primera del siglo XI para la Meseta. Este tipo se encuentra ampliamente difundido por todo el territorio andalusí, donde se evidencia su presencia desde época emiral en Málaga (Iñiguez y Mayorga, 1993), hasta los siglos X-XI donde se documentan en otras zonas del área onubense (Huelva: Belén, Fernández-Miranda y Garrido, 1977; y Aroche: Pérez Macías, 1990). Igualmente en Niebla los encontramos en contextos del siglo XI (Beltrán Pinzón, 2001, Fase V) e incluso se fechan en la primera mitad del siglo XII, atestiguándose por ello un período de uso mucho más amplio (Benabat Hierro, 1997). Con todo, otros paralelos para estos candiles, tanto formales como ornamentales los hallamos en Moura (Macías, 1993) y Mértola

(Torres, 1987). Este primer grupo de candiles presenta decoraciones de «cuerda seca parcial» a base de goterones de vidriado verde y líneas de manganeso, con motivos preferentemente situados en el cuello o gollete y en el cuerpo superior de la cazoleta sin orden compositivo aparente. En este grupo incluimos un fragmento de gollete con restos de cuerda seca parcial (T1/15/788) y una cazoleta con goterones de cubierta vítrea transparente (T6/11/2254).

Los de cronología posterior, paralelizables con los de la Fase VI de Muralla-Desembarcadero de Niebla (Beltrán Pinzón, 2001, 176) y casi idénticos formalmente a los de la fase anterior, los tenemos representados a través de varios fragmentos de bordes y golletes (T2/6/1061; T6/11/1580; T6/21/489; T6/46/1732) y dos fragmentos de piqueras alargadas, una de ellas con restos de fuego (T1/15/783; T6/8/1366).

Paralelos cercanos a este tipo se hallan en Niebla, en la zona de Muralla-Desembarcadero (Beltrán Pinzón, 2001, 176, Tipo a.1) y en otros yacimientos suroccidentales de cronología básicamente almohade como Saltés (Bazzana y Crésier, 1989), Gibraleón (Bedia García, 1987), Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1995; Collantes y Zozaya, 1972; Huarte y Lafuente, 2002) y Setefilla (Kirchner i Granell, 1990).

G) USO AGRÍCOLA

Dentro de esta categoría incluimos un solo tipo representado igualmente por un único fragmento de arcaduz.

G.1.) Arcaduz

Un arcaduz es una forma cerámica relacionada con el agua. Se denomina también cangilón y consiste en una pieza que, atada junto a otras en una noria, sirve para elevar el agua. El único ejemplar documentado sólo nos permite identificar un tipo de tamaño medio, de cuerpo

presumiblemente cilíndrico, o tal vez tulipi-forme, con borde engrosado al exterior, escotadura bajo el borde, y terminado en un labio apuntado (Fig. 15). Las pastas utilizadas para este tipo suelen ser siempre de tonalidad claras o beiges y presentan como rasgo claramente identificador las acanaladuras exteriores en el cuerpo. Paralelos inmediatos de arcaduces encontramos en Niebla, tanto en el solar de Santa María (Benabat Hierro, 1997, 92) como en Muralla-Desembarcadero, donde se documenta tanto en la Fase V como en la Fase VI (Beltrán Pinzón, 2001, 140 y 178).

Cronológicamente este tipo de elementos se documenta durante un amplio período de tiempo, de manera que se encuentran desde época emiral, con ejemplos en Cercadilla (Fuentes y González, 1994), hasta la primera mitad del siglo XIII en función de los hallazgos localizados en Santa María de Niebla (Benabat Hierro, 1997, Tipo I), en el Monasterio de San Clemente de Sevilla (Tabales Rodríguez, dir, 1997), o en el Ladrillero de Aroche (Pérez Macías, 1990). Estas producciones se identifican con la forma N.02 de M. Retuerce Velasco (1998) quien establece un período de mantenimiento de este diseño durante un amplio arco temporal que abarcaría desde los siglos IX al XIII.

El complejo cerámico islámico de La Almagra presenta un gran interés debido a dos cuestiones fundamentales: en primer lugar, por su gran significación numérica dentro del conjunto artefactual exhumado en todo el yacimiento; y en segundo lugar por la homogeneidad –pero a su vez variedad tipológica– que nos remite a contextos habitacionales de producción doméstica relacionados con una actividad básicamente familiar de carácter privado. La funcionalidad básica a la que se destina la mayor parte del mobiliario cerámico, donde destacan sobremanera elementos de mesa y de cocina, nos informa de una actividad princi-

pal encaminada a la producción, preparación y consumo de alimentos (Marmitas, Ollas, Ataifores, Jofainas, Jarritos/as). Otros elementos menos significativos porcentualmente (Alcadafes, Jarros/as, Tinajas) pueden estar indicando una menor incidencia de otros apartados del trabajo doméstico o bien la necesidad de un número más restringido para desarrollarlas, o incluso su presencia *quasi* anecdótica –caso de los arcaduces– al tratarse de ambientes domésticos.

Desde el punto de vista cronológico, la uniformidad tipológica nos habla del predominio de formas almohades, aunque la presencia de tipos y fórmulas herederas de tradiciones anteriores no pueden pasar desapercibidas. Tal es el caso de los ejemplares con decoración pintada con óxido de manganeso o almagra en jarritos, jarritas y jarras, o de aquellos otros decorados con la técnica de la «cuerda seca parcial» (Lám. XI), cuya presencia resulta extraña en contextos tardíos de ocupación islámica del mismo modo que ocurre en otros núcleos como Niebla (Benabat Hierro, 1997, 96; Beltrán Pinzón, 2001, 180) o del resto del Suroeste Peninsular (Cavilla, 1990, 69; Lafuente Ibáñez, 1994, 577). Desde un punto de vista estrictamente histórico, este registro resulta igualmente interesante, ya que a partir de esta excavación se sigue ampliando la interpretación de la secuencia histórica de la capital onubense y su entorno inmediato más allá de los ya consabidos períodos protohistóricos, indudablemente importantes para la conformación del proceso histórico de la zona, pero no los únicos. A partir del análisis de los elementos cerámicos, estimamos la existencia de un conjunto artefactual relativamente homogéneo en cuanto a su funcionalidad, que hay que relacionar con un ambiente básicamente doméstico y familiar, donde se encuentran representados todos los tipos necesarios y habituales para el normal funcionamiento diario de una unidad habitacional.

2. LA SIGNIFICACIÓN HISTÓRICA DEL ASENTAMIENTO

Como ya hemos avanzado, la secuencia general del sitio tiene su arranque en época romana, manteniéndose con posterioridad durante el período almorávide-almohade, que no obstante viene precedido por una ocupación de época califal como parecen atestiguar los fragmentos de cerámica con decoración de Cuerda Seca documentadas en la intervención. De cualquier modo, no es menos cierto que la mayor parte de los registros *in situ* de ese tránsito romano-islámico almorávide-almohade, han quedado ciertamente más difusos al haberse localizado casi con toda seguridad en la zona oeste del yacimiento desaparecido como consecuencia de las transformaciones urbanísticas a que se ha visto sometida esta zona de Huelva desde los años 80, a través de la construcción de la conexión de la capital onubense con la autovía A-49.

En cuanto al registro arqueológico y desde el punto de vista constructivo, destaca la documentación de numerosas estructuras y rellenos deposicionales que muestran como característica fundamental su adaptación a la topografía de la ladera

del cerro sobre el que se asientan, proporcionando una construcción aterrazada que se manifiesta claramente a partir de la diferencia de cota –más de dos metros– existente entre las construcciones más altas, situadas en el extremo norte de la trinchera 6, y las más bajas localizadas en el sector sur. Todas estas unidades constructivas nos han proporcionado una planta donde se distinguen por el momento cinco estancias o habitaciones delimitadas por sus muros, en las que se ha detectado incluso sus niveles de pavimentación, realizados con guijarros o pequeños cantos asentados directamente sobre los limos de base y hogares asociados de tendencia circular delimitados con cantos de río.

Todo este conjunto habitacional –la alquería– se articula del siguiente modo: las habitaciones se disponen en torno a un espacio central –Habitación II– y sus medidas sólo han podido documentarse completamente y con seguridad en el caso de las situadas en la zona Este –Habitaciones I, III y IV– ya que la aludida número II, que creemos funciona como el núcleo articulador de las restantes, está incompleta por el lado oeste y en cuando a la número V, aún quedan ciertas reservas sobre su cierre norte, no documentado en su integridad al aparecer seccionado en ambos extremos, y como consecuencia de ello también sobre su relación con el resto del conjunto habitacional. Además de estas estancias, cuyo uso doméstico está apoyado en la existencia de los pequeños hogares circulares, mencionados con anterioridad, se han documentado otras estructuras como por ejemplo una canalización o atarjea para la conducción de agua y un pavimento de *opus signinum* de una cisterna/aljibe o pileta construida en época romana, reaprovechada e integrada en las construcciones domésticas de época islámica, y cuya presencia nos induce a identificar la habitación en la que se encuentra –II– como un pequeño patio o un espacio público. Por tanto, en cuanto a la estructura de la casa, y teniendo en cuenta las limitaciones provocadas por la desaparición de todo el área oeste de la trinchera, creemos estar ante un casa de gran tamaño integrada por cuatro habitaciones (como mínimo) organizadas en forma de U en torno a un patio central.

Si acudimos al análisis que realizan sobre este punto autores como A. Bazzana, (1990, a) parece que no puede hablarse de una casa típicamente islámica, al menos en lo tocante a lo novedoso de su articulación, ya que como él mismo escribe: «*La maison hispano-musulmane, dit-on, est la maison a patio, rassemblant autour de cette tour centrale les diverses pièces, plus o moins spécialisées, qui abritent la famille...*» (1990a: 247). La estructuración pues, de la casa islámica suele realizarse en torno al patio principal de vida y circulación, el *wast al dar*, concebido como parte de una habitación o como un verdadero patio interior central o lateral. Éste bien podría ser el caso de La Almagra, si interpretamos la denominada habitación II, de mayores dimensiones que las demás y sin la misma compartimentación en tres estancias, como ocurre en el lado contrario con las habitaciones I, III, y IV, articuladas en torno al mismo eje, como un patio lateral o bien central (extremo éste último indemostrable, por cuanto la posible simetría de estancias occidentales en torno a este patio está completamente perdida con la desaparición de la mitad oeste del yacimiento).

Pero ¿cuáles son los argumentos que nos permiten considerar esta hipótesis?. Pues en este sentido podemos establecer dos tipos de elementos: los propiamente estructurales y los artefactuales.

En cuanto a los primeros, ya lo hemos apuntado, la falta de simetría entre las estancias del lado este y la única documentada en el lado oeste, a lo que hay que sumar, la excavada en el lado sur, todo lo cual no hace sino redundar en la idea de un esquema en el que una estancia de mayores dimensiones que las demás aparece rodeada por otras más pequeñas y perfectamente definidas, tanto por sus muros de delimitación, como por otros elementos estructurales, caso de los hogares hallados en su interior, que nos hablan de estancias independientes pero integradas en una unidad superior.

En cuanto al segundo tipo de elementos, los artefactuales, hemos de referirnos a la gran cantidad y tipología del repertorio cerámico hallado, que se hace especialmente más abundante en la zona oeste de la trinchera 6, justo donde se ubica esta estancia central (para ello remitimos al Cuadro Clasificadorio 2 y Diagrama/Gráfico 1 de cerámica correspondiente a la trinchera 6 donde puede observarse la cantidad de artefactos documentados en unidades estratigráficas como la 8 y la 11, situadas precisamente en esta zona, y que suponen el 13'20 y el 25'84% respectivamente del total de elementos cerámicos documentados en toda la trinchera que se eleva a 5.727 fragmentos). La importancia de esta proporción de materiales radica en la propia especialización de las estancias consideradas como patios, que sobre todo en el ámbito rural, conservan la mayor parte de las huellas de la actividad doméstica, al convertirse en el centro del desarrollo de la misma.

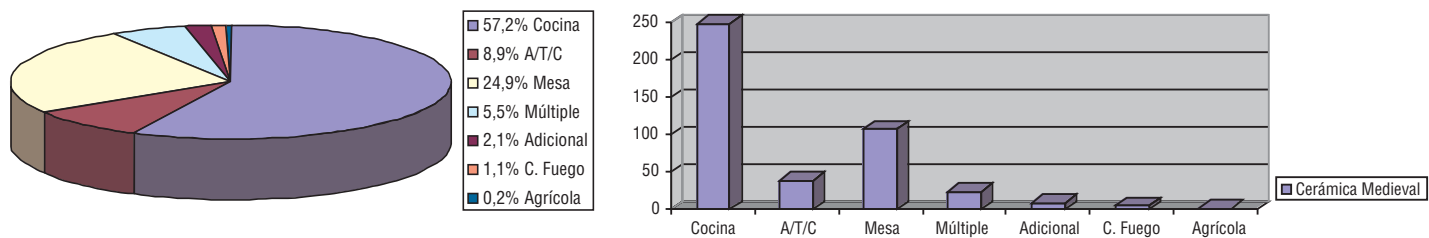
Durante la época islámica los patios desempeñaban multitud de funciones: además de facilitar la iluminación de las habitaciones periféri-

cas, en caso de no disponer éstas de otro vano que las puertas, y de permitir el paso entre unas y otras, la función principal del patio era la de cocina, bien permanente o bien temporal (Bertrand, Cressier, Malpica y Roselló, 1990). Podían

construirse pues para ello, alacenas de mampostería de cal y repisas (ésta última bien podría haber sido la funcionalidad de una especie de banco corrido que se observa en el extremo norte de la habitación II –UE 127–. Pero lo más significativo es el mantenimiento de pequeños hogares y sobre todo el almacenamiento de grandes cantidades de elementos cerámicos destinados tanto al almacenaje y contención (tinajas

UE	Cocina			Almacenamiento/ Transporte y Conservación		Mesa				Uso Múltiple	Adicional	Contenedor de Fuego	Uso Agrícola	Total	%	
	Marmita	Cazuela	Auxiliar	Tinaja	Jarro/a	Ataifor	Jofaina	Jarrito/a	Redoma	Vaso/Taza	Alcadata	Tapadera	Candil			Arcaduz
S.		1												1	0'2	
1							1								1	0'2
7					1		1	1							3	0'7
8	25	56	2		6	2	4	8		1	4	1	1	110	25'2	
11	24	38		1	13	3	8	8	2	3	9	4	2	115	26'4	
14	2			1	2		1	2			1			9	2'1	
20		1					1	1				1		4	0'9	
21	1	4			1	1		1					1	9	2'1	
22		1												1	0'2	
24	1													1	0'2	
25	1							1						2	0'4	
27		1				1		1						3	0'7	
29	1				1	2						1		5	1'1	
30	1	1			1	1					1			5	1'1	
33	1	4		1	1		1	2			1	1		12	2'7	
35		2						1						3	0'7	
36	7	8				1	1	4						21	4'8	
39		1			1									2	0'4	
40	1	2			1		1				1			6	1'4	
43		3												3	0'7	
46	2	3					1	3			1		1	11	2'5	
48					1									1	0'2	
49	2	1												3	0'7	
51	1		1				1	1						4	0'9	
53					1									1	0'2	
56	1	2						1						4	0'9	
59	1	1				1								3	0'7	
60	1	2				1								4	0'9	
62	1	1	1					1						4	0'9	
64	1	1		1			1							4	0'9	
65		1			1			1						3	0'7	
68	2													2	0'4	
70	2	1				3		2			1	1		10	2'3	
71	1													1	0'2	
76								1						1	0'2	
80	1	2												3	0'7	
85	1						1			1				3	0'7	
90	1	5									2			8	1'8	
93	9	2		1		1	1			1	2			17	3'9	
98						1								1	0'2	
99	2								1					3	0'7	
102	2					1		1						4	0'9	
104	1							3						5	1'1	
106	1	1			3	1	3	3	1		2			15	3'4	

Cuadro 2 – Porcentaje tipológico de la cerámica islámica hallada en la Trinchera 6



Diagrama/Gráfico 1 – Porcentaje tipológico de la cerámica islámica hallada en la Trinchera 6

y grandes jarros), como a la preparación y cocinado de los alimentos (marmitas y cazuelas: 25 y 24 y 56 y 38 fragmentos identificados respectivamente para las unidades estratigráficas 8 y 11 sobre un total de 98 en toda la trinchera). Igualmente y por hallarnos en un contexto rural, hemos de señalar también como algo importante que las dimensiones relativamente pequeñas de este posible patio y la gran densidad de cerámica acumulada excluye casi por completo la presencia de ganado en este espacio, que en caso de existir, como parece obvio en un ámbito rural, debería haberse cobijado en un edificio distinto al del hábitat humano.

Con respecto a la posible planta que muestran los restos conservados podríamos considerar la existencia de un tipo de planta pluricelular (utilizando nomenclatura tipológica de Bazzana, 1990a: 250) que consiste en el reagrupamiento de las diversas habitaciones en torno al *wast al-dar* y que puede presentar un plan en L o en U, de la que también se conoce un ejemplo cercano en la excavación del solar de Plaza Yvonne Cazenave –antiguo Colegio Francés–, de la capital onubense (Gómez Toscano *et alii*, 2002). En este sentido, la disposición habitual de las casas de plan pluricelular es la de un gran cuadrilátero de forma regular, cuadrada o rectangular, en cuyo interior, al menos dos lados quedan constituidos por piezas rectangulares alineadas, disponiendo de una única abertura hacia el patio. Esta abertura puede observarse en el caso de las habitaciones I, III, y IV, cuya salida natural vierte hacia un

estrechísimo pasillo que comunica con esta gran estancia situada en su lado oeste. En cuanto a la funcionalidad de estas otras estancias, es característico de las viviendas hispanomusulmanas su uso polivalente, hasta el punto de que pueden servir de alcoba, comedor, dormitorio, e incluso lugar de trabajo. No obstante, esto que podemos aplicar claramente a las habitaciones I, III y posiblemente, V, no resulta tan claro en el caso de la habitación IV, situada en el extremo noreste del conjunto y de dimensiones notablemente más pequeñas que el resto (2'45 x 1'35). Y consideramos su posible carácter diferencial debido a la presencia en su interior de una estructura semicircular adosada a la cara interior del muro sur de la habitación.

Otro de los elementos fundamentales que completa el esquema de la casa hispanomusulmana es la cocina. No obstante, a partir de la bibliografía y de los ejemplos consultados se llega a la conclusión de que este espacio resulta ser uno de los menos homogéneos en este tipo de instalaciones, por cuanto, existen múltiples modelos que pueden ir desde habitaciones específicas para tal uso, de mediano tamaño y con el hogar cercano a una de sus paredes, siempre junto a la puerta, hasta piezas de reducidas dimensiones que únicamente servirían para la preparación previa de los alimentos, realizándose la cocción de los mismos en el exterior (Castillo y Martínez, 1993), o bien carecer por completo de estancias específicas para tal efecto, desarrollando esta funcionalidad el espacio central o lateral considerado como



Lámina I – Vista del asentamiento desde el Campus de El Carmen.

patio. En el estado actual de los conocimientos sobre el caso concreto de La Almagra, debemos inclinarnos por considerar esta última hipótesis, ya que como hemos comentado en un párrafo anterior, resulta altamente clarificadora la gran proporción de material cerámico destinado a la preparación de alimentos documentada en este espacio central –Habitación II– en comparación con el obtenido en otros sectores del conjunto habitacional y del resto de las áreas del yacimiento analizadas.

Hasta el momento hemos comentado la articulación interna de esta alquería en la que se destaca la organización de las habitaciones en torno a un lugar central hacia el que convergen y con el que se comunican mediante puertas, cuyas huellas se aprecian a través de los umbrales de acceso. Del mismo modo, resulta del todo imposible, advertir la posible presencia de ventanas exteriores en estas habitaciones, por cuanto no se ha conservado ni un alzado y los muros –como ya venimos advirtiendo desde el comienzo– también reducen su expresión al mínimo, contando tan sólo con las cimentaciones de los mismos. No obstante, teniendo en cuenta el contexto histórico en que nos hallamos, no resulta demasiado difícil imaginar la inexistencia de estos elementos. En este sentido, las casas hispanomusulmanas de *al-Andalus*, al igual que las del resto del mundo islámico, presentan una concepción general que viene propiciada por la visión que sobre las relaciones familiares emana de la formación social imperante (Castillo y Martínez, 1993, 111). En este caso, la preeminencia de la esfera de lo privado sobre lo público condiciona un esquema formal donde las construcciones se orientan hacia el interior, con una clara separación del mundo exterior. Esta concepción se manifiesta desde el punto de vista constructivo en altos muros de cerramiento, pocas aberturas externas, habitaciones de tránsito entre ambos mundos, etc.



Lámina II – Trincheras 6. Vista general de H. I.

Por su parte en las Trincheras 1/3, los restos que nos hablan de la ocupación islámica tienen un carácter diferente pero complementario al documentado en la Trincheras 6. En esta área de actuación se han documentado restos de indudable importancia por lo singular de su hallazgo y por su óptimo grado de conservación. Dichos restos consisten en parte de un complejo industrial relacionado con el prensado de aceituna y la consiguiente obtención de aceite (Láms. VII, VIII). Dentro del complejo sobresale especialmente una balsa rectangular de 1'60 m x 1'10 m, excavada en el substrato de gravas rojas, donde lo destacable es la cestería asociada y conservada en las improntas de los diferentes capazos empleados en el proceso de molturación, estampillados sobre las paredes de la estructura. Junto a esta balsa se sitúa otra estructura circular de 1'20 m de diámetro y 0'75 m de profundidad excavada igualmente en el substrato de gravas cuya función debió ser el alojamiento del contrapeso necesario para el funcionamiento de la prensa. Las escasas dimensiones del conjunto nos inclinan a interpretarlo como parte de una pequeña instalación industrial destinada básicamente al autoconsumo del propio asentamiento –de ello dan buena cuenta los abundante restos de huesos de aceituna documentados en su entorno–, teniendo por ello un carácter básicamente familiar. Al sureste de este complejo se documenta la existencia de una habitación (Estructura 3) conformada por el adosamiento de los muros UUEE 18, 19, 20 –con la correspondiente continuación del primero en la UE 9 de la trinchera 3– que presenta una pavimentación realizada con un fino mortero de cal, bajo la cual se halló una estructura excavada en el substrato identificada como un vertedero para el desecho de materia orgánica de época islámica (sobre ello volveremos más adelante).

Al contrario de lo que ocurre para el período romano, durante la época islámica resulta más difícil reconstruir los hechos del cultivo del olivo en una fase histórica



Lámina III – Trinchera 6. Hogar. Interior de H. I.

muy amplia y más bien pobre en documentación específica. La gran herencia de la olivicultura antigua es, de todas maneras, mantenida o retomada en diversas épocas. En todos aquellos lugares que mantuvieron un sistema de control administrativo de una cierta fuerza y continuidad se dio una producción aceitera. Es el caso, por ejemplo del África septentrional, antes de la conquista árabe. La España meridional y el África septentrional continuaron la actividad aceitera ya bajo control islámico. Durante la Edad Media, el aceite de oliva escaseó de tal manera que, en determinados casos, llegó a ser considerado dinero en efectivo. A pesar de ello y de que la producción aceitera medieval no alcanza la cantidad y la difusión de la de la antigüedad romana, siguió siendo utilizada para el ámbito alimenticio, para la iluminación y sobre todo para usos religiosos

En el caso de La Almagra esta producción queda atestiguada como hemos avanzado, por la presencia de los restos de ecofactos relacionados con el cultivo del olivo, y como no, la presencia de candiles en la excavación no hace sino corroborar la necesidad de disponer de este elemento como combustible para la iluminación del mismo.

En cuanto al funcionamiento de la instalación destinada a la obtención del aceite, según las investigaciones de F. Montes Tubío (2002), la influencia de la tecnología romana en la extracción del aceite de oliva se hace patente hasta nuestros días. Este proceso de extracción del aceite de oliva empleado por los romanos estaba basado en el Prensado + Molienda, bien en ese orden o en orden inverso. Para ello emplearon un molino de fricción (*trapetum*) y una prensa de torno (*torcularium*). La influencia de esta tecnología fue tal que en nuestro país, hasta la década de 1970-80 se sigue empleando este «sistema clásico», cuyo proceso tenía dos partes bien diferenciadas: 1) Molturación y Batido; y 2) Prensado de la masa de aceituna molida extendida en los capachos –de éstos quedan perfectamente reconocibles sus hue-

llas sobre las paredes de la balsa– (UE 1 –Estructura 1–). Tanto el molino como la prensa evolucionaron en eficacia, pero la tecnología era subsidiaria de la romana. Esta circunstancia explica, que desde el punto de vista formal, el conjunto documentado en la Almagra siga los mismos principios de época romana. Del mismo modo, si ya es sorprendente que el proceso tecnológico romano se mantenga hasta la década de los años setenta del pasado siglo, lo es aún más comprobar que la prensa de torno (*torcular*) se utilice con pocas modificaciones en las almazaras españolas hasta 1920, variándose tan sólo el empleo de cuerdas y poleas por un tornillo o husillo de madera en cuya base se suspendía una piedra o bloque que se denominaba quintal, y que da nombre a la llamada prensa de viga y quintal (Montes Tubío, 2002, 311).

Resulta escasa la bibliografía dedicada a la concreción tecnológica de la producción de aceite durante la época islámica. A pesar de ello hemos hallado alguna referencia donde se habla de la existencia de almazaras islámicas, en pleno funcionamiento durante este momento, que presentan como característica fundamental su documentación en ambientes urbanos y tener un carácter semiruprestre al haber sido excavadas sus estructuras en la roca. Así en el sur *al-Andalus* se reconocen instalaciones semiruprestres en Marmuyas –Málaga–, y ya en la zona levantina existen bases de prensa en el asentamiento morisco de Adsubieta –Alicante– o Tolmo de Minatella –Hellín, Albacete– (Gutiérrez Lloret, 1996a). No obstante, sobre estas instalaciones planean incógnitas similares a las planteadas en el caso de La Almagra, sobre todo en lo referente a su cronología, ya que en un principio fueron datados en época romana, asignándoles con posterioridad una cronología altomedieval e islámica en función de argumentos similares a los establecidos para el caso onubense: sus reducidas

dimensiones, que nos hablan de una producción alejada del sistema de producción de las grandes explotaciones romanas y el reconocimiento de que muchos materiales asociados con las mismas –en un principio considerados como romanos– han sido posteriormente valorados como más recientes conforme se ha ido avanzando en la definición de series cerámicas altomedievales, islámicas y moderno contemporáneas.

Una cuestión fundamental para entender el funcionamiento de esta pequeña almazara radica en la necesidad de la presencia cercana de agua en abundancia debido a su implicación en el proceso de obtención del aceite. En este sentido y siguiendo las indicaciones de E. Levi-Provençal sobre el tema, en las almazaras se fabricaban tres tipos de aceite a partir del prensado de la aceituna: el de mayor calidad –«aceite de agua»–, que era extraído directamente de la molturación de la aceituna, lavado con agua caliente y decantado; el segundo en calidad, el «de almazara», producto del prensado de la morca o pasta de aceitunas ya molida tras su decantación; y finalmente un tercer tipo, denominado «cocido», de bastante menor calidad que podía obtenerse reprensando los residuos del primer prensado con agua hirviendo. Estos datos no hacen sino probar la importancia del agua en el proceso de fabricación del aceite, ya que ésta se añade caliente a la morca para regular la viscosidad y favorecer el fluido, y es la base del refinamiento del aceite en el proceso de decantación (Gutiérrez Lloret, 1996a, 245). En este sentido no podemos perder de vista la presencia de un curso de agua a los pies del asentamiento que facilitarían la provisión de este elemento para la actividad de fabricación de aceite en La Almagra.

En relación con toda esta cuestión de la explotación de los recursos asociados al yacimiento, ya destacábamos en la introducción la gran significación que ha tenido durante esta

intervención la recuperación y posterior análisis de ecofactos de variada índole, cuyo estudio ha permitido en última instancia la interpretación global del sitio a lo largo de toda su historia. Dentro de este contexto han sido especialmente fructíferos los análisis paleobotánicos y polínicos), gracias a los cuales se ha confirmado plenamente la orientación básicamente agrícola del lugar (Sánchez Hernando, 2005 a y b).

Como consideración inicial, y generalista, cabe destacar que el yacimiento de «La Almagra» se asocia a un paisaje vegetal altamente antropizado. Los estudios paleobotánicos realizados sobre muestras de pólenes recogidas en Unidades Estratigráficas de diferentes periodos, permiten identificar una presencia continua de grupos de plantas ruderales y de «borde de camino», como *Plantago* y *Poaceae*, de presencia continua a lo largo de toda la ocupación del yacimiento. Asimismo, algunos grupos indicadores de antropización, como *Chenopodiaceae*, *Brassicaceae*, *Liguliflorae* y *Tubuliflorae*, muestran en todas las fases la continua y activa presencia humana en el entorno inmediato del yacimiento. Sin embargo, los estudios paleopalínológicos (Llargo y Ubera, 2005) aportan información muy escueta sobre el modelo de vegetación presente y las relaciones hombre medio, hasta el punto que se descarta el cultivo de olivo en las inmediaciones, no se identifican legumbres, se infravalora el cultivo cerealístico, y apenas se vislumbran algunos usos de interés en el yacimiento².

La **vegetación forestal arbórea** estaría compuesta, prácticamente en su totalidad, por *Pinus*, *Quercus*, y *Juniperus*. Las formaciones, mixtas, a partir de los registros antracológicos, carpológicos y palinológicos, permiten indicar la presencia de pino piñonero y enebro³. En cuanto a *Quercus*, las características de estación apuntarían más a *Quercus ilex*, que a *Quercus suber*, con la posibilidad de la presencia de esta especie en zonas de vaguada, más recogidas y con mayor hume-



Lámina IV – Trinchera 6. Vista general de H. II.

dad edáfica. En zonas altas de ladera, más expuesta, sería la encina la especie mayoritaria. La presencia de *Olea europaea* var. *sylvestris* puede descartarse en tanto en cuanto que no hay registros palinológicos previos que atestigüen su presencia.

Considerando, pues, el trinomio pino-encina-enebro como base de la masa mixta circundante al yacimiento, se puede valorar su importante significación cultural.

Así, aunque la presencia del pinar de piñonero parece decaer al comienzo del segundo milenio d.C., consecuencia quizás de la sobreexplotación del entorno, los valores de representatividad de la especie en las diferentes fases, se mantienen siempre en torno al 50% de los registros antracológicos, lo cual remite a la importancia cultural de su uso, que llevaría a la búsqueda del recurso más allá de su ubicación inicial. El consumo y comercio del piñón, así como su importante valor energético, y el constituir el pino piñonero la principal especie leñosa estructural (fustes, largos y rectos, de madera resistente), lo convertirían en la principal referencia ecológica y cultural del entorno, constituyendo la base de los paisajes circundantes.

La presencia de *Quercus* requeriría una explicación más compleja. Queda fuera de toda duda su valor energético, posiblemente el principal. La presencia de corcho en época contemporánea no permite asegurar la presencia del alcornoque en la antigüedad, aunque es previsible, especialmente en zonas de vaguada. El alcornoque forma masas mixtas, habitualmente, con el pino piñonero en las zonas húmedas de la Tierra Llana onubense, de tal forma que el paisaje, en lo que se refiere a las quercíneas, adquiriría dos posibles interpretaciones: masas mixtas con pinar en vaguadas, y masas de quercíneas más abiertas en zonas expuestas, en este caso, posiblemente, de encinar. Al igual que en el caso del pino la importancia y proporción de *Quercus* se mantienen a lo largo de todo el tramo cronológico, sin prácticamente alteraciones.



Lámina V – Trinchera 6. Habitación IV.

Finalmente, el enebro en las zonas litorales formaría, junto al pinar, masas puras de coníferas que, ocasionalmente, estarían salpicadas de alcornoque en zonas de vaguadas, con suelos profundos y frescos. Más al interior, se mantendría el pinar y desaparecería la sabina, siendo la encina la quercínea más representativa en las estaciones más expuestas.

Dentro del **estrato arbustivo forestal** se encuentran especies como las retamas, el romero, el mirto y el labiérnago. La presencia del romero se mantiene constante a lo largo de todo el perfil cronológico del yacimiento. Su importancia relativa se mantiene incluso cuando hay grandes variaciones en la nómina de especies y en el número de restos. Ello no puede ser casual y responde, ineludiblemente, a un uso cultural claro. A falta de evidencias arqueológicas que permitan sugerir otros, como elaboración de ungüentos u obtención de aceites, los más simples, pueden ser los más probables. Así, su uso como condimento y aromatizador, no sólo de guisos, sino de vinos, encajaría perfectamente con hábitos culturales mediterráneos. Por otra parte, los carbones existentes, permitirían suponer su uso como leña verde, aromatizador de ambientes y remedio eficaz contra la presencia de mosquitos en los atardeceres veraniegos.

El resto de especies identificadas, al igual que el romero, se distribuirían bajo la masa arbolada de pinar y, en menor medida, de encinar. Las diferencias en unos casos u otros dependerían de lo abierto del dosel, que determinaría la presencia mayoritaria de unas u otras especies y su densidad. La retama, así, sería de ámbitos más abiertos, junto al labiérnago, y el mirto de zonas más umbrías. En los dos primeros casos, la presencia en el yacimiento es reducida y tendría que ver con su uso como leña fina. En este caso, la retama tiene una presencia (dentro de la escasez) más abundante y regular que el labiérnago, lo cual,

teniendo en cuenta las características de ambas especies, puede interpretarse como consecuencia del mayor interés cultural de la primera y, posiblemente, también de una mayor presencia física en el sotobosque. El caso del mirto es completamente distinto, pues sólo se muestra su presencia en época bajoimperial. Las características silvestres de la especie permiten suponer su presencia anterior en la zona y, posiblemente posterior, debiendo su identificación en el yacimiento a un interés cultural coyuntural propio del momento y, quizás, relacionado con la aromatización del vino.

La **vegetación natural de sotos y riberas** constituye el principal grupo de taxones identificados. A este grupo se adscribirían, sin perjuicio de formar parte en mayor o menor medida del sotobosque de las masas arboladas, las siguientes especies y géneros: entre la vegetación leñosa de porte arbóreo, chopo (*Populus sp.*), aliso (*Alnus glutinosa*), fresno (*Fraxinus angustifolia*), madroño (*Arbutus unedo*) y avellano (*Corylus avellana*); y entre la arbustiva el majuelo (*Crataegus monogyna*), la adelfa (*Nerium oleander*), *Viburnum*, hiedra (*Hedera helix*), sauce (*Salix sp.*), y zarza (*Rubus sp.*).

Finalmente, cabe hablar del elemento culturalmente más característico del yacimiento de «La Almagra»: **la vegetación agrícola**, entre la que cabe distinguir varios grupos: por un lado, la presencia importantísima del olivar; por otro, otros cultivos arbóreos y/o leñosos como la vid, el almendro, la higuera y el algarrobo; y, finalmente, los cultivos herbáceos, ya sean gramíneas (trigo y avena) o legumbres (lenteja, guisante y haba).

Con respecto a esta vegetación caben destacarse dos aspectos: por un lado, que el incremento de la nómina de especies agrícolas comienza a darse en la época bajoimperial y a comienzos de la medieval, lo que confirma el mayor desarrollo y diversificación agrícola del

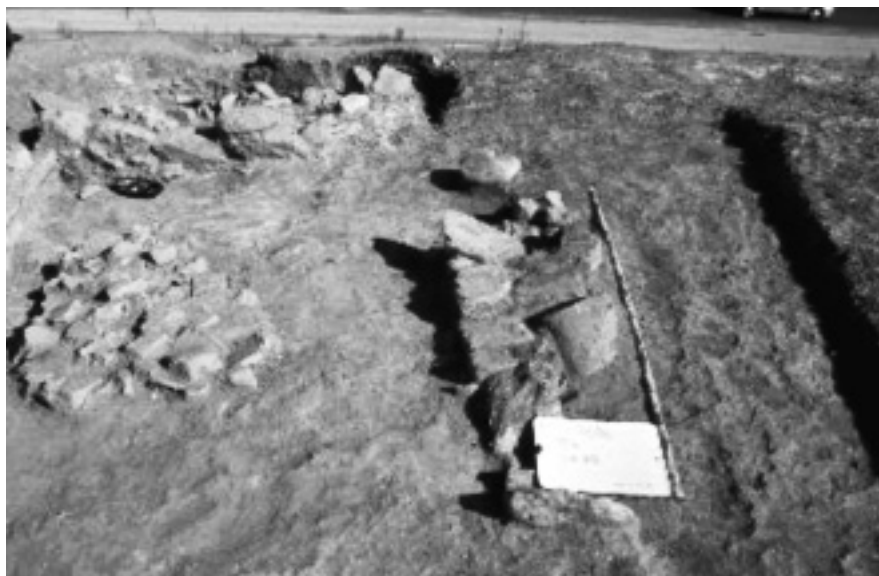


Lámina VI – Trinchera 6. Habitación V.

momento, que presionaría sobre las áreas naturales. Esta diversificación culmina en la época medieval islámica, y sufre una fuerte regresión desde época moderna, como ocurre en casi toda la Península a medida que la agricultura se irá apoyando sobre explotaciones extensivas, más latifundistas y menos diversas. Por otro lado, el incremento de los taxones de regadío en los momentos previos a la deforestación implica una mayor necesidad de agua y, por tanto, un *acercamiento* de las tierras productivas a los cursos de agua para abaratar y facilitar el riego.

Dicho lo anterior, no cabe duda de la extrema importancia que tiene el olivo en el desarrollo cultural de «La Almagra», en un modelo de explotación típicamente romano, con presencia de trigo. En efecto, la abundancia contrastada de restos de fruto de olivo se ve igualada, a pesar de la diferente consistencia de los granos de trigo, por este taxón, lo cual implica una fuerte presencia de ambos taxones en las fases iniciales del desarrollo del yacimiento. Junto a ellos, la presencia minoritaria de vid, posiblemente por separado y para consumo minorista, constituirían el paisaje agrario típico, por tanto, mixto, con una mayoría del entorno con olivar muy abierto, con presencia de trigo, y con zonas de menor extensión con presencia de vides⁴.

A medida que pasa el tiempo, en época romana bajo imperial, el modelo de explotación cambia sensiblemente. Así, se puede observar como el olivar gana en importancia, mientras la vid se mantiene y el cereal decae. Esto último, junto a la aparición de cultivos de regadío (legumbres) y el fomento de la higuera, que aparece por primera vez en «La Almagra», apuntan a una ruptura del modelo tradicional y a una optimización de la producción agraria por dos vías: la de la mejora del rendimiento (incrementando la densidad del olivar frente al trugal en las superficies mixtas), y mediante la diversificación de la producción agraria, introduciendo nue-



Lámina VII – Trinchera 3. Estructura 1 (Balsa y Huella de contrapeso).

vas especies. La producción de olivar permitiría un incremento de las exportaciones (entendiendo estas como ventas fuera de las zonas de influencia) con un producto de alto valor añadido que compensaría los gastos de distribución y dejaría altos márgenes, multiplicados con un aumento de la producción, y la de los productos de huerta y frutales destinada, posiblemente, para el mercado interior. En cualquier caso, el paisaje, en la zona de olivar se cerraría, mientras que aumentaría el área de influencia agrícola dirigiéndose hacia las zonas más húmedas (más bajas y cercanas a los cursos de agua).

A comienzos de la Edad Media, el incremento poblacional, el fortalecimiento de las estructuras políticas y administrativas y, con ello, de la actividad comercial, propiciarían un auge de la producción agraria. Este momento supone el punto culminante del desarrollo agrario de «La Almagra» y con él, el de la deforestación del entorno. Las masas forestales decaerían notablemente aunque es de suponer que desde un momento inicial estuviesen a una distancia suficientemente amplia de las zonas habitadas. Ahora, las masas de ribera comenzarían a desaparecer, siendo sustituidas por cultivos agrícolas de nueva implantación. No se puede asegurar la potenciación del olivar, ya que el porcentaje de importancia de los carbones de olivo se mantiene idéntico, aún cuando se incrementa la cantidad de restos carpológicos, por lo que esto se traduce en una disminución relativa de la producción. La producción de vid se mantiene, sigue decayendo el trigo y aparecen nuevas especies, como el garbanzo y la avena. El paisaje resultante sería amplio y diverso: una masa importante de olivar, estable, con un incremento de las zonas de huerta y regadío hacia las vaguadas.

El modelo así definido, sufre una ruptura drástica tras el periodo califal. Varias son las posibles causas: agotamiento del terreno por la intensidad de la explotación,

inestabilidad política tras la caída del califato, etc... El hecho cierto es que la producción hortofrutícola prácticamente desaparece y, salvo la aparición puntual del almendro claramente cultural, y el mantenimiento de la vid, se produce un desarrollo notable del olivar. Sin embargo, las explicaciones no sólo han de llegar por la vía cultural y/o ecológica, sino, además, por la técnica. En este sentido tiene especial importancia el aumento del porcentaje de carbones de olivar identificados en los análisis palinológicos y paleobotánicos, mientras los de otras especies, más abundantes en términos absolutos, se mantienen en las cifras anteriores. Este incremento de la biomasa energética de olivar se traduce, directamente, en un incremento de las labores culturales sobre la masa, con podas, escamondas y demás. Dada la vida media de los olivares, no es descartable que quedaran pies viejos, de varios siglos de antigüedad, que se rejuvenecerían mediante un intensivo programa de tratamientos culturales e, incluso, se sustituirían por nuevos pies, incrementándose la cantidad de leña. En este contexto, el paisaje se simplificaría quedando reducido, prácticamente, a la superficie de olivar, abandonándose el resto que, expuesto a la deforestación, y parcialmente esquilmo por siglos de intensa actividad agrícola, tardaría en recuperarse. La inexistencia de otros restos carpológicos no implica la necesaria desaparición *total* del resto de cultivos, sino, sencillamente, su abandono y reducción conspicua.

Volviendo a los indicadores estructurales sobre la ocupación del sitio hay que mencionar aquellos relacionados con la actividad diaria y dispersas por casi todo el asentamiento y que se identifican como vertederos destinados al desecho de materia orgánica principalmente, aunque también existen acumulaciones de material constructivo asociado en alguna de ellas. Estos vertederos responden morfológicamente a un esquema similar: se trata de pequeñas oquedades

des de tendencia circular/elipsoidal excavadas en el terreno y cegadas en su interior con el material aludido (malacofauna; macrofauna, carporrestos, semillas, etc). La funcionalidad de estas estructuras se relaciona con el vertido de desechos tanto orgánicos como inorgánicos, de manera que debieron funcionar como pequeñas fosas para enterrar «basuras», tal y como ponen de manifiesto los restos cerámicos y constructivos recuperados en el interior de estas estructuras.

Finalmente, el último indicio de ocupación islámica que trataremos será la inhumación hallada en la trinchera 7. Desde el punto de vista estructural ésta consiste en una tumba sellada mediante cubierta de tégulas horizontales decoradas, en cuyo interior quedaban los restos de un individuo dispuesto en posición de decúbito supino y con orientación Norte (pies)-Sur (cabecera). Lo más destacado de este enterramiento es que las extremidades inferiores no se han localizado, ya que aparecían seccionadas desde la zona media del fémur, presumiblemente como consecuencia de la violación de la tumba, ya en época medieval o moderna con el fin de saquear los posibles ajuares de su interior. La presencia de este único enterramiento nos plantea múltiples dudas en relación con un aspecto relacionado con la ocupación del lugar no resuelto plenamente: la localización del área de necrópolis. Desde el comienzo de la intervención se conoce la existencia de este enterramiento en la zona central de la Trinchera 7 (Estructura 6). Desde ese momento se identificó el enterramiento aludido como romano, básicamente a partir de la cubierta de tégulas que lo sellaba, y de lo que en aquel momento entendimos como la posición original en que fue depuesto el cadáver y que resulta propia del mundo romano: el decúbito supino. No obstante, tras su excavación completa y tras su examen por parte del equipo antropológico se han generado algunas dudas sobre esta filiación

cronocultural derivadas principalmente de dos cuestiones: una, la ausencia de ajuar, y dos, la posición del cadáver. Respecto a la primera, esta ausencia de ajuar, que en época romana encontraremos básicamente a partir del siglo IV d.C. en relación con el afianzamiento del cristianismo, podría explicarse como consecuencia del posible saqueo sufrido por la tumba para la obtención de tesoros. Pero lo que no parece tan obvio, con respecto a la segunda, es que la posición del cadáver concuerde con la filiación romana que se le asignaba, esto es, una deposición en decúbito supino. Tras los análisis antropológicos se ha estimado que la posición en decúbito supino que presentan sólo los fragmentos de fémur conservados bien podría responder a procesos de alteración sufridos en el interior de la tumba una vez que el cadáver fue depositado –rotación de la cadera en un movimiento circular por efecto de la ley de la gravedad–, de modo que no puede descartarse que la posición original de deposición fuera en decúbito lateral derecho, que concuerda totalmente con el rito de enterramiento en época islámica, con la cabecera orientada al este, en dirección a la Meca. En cuanto a las características físicas de la inhumación, nos hallamos ante un individuo femenino, de edad adulta (en torno a los cuarenta años), con una talla aproximada de 155 cm y que presenta patologías de variada índole y que van desde lesiones articulares (artrosis), hasta lesiones dentales (caries), todo ello combinado con un estado general marcado por un fuerte proceso anémico.

Es la presencia aislada de este enterramiento una cuestión que nos plantea numerosas incógnitas, no sólo con respecto a la localización del área de necrópolis –como hemos mencionado anteriormente– sino en cuanto a su significado dentro del asentamiento. De cualquier manera, aunque no es habitual, tampoco es éste un caso aislado dentro de la bibliografía arqueológica, ya que por ejemplo existe algún caso como en el yacimiento albaceteño de Tolmo de Minatella (Albacete) donde se documentó



Lámina VIII – Trinchera 3. Estructura 3 (Estancia).

una inhumación islámica correspondiente a un individuo de sexo masculino muerto en condiciones de violencia (herido por arma blanca en la cabeza) y enterrado de modo aislado fuera del recinto de necrópolis del asentamiento (Miguel, Tendero y Gutiérrez, s/f). En el caso de La Almagra, en tanto no se documente una posible área de necrópolis no podemos hacer más valoraciones sobre la presencia de este individuo aparentemente aislado en una zona (la trinchera 7) donde el resto de datos arqueológicos recuperados nos remite a un contexto de vertederos/basureros para el enterramiento de materia orgánica hacia el norte, y la presencia al sur de, por ahora, dos habitaciones, cuya excavación parcial no nos permite asegurar completamente ni su filiación cronológica ni su funcionalidad.

Respecto a la evolución de la ocupación durante este periodo y a pesar de la incógnita que nos plantea el tránsito entre el mundo tardoantiguo y el episodio que podríamos considerar plenamente islámico, que no podemos aprehender desde el punto de vista material, estamos en condiciones de afirmar que el poblamiento del lugar continuó siendo una realidad desde el horizonte romano. No sólo en nuestro ámbito cercano sino en otros más alejados, (sureste levantino mediante el ejemplo de la cora de Tudmir: Gutiérrez Lloret, 1996b) las antiguas *villae rusticae* de época bajoimperial continúan siendo habitadas, pero lógicamente se producirán cambios y adaptaciones que redundarán en la enorme transformación de su antiguo carácter de centro productivo inmerso en un sistema de mercado complejo hacia otro de menores dimensiones orientado fundamentalmente al sustento de la comunidad que lo habitará a partir de ese momento. Así pues, desde el punto de vista físico, lo primero que llama la atención sobre este proceso será la notable disminución de su extensión primitiva que lógicamente habrá de ponerse en relación con la disminución de la mano de obra que la habitaba y con su menor capacidad de producción. Esta reducción se manifestará en la mayor parte de los casos en la continuidad de la ocupación a través de alquerías o *quras*, que irán adquiriendo un carácter islámico paulatinamente.

Estas alquerías, en general y desde el punto de vista morfológico, pueden vincularse a los cabezos, entendidos como pequeñas elevaciones de perfil poco abrupto en cuyas laderas o cota superior se asienta el yacimiento, siendo el primero el esquema que se observa en el caso de La Almagra. A través del análisis de la dispersión de todas las estructuras documentadas en la intervención se llega a la conclusión de que el proceso de ocupación continuado del sitio va a apoyarse en el retranqueo hacia las cotas superiores de las instalaciones conforme avanza el tiempo y así la ubicación del asentamiento islámico se produce a media ladera con respecto a la ocupación romana, y la ocupación moderna contemporánea se producirá en la cota más alta del cabezo con respecto a la instalación medieval. De manera que es posible afirmar que en cada periodo, a pesar de amortizarse las estructuras anteriores, se elegirá una ubicación cercana pero no completamente encima del hábitat previo.

Con respecto a la evolución del asentamiento durante el período islámico, a partir básicamente del estudio de los conjuntos cerámicos documentados tanto en la propia estructura habitacional de la alquería, como de los depósitos considerados como vertederos, se ha determinado que los registros obtenidos nos muestran una ocupación

que debemos situar básicamente durante el período almohade (Siglos XII-XIII).

Esta cronología se hace patente con claridad en la ocupación de las estancias de la alquería, en la que la presencia de indicadores fechados con claridad para estos momentos en yacimientos cercanos (entre otros Ivonne Caze-nave, Huelva –Gómez Toscano *et alii*, 2002–, solares de Niebla Santa María 7 –Benabat Hierro, 1997–, Muralla Desembarcadero –Beltrán Pinzón, 2001–) nos permite establecer el período de ocupación en este mismo momento. Ahora bien, aunque el grueso del registro cerámico islámico se sitúa en esta banda cronológica, no obstante se han recuperado elementos que amplían esta cronología hasta época taifa. Entre estos elementos destacamos las Marmittas Tipo IV (siglo XI en Niebla: Fase V de Muralla Desembarcadero; siglos IX-XII en Portugal: Cerro da Vila), las Cazuelas Tipo I (siglo XI en Niebla: Fase V de Muralla Desembarcadero; siglos IX-XII en Saltés –Huelva–, Bayyana –Almería– y Cerro da Vila –Portugal), los Atai-



Lámina IX – Trinchera 7. Estructura 6. Tumba 1. Inhumación.

fores Tipo I (siglo XI en Mértola –Portugal– y Vascos –Toledo), las Jofainas Tipo VI (siglo XI en Serpa –Portugal–, Vascos –Toledo– y *Sharq al-Andalus*), las Redomas Tipo II (siglos IX-X en Almería), los Candiles de Piquera (siglo XI en Niebla: Fase V de Muralla Desembarcadero) y los fragmentos de jarritas decorados mediante Cuerda Seca Parcial (presentes en *al-Andalus* desde el siglo X; Lám. XI). La presencia de estos elementos más antiguos, podría ser indicadora de que la instalación estaba ya en funcionamiento en esos momentos, pero al documentarse siempre con otros más tardíos hemos de contextualizar su uso en el sector excavado en un momento posterior.

Así pues a partir en función de los indicadores cerámicos y de las características de la construcción proponemos la existencia de diferentes episodios relacionados con el funcionamiento del asentamiento islámico que, no obstante, debemos situar en un arco cronológico general de época almorávide/almohade, sin que sea posible realizar mayores precisiones cronológicas al efecto. En este sentido distinguimos tres episodios o momentos.

- 1) La Instalación de la unidad habitacional donde existen diferentes proyectos constructivos.
- 2) El Incendio y Derrumbe de parte de la instalación.
- 3) La Relocalización en otras áreas del cerro.

En cuanto al primero, resulta altamente complicado establecer fases cronológicas perfectamente claras respecto a la ocupación de la casa, ya que en su planta es posible distinguir alineaciones diferentes que podrían indicar distintas fases de remodelación en la misma, pero durante el mismo contexto general que venimos mencionando. En este sentido planteamos la existencia de al menos dos momentos en la ocupación del sector conservado.



Lámina X – Trinchera 7. Estructura 6. Tumba 1. Inhumación. Detalle de las extremidades inferiores.

– El primero, que podría localizarse en torno al conjunto integrado por la habitación II y las estancias del ala este I/III y IV y que presentan una clara homogeneidad en la ejecución de los muros (tanto en factura como en orientación). La primera estancia aludida delimitaría claramente un espacio central al que convergen las otras estancias, de manera que podría identificarse como patio.

– Una segunda fase constructiva podría corresponderse con una remodelación y ampliación del conjunto anterior. En este sentido, la remodelación de la estancia II, podría haberse llevado a cabo mediante la introducción de un nuevo muro (UE 12) cuya factura es algo diferente respecto al que discurre paralelo (UE 1) y que además, desde el punto de vista estratigráfico, sitúa su límite inferior a una cota superior con respecto a niveles de hogares de la propia estancia II. Este muro provocaría la aparición de un estrecho pasillo entre las estancias II por un lado y las I/III/IV por otro, de manera que desde el punto de vista de la articulación del espacio, podríamos encontrarnos con un muro que podría haber servido de base para la elevación de un pórtico que facilitaría el techado de parte de la estancia II mediante una cubierta de tejas (tal y como ponen de manifiesto los abundantes fragmentos recuperados en el derrumbe que colmata esta habitación). En esta misma fase podríamos situar la ampliación de la habitación V, ya que observando la planta podemos hacer coincidir en este momento la construcción de los muros 5, 83 y 21, que parecen una continuación hacia el suroeste, y en diferentes direcciones del muro UE 12 mencionado anteriormente. Algo posterior debió ser la construcción del tramo de canalización que se observa partiendo de la esquina sureste del muro 12 y que se superpone al muro UE 5, paralelo longitudinalmente al muro UE 16, que funciona como cierre sur de la habitación I.

De todas formas la relación de la estancia II con la V resulta difícil de determi-

nar, por cuanto no se conserva íntegramente el muro que separa ambas estancias e incluso no podemos determinar con claridad si esta estancia V pudo haber existido con anterioridad al momento que nosotros hemos comentado unas líneas atrás pero con otras dimensiones diferentes a las que hemos determinado a partir del comentario anterior. En este sentido barajamos la posibilidad de que las primeras dimensiones de esta estancia pudieran haber sido más reducidas estando definidas por el muro 118 hacia el norte (identificando el fragmento conservado como el total de esa construcción), el muro 21 hacia el sur (pero construido hacia el este sólo con las dimensiones necesarias para conectar con el muro 118 mediante otro muro perpendicular que no se conserva), y el muro 89 por el este. Apuntamos esta posibilidad en función de dos argumentos principalmente: uno, y que ya hemos apuntado en otros puntos de este trabajo, la variación en la factura y orientación que se observa en la mitad oeste del muro 21, cuya mitad este si parece seguir la misma alineación en paralelo con el muro 118; y dos el hecho de que en el muro 89 parecen observarse dos momentos constructivos debido a la existencia de lo que parece ser un tramo de *tabiya* entre la hilada inferior y la siguiente, lo cual podría ser síntoma de su reutilización. De igual modo existen otros dos muros que forman una esquina, 112-113, que aparecen debajo de la que conforman los muros 5-83 y que no nos permiten más que intuir una posible fase anterior de construcción o simplemente una rectificación que no podemos asegurar si estaría relacionada con esta habitación V o con cualquier otra construcción ya desaparecida tanto bajo los muros aludidos como bajo la canalización (UE 10).

El segundo momento que hemos determinado líneas atrás se corresponde con un nivel de incendio (UE 11), observable en toda la estancia II, al que se le superpone un potente nivel de derrumbe que no sólo se ciñe a la estancia anterior (UE 8), sino que se proyecta por todo el área oeste del yacimiento hasta el cantil de la Avenida Andalucía, haciéndose extensivo incluso hasta la habitación V. Además, podemos suponer una pequeña interfase entre el incendio y el derrumbe completo de la estructura a juzgar por la presencia de una unidad estratigráfica intermedia entre ambos episodios (UE 36), repleta de materiales cerámicos y en menor medida constructivos, muy fragmentados pero sin signos de fuego.

Estos derrumbes suponen la finalización del uso de la instalación, ya que sobre ellos no se observa continuidad en el registro (salvo las unidades superficiales que los colmatan) y de la misma manera no se aprecian indicadores cerámicos que permitan correlacionar el uso hacia el período bajomedieval cristiano ni en esta zona, ni en las habitaciones de la zona Este, cuyo registro de relleno corresponde a la misma época almohade. La única continuación en el registro arqueológico de momentos posteriores viene determinada por la instalación del cortijo moderno/contemporáneo, que tan sólo alterará la alquería de manera tangencial al hacer discurrir dos de sus muros exteriores –correspondientes posiblemente con el patio–, directamente sobre parte de los muros de la alquería islámica. Con ello se observa, algo que ya hemos comentado en alguna ocasión sobre la evolución general de la ocupación del Cerro de la Almagra: conforme avanzamos en el tiempo, las estruc-

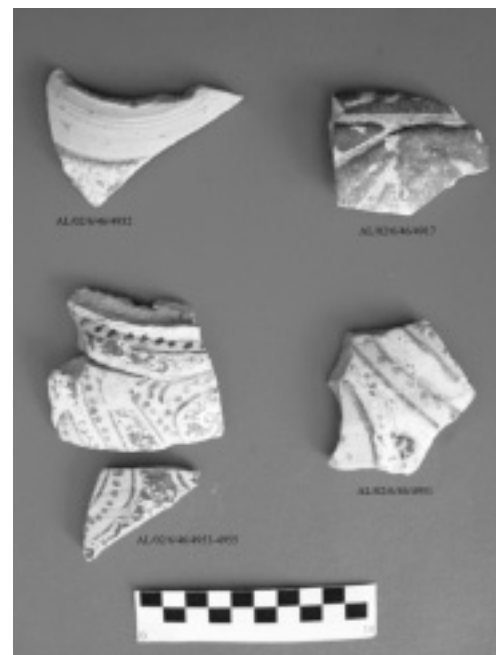


Lámina XI – Galbos decorados con Cuerda Seca

turas van extendiéndose sobre las cotas más altas del cerro, de manera que la alquería, ubicada a media ladera, se verá sobrepasada por el cortijo moderno/contemporáneo, que lo hará en la cota más alta, y del mismo modo, que posiblemente aquélla lo hiciera con respecto a la *villa rustica* romana.

Otros elementos que nos hablan de la ocupación islámica almohade se apoyan en los restos de la trincheras 1/3 relacionados con la instalación de la almazara. En este sentido dicha cronología se hace patente en los registros que se documentan tanto en uno de los vertederos más destacados de todos los documentados, por la cantidad y calidad de los ecofactos recuperados (Estructura 8), localizado bajo el pavimento de la estancia 3, como en el propio relleno que colmata dicha estancia. Todo ello redundando en la extensión de los registros islámicos casi por todas las laderas medias del cerro. También en las laderas de la zona sureste del cerro se concreta la existencia

de los registros almohades mediante la localización de los vertederos de las trincheras 4 y 7.

Las dudas que planean sobre la evolución del asentamiento que hemos propuesto, creemos que son de difícil solución, especialmente en lo que se refiere a la articulación espacial de la unidad habitacional de la alquería. La intensa transformación del lugar debido a los procesos postdeposicionales tanto de carácter físico como antrópico, no hacen sino dificultar la caracterización de este espacio. La falta de parte del yacimiento nos impide tener una visión clara sobre la distribución de las estructuras habitacionales, sin poder llegar a determinar con seguridad si éstas constituyen todo lo edificado en la época, o por el contrario forman parte de un conjunto espacial de mayores dimensiones (que parece ser lo más probable). Al hilo de ello y en función de otros paralelos excavados en otros puntos de la actual Andalucía estimamos que la alquería debió ser mayor no sólo en lo que respecta a las dimensiones del espacio excavado, sino que debía completarse con seguridad con otras unidades habitacionales independientes de este conjunto.

El proceso histórico esbozado para este asentamiento ha de relacionarse con el funcionamiento genérico de la Tierra Llana onubense, como marco fundamental en el que inscribir esta secuencia. A partir del desarrollo del Proyecto Tierra Llana por parte del Área de Arqueología de la Universidad de Huelva en la década de los años noventa (Campos y Gómez, 2001), empieza a generarse una gran cantidad de información sobre la ocupación del territorio, que a grandes rasgos materializa la primera síntesis histórico arqueológica de este amplio espacio con entidad propia en el conjunto onubense. A partir de un intenso programa de prospecciones superficiales desarrolladas durante los años de duración del citado proyecto, 1990-1996, se obtuvo un cuantioso volumen de datos sobre la localización de yacimientos arqueológicos de

variada cronología y funcionalidad gracias a los cuales fue posible establecer las líneas generales del proceso diacrónico de ocupación del territorio y su especial relación con el medio físico en el que éste se asentaba.

A partir de aquí se establecía que durante la época islámica, a partir del año 713, el conjunto de la Tierra Llana pasó a manos musulmanas, instalándose en Niebla un grupo yemení. Con posterioridad, y bajo el mandato de Abd-al-Rahman, (756) la ciudad y su cora se integrarán en el Emirato cordobés, traduciéndose este hecho desde el punto de vista arqueológico en la construcción de un nuevo recinto murario. La importancia de esta ciudad –Niebla– resaltarán especialmente en la historia medieval de la Tierra Llana, apareciendo en los textos bajo el nombre de *Labla* o *Labla al-Hamra*. Junto con ésta, otros centros destacables serán *Welba*, heredera de la *Onuba* romana, *Gebal-Oyun* –Gibraleón–, *Talyata* –Tejada–, heredera de la *Ituci* romana, y Saltés, integrada en el reino taifa de la primera (Campos y Gómez, 2001). Pero en este proceso de análisis de la evolución histórica de la Tierra Llana la arqueología ha desempeñado un papel secundario con respecto a las fuentes textuales (Campos Carrasco, 1998). Aunque la evidencia arqueológica no permite conocer demasiado el análisis de las fuentes árabes posibilita advertir una estructura económica y política heredada de la romanización, en la que los núcleos de *Onuba*, *Ilipla* e *Ituci*, se convertirán en reinos independientes en el siglo XI y mantendrán su preponderancia bajo el poder norteafricano de almorávides y almohades. Entre los siglos XII-XIII en Niebla y Tejada la Nueva se construyeron murallas de tapia que reutilizaban en parte y ampliaban las cercas defensivas anteriores, y paralelamente surgen los hincos de Aznalcóllar, Alpizar, Villalba del Alcor, Trigueros y Gebal-Oyum (Gibraleón) considerados como la defensa de Sevilla por la Banda Gallega. A partir de las prospecciones realizadas, se comprueba igualmente como sobre las arrasadas villas rusticas romanas o sus cercanías, surgirán alquerías y machares mediante los cuales se completa la estructura urbana del período islámico en la zona, y uno de cuyos ejemplos bien puede observarse en el caso de La Almagra.

Así pues, y reconociendo los avances producidos en los últimos años, a pesar de que los textos árabes mencionan multitud de asentamientos, de los que se explican incluso sus características funcionales, todavía resulta demasiado pobre la realidad arqueológica a la hora de establecer comparaciones entre ellos o de determinar el fundamento de los procesos históricos. No obstante, la combinación de las escasas y a veces parcas referencias textuales con los incipientes datos arqueológicos obtenidos mediante trabajos de campo, permiten reconocer «una serie de hitos que dan pie para intentar una explicación muy sintética todavía por esas limitaciones, de la población islámica» (Gómez y Campos, 2002, 139). A partir de la combinación de ambas fuentes, se observa como la característica fundamental de la ocupación islámica del territorio será la **persistencia respecto al horizonte romano**, de manera que, sobre todo durante los primeros siglos, la población islámica procederá a la adaptación de la estructuras habitacionales anteriores para satisfacer sus necesidades. De este modo el proceso de islamización que resultará de la combinación paulatina de la sociedad local existente con las aportaciones norteafricanas,

supondrá, en primer lugar una ruptura del sistema de propiedad y de los mecanismos de producción y comercialización previos; no obstante, este proceso no ocurrió de forma inmediata, antes al contrario se gestó de forma gradual y de ello da cuenta el hecho de que no todas las tierras serán repartidas entre los conquistadores, ya que buena parte de ella —libre de cargas fiscales— permanecerá en manos de la nobleza hispanovisigoda, una vez convertida al Islam.

Desde el punto de vista de la organización territorial, son tres los elementos que conforman el sistema de poblamiento en la Tierra Llana durante este período: 1) las ciudades que se mantienen desde momentos precedentes; 2) las fundaciones *ex novo*; y 3) los pequeños asentamientos que con el paso del tiempo, adquirieron tal infraestructura que pueden ser interpretados como villas o ciudades fortificadas. Con todo esto y a partir de los datos obtenidos en el proyecto Tierra Llana, anteriormente referido, se observa como «*la ocupación se redujo a ciudades como Gibrleón, Huelva, Niebla y Tejada, algunos castillos situados en puntos estratégicos, pequeñas aldeas rurales que bien pudieron partir de un espacio fortificado, hisn o rabita que posteriormente aglutina a una cierta población y un extenso número de explotaciones agrícolas individualizadas que en general denominamos alquerías*». Así pues, junto con el sistema urbano, el peso de la ocupación islámica de *al-Andalus*—, lo ejemplifican estos pequeños asentamientos rurales, cuya abundancia e importancia ya fueron puestas de manifiesto por los autores medievales, y así lo encontramos en palabras de *Al Idrisi* cuando se refiere al camino que unía Sevilla y Niebla: «... *las alquerías son continuas*» (Abid Mizal, 1989). De este modo se ejemplifica como la estructura de la población islámica estará básicamente vinculada a los caminos y a las principales ciudades que unían, y ésta será la tónica dominante no sólo en el contexto onubense sino en el resto del suroeste peninsular. A partir de ahí se comprueba como las vías de comercio terrestre y marítimo perpetúan las de la Antigüedad con ligeras modificaciones (no en vano se mantienen vías o rutas conocidas ya en época romana a través del Itinerario de Antonino o incluso en época altomedieval como se recoge en el Anónimo de Rávena), hasta llegar a conformar, en palabras de F. Gómez y J. M. Campos (2002: 141) un entramado dendrítico que se apoyará en un esquema integrado por un núcleo interior distribuidor situado en la margen de un río navegable y otro situado junto al mar que servirá al primero como puerto exportador, y así tenemos el ejemplo de Niebla, y su relación con el puerto exportador de Huelva-Saltés, de manera que aquélla será la que presida y articule todos los recursos productivos y la organización territorial tanto de su cora como en su zona de influencia. Este predominio de Niebla dentro de la Tierra Llana onubense se mantendrá hasta que con posterioridad al siglo XI Sevilla la releve en su control del suroeste peninsular, convirtiéndose *al-Garb* (la región suroccidental de *al-Andalus*) en una zona periférica más dentro del área de influencia del reino de Sevilla.

No obstante y a pesar de la importancia de este período en la historia de nuestra provincia, a la que hemos aludido con anterioridad, ha de señalarse que la significación de la arqueología islámica, dentro del conjunto de estudios arqueológicos

en el ámbito onubense, es francamente escasa en comparación con otros períodos, centrándose hasta el momento casi de modo exclusivo en los asentamientos de carácter urbano de Niebla, Saltés, Gibrleón, y en menor medida Huelva, observándose igualmente como el resto del territorio, y especialmente el marco rural, aparece como un inmenso baldío donde no se conocen excavaciones arqueológicas específicas que documenten fases de ocupación del período islámico (Gómez y Campos, 2002: 144); es por ello que la posibilidad de excavar un yacimiento como La Almagra haya de valorarse muy positivamente, a pesar de las dificultades para su análisis y para extraer conclusiones definitivas sobre el proceso evolutivo durante este período de la historia onubense.

Así pues este yacimiento, La Almagra, debe entenderse como uno de los muchos asentamientos que durante el período andalusí poblaron el ámbito rural de *al-Garb*, cuya capital fue siempre, y en contra de lo que pudiera hacer pensar la cercanía del núcleo de Huelva, Niebla, principal núcleo urbano de su cora en los períodos emiral-califal, reino taifa y punto central del Algarbe hispano durante los siglos XII-XIII. Junto a ella debemos también tener en cuenta la presencia de Huelva, que notablemente empequeñecida con respecto a los momentos anteriores, desempeñó el papel de puerto siempre dependiente o bien de la primera, o bien de Sevilla.

BIBLIOGRAFÍA DE REFERENCIA

- ABID MIZAL, J. (1989), *Los caminos de al-Andalus en el Siglo XII*, Madrid.
- AGUADO VILLALBA, J. (1983), *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.
- BAZZANA, A. (1979), «Ceramiques medievals: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne orientale. I. Les potteries

domestiques d'usage courant», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, XV, pp. 135-185, Madrid.

- (1990 a), «Maisons rurales du Shark Al Andalús», *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la arqueología*, pp. 247-268, Granada.
- (1990 b), «Excavaciones en Saltés (Huelva). 1988», *Anuario Arqueológico de Andalucía'88*, pp. 190-194.
- (1992), *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia [I]. Catálogo*, Valencia.
- BAZZANA, A. y BEDIA, J. (1993), *Saltés. Una ciudad islámica*, Madrid.
- BAZZANA, A. y CRÉSIER, P. (1989), *Shaltis/Saltés (Huelva). Une ville médiévale de al-Andalus*, Madrid.
- BEDIA GARCÍA, J. (1987), «Avance de los trabajos realizados en el castillo de Gibralfaro (Huelva)», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. II, pp. 103-112, Madrid.
- BELÉN, M.^a; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. y GARRIDO, J. P. (1977), *Los orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y la Esperanza. Huelva Arqueológica III*, Huelva.
- BELTRÁN PINZÓN, J. M. (2001), *Un corte estratigráfico en el tramo Murallas del Desembarcadero de Niebla (Huelva)*, trabajo de investigación de tercer ciclo, Universidad de Huelva, inédito.
- BENABAT HIERRO, Y. (1997), *EL Corte Santa María, 7: aproximación a una tipología de cerámica islámica de Niebla (Huelva)*, trabajo de investigación de tercer ciclo, Universidad de Huelva, inédito.
- BENABAT HIERRO, Y. y PÉREZ MACÍAS, J. A. (2004), «El ajuar cerámico de la Niebla islámica en el siglo XII», *Actas do II Encontro de arqueología do sudoeste peninsular*, pp. 243-250.
- BERTRAND, M.; CRÉSIER, P.; MALPICA, A. y ROSELLÓ BORDOY, G. (1990), «La vivienda rural medieval de "El Castillejo" (Los Guájares, Granada)». *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la arqueología*, pp. 207-228, Granada.
- CAMPOS CARRASCO, J. M. (1988), *La arqueología medieval en el territorio onubense*. En *Huelva en la Edad Media 20 años después*, pp. 73-79, Huelva.
- CAMPOS CARRASCO, J. M. y GÓMEZ TOSCANO, F. (2001), *La Tierra Llana de Huelva: Arqueología y Evolución del paisaje*, Sevilla.
- CAMPOS CARRASCO, J. M., GÓMEZ TOSCANO, F. y PÉREZ MACÍAS, J. A. (2006), *Ilipla/Niebla. Ocupación y Evolución del Territorio*, Huelva.
- CAMPOS CARRASCO, J. M., VIDAL TERUEL N. O. y GÓMEZ RODRÍGUEZ, A. (2005), *Intervención arqueológica en el asentamiento rural de La Almagra -Huelva- (Siglos I a.C.-XX d.C). Memoria de Investigación*, Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, inédito.
- CARVALHO, A. R. y FARIA, J. C. (1993), «Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal do Alcácer do Sal», *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 101-111, Porto.
- CASTILLO GALDEANO, F. y MARTÍNEZ MADRID, R. (1993), «Producciones cerámicas en Bayana», *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 67-116, Granada.
- CATARINO, H. (1992), «Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarbe oriental e o Castelo Velho de Alcoutim», *III Congreso de Arqueología Medieval Española. Actas, T. III*, pp. 296-305, Oviedo.
- CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO, F. y ARANDA LINARES, C. (1990), «Estudio preliminar de las cerámica islámica de Casinas (Arcos de la Frontera, Cádiz). Campaña de 1988», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1988, vol III*, pp. 54-63, Sevilla.
- COLLANTES, F. y ZOZAYA, J. (1972), «Excavaciones en el palacio almohade de la Buhaira (Sevilla)», *Noticario Arqueológico Hispánico*, 1, Madrid.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1987), «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera). Bases para la sistematización tipológica de cerámica almohade en el S. O. Peninsular», *Al-Qantara VIII*, Madrid.
- (1990), «Primeros datos arqueológicos acerca del Aroche hispanomusulmán (Aroche, Huelva). Estudio de los materiales cerámicos recogidos en superficie», *Huelva Arqueológica*, XII, pp. 307-377, Huelva.
- FERNÁNDEZ, I. C. F. y CARVALHO, A. R. (1997), «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Palmela», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VI Congrès de l'AIECM2*, pp. 327-335, Aix-en-Provence.
- FUERTES SANTOS, M^a C. y GONZÁLEZ VIRSEDA, M. (1994), «Avance al estudio tipológico de la cerámica medieval del yacimiento de Cercadilla. Córdoba. Materiales emirales», *IV Congreso de Arqueología Medieval Española: sociedades en transición. Actas, T. III*, pp. 771-778, Alicante.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1997), «Cerámica decorada islámica de Mértola -Portugal (siglos IX-XIII)», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VI Congrès de l'AIECM2*, pp. 311-325, Aix-en-Provence.
- GÓMEZ TOSCANO, F.; CAMPOS CARRASCO, J. M. (2002), «La ciudad en el suroeste de al-Andalus. Una visión desde la arqueología», *El territorio medieval. II Jornadas de Cultura Islámica*, pp. 137-151, Huelva.
- GÓMEZ TOSCANO, F. et al. (2003), «Intervención arqueológica en el solar Plaza Ivonne Cazenave, 1 (Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/2000*, vol. III-1, pp. 654-665, Sevilla.
- (2002), *Intervención arqueológica de urgencia en el solar Plaza Ivonne Cazenave, 1 (Huelva). Memoria de Actuación*, Delegación Provincial de la Consejería de Cultura de Huelva, Junta de Andalucía, inédito.
- GUERRA, A. y FABIÃO, C. (1993), «Uma fortificação omíada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar)», *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 85-102, Porto.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996 a), «La producción de pan y aceite en ambientes domésticos. Límites y posibilidades de una aproximación etnoarqueológica», *Arqueologia Medieval*, 4, pp. 237-254, Porto.
- (1996 b), *La Cora de Tudmir de la Antigüedad al Mundo Islámico. Poblamiento y Cultura Material*, Madrid.
- HUARTE CAMBRA, R. y LAFUENTE IBÁÑEZ, P. (2002), «La cerámica de las excavaciones de la catedral», *Magna Hispalensis (I). Recuperación de la Aljama Almohade*, pp. 129-403-428, Granada.
- IÑIGUEZ SÁNCHEZ, M.^a y MAYORGA MAYORGA, J. F. (1993), «Un alfar emiral en Málaga», *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 117-138, Granada.
- IZQUIERDO BENITO, R. (1979), *Excavaciones en la ciudad hispano-musulmana de Vascos (Naval-moralejo, Toledo). Campañas 1983-1988*, Toledo.
- KHAWLI, A. (1993), «Introdução ao estudo das vacilas de armazenamento de Mértola islâmica», *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 63-78, Porto.

- KIRCHNER I GRANELL, H. (1986), «Les safes dels estrats II i III de Sadhfilah», *Actas del Ier Congreso de Arqueología Medieval Española, T. IV*, pp. 149-192, Zaragoza.
- (1990), *Setefilla: etude des céramiques islamiques de Shadhfilah (Setefilla, Lora del Río, Séville)*, Lyon.
- LAFUENTE IBÁÑEZ, P. (1994), «Cerámica islámica en el área suroccidental de Andalucía», *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, pp. 565-583, Huelva.
- (1995), «La cerámica almohade en Sevilla», *El último siglo de la Sevilla islámica*, pp. 285-301, Sevilla.
- (1996), «La cocción de los alimentos. Aproximación al menaje de cocina en una casa islámica (s. XIII)», *Arqueología Medieval*, 4, pp. 175-182, Porto.
- (1997), «Estudio de materiales del registro arqueológico. Cerámica Medieval», *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta Arqueológica*, pp. 107-129, Sevilla.
- (1999), «Cerámica islámica en el Cuartel del Carmen (Sevilla)», *Arqueología Medieval*, pp. 141-148, Porto.
- (2003), «Restos islámicos bajo el Parlamento. Los materiales del registro. La cerámica islámica», *Arqueología y Rehabilitación en el Parlamento de Andalucía. Investigaciones Arqueológicas en el Antiguo Hospital de las Cinco Llagas de Sevilla*, pp. 271-284, Sevilla.
- LLERGO LÓPEZ, y UBERA JIMÉNEZ, J. L. (2005), *Estudio palinológico del yacimiento arqueológico Cabezo de La Almagra, Huelva*, En Campos, Vidal y Gómez (2005), inédito.
- LÓPEZ, M. A.; GÓMEZ, F., CAMPOS, J. M.; VIDAL N. O. y GÓMEZ, A. (2001), «Intervención arqueológica de urgencia en la Avenida de Andalucía (Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1998*, vol. III 1, pp. 373-376, Sevilla.
- MACIAS, S. (1991), «Um conjunto cerâmico de Mértola –silos 4 e 5–», *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Occidental*, pp. 405-428, Mértola.
- (1996), *Mértola Islâmica. Estudo Historico-Arqueologico do Bairro da Alcaçova (séculos XII-XIII)*, Mértola.
- MIGUEL, M.^a P.; TENDERO, M. y GUTIÉRREZ, S. (s/f), «Una herida por arma blanca de un individuo islámico procedente del asentamiento del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete). Aportaciones de la paleopatología al conocimiento histórico», (actas en edición electrónica: <http://www.ucm.es/info/aep/boletin/actas/20.pdf>).
- MONTES MACHUCA, C. y GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R. (1990), «Excavaciones arqueológicas en el casco urbano de Jerez. Año 1987. C/Larga 21-25 y C/Lancería 3-7», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, vol. III, pp. 99-108, Sevilla.
- MONTES TUBÍO, F. (2002), «Factorías romanas de aceite en España», *ARTIFEX. Ingeniería romana en España*, pp. 303-314, Madrid.
- MOTOS GUIRAO, E. (1993), «La cerámica altomedieval de “El Castillón” (Montefrío, Granada)». *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 207-237, Granada.
- NAVARRO PALAZÓN, J. (1991), *Una casa islámica en Murcia: estudio de su ajuar (siglo XIII)*.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1990), «Prospección Arqueológica superficial del yacimiento hispanomusulmán de El Ladrillero de Aroche (Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987, vol III*, pp. 323-328, Sevilla.
- PÉREZ MACÍAS, J. A.; VIDAL TERUEL, N. O.; HARO ORDÓÑEZ, J. (2001), Intervención Arqueológica de Urgencia en la Barriada de La Orden (Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1998, vol III, 1*, pp. 377-380, Sevilla.
- SÁNCHEZ HERNANDO, L. J. (2005a), *Estudio paleobotánico del yacimiento de «La Almagra» (Huelva). Análisis de macrorrestos, interpretación de relaciones hombre-medio e identificación de paisajes*, Universidad de Huelva, inédito.
- (2005b), *Evolución del paleopaisaje cuaternario y relaciones hombre medio en el suroeste ibérico: La Tierra Llana de Huelva durante el Holoceno Reciente*, tesis doctoral, inédito.
- RETUERCE VELASCO, M. (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid.
- ROSELLÓ BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.
- (1991), *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca.
- TABALES RODRÍGUEZ, M. A. (dir.) (1997), *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta Arqueológica*, Sevilla.
- TORRES, C. (1987), *Cerâmica islâmica portuguesa: catálogo*, Mértola.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1985), *La Alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la Puerta del Pilar. Excavaciones Arqueológicas en España, 144*, Madrid.
- VARELA GOMES, R. (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. Xelb, 1*, Lisboa.
- VERA REINA, M. y LÓPEZ TORRES, P. (2005), *La cerámica medieval sevillana (siglos XII al XIV). La producción trianera. BAR International Series 1403*, Oxford.
- VIDAL TERUEL, N. O. (1996), *Tejada la Nueva en el marco histórico de la Tierra Llana de Huelva. Análisis histórico-arqueológico*, trabajo de Investigación de tercer ciclo, Universidad de Huelva, inédito.
- ZOZAYA, J. (1980), «Aperçu general sur la cerâmique espagnole», *I Congreso Internacional de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Valbone, Paris.

NOTAS

- 1 La Estructura 1 (1'60 x 1'10 m.) está construida con una fina capa de mortero de entre 1'5 cm-2 cm de grosor. Presenta una forma casi rectangular con las esquinas rematadas, y con una orientación suroeste-noreste. Sobre las paredes aparecen restos de improntas de posibles capazos vegetales, que se habrían depositado directamente sobre la superficie fresca impregnando así la superficie y generando esta decoración. Tras su análisis ha podido diferenciarse tres tipos de capazos, dos de ellos en trenzados, y un tercero en bandas horizontales y pequeñas digitaciones circulares. Esta primera estructura está asociada con la denominada Estructura 2, identificada como el Contrapeso necesario para sostener la viga en el sistema de prensado de la aceituna. De modo complementario, entendemos que las estructuras anteriormente comentadas se relacionan con la Estructura 3, consistente en una Habitación de 3'20 m x 3'80 m, que presenta una pavimentación realizada con un fino mortero de cal (UE 24). Los muros que delimitan esta construcción se realizan con lajas de pizarra y

fragmentos de ladrillo ensamblados con mortero de cal.

- 2 La valoración de los resultados polínicos, exclusivamente, impide una correcta identificación de la situación vegetal del yacimiento, y de la relación de éste con su entorno inmediato. La afección de la lluvia polínica en un yacimiento arqueológico tan complejo como el de «La Almagra», con múltiples variables pre, durante y postdeposicionales, no permite identificar la totalidad de las especies vegetales presentes, algunas de ellas de escasa capacidad palinogénica, así como los usos culturales de las mismas, mucho más evidentes con la confirmación de la presencia *in situ* del resto del elemento leñoso que, en casos como el del pino piñonero (con las brácteas y piñones), o del olivo (con restos carbonizados de ramas, posiblemente procedente de podas) cambian completamente la interpretación cultural y ecológica (Sánchez Hernando, 2005 a y b).
- 3 La presencia de piñones, sin descartar la presencia (posible pero poco probable) de otros pinos termófilos, apunta indefectiblemente a la presencia de *Pinus pinea*, claramente consolidado en un entorno inmediato desde, al menos, el siglo VII a.C. (zona de cabezos de Huelva). En cuanto a *Juniperus*, a pesar de la dificultad de identificar especies del género, los análisis palinológicos indican la presencia exclusiva de *Juniperus communis*.
- 4 Este modelo tendría prolongación en las diferentes *villae* romanas que vertebrarían el territorio y sentarían las bases para la caracterización del paisaje medieval e incluso posterior.

SILOS ISLÂMICOS DE CAPARIDE (Cascais) ANÁLISE ESTRUTURAL

NUNO NETO

PAULO REBELO

RAQUEL SANTOS

TIAGO FONTES*

INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica a que se refere este artigo teve lugar na Vivenda Teixeira, sita na Rua 23 de Abril, Caparide, freguesia de São Domingos de Rana (Cascais), entre os meses de Fevereiro e Abril de 2005¹. O edifício construído em finais do século XIX, foi utilizado como padaria até finais do século XX, sendo posteriormente desactivada, restando apenas o forno a lenha industrial.

Com o objectivo de averiguar o potencial arqueológico e obter uma leitura estratigráfica do local, foram abertas sondagens de diagnóstico. Intervenções anteriores inseridas na malha do núcleo urbano/histórico de Caparide, revelaram que nos encontrávamos perante uma área de interesse arqueológico, situada próxima da *Villa Romana* de Caparide e da Rua da Beneficência, onde foram descobertos oito silos medievais, escavados em 1990 (Cabral e Rodrigues, 1990).

METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Aquando do início dos trabalhos arqueológicos no local, verificámos que o imóvel, uma habitação de dois andares, onde no piso térreo laborou uma padaria, já se encontrava em parte demolido, conservando-se apenas a fachada principal e um forno a lenha industrial, cujo desmanche foi acompanhado e devidamente documentado.

* Arqueólogos, Neoépica Lda. Arqueologia e Património.

Para averiguar o potencial arqueológico do local, optou-se pela marcação de três sondagens de diagnóstico. Logo no decorrer da abertura da primeira sondagem, foram detectados dois silos, optando-se assim por alargar a área a intervir. Deste modo, as três sondagens de diagnóstico de 2 m x 2 m previstas para o local transformaram-se numa escavação em área, com cerca de 153 m².

Uma vez que a sequência estratigráfica do local havia sido registada na primeira sondagem de diagnóstico, revelando apenas níveis de entulhos contemporâneos, com materiais de cronologias diversas, claramente em contexto secundário, recorreu-se à decapagem por meios mecânicos até ao nível das margas amarelas onde foram escavados os silos.

Para facilitar os registos de campo, a área intervir foi dividida em dois sectores: um que corresponde ao espaço ocupado pela habitação (Sector I), com 91,43 m²; e o outro ao espaço ocupado pelo quintal (Sector II), com 61,72 m².

A cobrir toda esta área existia um enchimento constituído por uma camada de terra vegetal de cor cinzenta escura, onde foi possível recolher inúmero material arqueológico, com cronologias desde o romano ao século XX. O aparecimento de material tão díspar não é de estranhar uma vez que ali bem perto situa-se a *Villa* romana de Caparide e que toda aquela área foi sujeita a revolvimentos constantes advindos da prática agrícola. Sob esta camada foram detectadas algumas estruturas interpretadas como vestígios de antigas divisões da habitação agora demolida, uma vez que adossam à fachada Sul e ao alçado Oeste da mesma. Estas divisões terão sido derrubadas de forma a ampliar o espaço disponível, possivelmente aquando da adaptação deste a padaria. A camada referida encontrava-se directamente assente sobre as margas, nas quais foi possível detectar a existência de 30 silos. No sector I foram detectados 22 silos e 3 fossas; e no sector II, 8 silos e 3 fossas.



Figura 1 – Localização da jazida na carta militar n.º 430 (Oeiras) à escala 1:25 000.

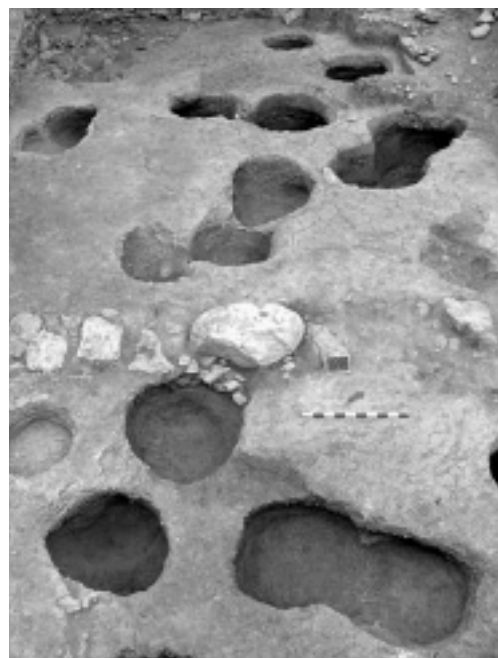


Figura 2 – Aspecto do sector I.

ANÁLISE DOS SILOS

Na bibliografia existente o silo corresponde a um reservatório que apresenta cota negativa em relação ao solo, ou escavado neste, com o objectivo de armazenar produtos alimentares secos, nomeadamente frutos e cereais. É usualmente tapado com pedras, o que leva à criação de um ambiente com temperatura estável e inacessível a roedores (Lopes e Ramalho, 2001, p. 37).

Os silos escavados na Rua 23 de Abril apresentam níveis diferentes de conservação. É de notar que os silos situados junto ao corte Este se encontravam bastante destruídos, subsistindo apenas o fundo. Estamos em crer que esta destruição terá resultado muito possivelmente de um nivelamento de toda aquela área para construção do que parece ter sido um acrescento da habitação. Este nivelamento é perfeitamente visível no corte Este, onde podemos observar que as margas se estendiam por mais de 1 m acima da cota observada. Já no lado Oeste do sector I, as estruturas estavam bem conservadas, mantendo-se ainda parte da boca dos silos.

O processo de construção

Os silos identificados na Rua 23 de Abril foram escavados no substrato calcário margoso (sobretudo nas margas amarelas), havendo um caso em que se aproveitou o calcário como base, acompanhando a inclinação natural deste.

Um dos problemas da construção e utilização de silos advém das chuvas e do risco de inundação daí decorrente. O problema não está tanto no movimento vertical descendente da chuva, que mesmo que chegue às paredes do silo é absorvida pelos grãos que se situam junto a elas, mas principalmente no deslocamento horizontal das águas que virá sobretudo do fundo do silo, com a chuva a aumentar o nível de água precedente do nível freático (Buxó; 1997; p. 178).

Para responder a esta situação, sete dos silos apresentam uma estrutura implantada no fundo dos mesmos, verificando-se quatro variantes.

A primeira é constituída por duas fiadas de pedra calcária: a fiada inferior cria uma caixa-de-ar, enquanto a superior forma uma superfície plana onde era depositado o produto alimentar (silos [138] e [176]).

Uma segunda variante é marcada pela existência de uma camada superior compacta e plana (com cerca de 22 cm), constituída por argilas misturadas com pedra calcária e, mesmo junto ao fundo e no centro deste, uma fiada de lajes calcárias de grandes dimensões (silo [182]).

Na terceira variante, existe apenas uma fiada de pedra calcária de grandes dimensões criando uma superfície plana, assente sobre uma camada de sedimento (silos [128], [1117] e [221]).

A quarta variante é composta por uma estrutura de telhas de meia cana formando mais uma vez uma «base» junto ao fundo do silo (silo [169]).

Outro aspecto de relevo na construção dos silos intervencionados é o fenómeno de remodelação de que alguns foram alvo, presente em duas situações: em primeiro lugar, um silo ao qual se acrescentaram dois outros silos (ou fossas), contíguos, que ao nível da boca se ligam por estrangulamentos nos círculos que os formam. É o caso de dois conjuntos, o composto pelos silos [140], [176] e [1102] e pelos silos [149], [151] e [152], com paralelo nos silos 2, 2a, e 2b de Palmela (Fernandes, 2004, p. 105). A mesma solução surge também com a construção de apenas um silo contíguo a outro já existente como é o caso das estruturas [200] e [204], [202] e [208], e [169] e [1117]. Esta solução construtiva prende-se sobretudo com a intenção de aumento da capacidade de armazenamento.

A segunda solução prende-se com a construção de um silo e, posteriormente, de outro que gemina ao já existente. Em vez de aumentar a capacidade do silo, como referido na primeira solução, esta permite um maior aproveitamento da área, reduzindo o espaço e aumentando o número de estruturas. Nesta solução, a parede partilhada pelos dois silos é constituída por um murete composto por pedra calcária de pequenas e médias dimensões unidas por argila misturada com terra, permitindo assim o armazenamento de produtos diferentes. Exemplo deste tipo de silos são o [128] e [182] e [132] e [160] com paralelos nos silo 7 e 7a de Palmela (Fernandes, 2001, p. 105).

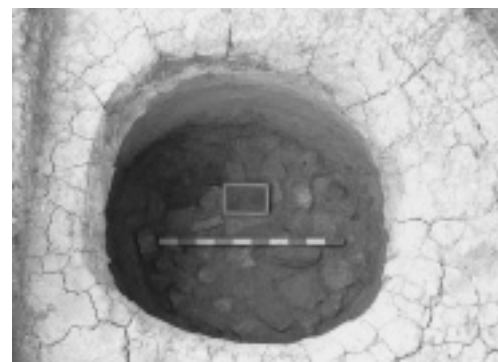


Figura 3 – «Base» do silo [138].

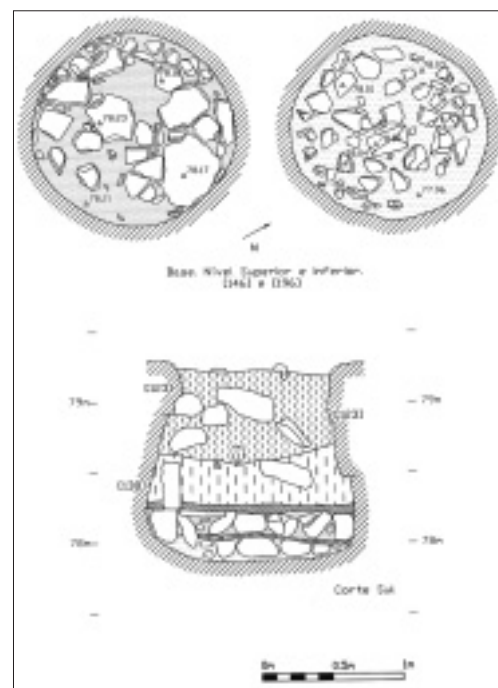


Figura 4 – Silo [138].

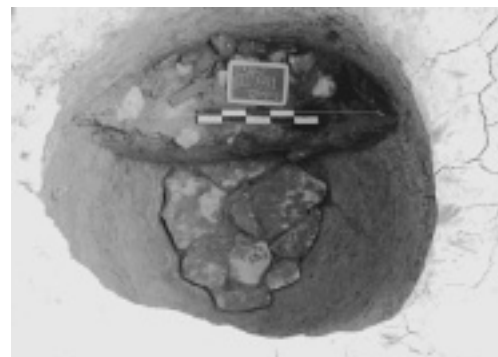


Figura 5 – «Base» do silo [182].



Figura 6 – «Base» do silo [128].



Figura 7 – «Base» do silo [1117].

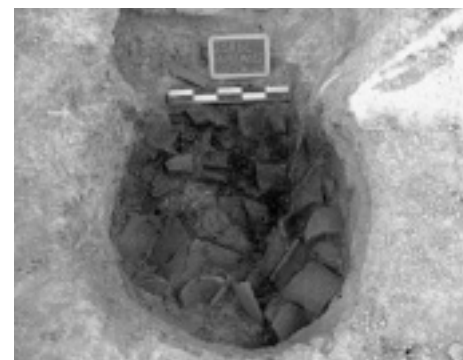


Figura 8 – «Base» do silo [169].

É ainda de destacar, em termos de construção, o silo presente no sector II que aproveita o substrato calcário como base e cujo diâmetro é de 2,80 m, fugindo em larga escala à média dos restantes.

Foram detectadas também fossas de pequena profundidade escavadas nas margas amarelas. Acreditamos que algumas delas tenham sido produzidas numa acção de obtenção da argila a ser utilizada no revestimento dos silos, como por exemplo a fossa [126] junto ao silo [128].

A forma

Os silos melhor conservados, que permitem uma melhor aceção da forma mais corrente das várias estruturas escavadas, têm uma secção de tendência piriforme com o característico estrangulamento na boca (silos [138], [154], [176], [182], [1102], etc.). Aliás, os silos encontrados na Rua da Beneficência apresentam uma secção aproximada (Rodrigues e Cabral, 1990, Estampa 1). O silo [217] ao contrário dos restantes apresenta uma base totalmente plana.

Na maior parte dos casos a tampa abateu em direcção ao centro causando a destruição de parte da boca, com as margas daí provenientes a depositarem-se sob as lajes de calcário que compunham a tampa.

O revestimento

Não foi possível detectar revestimento em todos os silos escavados devido ao grau de conservação dos mesmos. No entanto, os revestimentos identificados foram realizados através da aplicação de argila verde em toda a extensão da parede dos silos, de modo a impermeabilizar a estrutura, numa tentativa de proteger o produto da humidade (embora ocasionando problemas posteriores na sua capacidade de germinação, visto que o revestimento teria de estar húmido para evitar a entrada do ar) (Buxó, 1997, p. 178); e consolidar as paredes (exemplo no silo [138]). Vestígios desta acção de revestimento são algumas das fossas, já referidas, escavadas nas argilas e abandonadas no nível das margas.

A cobertura

Em vários dos silos foram encontradas lajes de calcário de grandes dimensões. Teriam constituído as tampas dos silos que algum tempo após o abandono dos mesmos terão abatido para o interior da estrutura, ao contrário do ocorrido no Silo 4 do Castelo de Salir, Alcoutim em que são visíveis *in situ* as lajes que compunham a tampa (Catarino, 1997/1998, p. 1184).

Na maior parte dos exemplos de Caparide, as lajes fazem parte de camadas de enchimento; noutros foi possível definir camadas compostas só de lajes de calcário ocupando em alguns casos todo o diâmetro do silo.

A estratigrafia

A estratigrafia dos silos é muito heterogénea e foi violada nos silos piores conservados (sector I-Este). Estes enchimentos são compostos por pedra calcária misturada com sedimento de várias colorações e material arqueológico; podem ainda conter margas e argilas provenientes da própria estrutura do silo.

É de referir que, de um modo geral, a camada superior dos silos é idêntica à terra que cobria toda a área da escavação e que terá sido aí colocada provavelmente para a criação de um nível para a prática agrícola. Essa camada contém material com uma grande dispersão cronológica, desde material romano a contemporâneo.

Como já mencionado anteriormente, as lajes de calcário, ou parte delas, que compunham a cobertura dos silos surgem em quase todos eles, como parte de uma camada de enchimento. Nos silos melhor conservados surge uma camada só de lajes demonstrando o abatimento da tampa em direcção ao centro, quer sob quer sobre esta camada de lajes surgem vestígios de margas amarelas e argilas verdes misturadas com terra, indício da destruição ocorrida na boca do silo aquando da queda da tampa para o seu interior.

Os únicos elementos do interior das estruturas que ainda se encontravam *in situ* eram as «bases» e as argilas, bem como camadas de terra contendo sementes, localizadas junto ao fundo dos silos [165] e [1105].

Os materiais

O material recolhido no interior dos 27 silos escavados encontrava-se bastante fragmentado, não permitindo a sua grande maioria uma fiável integração cronológica. É possível dizer que os silos de Caparide se encontravam entulhados com terras variadas, onde foi possível recolher material de vários períodos, do romano ao Islâmico. No lado Este, foi igualmente exumado escasso material Moderno, como cerâmica comum e faiança dos séculos XVII. Importa porém salientar que este material surge nas camadas mais superficiais, camadas essas fruto de revolvimentos. Do período romano destacamos vários fragmentos de terra *sigillata* africana e Sud-Gálica, bem como cerâmica comum, pesos de tear e fragmentos de *dolia*. Importa mais uma vez referir que o material romano exumado é na sua grande maioria constituído por pequenos fragmentos em depósito secundário, provindo possivelmente da área envolvente onde, dado a sua proximidade com a *Villa* romana de Caparide, é possível encontrar material romano à superfície.

Surgem igualmente artefactos cerâmicos que pela característica das pastas e pela decoração que ostentam apontam para uma cronologia do período visigótico, entre os quais destacamos uma bilha decorada com caneluras oblíquas que criam uma espécie de triângulos, com paralelos numa bilha exumada em Casais Velhos (Cascais).

Os vestígios de materiais islâmicos surgem-nos nas camadas de enchimento mais próximas do fundo, ao contrário do romano e dos materiais visigóticos que aparecem algo misturados e sobretudo nas camadas superiores, de características idênticas às observadas nas terras que cobriam a boca dos silos. De entre este material podemos destacar uma panela com caneluras, de perfil quase completo, com duas asas que arrancam do bordo, corpo de forma globular e fundo ligeiramente convexo, com paralelos em Silves e no Castelo de Salir, Alcoutim, datáveis dos séculos XII/XIII (Gomes, 1988, p. 159; Catarino, 1997/98, pp. 198 e 492). Foram



Figura 9 – Conjunto de silos contíguos [176], [140] e [1102] notando-se também a «base» no silo [176].

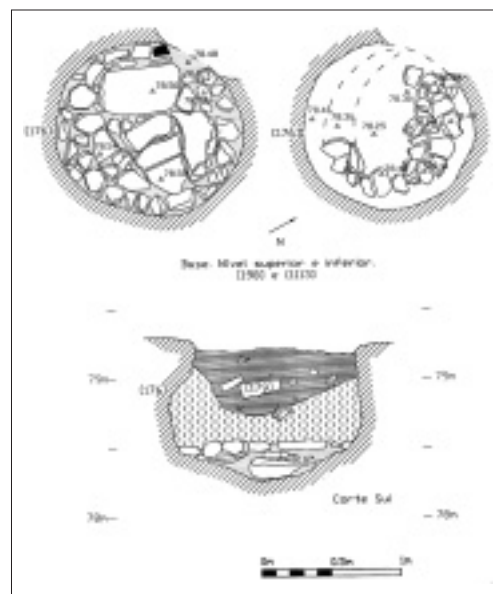


Figura 10 – Silo [176].

ainda encontrados vários fragmentos de cerâmica pintada com bandas horizontais, verticais e ondulantes, a branco, vermelho e em tons de cinzento/preto. Ao longo de toda a presença islâmica na Península o recurso decorativo



Figura 11 – Murete que divide os silos [132] e [160].

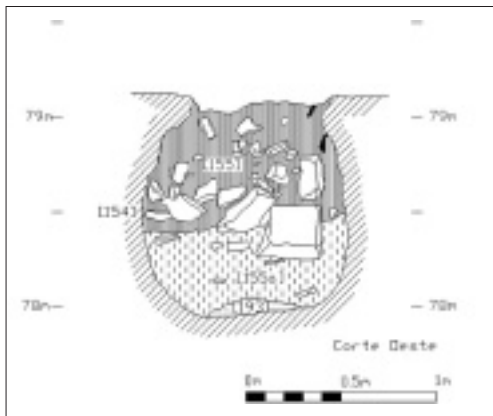


Figura 12 – Silo [154].

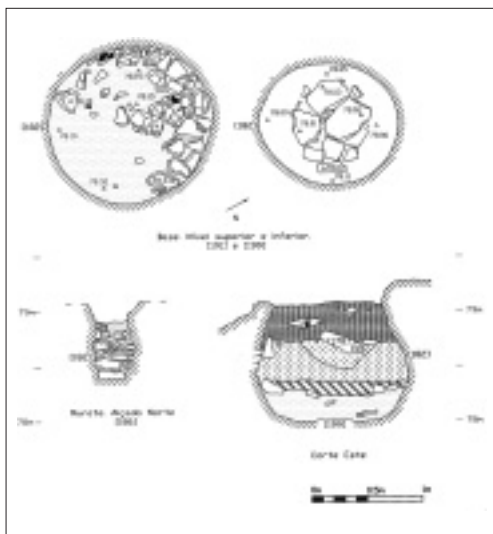


Figura 13 – Silo [182], sendo visível no corte a camada [178], que corresponde às lajes de calcário que teriam constituído a tampa do silo.

mais frequente é a pintura a branco, encontrando-se vestígios destes artefactos um pouco por todo o território. A sua utilização sobrevive igualmente em produções de época cristã e em alguns locais do país a sua utilização mantém-se até à Época Moderna sendo mesmo utilizada durante esta (Fernandes, 2004, p.180).

As peças em osso resumem-se a dois exemplares, um cossoiro e uma placa em osso decorada. O cossoiro não apresenta qualquer tipo de decoração e tem paralelos num exemplar do castelo de Palmela (Fernandes, 2004, p. 213). No entanto, este não permitiu um enquadramento cronológico exacto, apenas é associado ao período islâmico. Dos silos de Beja proveio um cossoiro com características idênticas ao exumado nos silos de Caparide, no entanto este apresenta uma cronologia mais recente sendo atribuído aos séculos XV-XVI (Martins, *et al.*). A placa em osso decorado apresenta-se bastante fragmentada, ostentando uma decoração executada por intermédio de finos traços incisos que formam um padrão geométrico, associado a várias perfurações de dimensões variadas. Desconhecemos com exactidão a sua cronologia e função, mas acreditamos estar na presença de uma placa decorativa utilizada como embutido de uma caixa ou móvel de madeira.

Foram também exumados alguns exemplares de mó manual, um deles constituído por um elemento movente, completo, fabricado em arenito e, ao que tudo indica, de época islâmica; os restantes são fragmentos, também eles em arenito.

Foram ainda recolhidas várias telhas digitadas e decoradas a pente, sendo estas últimas geralmente associadas a contextos islâmicos.

Além do espólio cerâmico e dos artefactos produzidos em osso e metal, foi ainda recolhido em número considerável material osteológico e malacológico. A existência deste tipo de material advém da utilização que estes silos tiveram após o seu abandono, servindo como lixeiras. A grande maioria dos ossos possui claros indícios de contacto com o fogo e em alguns é possível encontrar vários traços provocados por instrumentos cortantes.

Importa ainda referir que nos enchimentos mais próximos do fundo recolheram-se sementes, porem somente um estudo mais apurado poderá dar informações quanto às espécies aqui armazenadas.

CONCLUSÕES

De entre o conjunto de silos identificados nesta intervenção, destacam-se, pelo bom estado de conservação, aqueles que estão situados na zona Oeste do sector I.

Um dos aspectos interessantes da construção destas estruturas, é a utilização de argilas verdes no revestimento e impermeabilização do interior. Mas a característica que melhor representa uma clara acção de fazer face aos agentes naturais é a construção de estruturas em pedra ou telha, que acreditamos ter servido para evitar, por um lado, a inundação do silo devido à acção da chuva, por outro, a influência negativa da humidade que se concentra no fundo. O facto destas «bases» surgirem apenas em parte dos silos escavados, poderá indicar a sua utilização

específica para um determinado produto. É-nos desconhecido o momento em que esta técnica construtiva foi introduzida, não tendo sido encontrados, até à data, paralelos na bibliografia existente.

Foram também encontradas soluções construtivas no sentido de aumentar a capacidade de armazenamento ou otimizar o espaço disponível, que passam pela construção de um ou mais silos contíguos a um originalmente existente; e também com silos geminados, mas claramente separados por um murete.

Identificaram-se várias lajes em calcário que terão servido como coberturas e que abateram em direcção ao interior, causando também a destruição da boca.

Uma análise sumária dos materiais leva-nos a acreditar que os silos terão tido uma utilização até ao século XIII, à semelhança dos silos da Rua da Beneficência, sendo posteriormente abandonados e utilizados como lixeiras. Mais tarde, foi colocada sobre estes uma terra arável utilizada para a prática da agricultura e no decorrer dos finais do século XIX/inícios do século XX foi construída a habitação agora demolida.

BIBLIOGRAFIA

- BUXÓ, R. (1997), *Arqueologia das Plantas*, Barcelona: Editorial Crítica.
- CABRAL, J. *et al.* (2002), «Sondagem em Caparide», in *Almadan*, nova série, 11, p. 6, Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (1999), «Tipologia e Cronologia de Cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX Encontradas em Cascais», in *Arqueologia Medieval* 6, pp. 193-212, Edições Afrontamento.
- CATARINO, H. (1997/1998), «O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica. Povoamento Rural e Recintos Fortificados», in *Al-Ulyã Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 6, vols. I, II e III, 1997-1998, Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- C.E.V.P.P. (1991), «Cerâmicas de época visigoda en la Península Ibérica – Precedentes e perduraciones», in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental – Actas do IV congresso internacional*, pp. 49-67, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- FERNANDES, I. C. F. (2004), «O Castelo de Palmela do Islâmico ao Cristão», Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- GOMES, A. *et al.* (2001), «A Cerâmica Pintada de Época Medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge», in LACERDA, M., *et al.* (coord.), *GARB – Sítios islâmicos do sul peninsular*, pp. 118-163, Lisboa: IPPAR e Junta de Extremadura – Consejería de Cultura.
- GOMES, R. V. (1988), «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», in *XELB 1*, Silves: Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves.
- LOPES, C. de C.; RAMALHO, M. M. B. de M. (2001), «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém», in LACERDA, M. *et al.* (coord.), *GARB – Sítios islâmicos do sul peninsular*, Lisboa, IPPAR e Junta de Extremadura – Consejería de Cultura, pp. 30-87.
- MACÍAS, S. (1996), «Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)», Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MARTINS, A. *et al.*, «Reservatórios de História: Os Silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja», *Actas de Arqueologia Medieval-Moderna de Castelo Novo*, Castelo Novo (no prelo).
- NIEWENDAM, L. *et al.* (2003), «Escavações Arqueológicas na Villa Romana de Caparide», in *Almadan*, nova série, 12, Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

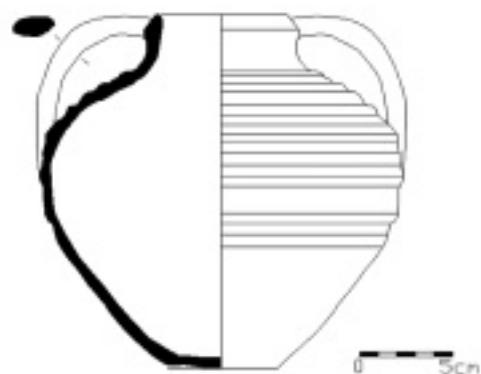


Figura 14 – Painel com caneluras.

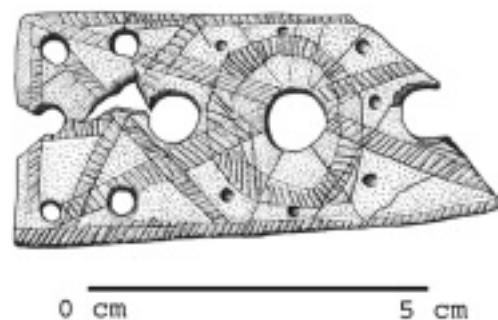


Figura 15 – Placa em osso decorado.

NOLEN, J. U. S. (1985), «Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo», Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

RODRIGUES, S. e CABRAL, J. (1990), «Silos Medievais de Caparide», in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º 9, pp. 63 a 74, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

NOTAS

- 1 A intervenção arqueológica foi da responsabilidade de Nuno Neto, Paulo Rebelo, Tiago Fontes e João Pedro Cabral (Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais). A obra de construção estava a cargo das empresas Meireles e Santos, Lda. e Constoi-Guincho, Lda.

PRODUÇÃO E CONSUMO DE CERÂMICA ISLÂMICA EM LISBOA

CONCLUSÕES DE UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

JACINTA BUGALHÃO¹

SOFIA GOMES²

MARIA JOÃO SOUSA³

DEOLINDA FOLGADO⁴

ANTÓNIA GONZÁLEZ TINTURÉ⁵

MARTA MORENO-GARCÍA⁶

MARIA ISABEL DIAS⁷

MARIA ISABEL PRUDÊNCIO⁸

1. POILIX – O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O projecto «POILIX – Produção oleira em Lisboa, no período islâmico» teve a sua génese em duas intervenções preventivas de arqueologia urbana – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC-BCP) e Mandarin Chinês (MC) –, na Baixa de Lisboa, que decorreram entre 1991 e 1996 (NARC-BCP: 1991-95; MC: 1992-96). O projecto foi financiado e apoiado pelo IPA.

Estes dois locais, situados em plena Baixa Pombalina, revelaram uma diacronia de ocupação desde o século V a.C. até à actualidade, com estratigrafia e estrutura próprias de ambientes arqueológicos urbanos. Para além da função habitacional, sempre presente ao longo das épocas, estas intervenções arqueológicas confirmaram a importância das actividades ribeirinha/portuária, comercial e industriais – artesanais, nesta área da cidade.

No período islâmico, esta zona ribeirinha encontrava-se intensamente urbanizada, integrando o arrabalde ocidental da cidade. Foram identificadas essencial-

mente estruturas habitacionais e domésticas (fundações e paredes de casas, níveis de derube de telhado, pavimentos em tijoleira, almagre e terra batida e estruturas de despejo: as lixeiras domésticas e as fossas) e estruturas artesanais de produção oleira.

A equipa de projecto (Jacinta Bugalhão, Deolinda Folgado, Sofia Gomes, Maria João Sousa, Antónia González Tinturé) contou com a colaboração de investigadores de diversas especialidades, nomeadamente de arqueometria (Isabel Dias, Isabel Prudêncio e Claire Déléry), paleobotânica (Paula Queiroz), arqueozoologia (Marta Moreno-García e Sónia Gabriel). Colaboraram ainda no projecto, como consultores, Susana Gómez e Isabel Cristina Fernandes. Para além destes, participaram nos trabalhos José Paulo Ruas e Pedro Barros (fotografia), Armando Sabrosa † e Vasco Santos (desenho de peças).

A estratégia de investigação preconizada pelo POILIX consistiu em maximizar as potencialidades de informação proporcionadas pelos vestígios de olaria, nomeadamente para o

1 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, jacinta@ipa.min-cultura.pt

2 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, agomes@ipa.min-cultura.pt

3 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, msousa@ipa.min-cultura.pt

4 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, dfolgado@ippar.pt

5 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, atinture@ippar.pt

6 Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, marta@ipa.min-cultura.pt

7 Instituto Tecnológico e Nuclear, isadias@itn.mces.pt

8 Instituto Tecnológico e Nuclear, iprudenc@itn.mces.pt

conhecimento dos conjuntos cerâmicos. Pretendeu-se caracterizar as produções cerâmicas, de modo a avaliar a sua relevância no universo das peças islâmicas recolhidas, recorrendo-se a três abordagens distintas, mas complementares: a técnica – processos e técnicas de fabrico; a formal – classificação tipológica – funcional; a laboratorial – análise química de pastas. Pretendeu-se que esta metodologia fosse aplicada aos materiais provenientes dos contextos oleiros e aos restantes conjuntos cerâmicos recolhidos em estruturas habitacionais e domésticas, identificados nos dois sítios, de modo a interpretar os ambientes de produção e de consumo, em presença.

Esta abordagem pretendia valorizar a produção das olarias no âmbito do consumo de peças cerâmicas na cidade, que seguramente teria outros núcleos de produção oleira. Outro dos objectivos do projecto era a caracterização, em termos de maior ou menor sofisticação tecnológica, da olaria de Lisboa, a fim de situar a região numa posição mais ou menos central na civilização e cultura islâmica do Mediterrâneo ocidental, onde a produção e distribuição de peças de fabrico e uso comuns se atribuem usualmente a horizontes regionais e/ou locais e, por outro lado, sendo frequentemente a origem de cerâmicas requintadas atribuída ao Sul e Centro da Península e a alguns centros norte africanos.

Numa primeira fase (1997-1999), procedeu-se à caracterização destes vestígios numa perspectiva técnica e funcional, integrada numa análise histórica-urbanística, concedendo-se especial atenção à caracterização tecnológica dos vestígios estruturais e estratigráficos de produção oleira (Bugalhão e Folgado, 2001 e 2003). De seguida (1997-2006), decorreu o estudo dos contextos cerâmicos: elaboração de ficha analítica-descritiva, inventário, desenho, fotografia, conservação e restauro, selecção de amostras para análise



Figura 1 – Carta arqueológica de Lisboa e seu território envolvente; 1: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC-BCP); 2: Mandarim Chinês (MC).

arqueométrica, análise dos resultados, publicação, divulgação e valorização. Paralelamente, realizaram-se os trabalhos inseridos nos subprojectos de investigação associados: arqueometria (2000-2004), arqueozoologia (2000-2001) e paleobotânica (1999 e 2005). Esporadicamente, ocorreram colaborações com outros projectos de investigação, como por exemplo na área da epigrafia (com a investigadora Nicole Cottard), com o projecto *Garb* – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular, na cedência de amostras para estudos arqueométricos (Dias, Prudêncio e Gouveia, 2001).

O estudo dos conjuntos cerâmicos decorreu faseadamente; inicialmente procedeu-se ao estudo integral dos conjuntos cerâmicos relacionados com os contextos oleiros, de forma a caracterizar, tão exaustivamente quanto possível, as produções (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003; Bugalhão, Sousa e Gomes, 2004). As cerâmicas consideradas «de importação» mereceram um estudo autónomo (Bugalhão e Gómez, 2005). Todos estes estudos foram complementados com a abordagem arqueométrica na caracterização química de pastas e matérias-primas (Dias *et al.*, no prelo).

Assim, durante os 10 anos de duração do projecto, foram despistadas 546 unidades estratigráficas/estruturais do período islâmico; caracterizados tecnologicamente 5 fornos de olaria e 2 áreas de laboração oleira; analisados e estudados os conjuntos cerâmicos de 70 unidades estratigráficas, correspondendo a 16065 fragmentos cerâmicos, 470 peças inseridas na base de dados, 550 desenhos, 800 fotografias e 44 peças restauradas e/ou conservadas. Relativamente à arqueometria,

foram analisadas 78 amostras cerâmicas provenientes de contextos de produção, 38 provenientes de contextos de consumo, 9 amostras de matéria-prima (argila) e 8 amostras de revestimento de corda-seca. Estudaram-se os restos faunísticos de 3 fossas detríticas (Moreno-García e Gabriel, 2001; Moreno-García, Davis e Pimenta, 2003) e os restos botânicos de 1 depósito (Bugalhão e Queiroz, 2006). No que respeita à publicação e divulgação dos resultados, apresentaram-se 5 comunicações e 2 *posters* em reuniões científicas, publicaram-se 8 artigos em revistas de arqueologia e foram seleccionadas e preparadas peças para uma exposição.

2. CONTEXTOS DE PRODUÇÃO

Como se referiu, nos dois sítios intervencionados identificaram-se 5 fornos de olaria, um no NARC-BCP e os restantes quatro no MC. Foram ainda intervencionadas uma entulheira de olaria no NARC-BCP e uma área de laboração oleira no MC.

O Forno do NARC-BCP caracterizava-se por uma dupla câmara, com orientação Este-Oeste. Encontrava-se conservado apenas ao nível da câmara inferior, a qual se implantava no subsolo de base (cortando os estratos arqueológicos de época anterior). Os materiais de construção utilizados eram o adobe e talvez alguns elementos pétreos. A câmara inferior apresentava cerca de 70 cm de paredes conservadas, possuindo 110 x 73 cm de dimensão. Era igualmente visível o corredor de acesso à câmara, situado a Oeste, com 190 cm de comprimento e 45 cm de largura. A câmara possuía pilares de sustentação de grelha, dos quais alguns ainda eram visíveis. Foram recolhidos alguns fragmentos de agulheiros integrantes da grelha. O forno encontrava-se preenchido por três unidades estratigráficas. A cronologia indicada para a laboração desta estrutura situa-se entre o século XI e a 1.^a metade do século XII.



Figura 2 – Forno 1, NARC-BCP.

A entulheira de olaria do NARC-BCP tratava-se de uma área de despejo de materiais rejeitados, não estruturada. O contexto encontrava-se muito perturbado pelas ocupações urbanas posteriores. Foi possível isolar um conjunto de 10 unidades estratigráficas que integravam a entulheira, caracterizadas por uma elevada concentração de fragmentos cerâmicos. A este contexto foi atribuída a datação da 1.^a metade do século XII.

O Forno 1 (MC) integrava-se num edifício da olaria e caracterizava-se por uma dupla câmara, com orientação Oeste-Este. Encontrava-se conservado apenas ao nível da câmara inferior, construída em tijolos de adobe, com cerca de 40 cm de paredes conservadas, possuindo 100 cm x 115 cm de dimensão. Era igualmente visível o corredor de acesso à câmara, situado a Este, que não foi escavado integralmente. A câmara possuía dois pilares de sustentação de grelha. O forno encontrava-se preenchido por três unidades estratigráficas.

Os Fornos 2, 3 e 4 do MC encontravam-se igualmente integrados no edifício da olaria e o material de construção era o adobe. Aparentemente tratavam-se de pequenos fornos de barras (apresentam alturas conservadas de 100 cm, 80 cm e 77 cm), de câmara única e circular, com orientação (provável) Oeste-Este. Nas câmaras eram visíveis orifícios de sustentação das barras. A estratigrafia de preenchimento destas estruturas encontrava-se extremamente perturbada, tendo sido isoladas apenas duas unidades estratigráficas, que integravam uma quantidade significativa de barras e trepes de olaria.

O conjunto de 4 fornos do MC apresenta uma dinâmica cronológica algo complexa muito característica das olarias medievais. Os Fornos de barras 3 e 4 deverão ser os mais antigos, podendo remontar ao século XI. Os Fornos 3 e 4 terão sido desactivados para a construção dos Fornos 2 e 1, respectivamente. Esta «substituição» poderá ter ocorrido simul-

taneamente ou em momentos distintos. Estas duas últimas estruturas possuem cronologias mais tardias (final do século XI – inícios do século XII?). O momento de abandono do Forno 1 terá ocorrido, de forma abrupta, na 1.ª metade do século XII, talvez aquando da Reconquista cristã da cidade.

A denominada «área de laboração» da olaria do MC encontrava-se igualmente integrada no edifício da olaria, na zona fronteira à «boca» dos fornos. Possuía um pavimento de lajes calcárias. Foram escavadas 5 unidades estratigráficas correspondentes ao período de laboração e abandono da olaria. Estes estratos caracterizavam-se por uma razoável concentração de fragmentos cerâmicos, nomeadamente, fragmentos cerâmicos sujeitos apenas a uma pré-cozedura destinados a receber revestimento vidrado. A cronologia indicada para este contexto equivale à cronologia atribuída ao conjunto destas estruturas oleiras: entre o século XI e a 1.ª metade do século XII.

3. PRODUÇÕES CERÂMICAS

3.1. Aspectos técnicos

Conforme referido, foram estudados os conjuntos cerâmicos recolhidos nos contextos de produção oleira caracterizados no ponto anterior. Desta análise concluiu-se que as olarias identificadas nestes dois sítios produziam essencialmente dois géneros de peças cerâmicas: cerâmica comum, com ou sem pintura branca (produzida em ambas as olarias estudadas) e cerâmica vidrada (produzida apenas no MC), que surge em dois estádios de produção: pré-cozida (antes de vidrar) e de fabrico concluído (já vidrada, após a segunda cozedura).

Os conjuntos cerâmicos que integram os contextos de produção apresentam frequentemente características típicas: defeitos de

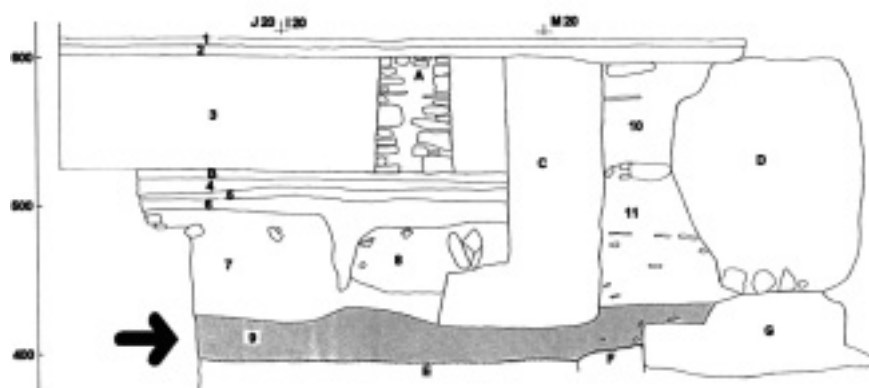


Figura 3 – Entulheira de olaria, NARC-BCP; perfil estratigráfico.

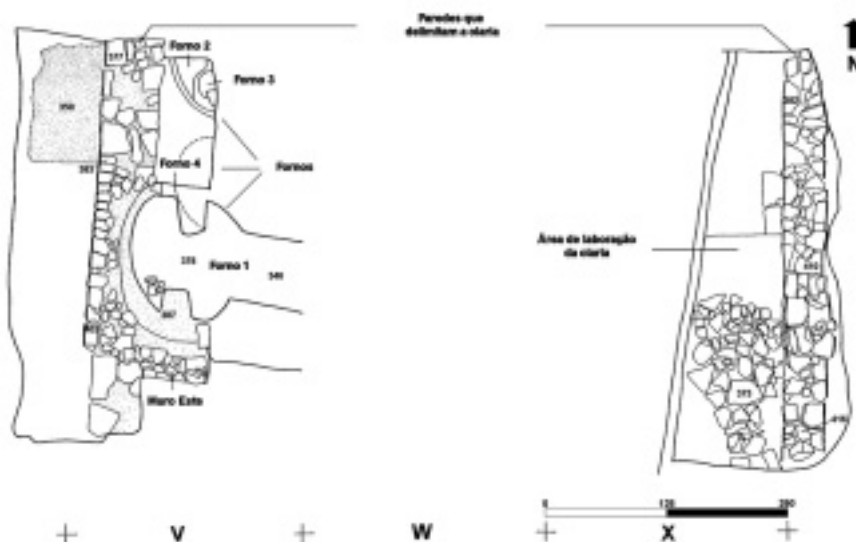


Figura 4 – Estruturas oleiras do MC, planta.

fabrico (deformações, sobre cozedura, vitrificação etc.), reutilização nas operações oleiras (por exemplo, para conter barro, barbotinas ou óxidos), presença de cerâmica de olaria/enfornamento (trempe, barras), presença de escórias e borrões acidentais de vidrado, etc.

Em termos técnicos, os conjuntos cerâmicos analisados constituem um conjunto homogêneo, pois integram-se numa mesma produção, ou seja, considera-se que este conjunto de peças cerâmicas terão em comum as mesmas fontes de matéria prima (barreiros), a mesma tecnologia produtiva (a nível dos processos produtivos e a nível da própria estrutura industrial, o forno) e, em última análise, os mesmos oleiros.

As pastas apresentam geralmente textura compacta (cerca de 90% das pastas observadas) e residualmente, pouco compactas, friáveis (peças apenas pré-cozidas) ou porosas. A observação macroscópica das pastas permitiu isolar a presença em abundância de quartzo e micas; esporadicamente, observam-se partículas calcárias

e nódulos de cerâmica moída. A dimensão destes elementos é geralmente pequena (inferior a 3 mm), denotando cuidado na depuração das pastas. Apenas em cerca de 9% das peças se observaram elementos não-plásticos de média dimensão (entre 3 mm e 7 mm). Os elementos geológicos presentes são compatíveis com o geo-enquadramento da cidade de Lisboa que possui depósitos argilosos miocénicos no seu substrato rochoso natural. A quantidade maior ou menor de grãos de quartzo poderá relacionar-se com diferentes procedimentos de limpeza do barro. Em relação à cerâmica moída e ao calcário, presentes num menor número de peças, poderão tratar-se de adições deliberadas à pasta. Ambos os procedimentos terão objectivos técnicos (garantir mais plasticidade à pasta ou conferir-lhe maior capacidade refractária, por exemplo).

Os fornos cerâmicos descritos enquadram-se nos modelos tecnológicos mediterrânicos tradicionais de características relativamente arcaicas, produzindo cerâmicas em ambiente tendencialmente redutor. Contudo, a pós-cozedura poderia ser de tendência oxidante com alguma frequência, sendo este aspecto revelado pela observação comparativa das cores externas e internas das pastas, que assumem por vezes o aspecto sanduíche. Verifica-se igualmente um elevado número de peças com cozedura e pós-cozedura irregular (as cores externas das peças oscilam entre os cinzentos e os castanhos, os vermelhos e laranjas – por vezes com tonalidades abertas, devido à oxigenação da pós-cozedura – e os rosados). Esta característica poderá explicar-se com acidentes de oxigenação involuntária durante a cozedura, alterações de oxigenação conforme a posição da peça dentro do forno ou a forma de acondicionamento dos recipientes enfiados, sendo pouco frequentes as pastas com coloração totalmente uniforme.

As técnicas de tratamento de superfície observadas são diversas, observando-se a produção de peças (para além das cerâmicas de superfície vidrada) sem qualquer acabamento, engobadas, alisadas e brunidas.

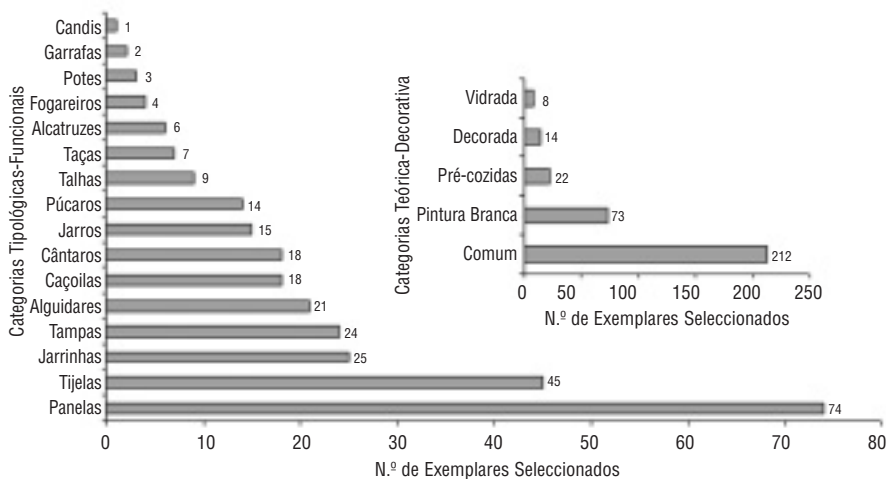


Figura 5 – Produções cerâmicas das olarias do NARC-BCP e MC.

A produção de cerâmica comum e pintada a branco, é predominante, em quase todos os contextos, de uma forma mais ou menos abundante, facto evidente se atentarmos que se tratam de peças de uso corrente e generalizado. Quanto à loiça vidrada, a sua produção encontra-se igualmente documentada, mas os seus vestígios são menos abundantes.

Assim, foram seleccionadas dos contextos de produção oleira destes dois sítios arqueológicos 329 peças, representativas do conjunto, que foram objecto de estudo mais pormenorizado. Esta selecção é constituída por 87% de peças em cerâmica comum e cerâmica pintada a branco, 9% de peças vidradas ou a vidrar e 4% de peças com outros tipos de decoração (caneluras, aplicações plásticas, incisa, estampilhada e vidrado parcial).

3.2. Funcionalidade e tipologia

A loiça comum e pintada a branco era utilizada na produção de um número alargado de tipos cerâmicos; a loiça vidrada era utilizada para a produção de um número reduzido de tipos, de entre os quais se destaca a tigela (66% das peças vidradas).

Verificou-se a preponderância dos recipientes para utilização doméstica, tendo-se documentado igualmente a produção de alcatruzes (recipiente utilizado nas práticas agrícolas). Em 44 exemplares cerâmicos não foi possível determinar a tipologia. No que se refere à loiça de utilização doméstica, identificaram-se 15 tipos cerâmicos, distribuídos pela cerâmica de cozinha (panelas, tampas, alguidares, caçoilas e púcaros), de mesa (tigelas, jarrinhas, jarros, taças e garrafas), de armazenamento (cântaros, talhas e potes) e de fogo/iluminação (fogareiros e candis). Os recipientes de cozinha surgem em maior abundância, mas com pouca diversidade tipológica. A loiça de mesa era produzida em

menor quantidade, apresentando no entanto uma diversidade tipológica superior. Saliente-se que a correspondência muito segura entre função e tipo está longe de corresponder à realidade. Muitos recipientes teriam funcionalidades mistas, nomeadamente, em relação às funções de cozinhar e servir à mesa. Por outro lado, alguns tipos (na sua aceção, meramente formal) tradicionalmente associados a uma função parecem, frequentemente, ser utilizados para outra (por exemplo: utilização de caçoilas e púcaros para servir à mesa; utilização de jarrinhas e tigelas carenadas para cozinhar).

Alguns tipos de recipientes apresentam-se em loiça comum, pintada e vidrada (tigelas, tampas, taças e garrafas); outros surgem apenas em loiça comum/pintada a branco (panelas, jarrinhas, alguidares, caçoilas, cântaros, jarros, talhas, fogareiros e potes); a produção de candis encontra-se documentada apenas em cerâmica vidrada.

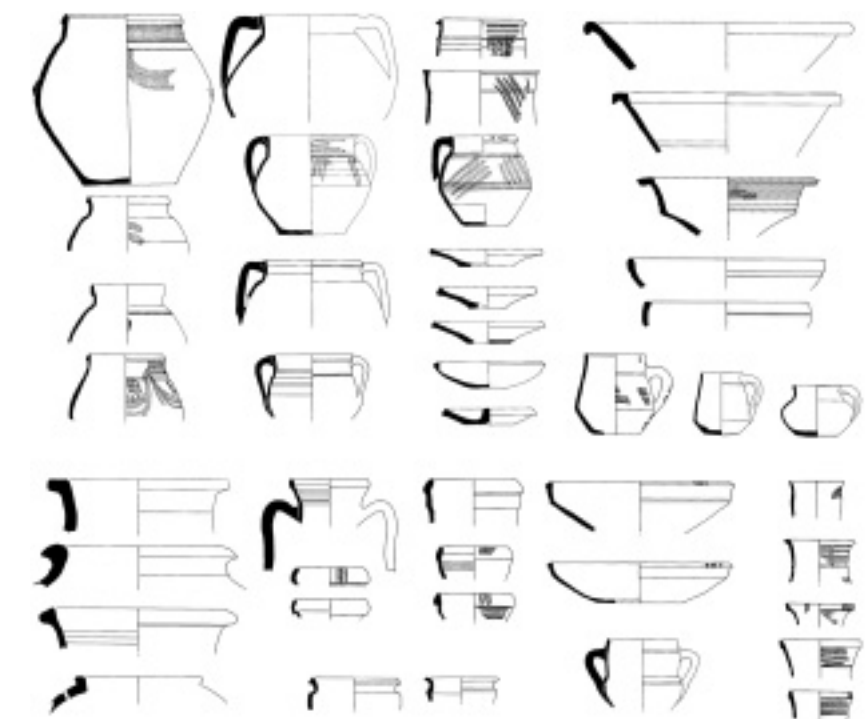


Figura 6 – Produções em cerâmica comum e pintada a branco do NARC-BCP e MC.

3.3. Morfologia e decoração

Ao nível morfológico, as produções cerâmicas estudadas apresentam uma razoável homogeneidade. Esta homogeneidade explica-se, por um lado, pela tendência para uma certa estabilidade morfológica ao nível da cerâmica comum, na cultura material mediterrânica, verificada aliás para além dos limites cronológicos medievais. Por outro lado, as produções estudadas correspondem aparentemente a um lapso temporal relativamente curto (cerca de 100 anos). Assim, grande parte dos tipos documentados apresentam morfologias muito regulares, embora se verifique alguma variação relativamente à dimensão das peças. Apenas no tipo «panela», o mais abundante dos conjuntos estudados, se verificou uma variabilidade morfológica mais significativa, explicada como uma hipotética evolução cronológica (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003: 138).

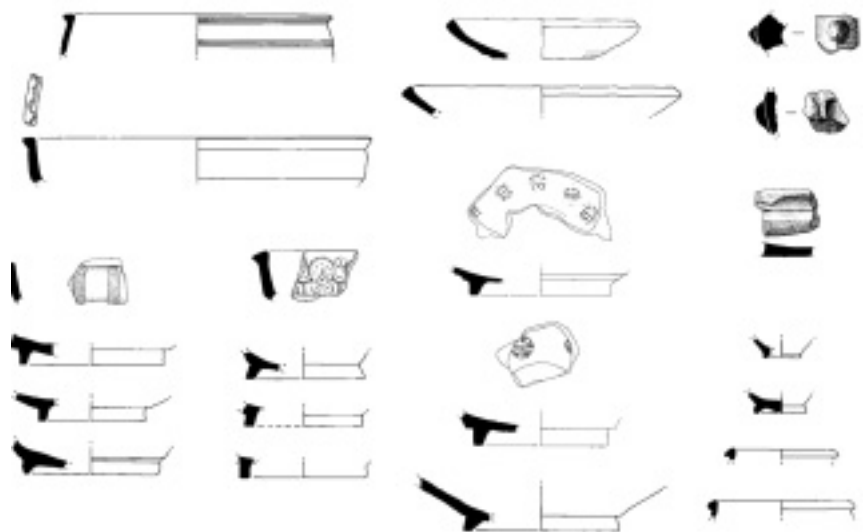


Figura 7 – Produções de cerâmica vidrada do MC.

Apesar da característica referida, verificou-se, aparentemente, uma ligeira diferenciação formal nas produções de cerâmica comum do NARC-BCP e do MC, correspondente talvez ao gosto pessoal do oleiro.

Na produção cerâmica em análise são frequentes as peças decoradas, sendo que, no conjunto das peças em estudo cerca de 36% apresentam decoração. No

que respeita às técnicas decorativas, a pintura branca é predominante, verificando-se igualmente a presença de técnicas obtidas durante o torneamento das peças (caneluras e pequenos sulcos), incisão e aplicações plásticas. Por vezes, surgem várias técnicas aplicadas numa só peça.

A proporção de peças decoradas varia conforme a sua funcionalidade, sendo claro que a loiça de mesa e os contentores de armazenamento são mais frequentemente decorados, que a loiça de cozinha e de fogo/iluminação. No entanto, esta relação nem sempre se verifica com igual intensidade: enquanto que no caso das caçoilas, tampas e púcaros apenas um reduzido número de exemplares apresenta decoração, no caso de panelas e alguidares a percentagem de peças decoradas é bastante elevada. Tigelas, jarrinhas e cântaros são tipos frequente e intensamente decorados. Alguns tipos, pouco representados no conjunto como os fogareiros, as taças, a garrafa e os alcatruzes, não apresentam qualquer decoração. Verifica-se uma associação de alguns tipos cerâmicos a técnicas decorativas específicas: por exemplo, os alguidares e talhas apresentam frequentemente decoração incisa no bordo; os cântaros e talhas apresentam por vezes incisões ou aplicações plásticas nos bojós.

Os temas decorativos em presença caracterizam-se pela simplicidade e pela utilização estilística da repetição. Os conjuntos de traços paralelos (verticais, horizontais e diagonais) são o motivo predominante, sendo que, parece verificar-se uma tendência para os conjuntos de quatro elementos. Os motivos ondulados, semicírculos, círculos concêntricos, ponteados e simples pinceladas apresentam representações mais modestas.

Nas produções de cerâmica vidrada, a percentagem de peças decoradas é somente de 25% do total. Deve contudo considerar-se que a vidragem só por si já constituía um elemento distintivo. As técnicas decorativas documentadas são a

estampilhagem e incisão sob vidrado, o vidrado parcial, pintura sob vidrado e as aplicações plásticas sob vidrado. Os temas em presença são os motivos florais ou arquitectónicos e os traços paralelos e ondulados.

4. CONSUMO E UTILIZAÇÃO DE RECIPIENTES CERÂMICOS (CONTEXTOS HABITACIONAIS E DOMÉSTICOS)

Relativamente aos conjuntos cerâmicos recolhidos em ambiente de consumo e utilização, foram estudados 13 contextos habitacionais e domésticos, fossas detriticas, latrinas (fossas estruturadas), conjuntos habitacionais pavimentados e conjuntos de fundações (Bugalhão e Folgado, 2001), num total de 49 unidades estratigráficas. Estes conjuntos cerâmicos foram objecto de contabilização integral com base na morfologia dos fragmentos e nas categorias técnico-decorativas em presença. Foi igualmente calculado o número mínimo de exemplares por tipos, em cada contexto, contabilizando-se um total de 950 exemplares. Esta abordagem metodológica contribui para uma caracterização da natureza de cada unidade estratigráfica em análise. Contudo, comporta igualmente alguma margem de erro se considerarmos que a análise tem por base o fragmento cerâmico (e não peças completas ou quase completas). Por um lado, sabe-se que alguns tipos cerâmicos diferentes apresentam semelhanças morfológicas entre si; por outro lado, um fragmento não permite a integração inequívoca numa categoria técnico-decorativa (por exemplo, um fragmento de bordo em cerâmica comum, não exclui a possibilidade de o resto da peça conter pintura ou outro tipo de decoração). Apesar destas limitações, considera-se que esta abordagem possui virtualidades no tipo de análise genérica dos contextos que se pretendia, daí a sua implementação.

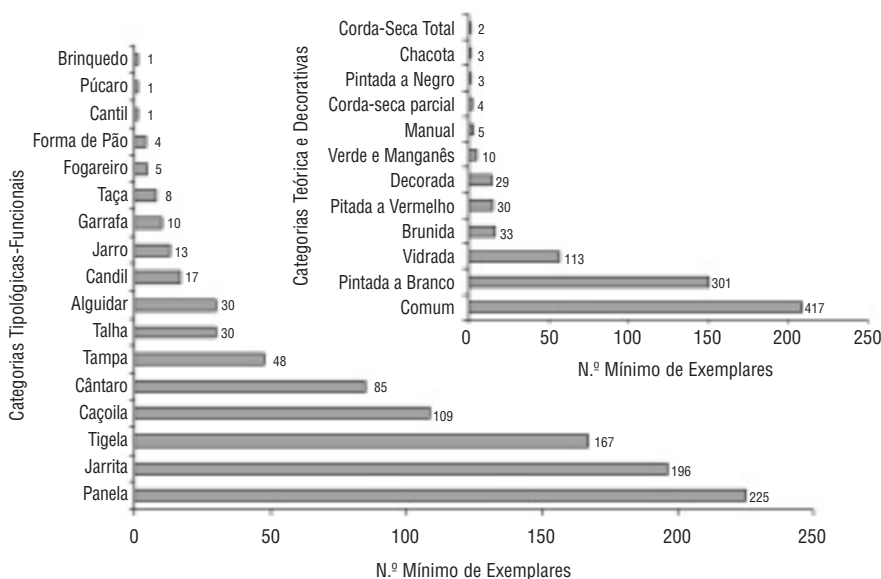


Figura 8 – Consumo/utilização de recipientes cerâmicos no NARC-BCP e MC.

A nível técnico, as cerâmicas destes contextos caracterizavam-se tendencialmente por uma homogeneidade, uma vez que a grande maioria das peças recolhidas seriam muito provavelmente produzidas nas olarias locais. Por outro lado, verifica-se a presença constante, embora quase sempre em proporções reduzidas de peças de fabricos diversos, quer no que se refere à loiça de utilização quotidiana, quer principalmente no que se refere a loiça de utilização mais esporádica e seleccionada. Por fim, deve referir-se que os contextos de consumo/utilização abrangem provavelmente, um lapso cronológico mais alargado que os contextos de produção. Embora, a maioria dos contextos remontem ao século XI e primeira metade do século XII, verificou-se a presença de alguns estratos com cronologia mais antiga (século X), relacionados eventualmente com a fundação do arrabalde.

Assim, paralelamente a um grande número de peças em cerâmica comum, cerâmica pintada a branco e cerâmica vidrada, perfeitamente integrável nas produções caracterizadas no ponto 3 deste artigo, encontram-se produções provavelmente locais/regionais de cerâmica pintada a vermelho e de corda-seca parcial, que aquelas olarias não produziam. Encontram-se igualmente produções exógenas de diversas origens (importações regionais e trans-regionais) de cerâmica comum, pintada a branco, vidrada, pintada a vermelho, pintada a negro, verde e manganês, corda-seca parcial e total (com características técnicas muito diversificadas).

Assim, 78% dos exemplares contabilizados integram as categorias de cerâmica comum e cerâmica pintada a branco, confirmando-se a utilização massiva desta loiça na vida doméstica quotidiana. A cerâmica vidrada constitui 12% do conjunto, salientando-se que em todos os contextos de consumo se identificam tigelas vidradas, considerando-se por isso o *ataifor* vidrado, um dos elementos caracteriza-

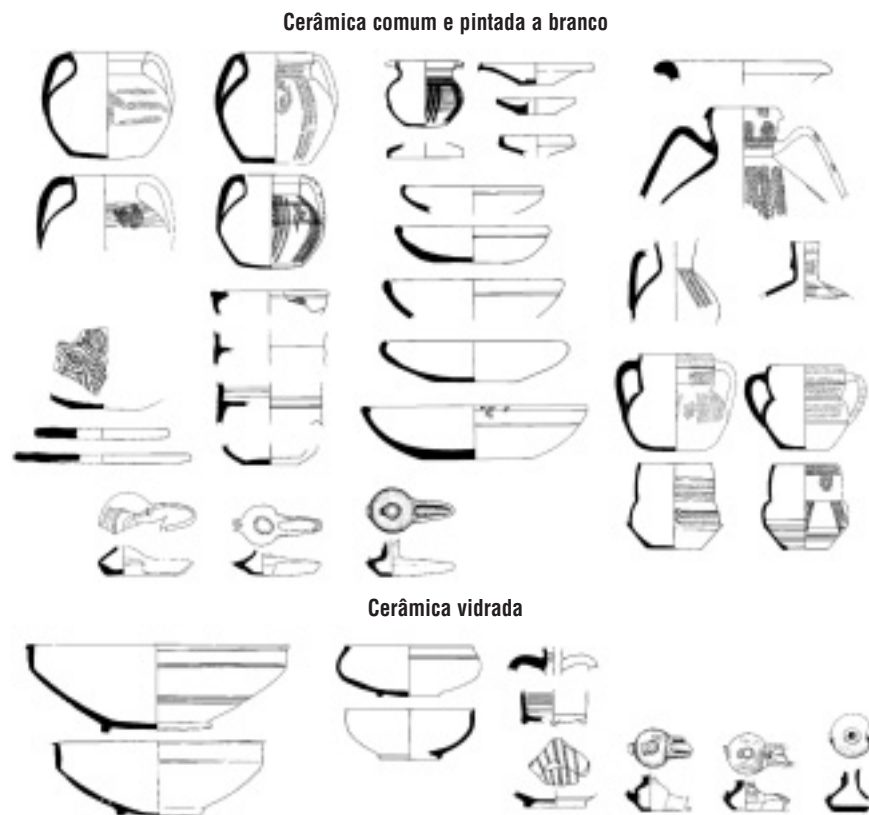


Figura 9 – Consumo/utilização de cerâmica comum, pintada a branco e vidrada do NARC-BCP e MC.

dores destes conjuntos cerâmicos. A cerâmica pintada a vermelho, brunida e decorada apresentam resultados na ordem dos 3% de frequência. O verde e manganês constitui 1% do conjunto; as restantes categorias técnico-decorativas (corda-seca parcial, corda-seca total, pintada a negro e cerâmica manual) apresentam valores inferiores a um ponto percentual.

No que se refere à funcionalidade, verificou-se que todos os recipientes identificados se destinavam à utilização doméstica, à excepção de uma peça classificada como brinquedo. Documentaram-se 16 tipos cerâmicos, distribuídos pela cerâmica de cozinha (panelas, tampas, alguidares, caçoilas, púcaros e formas de pão), de mesa (tigelas, jarrinhas, jarros, taças e garrafas), de armazenamento (cântaros, talhas e cantis) e de fogo/iluminação (fogareiros e candis). A loiça de cozinha e mesa aparecem em proporções muito idênticas (43% e 42%), seguindo-se em proporção a louça de armazenamento (12%) e de fogo/iluminação (2%). Estes valores relativos variavam conforme o tipo de contexto de origem.

A nível morfológico e decorativo, este conjunto, embora tendencialmente homogêneo, apresentava-se significativamente mais diversificado se comparado com o conjunto proveniente de contextos de produção, consequência da origem diversificada de algumas peças. As peças decoradas constituíam 42% do conjunto, com

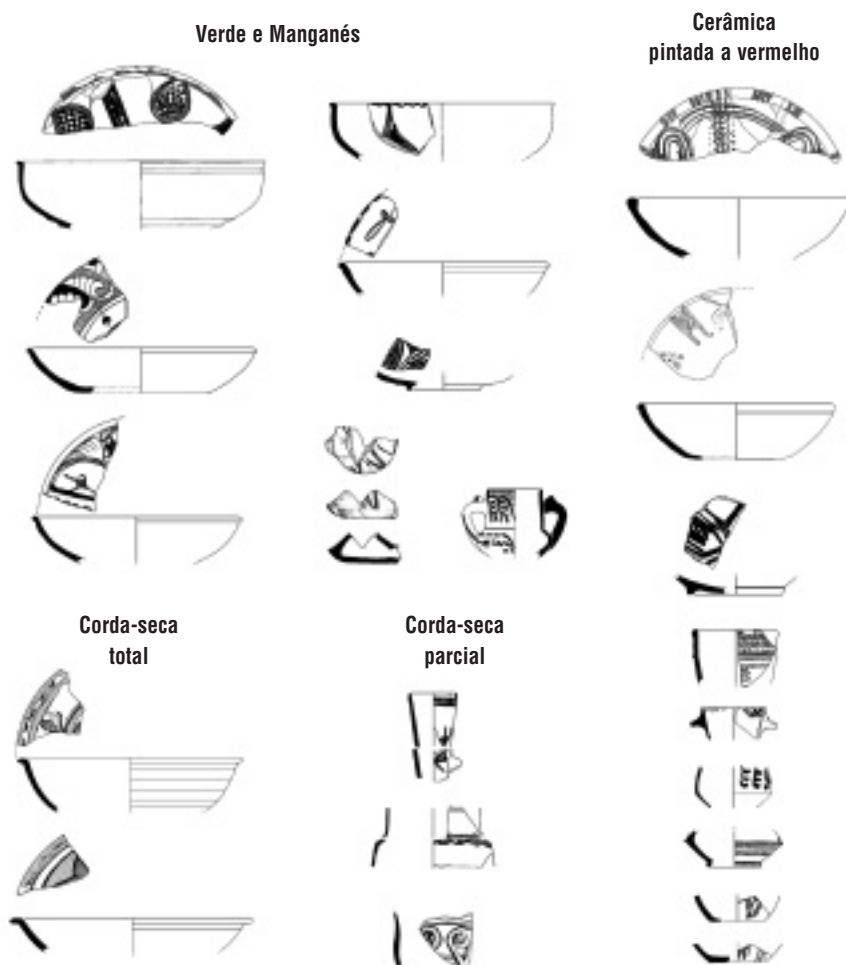


Figura 10 – Consumo/utilização de cerâmica fina no NARC-BCP.

larga preponderância para a decoração a pintura branca (31%). A presença de decoração é mais comum nos recipientes destinados ao serviço de mesa e à armazenagem. Os motivos decorativos são mais diversificados relativamente ao verificado nos contextos de produção, marcando presença os temas islâmicos típicos como: flor de lótus, pinhas, palmetas, outros motivos fitomórficos, cartelas reticuladas, cordão da eternidade e motivos pseudo-epigráficos.

Como foi referido, verifica-se a presença de peças técnica e decorativamente diversas das produzidas nas olarias caracterizadas no âmbito do projecto. Neste grupo destacam-se os fabricos inicialmente considerados de importação (Bugalhão e Gómez, 2005): pintura vermelha, pintura a negro, verde e manganês, corda-seca parcial e total.

As peças pintadas a vermelho (óxido de ferro) constituem um grupo relativamente heterogéneo, a nível cronológico, do local de produção e tipológico. A maioria das peças será integráveis nas produções de Lisboa (cidade e região) e datarão do século XI. Em menor quantidade, verificou-se a presença de produções dos séculos X e XII, de importação.

As cerâmicas pintadas a negro (óxido de manganês) constituem um conjunto muito residual, situação comum à maioria dos outros locais do *al-Ándalus*. As análises arqueométricas realizadas sobre duas peças atribuem-lhe uma origem claramente importada, podendo tratar-se de produções levantinas do século XII.

Relativamente às peças decoradas a verde e manganês, o conjunto revela uma considerável variedade de fabricos (verificáveis através das pastas, cor do fundo, tratamento dos reversos e motivos decorativos), indiciando uma afluência a Lisboa de peças de origens distintas (nomeadamente, foram identificadas produções de Sevilha, Córdova, Dénia, paralelamente a peças de origem desconhecida). Genericamente, este conjunto pode ser atribuído ao século XI.

No que respeita às peças decoradas a corda-seca parcial, os estudos arqueométricos já realizados (Dias *et al.*, no prelo), bem como as investigações em curso da responsabilidade de Claire Déléry (2006), baseadas em análises arqueométricas dos revestimentos vidrados das peças, indiciam para parte deste conjunto uma produção local ou regional. Nos níveis estilístico e técnico, verifica-se a influência da região de Toledo e Pechina, podendo propor-se o vale do Tejo como via transmissora preferencial. O segundo subgrupo (minoritário) é de origem claramente importada, semelhante aos fabricos de corda-seca parcial recolhidos em Mértola. Poderão tratar-se de produções levantinas.

As peças decoradas a corda-seca total apresentam igualmente semelhanças com os exemplares de Mértola, podendo tratar-se de importações das regiões de Almeria e Málaga. A origem exógena deste conjunto foi comprovada pelas análises arqueométricas desenvolvidas no âmbito do projecto (Dias *et al.*, no prelo), bem como pelas análises de revestimentos realizadas por Claire Déléry (2006).

5. CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE MATERIAL CERÂMICO

As intervenções realizadas no material cerâmico centraram-se, na maioria dos casos, em acções pontuais de conservação destinadas a travar o processo de degradação, em algumas situações avançado no sentido de assegurar um mínimo de estabilidade para possibilitar o manuseamento das cerâmicas durante o seu estudo e proporcionar um sistema de acondicionamento e armazenagem adequado.

Contudo, em algumas situações específicas, a simples consolidação de pastas e colagem de fragmentos não garantia o mínimo de estabilidade física requerido para levar a cabo tais operações, pelo que foi necessário recorrer ao restauro parcial ou total para reconstituir, sempre que possível, o perfil de peças mais danificadas que, de outro modo, não poderiam ser desenhadas ou fotografadas. Deve-se referir que, só se optou por esta solução quando existia informação suficiente para realizar a reconstituição,



Figura 11 – Fragmento de tigela em verde e manganês, antes e depois do tratamento.

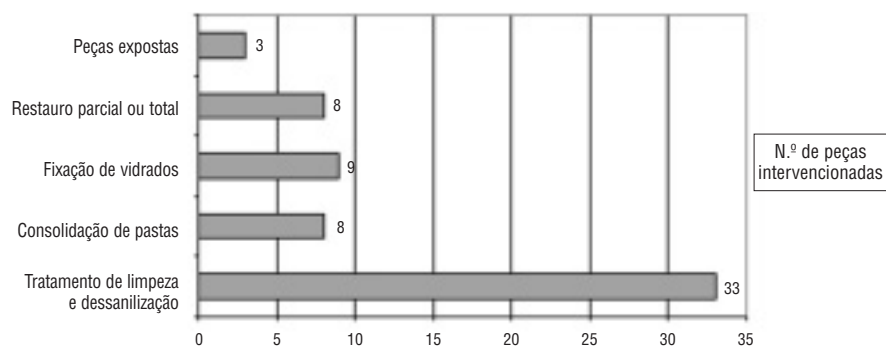


Figura 12 – N.º total de peças intervencionadas no âmbito do projecto.

sem introduzir elementos que pudessem induzir a leituras erróneas. Os restauros ficaram perfeitamente documentados e visualmente diferenciados do original.

Os materiais e técnicas utilizados nas intervenções realizadas foram escolhidos atendendo à sua compatibilidade com o objecto, à sua estabilidade perante possíveis alterações e à sua reversibilidade, podendo ser retirados em qualquer altura sem prejuízo para as peças, não limitando nem impedindo intervenções de restauro futuras.

Se bem que inicialmente o projecto carecia de propósitos museológicos e de valorização, algumas das cerâmicas restauradas foram cedidas a pedido do Banco Comercial Português, encontrando-se actualmente em exposição permanente no NARC-BCP.

Em linhas gerais, o tratamento das cerâmicas seguiu a metodologia que se descreve de seguida.

5.1. Documentação

Registo fotográfico e abertura de ficha de tratamento para cada peça. Esta ficha está relacionada com a ficha de inventário, onde constam os elementos necessários para a sua identificação, diagnóstico e posterior tratamento.

5.2. Limpeza e tratamento

Procedeu-se inicialmente a uma limpeza a seco que consistiu na remoção de poeiras e depósitos de terra por procedimentos mecânicos, seguida de uma limpeza mais profunda por via húmida.

Algumas peças apresentavam marcas de gordura na superfície, provocadas por resíduos de fita adesiva na superfície e vestígios de cola nas fracturas, indício de intervenções anteriores. Após testes pontuais com diversos solventes, estes resíduos foram eliminados com um solvente orgânico.

As concreções calcárias foram removidas sempre e quando supunham um risco para o material ou nas situações em que dificultavam a leitura da peça, quer porque

ocultavam a decoração, quer porque cobriam a zona de fractura, impossibilitando assim a colagem de fragmentos. O tratamento consistiu na imersão da cerâmica numa solução de hexametáfosfato de sódio a 5% ou 10% em água desionizada (a percentagem depende da resistência das concreções, passando de uma concentração baixa a outra mais alta). Seguidamente, procedeu-se à neutralização com banhos de água desionizada.

Os sais solúveis foram extraídos mediante a imersão da cerâmica em água desionizada. Nos casos em que não foi possível a introdução da peça na água, devido ao mau estado da pasta ou do vidrado, a extracção de sais foi efectuada pontualmente, mediante a aplicação compressas de pasta de papel embebidas em água desionizada sobre a superfície da cerâmica, até a extracção total dos sais.

As águas foram analisadas com conductivímetro, até apresentarem valores estáveis. Após o tratamento, as cerâmicas foram secas à temperatura ambiente.

5.3. Consolidação

As cerâmicas que apresentavam graves problemas de desagregação de material, falta de coesão nas pastas e/ou destacamento de vidrados foram consolidadas com um copolímero acrílico, dissolvido em solvente orgânico. O *Paraloid B-72* reúne as condições necessárias de estabilidade e reversibilidade, pelo qual foi utilizado a uma percentagem de 2% em acetona.

Para a fixação de vidrados em destacamento, utilizou-se também *Paraloid B-72* a 5%.

Os materiais destinados a análise laboratorial das pastas, não sofreram qualquer tipo de tratamento residual que pudesse interferir nos resultados das mesmas.

5.4. Restauro

Os fragmentos foram colados com *Paraloid B-72* dissolvido a 60% em acetona, tornando-se reversível neste solvente, caso seja necessária a sua remoção.

Para o preenchimento de lacunas foram realizados moldes com cera de dentista das partes completas da peça que, aplicados posteriormente nas lacunas, foram preenchidos com gesso amarelo de dentista. Após a secagem do gesso, realizaram-se os acabamentos com bisturi e lixa, devidamente controlados com o pente perfilador. Para colmatar pequenos defeitos na superfície do gesso – bolhas de ar, falhas de material – utilizou-se massa de preenchimento *aguaplast*. A reintegração cromática foi efectuada com tintas acrílicas.

5.5. Acondicionamento

As condições em que são depositados os materiais arqueológicos nas reservas têm tanta importância como o tratamento propriamente dito, factor este que nem



Figura 13 – Limpeza superficial por via humidade.



Figura 14 – Reintegração volumétrica.

sempre é tido em conta. Uma das prioridades deste projecto foi criar as condições adequadas para garantir uma boa conservação do material a longo prazo. Assim, os materiais cerâmicos foram acondicionados individualmente com plástico de bolhas de ar, devidamente armazenados e identificados nos contentores.

6. ARQUEOMETRIA

Como foi referido, as olarias identificadas no NARC-BCP e no MC produziam essencialmente dois géneros de peças cerâmicas: (1) cerâmica comum, com ou sem pintura branca e (2) cerâmica vidrada. Em relação ao primeiro

grupo de produção, o da cerâmica comum e pintada a branco, é predominante, em quase todos os contextos (de produção e consumo), de uma forma mais ou menos abundante, facto natural se atentarmos que se tratam de peças de uso corrente e generalizado. Este tipo de produção seria o mais comum, existindo por isso, seguramente, em Lisboa, numerosos oleiros que a ela se dedicavam. No entanto, devido à proximidade entre os contextos de produção e consumo aqui estudados, assumiu-se o pressuposto de que grande parte das peças de cerâmica comum recolhidas em níveis islâmicos dos dois sítios teria provavelmente sido produzida nestas olarias.

Das produções de cerâmica vidrada, salienta-se que, em quase todos os contextos de consumo se identificam tigelas vidradas, predominantemente meladas, sendo a técnica decorativa mais frequente a pintura a óxido de manganês (da qual não se verificaram indícios nos nossos contextos de produção). As técnicas decorativas documentadas nos contextos de produção do MC são a estampilhagem e incisão sob vidrado, o vidrado parcial, pintura sob vidrado e as aplicações plásticas sob vidrado, com motivos florais, arquitectónicos ou esquemáticos. Este tipo de exemplares aparece nos contextos escavados de forma muito pontual, parecendo esta baixa frequência indicar que se tratavam de peças de utilização seleccionada.

Por fim, foram recolhidos, em contextos de consumo, alguns exemplares cerâmicos de produções normalmente consideradas «de importação», nomeadamente as cerâmicas decoradas a verde e manganês, corda-seca parcial e corda-seca total e também, cerâmicas pintadas a vermelho e a negro (Bugalhão e Gómez, 2005). Estas produções surgem em quantidades reduzidas, aparentando tratar-se de loiça de utilização restrita e, em alguns dos casos comprovadamente, de prestígio.

Algumas destas produções – o verde e manganês e a corda-seca – constituem um produto de distribuição alargada no horizonte islâmico mediterrânico, conhecendo-se alguns centros produtores, nas regiões Sul, Levante e Centrais da Península. Apesar de não se conhecerem ainda evidências materiais da produção destas cerâmicas no *Garb*, é geralmente considerado provável pelos especialistas a existência de centros produtores de imitações, ou mesmo de produções regionais e/ou locais de cerâmica com recurso às mesmas técnicas. A existência na região de Lisboa de peças claramente importadas, é igualmente pacífica, uma vez que a cidade integrava decerto as rotas comerciais marítimas da época e constituía, pela sua dimensão e posição geo-estratégica, um centro consumidor e redistribuidor de produtos de distribuição alargada e consumo restrito.

Relativamente à produção de cerâmicas pintadas a vermelho e negro, não foi ainda identificado qualquer centro oleiro, a nível local e regional. O facto de se tratarem de conjuntos de ocorrência pouco frequente permite especular sobre a sua origem. No projecto de investigação «*Garb – Sítios islâmicos do Sul peninsular*», promovido pelo IPPAR, realizou-se um conjunto de análises químicas e mineralógicas de cerâmicas (provenientes do Castelo de São Jorge, Sé de Lisboa, Alcácer do Sal e do Convento de São Francisco de Santarém) – nomeadamente, cerâmicas pintadas a vermelho e cerâmicas pintadas a negro – que confirmavam a existência de uma produção local de cerâmicas pintadas a vermelho, mas que sugeriam igualmente a presença de produções importadas de cerâmicas pintadas a vermelho e cerâmicas pintadas a negro (Dias, Prudêncio e Gouveia, 2001).

Outra das problemáticas a explorar arqueometricamente foi a relação entre amostras cerâmicas recolhidas em estádios de produção diversos – ou seja, peças por cozer (não sujeitas a qualquer operação de cozedura), peças sujeitas a uma pré-cozedura (prévia ao vidrar) – e as peças acabadas.

Neste projecto, foram estudadas as produções cerâmicas dos fornos do sítio arqueológico do MC e do NARC-BCP, através da obtenção de indicadores geoquímicos característicos de cada uma, visando o estabelecimento de proveniências (produção local vs importação) e sua eventual relação com diferenças morfológicas e estilísticas das cerâmicas.

Está também em curso um estudo detalhado de amostragem e caracterização química, mineralógica e textural de potenciais matérias-primas de Lisboa, tendo em vista a definição de estratégias de exploração de recursos, bem como a sua relação com as produções locais definidas, que virá a ser alvo de outro trabalho. Neste trabalho, apresentam-se resultados preliminares obtidos em amostras de materiais argilosos associados ao Miocénico, pontualmente recolhidas em áreas onde a actividade oleira se encontra documentada historiograficamente, pressupondo-se a proximidade entre extracção de matéria-prima/produção oleira. Recorreu-se igualmente a análise toponímica, referenciando ocorrências como «forno», tijolo», «olarias», etc. A recolha de parte destas amostras só foi possível graças à colaboração de arqueólogos que trabalham em Lisboa e que procederam à recolha em locais onde se encontravam a realizar trabalhos arqueológicos.

6.1. Materiais e métodos

Tendo em consideração os objectivos anteriormente mencionados, a selecção de amostras para análise química baseou-se em diversos critérios: por sítio (MC e NARC-BCP), por contexto arqueológico (produção e consumo), e por estágio produtivo (fabrico concluído, pré-cozido e «cru»). Nos contextos de consumo (habitacionais/domésticos), procurou-se amostrar de forma representativa os conjuntos cerâmicos: por um lado as cerâmicas cuja produção local se encontra documentada, e por outro os fabricos cerâmicos que se presumem de importação, ou cuja produção em Lisboa não está ainda atestada. A amostragem para o MC incidiu sobre 47 amostras cerâmicas: Forno 1, camadas 36/37 (15) – cerâmica comum/pintada; Forno 1, camada 40 (10) – cerâmica comum/pintada; Área de laboração da olaria, camada 14 (10) – cerâmicas com indícios de pré-cozedura para vidrar; Forno 1, camada 36 (8) – peças por cozer; contextos habitacionais (4).

A amostragem do NARC-BCP perfaz um total de 64 fragmentos cerâmicos distribuídos por: entulheira da olaria (13) – cerâmica comum/pintada; Forno (19) – cerâmica comum/pintada; contextos habitacionais, cerâmicas consideradas de produção local (24); contextos habitacionais, cerâmicas consideradas importadas (8).

No caso do NARC-BCP, deu-se ainda particular importância ao acabamento superficial e/ou técnica decorativa: vidrado (amarelo, verde, manganês), pintada a vermelho, pintada a preto, verde e manganês e corda-seca parcial.

Relativamente às amostras de materiais argilosos, foram recolhidas nove amostras associadas a dois níveis do Miocénico (a diferentes profundidades): M²_{IVa} – «Argilas do Forno do Tijolo» com *Pereirae gervaisi* – Miocénico Burdigaliano; M¹_{II} – «Areolas da Estefânia» com *Chlamys pseudo-pandorae* – Miocénico Aquitaniano.

A caracterização química e mineralógica é vulgarmente utilizada em estudos de proveniência de cerâmicas e das respectivas tecnologias de fabrico, visto estarem directamente relacionadas com as matérias-primas utilizadas e com o modo como estas foram trabalhadas no processo de fabrico das peças. A cada um dos fins estão associados procedimentos laboratoriais mais apropriados, destacando-se o papel da caracterização química, em estudos de proveniência, e o da caracterização mineralógica, em estudos de tecnologias de produção/temperaturas de cozedura.

Neste trabalho, procedeu-se a análises químicas de amostras de cerâmicas e argilas pelo método instrumental de análise por activação com neutrões (AAN), utilizando-se o Reactor Português de Investigação (Sacavém) como fonte de neutrões. Foram determinadas as concentrações dos seguintes elementos: Na, K, Fe, Sc, Cr, Co, Zn, Ga, As, Br, Rb, Zr, Sb, Cs, Ba, La, Ce, Nd, Sm, Eu, Tb, Yb, Lu, Hf, Ta, Th, U. Detalhes relativos ao método encontram-se publicados em Prudêncio *et al.*, 1986.

Usando como variáveis a concentração dos elementos químicos, aplicaram-se métodos de análise estatística multivariada, como a análise factorial por componentes principais e a análise de grupos, recorrendo-se nesta última ao método aglomerativo de Ward e ao UPGMA, usando como coeficiente de semelhança o coeficiente de correlação de Pearson ou a distância Euclidiana. O tratamento estatístico

foi efectuado recorrendo-se ao programa Statistica (StatSoft, Inc., 2003; STATISTICA data analysis software system, version 6). A análise mineralógica foi realizada por difracção de raios-X (DRX) a todas as amostras de argilas, após preparação da amostra total em agregados não orientados.

6.2. Resultados e discussão

6.2.1. Materiais argilosos

A composição mineralógica obtida para os materiais argilosos amostrados aponta para uma relativa homogeneidade nas associações mineralógicas, embora ocorram diferenciações ao nível das proporções de feldspatos (K, Na, Ca), calcite e filossilicatos. As três associações mineralógicas predominantes são: (1) Quartzo >> CaCO₃ > Na, Ca felds > Filossilicatos > K felds > Anatase; (2) Quartzo >> Filossilicatos = CaCO₃ > Na, Ca felds > K felds > Anatase; (3) Quartzo > K felds > CaCO₃ > Na, Ca felds >> Anatase > Filossilicatos.

A composição química destes materiais argilosos reflecte a heterogeneidade a esperar deste tipo de formações, já observada nas variações das proporções dos minerais. Desta-

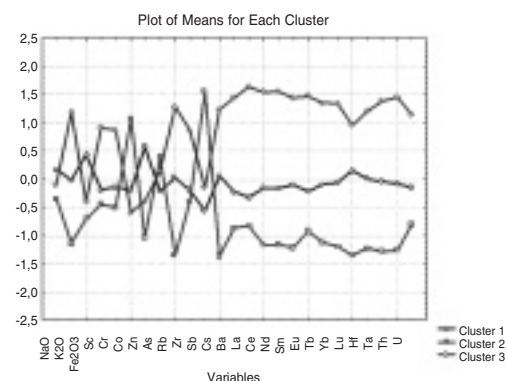


Figura 15 – Diferenças nas médias entre os grupos obtidos para as amostras de materiais argilosos de Lisboa, aplicando o método *k-means clustering*.

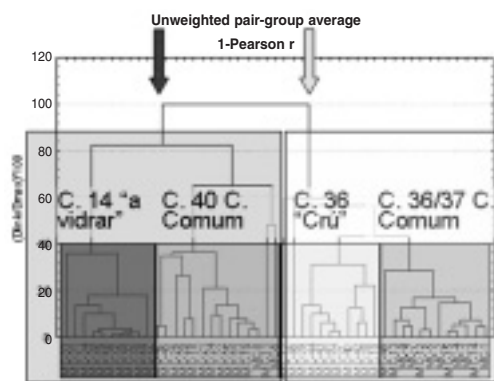


Figura 16 – Fenograma obtido utilizando o método UPGMA aplicado à matriz de coeficientes de correlação de Pearson das amostras cerâmicas pintadas das camadas 14, 36, 37 e 40 do forno MC, tendo como variáveis a concentração dos elementos químicos.

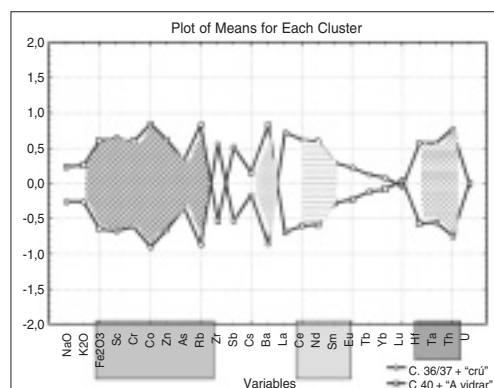


Figura 17 – Diferenças nas médias entre os dois grandes grupos composicionais obtidos para as amostras de cerâmicas do MC, aplicando o método *k-means clustering*.

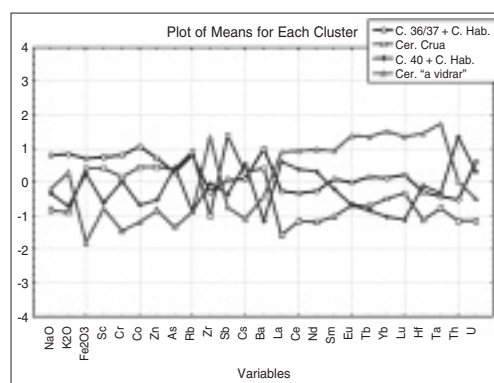


Figura 18 – Diferenças nas médias entre os subgrupos obtidos para as amostras de cerâmicas do MC, aplicando o método *k-means clustering*.

quem-se diferenciações ao nível das Terras Raras (TR) e dos teores em Na, K, Ca, Fe, Sc, Cr, Co, Rb, Cs, Hf, Ta, Th e U (Fig. 5).

6.2.2. O sítio arqueológico do Mandarin Chinês (MC)

Como foi dito anteriormente, tendo em consideração os objectivos pretendidos, a abordagem arqueométrica realizada para as cerâmicas do sítio arqueológico do Mandarin Chinês (MC) foi efectuada tendo em consideração o contexto arqueológico (camadas 14 da área de laboração; 36, 37 e 40 do forno 1; contextos habitacionais) e a classificação técnica/estádio de produção (cerâmica comum/pintada, cerâmica a vidrar, cerâmica por cozer).

Considerando a globalidade das cerâmicas analisadas para o MC, segundo os principais tipos de cerâmicas identificados, bem como o seu contexto arqueológico, verifica-se a existência de dois grandes grupos quanto à composição química: – composições químicas mais similares entre as cerâmicas das camadas 36/37 do Forno 1 e as peças por cozer; – composições químicas mais similares entre as cerâmicas da camada 40 e as cerâmicas por vidrar da camada 14 da área de laboração. Ocorre também uma boa correlação entre as cerâmicas de contextos habitacionais e as dos fornos (Figs. 16 e 17).

Dentro destes dois grandes grupos composicionais, existem algumas diferenças que importa assinalar (Fig. 18):

- As cerâmicas da camada 36/37 do Forno 1 são as que apresentam valores mais acrescidos de Na, K, Ca, Fe, Sc e Cr.
- As peças por cozer são as que têm menores teores de TR Leves.
- As cerâmicas da camada 40 do Forno 1 são as que têm maiores teores de TR Leves relativamente às TR pesadas.
- As cerâmicas «a vidrar» distinguem-se por apresentarem concentrações mais elevadas em todas as TR e de Hf, Zr, Ta, e menores concentrações de Zn, As, Fe, Co e Cr.

Ocorrem também particularidades geoquímicas que importa assinalar entre as cerâmicas da camada 40 e as cerâmicas «a vidrar»:

- Menores concentrações de Fe, Cr, Co, As, Zn e Th registadas pelas cerâmicas «a vidrar», ao mesmo tempo que apresentam maiores teores de Hf, Zr, Ta e TR.
- Terras Raras: cerâmicas a vidrar a apresentarem apenas maiores teores de TRL, enquanto que as da camada 40 do Forno 1 apresentam maiores concentrações de todas as TR.

Do mesmo modo, é importante assinalar algumas diferenciações entre as cerâmicas das camadas 36/37 do Forno 1 e as peças por cozer, nomeadamente o menor teor em TRL e a anomalia positiva do Ce/Ce*. Particularidades que terão de ser objecto de estudo mais aprofundado, nomeadamente com o acréscimo de amostragem de argilas a outros níveis do Miocénico.

As variações observadas na composição química dos materiais argilosos analisados reflectem também variações na composição química das cerâmicas de MC.

Será importante referir que, na globalidade, pode apontar-se para a produção das cerâmicas do MC em estudo, o recurso a dois grandes tipos de matérias-primas que se enquadram perfeitamente nos amostrados.

6.2.3. O núcleo arqueológico da Rua dos Correiros (NARC-BCP)

Tal como para o outro sítio arqueológico, também para o NARC-BCP a abordagem arqueométrica efectuada para as cerâmicas, teve em consideração os mesmos critérios: (1) contexto arqueológico (entulheira, forno e contextos habitacionais), (2) classificação tipológica/morfológica/acabamento (cerâmica comum/pintada, cerâmica comum pintada vermelho, cerâmica comum pintada preto, cerâmica vidrada amarelo e verde, cerâmica verde e manganês, cerâmica com corda-seca parcial) e (3) proveniência (cerâmica considerada de produção local e cerâmica considerada importada).

As cerâmicas deste sítio arqueológico apresentam-se relacionadas entre si do ponto de vista químico, independentemente do contexto, isto é, as cerâmicas da entulheira apresentam afinidades geoquímicas com as do forno, e estas por sua vez com as de contextos habitacionais.

A composição química aponta para uma produção cerâmica relativamente homogénea, embora com uma certa variabilidade, reflectindo o recurso ao mesmo tipo de matérias-primas, podendo as diferenças ser interpretadas como reflexo da heterogeneidade natural das formações geológicas e do tempo de produção da olaria. Refira-se, contudo, a existência de algumas singularidades. Ocorre também uma relação positiva entre as cerâmicas e os materiais argilosos.

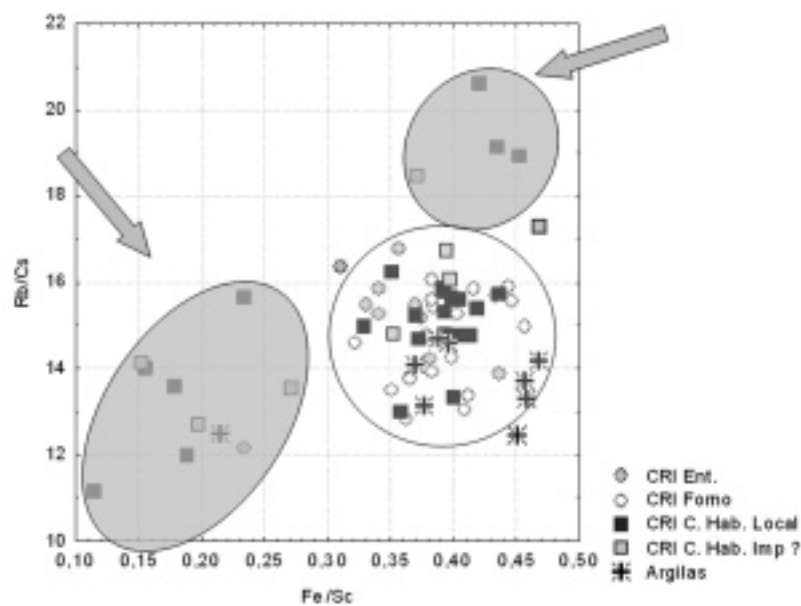


Figura 19 – Cerâmicas do NARC-BCP e argilas de Lisboa segundo a distribuição do Fe/Sc e do Rb/Cs.

Destaque-se que um conjunto de cerâmicas apontadas como importadas, apresentam diferenças na composição química apontando para o recurso a diferentes matérias-primas, reforçando a proveniência exterior, embora outras apresentem grandes afinidades geoquímicas com as produzidas localmente. Por outro lado, algumas cerâmicas macroscopicamente conectadas com produções locais, não o são, já que se agrupam com as que apontam para uma proveniência externa. Existe, pois, um conjunto de amostras constituído por cerâmicas ditas importadas, e também por cerâmicas ditas de produção local, que apontam para proveniências distintas da generalidade das amostras.

Deste modo, para além das produções locais, diferenciam-se dois conjuntos de amostras de cerâmicas, um com menores teores de Fe, As, Co, Cr e superiores de U e Th, constituído por: cerâmica comum; cerâmica pintada preto; cerâmica pintada vermelho; e cerâmica corda-seca. Outro grupo apresenta teores acrescidos de Fe, As, Sc, Cr, Rb e Cs, e é constituído por: cerâmica comum; cerâmica pintada preto; e cerâmica vidrada verde.

Estas amostras, que apresentam teores diferentes em certos elementos apontam para o recurso a matérias-primas com características geoquímicas distintas das usadas pelo grosso da produção cerâmica (nomeadamente a do forno do NARC-BCP, que se relaciona com os materiais do Miocénico local).

6.2.4. Estudo comparativo MC/NARC-BCP

Os resultados obtidos com o estudo arqueométrico efectuada para os dois sítios arqueológicos apontam para a existência de uma boa afinidade geoquímica entre cerâmicas e materiais argilosos da região para cada sítio. O estudo comparativo dos dois sítios reflecte essas afinidades, associando-se entre si, quer ao nível das produções, quer das cerâmicas de contexto habitacional.

É também de realçar a boa concordância existente entre a mineralogia obtida para os materiais argilosos e a de algumas cerâmicas analisadas (Figs. 20 e 21).

6.3. Considerações finais. Implicações na interpretação arqueológica

As afinidades geoquímicas encontradas entre as cerâmicas da camada 40 (Forno 1 MC) e as «a vidrar» MC e, por outro lado, entre as cerâmicas das camadas 36/37 (Forno 1 MC) e as peças «cruas» do MC, podem ter uma explicação de carácter cronológico, como foi referido a propósito da explicação da dinâmica cronológica da olaria do MC. Ou seja, é possível que haja uma proximidade cronológica (equivalente eventualmente à exploração de um determinado local de extracção de argila –

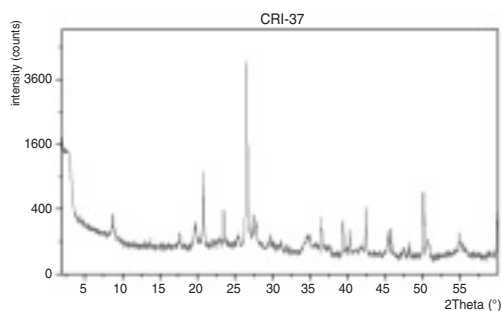


Figura 20 – Diffractograma de uma amostra de cerâmica do NARC-BCP, obtido por difracção de raios-X à amostra total em agregado não-orientado.

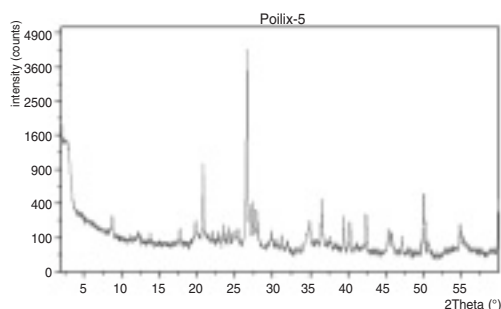


Figura 21 – Diffractograma de uma amostra de material argiloso de Lisboa, obtido por difracção de raios-X à amostra total em agregado não-orientado.

Areolas da Estefânia?) entre o final da produção de peças vidradas e a fase mais antiga documentada de produção de cerâmica comum e pintada (Camada 40). Por outro lado, os últimos momentos de produção de cerâmica comum e pintada estão precisamente documentados nas camadas 36 e 37, do Forno 1 e nas amostras por cozer. Nesta fase, aparentemente decorria a exploração de outros barreiros (Argilas do Forno do Tijolo?). A correlação com estes diferentes tipos de materiais argilosos necessita ainda de estudo mais aprofundado, que está a decorrer.

As cerâmicas «pré-cozidas» do MC apresentam pastas mais depuradas, com menores teores de Fe, Cr, Co, As, Zn e Th e maiores de Hf, Zr, Ta e TR, apontando não para o recurso a diferentes matérias-primas e/ou proveniência, mas sim para uma diferenciação na tecnologia de produção.

As cerâmicas do NARC-BCP apresentam uma composição química que revela uma produção cerâmica relativamente homogénea, embora com uma certa variabilidade, podendo este facto indiciar uma produção oleira mais intensa e em maior escala, eventualmente correspondendo a um período de laboração mais longo, recorrendo por isso, à exploração de recursos argilosos mais diversificados, embora inseridos nas formações geológicas locais.

Nos contextos habitacionais e domésticos do NARC-BCP, registou-se ainda a ocorrência de amostras de cerâmicas *outliers*, relativamente às produções locais identificadas, em parte constituídas por amostras ditas «de importação» e também por cerâmicas ditas «de produção local» (em cerâmica comum, pintada a branco e vidrada). Noutros casos ocorreram produções locais de cerâmicas usualmente conectadas com proveniências exógenas.

Quanto às amostras ditas «de importação», provenientes dos contextos de consumo (habitacionais e domésticos), confirmam-se de produção exógena as cerâmicas de «pintura a negro» (CRI-51 e CRI-61), já anteriormente documentada para cerâmicas dos contextos da Sé de Lisboa e do Castelo de S. Jorge (Dias, Prudêncio e Gouveia, 2001). Temos também, uma produção exógena de certos tipos de cerâmicas, a par com «imitações» locais.

As amostras de «verde e manganês» (CRI-54 e CRI-56) distinguem-se ligeiramente da produção local, indiciando podermos estar perante uma imitação regional, para o que seria necessário confirmar com mais amostras similares. Este indício contribui para fortalecer a hipótese levantada por diversos especialistas que defendem a existência de núcleos regionais ou locais, no *Garb*, de produção de imitações deste tipo cerâmico (cuja produção se encontra apenas documentada no SE, Sul e Centro de Espanha).

As amostras de «pintura a vermelho» (CRI-55 e CRI-65) à semelhança dos estudos arqueométricos realizados anteriormente (Dias, Prudêncio e Gouveia, 2001), revelaram a existência de produção local deste tipo cerâmico que coexiste com produções eventualmente regionais e que surgem em locais como Lisboa e Alcácer do Sal.

As amostras de «corda-seca parcial» (CRI-52 e CRI-53) revelam resultados algo surpreendentes, uma vez que apresentam uma situação análoga às amostras de «pintura a vermelho». Ou seja, uma das amostras afasta-se claramente da produção local,

confirmando-se o seu estatuto de cerâmica importada (provavelmente, da Região Levantina de Península). A segunda amostra apresenta afinidades com as produções locais indiciando a possível existência de produções locais de imitação deste tipo cerâmico. Estes dados carecem de aprofundamento e confirmação, designadamente através do alargamento do número de amostras analisadas, actualmente muito reduzido.

7. ARQUEOZOOLOGIA

O estudo arqueozoológico baseou-se na análise de uma pequena amostra de ossos e dentes de animais provenientes de três contextos arqueológicos do NARC: 1) fossa estruturada 2SO, Áreas 10/12, camada 78; 2) lixeira 3SO, compartimento 1, camada 16; 3) lixeira 3W, Quadrículas G18/19, camadas 7 e 10, datados pelos materiais cerâmicos presentes do século XI – inícios do XII. Dada a unidade cronológica o material foi analisado em conjunto com o objectivo de contribuir, na medida do possível, para o conhecimento do papel que animais domésticos e selvagens terão desempenhado no quotidiano da vida dos moradores deste espaço localizado no arrabalde ocidental de Lisboa.

O material faunístico foi recolhido manualmente sem se ter desenhado um programa de crivagem específica que assegurasse a sua total recuperação. Desta maneira, é de prever que os ossos e dentes de reduzido tamanho ou pertencentes às espécies de menores dimensões tenham sido afectados pela metodologia de recolha (Payne, 1975). De facto, nesta amostra pode observar-se a predominância de fragmentos ósseos de dimensões maiores, escasseando elementos como dentes isolados e da parte inferior das patas (carpais, tarsais e falanges). Estas mesmas circunstâncias podem ter sido responsáveis pela ausência de micromamíferos, aves de pequenas dimensões e restos de ictiofauna.

No que respeita ao estado de conservação da amostra, em geral, encontra-se bem preservada, reflectindo a sua rápida incorporação nas lixeiras. Porém, as marcas de origem animal, dentadas e mordeduras presentes em alguns restos indiciam que cães, gatos e roedores tiveram tempo de aproveitar os restos de carne e cartilagem ainda presentes nas zonas de articulação (Fig. 22), provocando a destruição parcial ou total de alguns daqueles ossos e contribuindo para a sua perda no registo arqueológico. Por último, assinalam-se as fracturas recentes originadas que durante a fase de escavação, transporte e acondicionamento, que são mínimas, afectando em maior percentagem as espécies de maiores dimensões como o gado vacum e os cervídeos (veado) em relação aos ovicaprídeos.

7.1. Espécies presentes

As identificações taxonómicas foram realizadas com o auxílio da colecção de referência de vertebrados do Laboratório de Arqueozooologia do IPA. Todos os ossos



Figura 22 – Fragmento de tíbia distal de cavalo (*Equus caballus*) mordida por um cão. Note-se a destruição quase total da zona de articulação.

e dentes foram examinados e quantificados. A metodologia detalhada da análise encontra-se descrita em Moreno-García e Gabriel, 2001.

Foram recuperados 183 restos osteológicos, sendo a fracção total de fragmentos determinados de 57% e de indeterminados 43%. Trata-se de uma amostra muito reduzida, em que a contribuição dos ovicaprídeos (ovelha e cabra) é maioritária (65%), seguida do gado vacum (18%). As espécies de grande porte como equinos (cavalo ou asno) e veados aparecem de modo residual, completando o espólio mamalógico três restos de coelho e dois de suíno. A avifauna integra cinco restos de galinha e um resto de perdiz. Destaca-se a ausência dos animais comensais como o cão, o gato ou os roedores, de cuja existência tomamos conhecimento através das marcas que deixaram nos ossos (Fig. 23).

A representação anatómica indicia que os ovicaprídeos se encontram representados por todo o esqueleto, embora se destaque o elevado número de mandíbulas registado (NR = 15). A idade de abate destes indivíduos foi calculada através do desgaste dentário. Assim, concluiu-se que mais da metade dos indivíduos foram sacrificados no estágio sub-adulto, entre um e três anos de idade, verificando-se um segundo pico na idade adulta entre os quatro e os seis anos. A ausência de indivíduos recém-nascidos resulta interessante e poderá relacionar-se com o facto deste arrabalde de Lisboa ser um centro de consumo e não de produção animal. A criação teria lugar nos terrenos envolventes da cidade, sendo canalizados para o mercado urbano carcaças ou indivíduos que tivessem atingido um determinado peso. O leite, a lã e o estrume seriam do mesmo modo produtos valorizados (Moreno-

	Contextos			Total %
	1 NR	2 NR	3 NR	
Cavalo (<i>Equus caballus</i>)	2	–	–	2
Asno (<i>Equus assinus</i>)	2	–	–	2
Gado vacuno (<i>Bos taurus</i>)	17	–	2	18
Ovelha/Cabra (<i>Ovis/Capra</i>)	41	23	4	65
(Ovelha)	(10)	(3)	(3)	(15)
(Cabra)	(+)	(1)	–	(1)
Suídeo (<i>Sus sp.</i>)	2	–	–	2
Veado (<i>Cervus elaphus</i>)	2	–	+	2
Coelho (<i>Oryctolagus cuniculus</i>)	1	2	–	3
Total mamíferos	67	25	6	94
Galinha	–	5	–	5
Perdiz	–	1	–	1
Total aves	–	6	–	6
Total identificados	67	31	6	100
Mamífero grande	33	19	–	
Mamífero médio	13	11	–	
Indeterminado	3	–	–	
Total não determinados	49	30	–	
Total analisados	116	61	6	

Figura 23 – Total de restos analisados no NARC. Ovelha/cabra inclui os espécimes identificados especificamente e que aparecem entre parêntesis. «+» indica restos não quantificados, como hastes e chifres.



Figura 24 – Fragmento de diáfise de tibia de gado vacum (*Bos taurus*) com cortes transversais profundos.



Figura 25 – Chifre de gado vacum (*Bos taurus*) cortado na base.

-García, 2004). Portanto, se as fêmeas eram mantidas até adultas para garantir a continuidade dos rebanhos, pode assumir-se que grande parte dos animais sub-adultos consumidos no mercado lisboeta seriam machos ou castrados.

Para além dos restos de vaca/boi adultos, a presença de um fémur completo de um indivíduo juvenil no Contexto 1 indicia que a carne de vitela também era consumida no local. Todas as partes do esqueleto estão representadas. Mais do 40% destes restos apresentam marcas de corte profundas, relacionadas com o desmanche e a divisão da carcaça em peças de proporções menores (Fig. 24) e quase 25% mostram incisões superficiais provocadas ao separar a carne do osso. Inclusive os chifres foram retirados dos crânios como evidenciam os cortes presentes em dois deles (Fig. 25).

É importante salientar que a abundância de restos de gado *vacum* noutros conjuntos urbanos do período islâmico tem sido interpretada como evidência do carácter urbano do local (Riquelme Cantal, 1993; Cardoso, 1994). De facto, a comparação da frequência dos restos de gado *vacum* no NARC com os seus contemporâneos de Alcácer do Sal e Santarém (Moreno-García e Davis, 2001) mostra que nestas jazidas a sua abundância é menor. Como hipótese de trabalho sugere-se que estas foram áreas mais rurais envolvidas na produção ganadeira, onde o consumo da carne de bovídeos seria feita a uma escala menor que em zonas mais urbanas onde a procura deste tipo de produto poderia ser maior.

A presença de dois metápodos de suíno aponta para o consumo de carne de porco doméstico ou javali, como já tem sido assinalado para outras jazidas islâmicas (Morales Muñiz *et al.*, 1988; Cardoso, 1994; Moreno-García e Davis, 2001), existindo a possibilidade da presença de população cristã no local ou de alguma permissividade entre a população muçulmana em relação ao consumo destes animais.

As espécies cinegéticas estão representadas pelo veado, o coelho e a perdiz. Os seus restos indiciam a prática de actividades cinegéticas e a existência de variedade na dieta alimentar dos habitantes deste arrabalde. Para além da carne, as marcas de serrado nas hastes (Fig. 26) e de corte nos ossos de veado sugerem o aproveitamento das peles e das próprias hastes para a manufactura de utensílios. Por último, a presença nestes contextos de lixeira de quatro restos de equídeos (dois de cavalo e dois de asno) indicia a natureza mista do tipo de elementos que estavam a ser despejados neles. A destruição total da zona de articulação distal da tíbia de cavalo pelas mordeduras de um cão e a ausência de marcas de corte apontam para estes restos não derivarem do consumo humano.

7.2. Conclusão

A reduzida dimensão do espólio arqueofaunístico recuperado no NARC impede avaliar com segurança as estratégias de exploração das espécies aqui representadas. Porém, o seu estado de conservação, a representação anatómica e as marcas de origem antrópica e animal descritas sugerem estarmos perante restos derivados de dife-

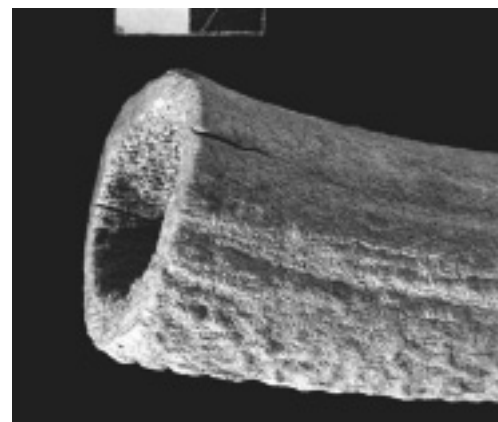


Figura 26 – Haste de veado (*Cervus elaphus*) serrada.

rentes actividades, não ligados exclusivamente ao consumo humano da carne. A manipulação de hastes e chifres parece evidenciar a existência de ateliers onde estes materiais seriam trabalhados. Por outro lado, a ocorrência de elementos ósseos das partes inferiores das pernas e do esqueleto craniano em maior número que os elementos do esqueleto axial (vértebras e costelas) sugere que as fracções mais ricas em carne são as menos abundantes, correspondendo àquilo que seriam os despejos de talho e não de mesa. Resultados que não surpreendem dado que esta era uma zona de arrabalde onde existiria uma maior concentração de locais dedicados a actividades profissionais e artesanais e não só de residência ou de habitação.

8. PALEOBOTÂNICA

Procedeu-se ao estudo de um depósito de matéria orgânica vegetal conservado no interior de um compartimento (cetária compartimentada e reutilizada, em época islâmica), contendo essencialmente restos de frutos, coberto por uma unidade estratigráfica de despejo com presença de abundantes fragmentos cerâmicos (Bugalhão e Queiroz, 2006). O seu enquadramento no projecto POILIX decorreu

da relevância de clarificar a funcionalidade do contexto e estudar o consumo de frutos (conservados e/ou transformados), bem como a utilização de recipientes cerâmicos na preparação e confecção destes alimentos.

O estudo permitiu identificar os frutos mais representados no depósito: o figo e a uva. Embora não tenha sido possível concluir inequivocamente qual a natureza e funcionalidade deste contexto foram recolhidas evidências na utilização de recipientes cerâmicos na conservação e transformação de frutos.

9. CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido no âmbito do projecto POILIX permitiu caracterizar dois *ateliers* de olaria islâmicos, de Lisboa. Nesta época, a actividade oleira organizava-se frequentemente em bairros localizados nos arrabaldes urbanos (devido, às características poluentes da actividade). No caso de Lisboa, têm vindo a acumular-se evidências desta actividade nos arrabaldes ocidental e oriental (Alfama) da cidade. Nos dois casos, a proximidade do rio e das estruturas portuárias ribeirinhas, facilitaria o abastecimento de matérias-primas e combustível e o escoamento dos produtos para o mercado regional.

No que se refere às olarias do NARC e do MC, ambas localizadas no arrabalde ocidental da cidade, verificou-se que estas integravam estruturas de produção enquadradas nos paralelos medievais islâmicos, tendo laborado entre o século XI e a 1.^a metade do século XII. Os oleiros utilizavam argilas extraídas na área envolvente da cidade de Lisboa, recolhidas em locais diversificados e possuíam um bom domínio de técnicas de produção diferenciadas: preparação das pastas, cozedura (única ou dupla), pintura, vidragem, estampilhagem, etc.

As produções cerâmicas integravam uma razoável variedade tipológica. A nível decorativo

e morfológico as soluções praticadas eram pouco diferenciadas e elaboradas. Estas olarias dirigiam a sua produção preferencialmente ao mercado urbano e regional.

Relativamente ao consumo e utilização de recipientes cerâmicos nos contextos habitacionais e domésticos do NARC e do MC, foi possível verificar a presença de conjuntos cerâmicos mais diversificados, aos níveis técnico, decorativo, tipológico e cronológico. Embora tenha sido observada uma boa identificação geoquímica entre os contextos de produção analisados e a generalidade das cerâmicas provenientes de contextos de consumo/utilização dos dois sítios (principalmente ao nível da cerâmica comum, pintada a branco e vidrada), verificou-se igualmente a presença de cerâmicas claramente produzidas noutros locais. Nomeadamente, foram recolhidos exemplares importados de corda-seca total, corda-seca parcial, verde e manganês, cerâmica pintada a vermelho (igualmente recolhida em Lisboa, no Castelo de São Jorge e na Sé; e em Alcácer do Sal) e cerâmica pintada a negro (já documentada em Lisboa, no Castelo de São Jorge e na Sé). Esta realidade evidencia um abastecimento oleiro de origens diversificadas, proveniente de outros oleiros da cidade e região de Lisboa, bem como a aquisição de produtos importados, transaccionados por comerciantes com acesso a circuitos regionais e transregionais.

Lisboa em período islâmico seria assim uma cidade com boas reservas locais de barreiros que permitiam a existência de «bairros oleiros», com numerosas olarias, na cidade, com produções diferenciadas (técnica, morfológica e funcionalmente). Para além da produção local de cerâmica comum, cerâmica pintada a branco, cerâmica vidrada, verificou-se a existência de produções locais de cerâmica pintada a vermelho (já documentadas em Lisboa, no Castelo de São Jorge) e de corda-seca parcial (comprovada arqueometricamente). A análise das produções locais sugere a existência de contactos entre oleiros de Lisboa e das outras regiões do *al-Andaluz*, ao nível da transmissão de ideias, técnicas e gostos. A cidade funcionaria assim como centro produtor e distribuidor de olaria para a sua região envolvente. Simultaneamente, parecem verificar-se indícios da existência de oleiros na região envolvente de Lisboa, que se deslocavam à cidade para aí transaccionar os seus produtos.

Por outro lado, no que se refere ao consumo de olaria, verifica-se em Lisboa neste período o uso generalizado de loiça de utilização quotidiana (cerâmica comum, pintada a branco e vidrada). As produções de loiça de utilização mais restrita e esporádica (por exemplo, cerâmica vidrada estampilhada, incisa e com aplicações plásticas, cerâmica vidrada pintada, cerâmica vidrada parcial, cerâmica pintada a vermelho e cerâmica pintada a negro) eram consumidas com alguma regularidade. A loiça de luxo (por exemplo, verde e manganês, corda-seca parcial e corda-seca total) era consumida de forma pontual. Assim, verificava-se o recurso a produções de origens diferenciadas: cidade, região e importação (Fig. 27). As características (volume e diversidade) dos conjuntos cerâmicos islâmicos de Lisboa variam em função da sua localização na cidade (características sociais, económicas e políticas do local intervencionado; distância em relação ao centro urbano; funcionalidade da área urbana, etc.), do tipo de contextos intervencionados (estatuto económico e social do proprietário da casa).

Categories de Consumo	Produções	Locais de Produção
Loiça de consumo generalizado e utilização quotidiana	<ul style="list-style-type: none"> • Cerâmica comum • Cerâmica Pintada a Branco • Cerâmica Vidrada 	<ul style="list-style-type: none"> • Olarias de Lisboa • Olarias da região envolvente de Lisboa
Loiça de mesa de consumo regular e esporádico	<ul style="list-style-type: none"> • Cerâmica vidrada estampilhada, incisa e com aplicações plásticas • Cerâmica vidrada pintada • Cerâmica vidrada parcial • Cerâmica pintada a vermelho • Cerâmica pintada a negro 	<ul style="list-style-type: none"> • Olarias de Lisboa (vidrada estampilhada, incisa, com aplicações plásticas ou pintada; vidrada parcial; pintada a vermelho) • Importações regionais: outros centros oleiros do Garb (?)
Loiça de mesa, de luxo e de consumo pontual	<ul style="list-style-type: none"> • Verde e manganês • Corda-seca parcial • Corda-seca total 	<ul style="list-style-type: none"> • Olarias de Lisboa (corda-seca parcial) • Importações regionais: outros centros oleiros do Garb (?) • Importações dos grandes centros oleiros do al-Andaluz: Sevilha, Córdoba, Dénia, Toledo, Pechina, Almeria, etc.

Figura 27 – Produção e consumo de recipientes cerâmicos, em Lisboa, no período islâmico.

10. BIBLIOGRAFIA

- BUGALHÃO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda (2001), «O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e Produção Oleira», *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 111-145.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia e SOUSA, Maria João (2003), «Vestígios de Produção Oleira Islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa», *Arqueologia Medieval*, 8, pp.129-191.
- BUGALHÃO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda (2003), «Islamic Pottery Production in the Outskirts of Lisbon», *Ville Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée, Tessalónica, 1999. Actes*, pp. 691-696, Atenas.
- BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João e GOMES, Ana Sofia (2004), «Vestígios de Produção Oleira no Mandarin Chinês, Lisboa», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, pp. 575-643.
- BUGALHÃO, Jacinta e GÓMEZ, Susana (2005), «Lisboa, Uma Cidade do Mediterrânico Islâmico». *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII-XIII)*, pp. 237-262, Palmela.
- BUGALHÃO, Jacinta e QUEIROZ, Paula (2006), «Testemunhos do Consumo de Frutos no Período Islâmico, em Lisboa», *Al-Andaluz Espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozia Stabel-Hansen*, pp. 195-212, Mértola.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; GONZALEZ TINTURÉ, Antónia; DIAS, Maria Isabel e PRUDÊNCIO, Maria Isabel, (no prelo), «La production céramique islamique à Lisbonne: conclusions du projet de recherche POILIX», *Actas do VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, Ciudad Real/Almagro, Fevereiro/Março de 2006*.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia e SOUSA, Maria João (2007), «Consumo e Utilização de Recipientes Cerâmicos no Arrabalde Ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10: 1, pp. 317-343.
- CARDOSO, João Luís (1994), «A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Caste-

linho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992», *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 201-220.

- DÉLÉRY, Claire (2006), *Dynamiques économiques sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X^e siècle-première moitié du XIII^e siècle)*, (tese de doutoramento em Letras, inédita, Toulouse, 2006), 7 vols.
- DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel e GOUVEIA, Maria Ângela (2001), «Arqueometria de Cerâmicas Islâmicas das Regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): Caracterização Química e Mineralógica», *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, pp. 257-281, Lisboa.
- DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João e FOLGADO, Deolinda (no prelo), «A Produção de Cerâmicas no Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica – Primeiros Resultados Arqueométricos», *IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro de 2004.
- MORALES MUÑÍZ, Arturo; MORENO NUÑO, Ruth; CEREIJO PECHARROMÁN, Manuel (1988), «Calatrava la Vieja: primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperada en el yacimiento almohade. Primera parte: mamíferos», *Boletín de Arqueología Medieval*, 2, pp. 7-48.
- MORENO-GARCÍA, Marta (2004), «Manejo y Aprovechamiento de las Cabañas Ganaderas en las Comunidades Rifeñas Marroquíes», *El Pajar*, 19, pp. 84-90.
- MORENO-GARCÍA, Marta e DAVIS, Simon (2001), «Estudio de las Asociaciones Faunísticas Recuperadas en Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa», *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ministério da Cultura, IPPAR, Junta de Extremadura, pp. 231-255.
- MORENO GARCÍA, Marta e GABRIEL, Sónia (2001), *Faunal remains from islamic contexts at Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisbon*, Trabalhos do CIPA: 20, 30 pág. (documento policopiado), Lisboa.
- MORENO-GARCÍA, Marta; DAVIS, Simon e PIMENTA, Carlos (2003), «Arqueozoologia: Estudo da Fauna no Passado», *Paleoecologia Humana e Arqueociências – Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (trabalhos de Arqueologia, 29), pp. 191-234, Lisboa.
- PAYNE, Sebastian (1975), «Partial recovery and sample bias», in (A. T. Clason, ed.) *Archaeozoological Studies*, pp. 7-17, Amesterdão: North-Holland Publishing Company.
- PRUDÊNCIO Maria Isabel; GOUVEIA Maria Ângela e

- CABRAL, João Manuel Peixoto (1986), «Instrumental neutron activation analysis of two french geochemical reference samples-basalt BR and biotite mica-Fe», *Geostandards Newsletter*, 10, pp. 29-31.
- QUEIROZ, Paula Fernanda (1999), *Testemunhos alimentares do período islâmico em Lisboa. Estudo paleobotânico do depósito conservado numa estrutura romana reaproveitada em período islâmico no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios, BCP/Lx*, 11 pág. (documento policopiado), Lisboa.
- RIQUELME CANTAL, José Antonio (1993), «Estudio Faunístico del Yacimiento Medieval de Plaza España, Motril (Granada)», *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 243-260.
- StatSoft, Inc. (2003), *STATISTICA (data analysis software system)*, version 6, www.statsoft.com.

A IMPLANTAÇÃO MEDIEVAL DO MOSTEIRO DE S. JOÃO DE TAROUCA DADOS PALINOLÓGICOS

LUÍS SEBASTIAN*

CATHERINE LATOUR-ARGANT**

JACQUELINE ARGANT**

ANA SAMPAIO E CASTRO***

1. INTRODUÇÃO*/***

Classificado Monumento Nacional pelo Dec. n.º 40 684, DG 146 de 13 Julho 1956 e Dec. n.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro 1978, o Mosteiro de S. João de Tarouca encontra-se afecto à Direcção Regional do Porto do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) desde 1985.

No ano de 1994 iniciou-se por parte desta entidade uma série de trabalhos de apreciação das principais causas de degradação da igreja, passando este processo, entre outros, pela realização de sondagens arqueológicas.

No seguimento dos resultados obtidos iniciou-se a actual intervenção arqueológica em Abril de 1998, tendo por objectivo o acompanhamento de obras de conservação e valorização, a realização de sondagens avaliadoras das potencialidades arqueológicas da área e, por consequência, a escavação total do espaço, de forma a compreender a evolução histórica do complexo monástico (Castro; Sebastian, 2002: 36-37) (Fig. 1).

É neste contexto que em 1999 é efectuada uma primeira recolha de sedimentos para análise palinológica, com o objectivo de, ao longo da escavação arqueológica, reunir um conjunto de amostras o mais representativas possível do universo polí-

nico e, conseqüentemente, da história paelo-ambiental da área geográfica de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca.

Perante a ausência de novas situações que propiciassem novas recolhas, decidiu-se avançar com a análise das primeiras amostras, realizada já em 2003.

2. IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA

O Mosteiro de S. João de Tarouca localiza-se em freguesia homónima, concelho de Tarouca, distrito Viseu ($\varphi - 40^{\circ}59'44''$ N; $\lambda - 7^{\circ}44'36''$ W) (Fig. 2). Situando-se num vale sinuoso da Serra de Leomil à altitude média de 550 m, eleva-se sobre o cruzamento de duas linhas de água, denominadas localmente de corgo da Cerca (ou da Aveleira, nascendo em Vila Chã do Monte e correndo de Sul para Norte) e Corgo do Pinheiro (da Fraga ou da Frágua, correndo de Nordeste-Sudoeste), que aqui se unem formando a ribeira principal, a

*Arqueólogo, IPPAR – Serviço dependente do Mosteiro de S. João de Tarouca.

** A.R.P.A., UFR des Sciences de la Terre.

*** Arqueóloga, Direcção da intervenção arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca.

que a população chama simplesmente Corgo, afluente do Rio Varosa (Fig. 3).

Tendo sido fundado em 1154 (Barroca, 1995: 216-220), o Mosteiro de S. João de Tarouca respeita o designado plano cisterciense (Cocheril, 1986: 40), quer na disposição dos vários edifícios, quer na sua implantação topográfica, hidrográfica e pedológica, elegendo um conjunto de condições vitais à realização do ideal monástico cisterciense, tais como o isolamento e a auto-suficiência baseada na exploração agrícola de vales férteis e abundantemente irrigados.

Ainda que a sua desactivação tenha ocorrido com a extinção das ordens religiosas em 1834, a paisagem circundante mantém ainda actualmente o cunho essencial do que foi a



Figura 2 – Localização do Mosteiro de S. João de Tarouca. Carta Militar Portuguesa, Esc: 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira, 3.ª edição, 1997, do Instituto Geográfico do Exército.

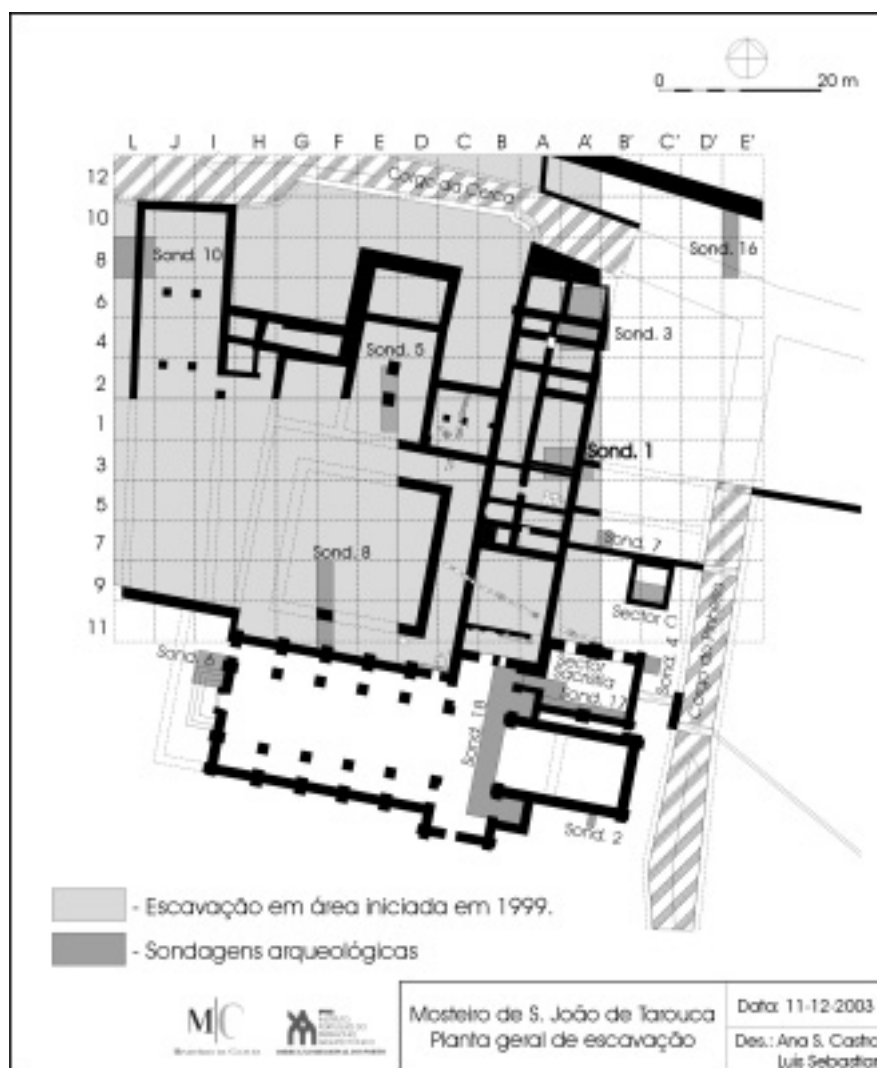


Figura 1 – Planta geral da área de intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca.

exploração agrária dos monges brancos, da qual se destaca o complexo e interminável sistema de socalcos e caleiras criado de forma a dominar as declivosas vertentes do vale em que se insere.

A cobertura vegetal actual é predominantemente constituída por pinheiro, compreendendo ainda o castanheiro, o carvalho em menor número e vegetação rasteira, nomeadamente carqueja e urze. A actividade agrícola, de cariz minifundiário e de subsistência, divide-se sobretudo pela horta, a oliveira, a vinha e o sabugueiro, complementada por uma actividade pastoril incipiente (Fig. 4).

A profunda transformação da topografia, hidrografia e cobertura vegetal alcançada por sete séculos de exploração e apenas possível pela organização e peso financeiro do mosteiro, tornou-se insustentável após o seu desaparecimento. A

compra e partilha do território do couto monástico pela população local levou, não só à sua subdivisão, como ao abandono das áreas de mais difícil acesso, em regra geral correspondentes às cotas mais elevadas, hoje incultas e progressivamente reconquistadas pela vegetação natural, o que corresponde comumente a vegetação rasteira e pinheiro. Este fenómeno comporta igualmente a crescente alteração topográfica da paisagem, marcada pela exploração em socalcos, que por falta de manutenção e corrompidos pela colonização arbórea se vão desagregando, retomando lentamente as vertentes o seu aspecto natural (Fig. 5).

3. METODOLOGIA E CONTEXTO DE RECOLHA DAS AMOSTRAS PALINOLÓGICAS

De forma a obter um conjunto de amostras verdadeiramente representativas da proliferação polínica na área de escavação, procurou-se identificar entre a extensa área da intervenção arqueológica a existência de condições estratigráficas propícias, implicando o acesso a camadas de deposição natural, imediatamente anteriores à edificação do mosteiro e aparentemente intactas.

Caracterizando-se os trabalhos arqueológicos por uma intervenção abrangente e em área, pautada pela preocupação de salvaguarda do valor patrimonial das estruturas exumadas, o reconhecimento das condições necessárias para tal recolha ficou restringido às diversas sondagens realizadas, passíveis pelo seu carácter de intervenção em profundidade de nos permitir o excepcional acesso a camadas de deposição natural, quando existentes.

O circunstancialismo da criação e preservação das condições exigidas para a recolha de amostras desta natureza impõem, só por si, as mais variadas restrições, pelo que a selecção do local de recolha foi limitada à única sondagem onde, à aparente inviolabilidade das suas camadas de deposição natural, se associava uma relação estratigráfica directa de anterioridade com um elemento reconhecidamente original de entre as diferentes fases construtivas.

Assim, a escolha recaiu sobre as unidades estratigráficas (u.e.) 036 e 064 da sondagem 1, relacionáveis com a construção da parede exterior Oeste da ala dos conversos pela abertura da nítida vala de fundação correspondente.

A u.e. 036 é composta por terra de cor castanha escura, pouco compacta, homogénea, de granulometria média e fina, com pequena quantidade de elementos pétreos até 7 cm e pequena quantidade de cerâmica de construção até 2 cm. A análise da sua organização granulométrica e da concordante orientação dos seus elementos pétreos e intrusões antrópicas, como é o caso de pequenos fragmentos de cerâmica de construção, apontam claramente uma deposição de ordem natural, consequentemente paralela à inclinação Sul-Norte apresentada pela rocha-mãe.

A u.e. 064 compõe-se de terra de cor castanha escura, compacta, homogénea, de granulometria fina, com média quantidade de elementos pétreos até 2 cm e raros fragmentos de cerâmica de construção. Contém carvões em pequena quantidade de pequena volumetria. A sua organização granulométrica indica tratar-se de deposição

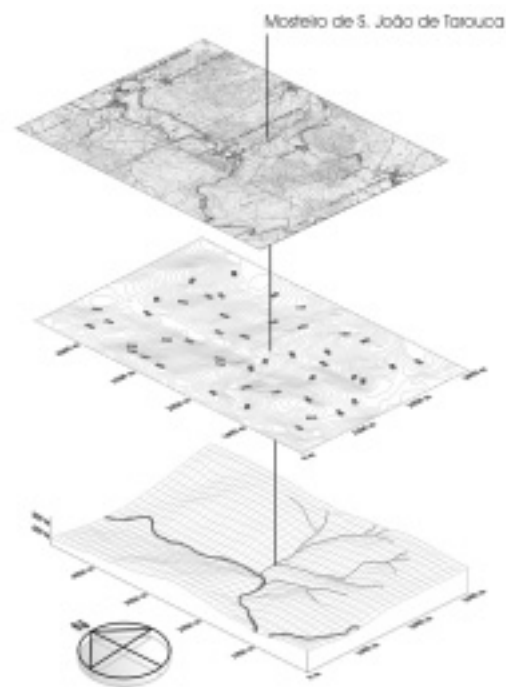


Figura 3 – Implantação topográfica e hidrográfica do Mosteiro de S. João de Tarouca.



Figura 4 – Vista panorâmica, de Sudeste para Noroeste, da implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca.

natural, à semelhança da u.e. 036, existindo contudo uma presença ínfima de material antrópico.

Seleccionadas as duas camadas alvo, foi materializada, no corte estratigráfico correspondente, uma coluna polínica vertical, constituída por pontos de recolha de sedimentos distanciados entre si 10 cm, resultando num total de 12 amostras (Fig. 6).

Se bem que existindo a forte probabilidade da u.e. 036 ter sido superiormente truncada ou remexida aquando das obras de elevação do imóvel e consequente ocupação humana do nível de circulação assim criado, tratando-se de um espaço exterior ao complexo monástico estaremos, teoricamente e na generalidade, perante uma zona conservada em termos pedológicos e, logo, polínicos.

Apesar de conscientes da fragilização que a acção humana representa na fiabilidade das amostras recolhidas em contextos ocupacionais, não reconhecendo estratigraficamente quaisquer vestígios de violação, entendemos que a possível não representatividade real da primeira amostra não inviabilizaria a análise do todo.

4. ESTUDO PALINOLÓGICO**

4.1. Método de tratamento das amostras

As amostras foram tratadas segundo o método, particularmente eficiente, seguidamente referido:

- Em suspensão num hexametáfosfato de sódio e peneiração.
- Descarbonação por ácido clorídrico.
- Dessilificação por ácido fluorídrico.
- Eliminação da matéria orgânica por acção do potássio a quente.
- Concentração em solução densa (solução de *Thoulet* $d = 2$) após mistura e centrifugação.



Figura 5 – Vista panorâmica, de Este para Oeste, da implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca.

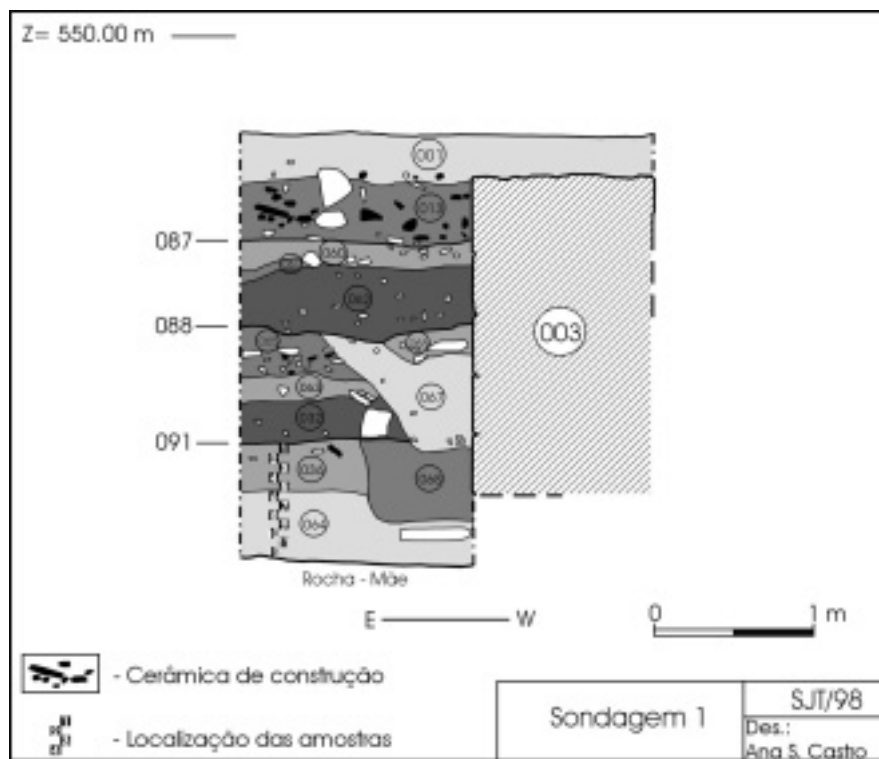


Figura 6 – Pormenor da área do corte estratigráfico E-W da sondagem 1, com localização da coluna polínica.

- Acetolagem com ácido sulfúrico concentrado e ácido acético.
- Preparação do resíduo.

40 µl do resíduo é preparado sobre lâminas e procede-se à sua contagem no microscópio óptico.

4.2. Observações

A peneiração preliminar dos sedimentos permitiu o isolamento dos carvões contidos em cada amostra, bem como pequenos fragmentos de cerâmica que se encontravam nas amostras 1, 2, 7 e 11.

O número de grãos de pólen descobertos nas amostras varia entre os 284 a 480, sendo recenseados 26 grupos taxinómicos (Quadro I). Estes números são suficientemente representativos, permitindo a elaboração de um diagrama polínico clássico (Quadro II), onde se apresenta as percentagens de cada grupo taxinómico em cada amostra. Os grãos de pólen analisados têm, frequentemente, uma deterioração da sua membrana externa impossibilitando a sua determinação, explicando assim a pequena quantidade de grãos de pólen indeterminados (de 1,7% a 7,4%) em cada amostra.

Echantillons	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Quercus</i>	6	1	6	0	0	0	15	14	9	7	5	6
<i>Corylus</i>	4	9	4	18	0	0	0	3	5	0	0	0
<i>Alnus</i>	4	0	0	20	0	3	0	3	0	5	3	0
<i>Salix</i>	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Castanea</i>	48	47	79	68	76	87	66	126	76	156	63	195
AP	65	57	89	106	76	90	81	146	90	168	71	201
NAP	191	167	173	267	177	183	225	120	123	61	203	96
Spores	35	39	25	99	48	27	30	65	70	60	33	35
<i>Cerealia</i>	3	6	5	6	6	3	3	4	0	0	4	0
<i>Poaceae</i>	93	95	112	208	96	102	90	51	76	21	135	62
<i>Ranunculaceae</i>	9	0	3	12	8	0	12	3	4	2	12	0
<i>Ericaceae</i>	0	0	0	0	3	15	39	21	24	11	6	3
<i>Fabaceae</i>	42	42	18	32	60	57	33	24	15	27	24	18
<i>Caryophyllaceae</i>	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
<i>Saxifragaceae</i>	2	6	2	3	1	0	24	8	4	0	4	1
<i>Boraginaceae</i>	8	15	0	6	3	0	0	9	0	0	0	5
<i>Cistaceae</i>	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0
<i>Cichorioideae</i>	7	0	8	0	0	0	3	0	0	0	4	4
<i>Rosaceae</i>	15	0	21	0	0	0	6	0	0	0	0	0
<i>Asteraceae</i>	0	3	0	0	0	0	6	0	0	0	6	0
<i>Asteroideae</i>	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	3	0
<i>Apiaceae</i>	9	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
<i>Malvaceae</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
Indeterminés	15	21	15	8	20	8	24	12	10	21	24	12
Spores monolètes	20	24	16	51	36	18	12	33	28	24	9	18
Spores trilètes	15	15	9	48	12	9	18	32	42	36	24	17
Total	306	284	302	480	321	308	360	343	293	310	331	344

Quadro I – Contabilização absoluta de pólenes.

4.3. Resultados e interpretação

De um modo geral, a cobertura vegetal existente antes da implantação monástica, mostra uma grande homogeneidade de espectros polínicos. Com efeito, as amostras analisadas contêm os mesmos grupos taxinómicos principais que são a *Castanea Sativa* (Castanheiros), as *Poaceae* (Poáceas), as *Fabaceae* (Fabáceas) e os pteridófitos (fetos, representados por esporos monoculares ou triloculares).

De forma qualitativa, a presença destes grupos taxinómicos na vegetação actual prova que a cobertura vegetal antes da implantação monástica é próxima daquela que hoje observamos. Contudo, as variações das taxas polínicas observadas no diagrama permitem distinguir duas etapas na evolução da vegetação (zona polínica A e B) (Quadro III).

4.3.1. Zona Polínica A (amostras 12 a 8)

A taxa de pólen de árvores (AP), que não é maior que 60% (de 21,5% a 58,4%) da soma polínica total, indica a presença nas proximidades de um meio florestal descontínuo, apresentando grandes áreas desflorestadas.

A floresta é composta, essencialmente, por *Castanea Sativa* (de 19% a 56,7%) e secundariamente por *Quercus*, carvalhos de folha caduca (de 1,5% a 4,1%). Este meio está em constante mudança até à amostra 8, a partir da qual a taxa de pólen de *Castanea Sativa* tende a estabilizar entre 14,2% e 28,2% e onde a taxa de herbáceas (NAP) superioriza-se definitivamente em relação aos AP. A *Castanea Sativa* alterna fases de grande diminuição das taxas de grãos de pólen nas amostras 11 (19%) e 9 (25,9%), sofrendo grandes desarborizações, com fases de recolonização, como mostra na amostra 10 (50,3%) e 8 (36,7%).

Outros indícios fortalecem a tese da desarborização, em particular o aumento da taxa de *Poaceae* nas amostras 11 (40,8%) e 9 (25,9%)

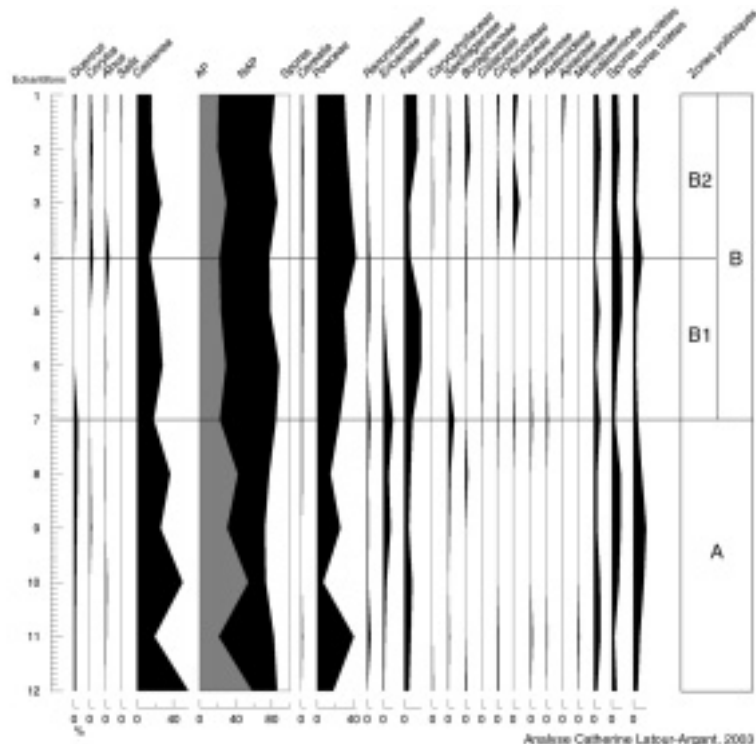
Echantillons	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Quercus</i>	2,0	0,4	2,0	–	–	–	4,2	4,1	3,1	2,3	1,5	1,7
<i>Corylus</i>	1,3	3,2	1,3	3,8	–	–	–	0,9	1,7	–	–	–
<i>Alnus</i>	1,3	–	–	4,2	–	1,0	–	0,9	–	1,6	0,9	–
<i>Salix</i>	1,0	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<i>Castanea</i>	15,7	16,5	26,2	14,2	23,7	28,2	18,3	36,7	25,9	50,3	19,0	56,7
AP	21,2	20,1	29,5	22,1	23,7	29,2	22,5	42,6	30,7	54,2	21,5	58,4
NAP	62,4	58,8	57,3	55,6	55,1	59,4	62,5	35,0	42,0	19,7	61,3	27,9
Spores	11,4	13,7	8,3	20,6	15,0	8,8	8,3	19,0	23,9	19,4	10,0	10,2
<i>Cerealia</i>	1,0	2,1	1,7	1,3	1,9	1,0	0,8	1,2	–	–	1,2	–
<i>Poaceae</i>	30,4	33,1	37,1	43,3	29,9	33,1	25,0	14,9	25,9	6,8	40,8	18,0
<i>Ranunculaceae</i>	2,9	–	1,0	2,5	2,5	–	3,3	0,9	1,4	0,6	3,6	–
<i>Ericaceae</i>	–	–	–	–	0,9	4,9	10,8	6,1	8,2	3,5	1,8	0,9
<i>Fabaceae</i>	13,7	14,8	6,0	6,7	18,7	18,5	9,2	7,0	5,1	8,7	7,3	5,2
<i>Caryophyllaceae</i>	1,0	–	1,0	–	–	–	–	–	–	–	–	0,9
<i>Saxifragaceae</i>	0,7	2,1	0,7	0,6	0,3	–	6,7	2,3	1,4	–	1,2	0,3
<i>Boraginaceae</i>	2,6	5,3	–	1,3	0,9	–	–	2,6	–	–	–	1,5
<i>Cistaceae</i>	–	–	0,3	–	–	1,0	0,8	–	–	–	–	–
<i>Cichorioideae</i>	2,3	–	2,6	–	–	–	0,8	–	–	–	1,2	1,2
<i>Rosaceae</i>	4,9	–	7,0	–	–	–	1,7	–	–	–	–	–
<i>Asteraceae</i>	–	1,1	–	–	–	–	1,7	–	–	–	1,8	–
<i>Asterioideae</i>	–	–	–	–	–	–	1,7	–	–	–	0,9	–
<i>Apiaceae</i>	2,9	–	–	–	–	1,0	–	–	–	–	–	–
<i>Malvaceae</i>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,5	–
Indéterminés	4,9	7,4	5,0	1,7	6,2	2,6	6,7	3,5	3,4	6,8	7,3	3,5
Spores monolètes	6,5	8,5	5,3	10,6	11,2	5,8	3,3	9,6	9,6	7,7	2,7	5,2
Spores trilètes	4,9	5,3	3,0	10,0	3,7	2,9	5,0	9,3	14,3	11,6	7,3	4,9

Quadro II – Contabilização percentual de pólen.

e a presença de *Ericaceae* (Ericáceas, ex. urze que passam de 0,9% para 8,2%) e de *Fabaceae* (de 5,1% para 8,7%) que reflectem a degradação da vegetação.

Os espaços livres nas orlas da floresta ou as clareiras são ocupados por fetos (com esporos monoloculares ou triloculares) que representam até 23,9% da soma polínica total nesta zona.

Os arroteamentos sucessivos podem estar ligados a uma agricultura parcelar, pois o pólen do tipo cereal aparece nas amostras 11 e 8 com uma taxa de 1,2%. Se bem que diminuta, esta percentagem indica a presença de campos de cultivo relativamente próximos (DIOT, 1992). A abundância de *Poaceae* sugere a existência de pradarias e, talvez, de uma actividade pastorícia.



Quadro III – Definição de zonas polínicas.

4.3.2. Zona Polínica B (amostras da 7 à 1)

A taxa de grãos de pólen de árvores diminuiu para se estabelecer à volta de 25%. Este resultado é devido à diminuição de *Castanea Sativa* (de 28,2% a 14,2%) e de *Quercus* (de 4,2% a 0%). O *Corylus* (Aveleira) e o *Alnus* (Amieiro) são mais representativos, em particular na amostra 4, onde o *Alnus* verifica uma taxa de 4,2% e o *Corylus* de 3,8%.

O ligeiro aumento do grupo taxinómico das heliofileas, observado nesta zona polínica, poderá ser a consequência da desflorestação. Ao mesmo tempo desenvolve-se as *Poaceae* que se estabelecem entre 25% e 43,3% e as *Fabaceae* que registam na amostra 6 e 5 uma taxa superior a 18%.

Os cereais são representados em cada amostra da zona B com uma taxa diminuta, mas estável, entre os 1% e 2%. A raridade das *Ericaceae* e a diversificação do grupo taxinómico das herbáceas (*Cichorioideae*, *Ranunculaceae*, *Apiaceae*, *Saxifragaceae*, *Boraginaceae*...) a partir da amostra 4, confirma uma ocupação dos terrenos arroteados por parte destas culturas.

De uma maneira geral a subzona polínica B2 (da amostra 4 à 1) marca uma acentuação da pressão das actividades humanas.

4.4. Conclusão

A análise polínica permite constatar que o mosteiro foi implantado numa zona não arborizada, como indicam as percentagens relativamente elevadas de herbáceas (*Poaceae* em particular) e de fetos.

A agricultura é testemunhada pela presença de grãos de pólen de cereais desde a base da coluna polínica (amostra 11), tornando-se permanentes a partir da amostra 8 até à implantação do mosteiro.

O castanheiro (plantado?), constituindo a espécie principal da floresta, pode ter servido como fonte de alimento, mas a sua madeira pode, igualmente, ter sido explorada (devido à baixa taxa de pólen na zona polínica B).

Assim, as provas polínicas de uma exploração intensiva desta área podem estar ligadas a um habitat próximo que não é testemunhado claramente. Por exemplo, não existem taxas características da presença de detritos domésticos ou de outros quaisquer vestígios de *Chenopodiaceae*, *Polygonum* (poligonáceas), *Plantago* (plantagináceas) e *Artemisia* (artemísia).

A ausência de grãos de pólen de *Pinus* (pinheiro) nas amostras é de assinalar. O pólen desta árvore pode percorrer longas distâncias e é geralmente raro não se encontrar nos espectros.

Existem duas hipóteses para explicar esta ausência:

O pólen do pinheiro não é depositado ou foi totalmente destruído, o que parece improvável devido às grandes quantidades de pólen normalmente produzidas.

Grande raridade (ou total ausência) do pinheiro a nível regional durante esta época. A sua presença na actualidade deverá estar ligada a plantações posteriores.

Esta hipótese poderá ser verificada utilizando os arquivos históricos no que concerne à gestão das florestas nesta região.

As culturas actuais de oliveiras e vinha não são testemunhadas. Será um problema tafonómico ou existe uma ausência real destas culturas? Para encontrar estas respostas seria interessante completar o estudo polínico com análises antracológicas, os carvões de madeira encontram-se em número suficiente para permitir a sua análise.

5. ANÁLISE INTERPRETATIVA*/***

Incidindo a coluna polínica sobre duas camadas de deposição natural, compreendidas entre o momento da fundação monástica e a rocha-mãe, não possuímos, nesta fase da intervenção arqueológica, os dados cronológicos necessários à organização temporal das diferentes fases evolutivas identificadas, podendo apenas apresentá-las sequencialmente e como anteriores a 1154.

No entanto, é já relevante para o conhecimento da área geográfica sobre influência deste cenóbio cisterciense, o facto da informação polínica apontar claramente a definição de dois períodos distintos, que embora cronologicamente não enquadrados, permitem vislumbrar em traços gerais o percurso evolutivo da ocupação humana do território, retendo ainda o facto de que a informação polínica contida nas duas camadas alvo estarão, conseqüentemente, limitadas ao período temporal correspondente à deposição das mesmas (Quadro IV).

O primeiro período, denominado laboratorialmente por zona polínica A, parece reunir todas as características de um momento de introdução da acção humana numa paisagem predominantemente arbórea, traduzindo-se sobretudo em sucessivas desmatações, por



abate directo e/ou queimadas, seguidas de recolonizações naturais.

Apesar de não podermos cientificamente colocar de parte a hipótese destas desarborizações terem origem em fenómenos como incêndios naturais, o seu carácter cíclico e o facto de cessarem quando se atinge a predominância de herbáceas na zona polínica B, apontam-nos a origem antrópica como a mais provável.

Estando as práticas de desarborização intimamente relacionadas com a obtenção de pastos ou arroteamento de terras, encontramos vestígios tanto de actividade pastorícia como agrícola nos dados polínicos, ainda que esta última nos apareça em percentagens reduzidas e de forma descontínua, acusando uma actividade agrícola insipiente, talvez subsidiária de uma economia predominantemente pastorícia.

O segundo período, laboratorialmente denominado por zona polínica B, caracteriza-se sobretudo pela consolidação da acção humana sobre a paisagem, com o definitivo recuo e estabilização da área de ocupação arbórea em prováveis manchas descontínuas e a definitiva afirmação de uma paisagem predominantemente herbácea.

Oposta à expansão e conseqüente diversificação das espécies herbáceas, o aparecimento da aveleira e do amieiro aparece-nos como elemento isolado e contrário ao retraimento arbóreo, que aliado ao seu potencial de exploração, pode prefigurar a sua introdução pelo Homem.

No seguimento da tendência emergente no primeiro período, as condições propícias à actividade pastorícia consolidam-se com a predominância da cobertura herbácea, tal como a prática agrícola, agora desenvolvida de forma contínua, ainda que a sua diminuta representação continue a implicar um carácter insipiente ou geograficamente periférico em relação ao local de recolha das amostras.

Intensificação da actividade humana	Unidade Estratigráfica D36	Zona Polínica B	1	Cultura cerealífera Diversificação de herbáceas	Predominância herbácea Manchas arborizadas Estabilização da cobertura arbórea Actividade agrícola contínua Condições propícias à actividade pastorícia
			2	Cultura cerealífera Diversificação de herbáceas	
			3	Cultura cerealífera Diversificação de herbáceas	
			4	Cultura cerealífera Introdução da aveleira e do amieiro Diversificação de herbáceas	
			5	Cultura cerealífera	
			6	Cultura cerealífera	
			7	Cultura cerealífera	
Actividade humana reduzida	Unidade Estratigráfica D64	Zona Polínica A	8	Re-colonização arbórea natural Permanência de herbáceas Cultura cerealífera	Predominância arbórea Meio florestal descontínuo Desarborizações cíclicas Actividade agrícola descontínua Criação de condições propícias à actividade pastorícia
			9	Desarborização antrópica Aumento natural de herbáceas	
			10	Re-colonização arbórea natural	
			11	Desarborização antrópica Aumento natural de herbáceas Cultura cerealífera	
			12	Predomínio arbóreo	

Quadro IV – Interpretação das zonas polínicas.

Esta periodização bipartida sugerida pela evolução polínica parece reafirmar-se na coincidente relação com as camadas estratigráficas definidas, com um ligeiro desfasamento na zona de recolha das amostras 6 e 7. Esta quase exacta justaposição reforça a ideia de dois momentos distintos, ainda que tendencialmente concordes, em que a origem das transformações fitológicas parece ter ganho igualmente expressão pedológica, compreensível dentro das inter-relações indissociáveis em qualquer ecossistema.

Mantendo as devidas reticências em relação à falta de dados que nos permitam destringir origens naturais ou antrópicas nas alterações identificadas, a presença de fragmentos de cerâmica de construção em ambas as camadas estratigráficas, com igual tendência de aumento na camada superior, tornam incontornável a presença humana no período de tempo correspondente à sua deposição, reforçando a ideia da actividade antrópica como a principal força transformadora.

Infelizmente, procurando cruzar esta informação com os incompletos dados arqueológicos que possuímos actualmente para a região, apenas temos como segura a ocupação humana do Castro de Mondim, que acreditando nos frágeis resultados da única intervenção arqueológica de que foi alvo, teria sido ocupado entre o neolítico e meados do século IV (Vasconcelos, 1933: 15-60).

Podemos então afirmar, de forma generalizada, que a cobertura vegetal aquando da edificação cisterciense em 1154 caracterizava-se por uma relação estável entre manchas florestais descontínuas, compostas maioritariamente por castanheiros e em segundo plano por carvalhos, aveleiras, amieiros e salgueiros e a predominância de grandes áreas colonizadas por herbáceas, na sua maior parte constituídas por fabáceas e poáceas, sendo estas últimas potencialmente relacionáveis com a actividade pastorícia.

A par desta cobertura vegetal, a detecção de pólenes de tipo cereal confirmam a existência de uma prática agrícola contínua na zona de implantação deste mosteiro bernardino, o que mesmo indicando uma exploração incipiente ou apenas relativamente próxima, torna incontornável a existência de uma ou mais comunidades humanas na área.

Esta realidade remete-nos obrigatoriamente para os dados documentais, que indicam que a fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca não teria sido *ex nihilo*, tendo origem numa comunidade religiosa, talvez mesmo ermita, preestabelecida (Torre Rodriguez, 1999: 88). A ser verdade, os vestígios cerâmicos detectados nas u.e. 036 e 064 poderiam ser em parte inclusões antrópicas resultantes dessa presença? Dada a inclinação natural do terreno de implantação do mosteiro, estes fragmentos de cerâmica de construção deverão ter sido inseridos por arrastamento no gradual processo de deposição, com origem em cotas superiores, ainda assim necessariamente próximas.

Certa parece ser a presença do burgo de S. João de Tarouca já aquando do estabelecimento dos monges cistercienses (Vasconcelos, 1933: 176; Moreira, 1924: 140), contrária ao ideal de isolamento imposto pela ordem, tal como a consagração a S. João em detrimento de S.^{ma} Maria, excepção que reforça a ideia da assimilação de um culto preexistente.

Os dados polínicos, claros na constatação da presença humana contínua e activa na zona, estarão assim de acordo com o estabelecimento local desta comunidade. Ainda que nesta fase nos seja impossível a especificação das diversas manifestações antrópicas registadas, torna-se então um facto consumado a inserção deste cenóbio num meio já povoado.

Se a paisagem actual no interior do antigo couto do Mosteiro de S. João de Tarouca é ainda, de grosso modo, o produto da transformação pela exploração monástica, a sua contraposição com os dados palinológicos revelam-nos uma grande proximidade entre a cobertura vegetal anterior à implantação e a actual, contudo, diferenciando-se imediatamente nas diferentes taxas polínicas.

Curioso é constatar nas análises a ausência de pólenes de oliveira e videira, sugerindo a introdução destas espécies como parte da política de exploração agrária preconizada pelos monges cistercienses, o que não contradiz de todo a ideia generalizada do importante papel que os mosteiros da Ordem de Cister tiveram no desenvolvimento agrícola da região do Douro, com especial relevo para a vitivinicultura (Torre Rodriguez, 1999: 141-160).

Por outro lado, parece-nos contraditória a igual ausência de pólenes de pinheiro, hoje a espécie arbórea predominante. Não podendo pôr de parte a hipótese de se

tratar, também esta, de uma espécie introduzida, as claras limitações interpretativas impostas pela insuficiência de uma só amostragem levam-nos, por agora, a guardar algumas reticências.

No sentido de dar o necessário desenvolvimento à modesta contribuição que estas análises constituem para o estudo paleoambiental da área de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca, entendemos ser necessária a realização de novas amostragens, naturalmente dependente da identificação de contextos de recolha adequados durante o desenrolar dos trabalhos arqueológicos. Por outro lado, a diversificação das análises a realizar poderá igualmente apresentar-se como vantajoso, na esperança que o cruzamento de dados de diferentes naturezas, como por exemplo de antracologia, nos forneçam uma informação mais segura e completa.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário (1995), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, dissertação de doutoramento, Porto: FLUP.
- BARROCA, M. J.; CASTRO, A. S. e SEBASTIAN, L. (2003), «Uma nova inscrição do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca». In *Estudos/Património*, n.º 5, pp. 96-105, Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L.; RODRIGUES, M. e TEIXEIRA, R. (1999), «Intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca», in *Cister no Vale do Douro*, pp. 222-225, G.E.H.V.I.D., Porto: Edições Afrontamento.
- CASTRO, A. S. e SEBASTIAN, L. (2002), «A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001», in *Estudos/Património*, n.º 2, pp. 33-42, Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos.
- (2002), «Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica», in *Estudos/Património*, n.º 3, pp. 165-177, Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos.
- (2003), «A faiança de revestimento dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca (Intervenção arqueológica 1998-2001)», in *Estudos/Património*, n.º 4, pp. 168-179, Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos.

- (2003), «A componente de desenho cerâmico na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. VI, n.º 2, pp. 545-560, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- COCHERIL, Maur (1986), *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português.
- FIGUEIREDO, F. P.; CATARINO, L.; CASTRO, A. S.; SILVA, A. M.; SEBASTIAN, L. C.; GINJA, M.; DIAS, V. S. e ARGANT, J. (1999), «Trabalhos arqueológicos de escavação realizados no monumento 1 de “Lameira Travessa” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu)», in *Estudos Pré-históricos*, n.º 7, pp. 37-64, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.
- MOREIRA, ab. V. (1924), *Monografia do Concelho de Tarouca*, Viseu: Tipografia de «Jornal da Beira».
- TORRE RODRIGUEZ, José Ignácio de la (1999), «Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro», in *Cister no Vale do Douro*, G.E.H.V.I.D., Porto: Edições Afrontamento.
- VASCONCELOS, J. L. (1933), *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.